

Quadro histórico dos dispositivos Constitucionais

Art. 156

o o art. 153, § 5º, e 154, I, da Constituição.
União poderá instituir contribuição de que trata este artigo não excedê-la, total ou parcialmente, nas condições e limites fixados em lei. O produto da arrecadação da contribuição de que trata este artigo será destinado integralmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento de ações e serviços de saúde.
A contribuição de que trata este artigo terá sua exigibilidade subordinada ao art. 195, § 6º, da Constituição, e não poderá ser cobrada antes de 15 de agosto de 2015.

Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação



Panorama do processo constituinte

Para melhor compreensão do processo constituinte, recomendamos a leitura do documento disponível no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Publicações e Documentos → Panorama do Funcionamento da ANC, no seguinte endereço:

http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/panorama_anc

A relação das Comissões Temáticas e das respectivas subcomissões poderá ser consultada no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Comissões e Subcomissões Temáticas, no seguinte endereço:

http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/lista-de-comissoes-e-subcomissoes

Texto promulgado em 5/10/1988

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

- I - propriedade predial e territorial urbana;
- II - transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;
- III - vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;
- IV - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, I, b, definidos em lei complementar.

§ 1º O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos de lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º O imposto previsto no inciso II:

I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II - compete ao Município da situação do bem.

§ 3º O imposto previsto no inciso III não exclui a incidência do imposto estadual previsto no art. 155, I, b, sobre a mesma operação.

§ 4º Cabe à lei complementar:

- I - fixar as alíquotas máximas dos impostos previstos nos incisos III e IV;
- II - excluir da incidência do imposto previsto no inciso IV exportações de serviços para o exterior.

1 – Sugestões localizadas¹

SUGESTÃO:11158 DT REC:27/07/87

Entidade:

ASSOCIAÇÃO DOS INSPETORES FISCAIS DA PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
OSWALDO DE BARROS CAMARGO - PRESIDENTE MUNICÍPIO: SÃO PAULO CEP: 01000 UF: SP

Texto:

SUGERE SEJA COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS INSTITUIR OS IMPOSTOS QUE
RELACIONA.

SUGESTÃO:01151 DT REC:22/04/87

Autor:

FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB/SE)

Texto:

SUGERE NORMA QUE ATRIBUA AO MUNICÍPIO COMPETÊNCIA PRIVATIVA PARA
INSTITUIR IMPOSTOS SOBRE BENS IMÓVEIS, VEÍCULOS AUTOMOTORES,
ATIVIDADES INDUSTRIAIS E COMERCIAIS, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE
QUALQUER NATUREZA EXERCIDA EM SEU TERRITÓRIO.

SUGESTÃO:01156 DT REC:22/04/87

Autor:

GEOVANI BORGES (PFL/AP)

Texto:

SUGERE A ATRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA AO MUNICÍPIO PARA INSTITUIR
IMPOSTOS SOBRE A PROPRIEDADE, SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA E
SOBRE A EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS EM SEU TERRITÓRIO.

SUGESTÃO:01168 DT REC:22/04/87

Autor:

GONZAGA PATRIOTA (PMDB/PE)

Texto:

SUGERE NORMAS DISPONDO SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA, PROPONDO A
COMPETÊNCIA PRIVATIVA DOS MUNICÍPIOS PARA CRIAR IMPOSTOS SOBRE OS
FATOS GERADORES QUE UNUMERA.

SUGESTÃO:01718 DT REC:06/05/87

Autor:

LUIZ SOYER (PMDB/GO)

Texto:

SUGERE A COMPETÊNCIA PRIVATIVA DOS MUNICÍPIOS PARA INSTITUIR IMPOSTOS
SOBRE: A PROPRIEDADE IMÓVEL URBANA E RURAL, VEÍCULOS AUTOMOTORES,
LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS E MERCANTIS OU DE
QUALQUER OUTRA ATIVIDADE LUCRATIVA EXERCIDA NO MUNICÍPIO.

SUGESTÃO:02248 DT REC:29/04/87

Autor:

OSMAR LEITÃO (PFL/RJ)

Texto:

SUGERE NORMA DISPONDO SOBRE A COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS PARA
INSTITUIR IMPOSTOS NAS ÁREAS QUE ENUMERA.

SUGESTÃO:03190 DT REC:05/05/87

Autor:

AGASSIZ ALMEIDA (PMDB/PB)

Texto:

SUGERE SEJA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO RESTITUIR IMPOSTOS SOBRE

¹ O inteiro teor de cada sugestão pode ser consultado no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação
→ Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Sugestões dos Constituintes, no seguinte endereço:
http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/sugestoes-dos-constituintes/sugestoes-dos-constituintes-pagina-principal

SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, EXCETO OS DA UNIÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SUGESTÃO:00034 DT REC:19/03/87

Autor:

SIQUEIRA CAMPOS (PDC/GO)

Texto:

SUGERE COMO COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS A INSTITUIÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA, CUJO AUMENTO SERÁ PROGRESSIVO NA RAZÃO DIRETA DO NÚMERO DE ANOS EM QUE O PRÉDIO OU TERRENO FOREM DEIXADOS OCIOSOS.

SUGESTÃO:03589 DT REC:06/05/87

Autor:

FURTADO LEITE (PFL/CE)

Texto:

SUGERE COMPETÊNCIA AO MUNICÍPIO PARA INSTITUIR IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL.

SUGESTÃO:04720 DT REC:06/05/87

Autor:

GERSON CAMATA (PMDB/ES)

Texto:

SUGERE SEJA COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS INSTITUIR IMPOSTOS SOBRE MINERAIS.

SUGESTÃO:04730 DT REC:06/05/87

Autor:

GERSON CAMATA (PMDB/ES)

Texto:

SUGERE QUE SEJA COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS INSTITUIR IMPOSTO SOBRE MINERAIS DE INCIDÊNCIA ÚNICA.

SUGESTÃO:04804 DT REC:06/05/87

Autor:

PERCIVAL MUNIZ (PMDB/MT)

Texto:

SUGERE QUE SEJA COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS INSTITUIR OS IMPOSTOS QUE DISCRIMINA.

SUGESTÃO:06621 DT REC:06/05/87

Autor:

OSMUNDO REBOUÇAS (PMDB/CE)

Texto:

SUGERE COMPETÊNCIA AOS MUNICÍPIOS PARA INSTITUIR OS IMPOSTOS QUE ENUMERA.

SUGESTÃO:06662 DT REC:06/05/87

Autor:

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

Texto:

SUGERE SEJA COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS INSTITUIR OS IMPOSTOS QUE ENUMERA.

SUGESTÃO:06960 DT REC:06/05/87

Autor:

MAURÍCIO NASSER (PMDB/PR)

Texto:

SUGERE SEJA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO INSTITUIR OS IMPOSTOS QUE MENCIONA.

SUGESTÃO:08335 DT REC:06/05/87

Autor:

ODACIR SOARES (PFL/RO)

Texto:

SUGERE SEJA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO INSTITUIR OS IMPOSTOS QUE ENUMERA.

SUGESTÃO:08388 DT REC:06/05/87

Autor:

ADEMIR ANDRADE (PMDB/PA)

Texto:

SUGERE NORMA QUE ATRIBUA COMPETÊNCIA AOS MUNICÍPIOS PARA INSTITUIR OS IMPOSTOS QUE ENUMERA.

SUGESTÃO:08402 DT REC:06/05/87

Autor:

SIMÃO SESSIM (PFL/RJ)

Texto:

SUGERE NORMA QUE DISPONHA SOBRE A COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS PARA INSTITUIR IMPOSTOS.

SUGESTÃO:08473 DT REC:06/05/87

Autor:

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

Texto:

SUGERE COMPETÊNCIA AOS MUNICÍPIOS PARA INSTITUIR OS IMPOSTOS QUE ESPECIFICA.

SUGESTÃO:09353 DT REC:06/05/87

Autor:

CARLOS BENEVIDES (PMDB/CE)

Texto:

SUGERE SEJA ATRIBUÍDO AO MUNICÍPIO COMPETÊNCIA PARA INSTITUIR IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO DAS PESSOAS FÍSICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

2 – Audiências públicas

Consulte na 4ª reunião da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas notas taquigráficas da audiência pública realizada em 24/4/1987 sobre Reforma tributária / Dispositivos Constitucionais pertinentes aos Tribunais de Contas / Municípios na Constituição / Reorganização tributária; e na 5ª reunião, realizada em 28/4/1987, notas taquigráficas da audiência pública sobre Reforma tributária / Reforma fiscal / Sistema tributário / Administração fiscal / Imposto sobre serviços (ISS).

Disponíveis em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao5/subcomissao5a

Consulte na 9ª reunião da Subcomissão dos Municípios e Regiões notas taquigráficas da audiência pública realizada em 30/4/1987 sobre: O município e a reforma tributária.

Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao-da-organizacao-do-estado/subcomissao2c

3 – Subcomissões temáticas

SUBCOMISSÃO DE TRIBUTOS, PARTICIPAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS - VA

FASE A – Anteprojeto do relator	<p>Art. 15 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:</p> <p>I - propriedade predial e territorial urbana;</p> <p>II - vendas a varejo de mercadorias.</p> <p><i>Parágrafo único</i> - É reservado à lei complementar fixar a alíquota máxima do imposto de que trata o item II.</p>
FASE B – Emenda ao anteprojeto do relator	<p>Total de emendas localizadas: 15.</p> <p>(consulte a íntegra das emendas da Fase B ao final deste documento.)</p>
FASE C – Anteprojeto da subcomissão	<p>Art. 15 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:</p> <p>I - propriedade predial e territorial urbana; e</p> <p>II - vendas a varejo de mercadorias.</p> <p><i>Parágrafo único</i>. - Cabe à lei complementar fixar as alíquotas máximas do imposto de que trata o item II.</p> <p>Consulte, na 13ª reunião da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas, a votação da redação final do anteprojeto do relator.</p> <p>Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 20/6/1987, Supl. 81, a partir da p. 96.</p> <p>Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao5/subcomissao5a</p>

SUBCOMISSÃO DOS MUNICÍPIOS E REGIÕES - IIc

FASE A – Anteprojeto do relator	<p>Art. 14 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:</p> <p>I - a propriedade predial e territorial urbana;</p> <p>II - a propriedade territorial rural;</p> <p>III - a aquisição de bens imóveis ou de direitos a eles relativos;</p> <p>IV - a renda de bens imóveis;</p> <p>V - os serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União e dos Estados;</p> <p>VI - vendas a varejo;</p> <p>VII - a locação de bens móveis e arrendamento mercantil.</p> <p>§ 1º - Lei complementar estadual fixará as alíquotas máximas dos impostos municipais.</p> <p>§ 2º - As alíquotas dos impostos referidos nos itens I e II deste artigo serão progressivas em função do valor, do número de imóveis de propriedade de um mesmo sujeito passivo e do tempo decorrido sem utilização socialmente adequada.</p>
---------------------------------------	---

FASE B – Emenda ao anteprojeto do relator	Total de emendas localizadas: 7. (consulte a íntegra das emendas da Fase B ao final deste documento.)
FASE C – Anteprojeto da subcomissão	<p>Art. 14 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:</p> <p>I - a propriedade predial e territorial urbana;</p> <p>II - a propriedade territorial rural;</p> <p>III - a aquisição de bens imóveis ou de direitos a eles relativos;</p> <p>IV - os serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União e dos Estados;</p> <p>V - vendas a varejo, inclusive de combustíveis líquidos ou gasosos e de lubrificantes.</p> <p>VI - a locação de bens móveis e arrendamento mercantil.</p> <p>§ 1º - Lei complementar estadual fixará as alíquotas máximas dos impostos municipais.</p> <p>§ 2º - As alíquotas dos impostos referidos nos itens I e II deste artigo serão progressivas em função do valor, do número de imóveis de propriedade de um mesmo sujeito passivo e do tempo decorrido sem utilização socialmente adequada.</p> <p>Consulte, na 19ª reunião da Subcomissão dos Municípios e Regiões, a votação da redação final do anteprojeto do relator.</p> <p>Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 24/7/1987, Supl. 103. a partir da p. 2.</p> <p>Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao-da-organizacao-do-estado/subcomissao2c</p>

4 – Comissões temáticas

COMISSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO, ORÇAMENTO E FINANÇAS - V

FASE E – Emendas ao anteprojeto da subcomissão, na comissão	Total de emendas localizadas: 26. (consulte a íntegra das emendas da Fase E ao final deste documento.)
FASE F – Substitutivo do relator	<p>Art. 16 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:</p> <p>I - propriedade predial e territorial urbana;</p> <p>II - vendas a varejo de mercadorias.</p> <p>§ 1º - A competência municipal para instituir o imposto mencionado no item II não exclui a dos Estados para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o artigo 15, item III.</p> <p>§ 2º - Cabe à lei complementar fixar as alíquotas máximas do imposto de que trata o item II deste artigo.</p>
FASE G – Emenda ao substitutivo	Total de emendas localizadas: 20. (consulte a íntegra das emendas da Fase G ao final deste documento.)

<p>FASE H – Anteprojeto da comissão</p>	<p>Art. 16 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:</p> <p>I - propriedade predial e territorial urbana;</p> <p>II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; e</p> <p>III - vendas a varejo de mercadorias.</p> <p>§ 1º - O imposto de que trata o item II não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for o comércio desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.</p> <p>§ 2º - O imposto de que trata o item II compete ao Município da situação do bem.</p> <p>§ 3º - A competência municipal para instituir e cobrar o imposto mencionado no item III não exclui a dos Estados para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o item III do art. 15.</p> <p>§ 4º - Cabe a lei complementar fixar as alíquotas máximas dos impostos de que tratam os itens II e III deste artigo.</p> <p>Consulte na 9ª reunião da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças a votação do Substitutivo do Relator publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 22/8/1987, Supl. 132, a partir da p. 237.</p> <p>Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao5/comissao5</p>
---	---

COMISSÃO DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO - II

<p>FASE E – Emendas ao anteprojeto da subcomissão, na comissão</p>	<p>Total de emendas localizadas: 3. (consulte a íntegra das emendas da Fase E ao final deste documento.)</p>
<p>FASE F – Substitutivo do relator</p>	<p>Art. 32 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:</p> <p>I - a propriedade predial e territorial urbana;</p> <p>II - a propriedade territorial rural;</p> <p>III - a aquisição de bens imóveis ou de direitos a eles relativos;</p> <p>IV - os serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União e dos Estados;</p> <p>V - vendas a varejo, inclusive de combustíveis líquidos ou gasosos e de lubrificantes.</p> <p>VI - a locação de bens móveis e arrendamento mercantil.</p> <p>§ 1º - Lei complementar estadual fixará as alíquotas máximas dos impostos municipais.</p> <p>§ 2º - As alíquotas dos impostos referidos nos itens I e II deste artigo serão progressivas em função do valor, do número de imóveis de propriedade de um mesmo sujeito passivo e do tempo decorrido sem utilização socialmente adequada.</p>

FASE G – Emenda ao substitutivo	Total de emendas localizadas: 3. (consulte a íntegra das emendas da Fase G ao final deste documento.)
FASE H – Anteprojeto da comissão	<p>Art. 35 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:</p> <p>I - a propriedade predial e territorial urbana;</p> <p>II - a propriedade territorial rural;</p> <p>III - a aquisição de bens imóveis ou de direitos a eles relativos;</p> <p>IV - os serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União e dos Estados;</p> <p>V - vendas a varejo, inclusive de combustíveis líquidos ou gasosos e de lubrificantes.</p> <p>VI - a locação de bens móveis e arrendamento mercantil.</p> <p>§ 1º - Lei complementar estadual fixará as alíquotas máximas dos impostos municipais.</p> <p>§ 2º - As alíquotas dos impostos referidos nos itens I e II deste artigo serão progressivas em função do valor, do número de imóveis de propriedade de um mesmo sujeito passivo e do tempo decorrido sem utilização socialmente adequada.</p> <p>Consulte na 9ª reunião da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças a votação do Substitutivo do Relator publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 22/8/1987, Supl. 132, a partir da p. 237.</p> <p>Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao5/comissao5</p>

5 – Comissão de Sistematização

FASE I – Anteprojeto de Constituição	<p>Art. 278 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:</p> <p>I - propriedade predial e territorial urbana;</p> <p>II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; e</p> <p>III - vendas a varejo de mercadorias.</p> <p>§ 1º - O imposto de que trata o item II não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for o comércio desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.</p> <p>§ 2º - O imposto de que trata o item II compete ao Município da situação do bem.</p> <p>§ 3º - A competência municipal para instituir e cobrar o imposto mencionado no item III não exclui a dos Estados para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o item III do art. 277.</p> <p>§ 4º - Cabe a lei complementar fixar as alíquotas máximas dos impostos de que tratam os itens II e III deste artigo.</p>
--------------------------------------	---

<p>FASES J e K – Emendas de mérito (CS) e de adequação ao anteprojeto</p>	<p>Total de emendas localizadas: 16. (consulte a íntegra das emendas das Fases J e K ao final deste documento).</p>
<p>FASE L – Projeto de Constituição</p>	<p>Art. 273 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:</p> <p>I - propriedade predial e territorial urbana;</p> <p>II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; e</p> <p>III - vendas a varejo de mercadorias.</p> <p>§ 1º - O imposto de que trata o item I será progressivo no tempo quando incidir sobre área urbana não edificada e não utilizada, de forma que se assegure o cumprimento da função social da propriedade.</p> <p>§ 2º - O imposto de que trata o item II não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for o comércio desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.</p> <p>§ 3º - O imposto de que trata o item II compete ao Município da situação do bem.</p> <p>§ 4º - A competência municipal para instituir e cobrar o imposto mencionado no item III não exclui a dos Estados para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o item III do art. 272.</p> <p>§ 5º - Cabe a lei complementar fixar as alíquotas máximas dos impostos de que tratam os itens II e III deste artigo.</p>
<p>FASE M – Emendas (1P) de Plenário e populares</p>	<p>Total de emendas localizadas: 126. (consulte a íntegra das emendas da Fase M ao final deste documento.)</p>
<p>FASE N – Primeiro substitutivo do relator</p>	<p>Art. 210 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:</p> <p>I - propriedade predial e territorial urbana;</p> <p>II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; e</p> <p>III - vendas a varejo de mercadorias.</p> <p>§ 1º - O imposto de que trata o item I será progressivo no tempo quando incidir sobre área urbana não edificada e não utilizada, de forma que se assegure o cumprimento da função social da propriedade.</p> <p>§ 2º - O imposto de que trata o item II não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for o comércio desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.</p> <p>§ 3º - O imposto de que trata o item II compete ao Município da situação do bem.</p> <p>§ 4º - A competência municipal para instituir e cobrar o imposto mencionado no item III não exclui a dos Estados para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto</p>

	<p>de que trata o item III do artigo 209.</p> <p>§ 5º - Cabe a lei complementar fixar as alíquotas máximas do imposto de que trata o item III deste artigo.</p>
FASE O – Emendas (ES) ao primeiro substitutivo do relator	<p>Total de emendas localizadas: 118.</p> <p>(consulte a íntegra das emendas da Fase O ao final deste documento.)</p>
FASE P – Segundo substitutivo do relator	<p>Art. 178 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:</p> <p>I - propriedade predial e territorial urbana;</p> <p>II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;</p> <p>III - vendas de combustíveis líquidos e gasosos a varejo, exceto óleo diesel;</p> <p>IV - serviços de qualquer natureza, definidos em lei complementar.</p> <p>§ 1º - O imposto de que trata o inciso I poderá ser progressivo, nos termos de lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.</p> <p>§ 2º - O imposto de que trata o inciso II não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for o comércio desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.</p> <p>§ 3º - O imposto de que trata o inciso II compete ao Município da situação do bem.</p> <p>§ 4º - A competência municipal para instituir e cobrar o imposto mencionado no inciso III não exclui a dos Estados para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o inciso II do artigo 177.</p> <p>§ 5º - Cabe à lei complementar:</p> <p>I - fixar as alíquotas máximas dos impostos de que tratam os incisos III e IV;</p> <p>II - excluir da incidência dos impostos de que trata o inciso IV, exportações de serviços para o exterior.</p> <p>Destaque apresentado nº 6527/87, supressivo do §2º. Rejeitado.</p> <p>Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 27/1/1988, Supl. C, a partir da p. 1987.</p>

6 – Plenário

FASE Q – Projeto A (início 1º turno) ou FASE R Ato das Disposições Transitórias	<p>Art. 185. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:</p> <p>I - propriedade predial e territorial urbana;</p> <p>II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;</p> <p>III - vendas de combustíveis líquidos e gasosos a varejo, exceto óleo diesel;</p> <p>IV - serviços de qualquer natureza, definidos em lei complementar.</p> <p>§ 1º O imposto de que trata o inciso I poderá ser progressivo, nos termos de lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.</p>
---	--

	<p>§ 2º O imposto de que trata o inciso II não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for o comércio desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.</p> <p>§ 3º O imposto de que trata o inciso II compete ao Município da situação do bem.</p> <p>§ 4º A competência municipal para instituir e cobrar o imposto mencionado no inciso III não exclui a dos Estados para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o artigo 184, II.</p> <p>§ 5º Cabe à lei complementar:</p> <p>I - fixar as alíquotas máximas dos impostos de que tratam os incisos III e IV;</p> <p>II - excluir da incidência do imposto de que trata o inciso IV exportações de serviços para o exterior.</p>
FASE S – Emendas de Plenário (2P)	<p>Total de emendas localizadas: 6. (consulte a íntegra das emendas da Fase S ao final deste documento.)</p> <p>Emenda Substitutiva do Centrão² nº 2042, art. 185.</p> <p>Requerimento de destaque nº 1690 par inclusão da expressão “exceto óleo diesel” no inciso III. O destaque foi aprovado.</p> <p>Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 20/04/1988, a partir da p. 9640.</p> <p>Não foram localizadas emendas.</p>
FASE T – Projeto B (fim 1º turno, início 2º)	<p>Art. 162. Compete aos Municípios instituir imposto sobre:</p> <p>I - propriedade predial e territorial urbana;</p> <p>II - transmissão "inter-vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;</p> <p>III - vendas de combustíveis líquidos e gasosos a varejo, exceto óleo diesel;</p> <p>IV - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 161, I, "b", definidos em lei complementar.</p> <p>§ 1º O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos de lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.</p> <p>§ 2º O imposto previsto no inciso II:</p> <p>I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;</p> <p>II - compete ao Município da situação do bem.</p> <p>§ 3º O imposto previsto no inciso III não exclui a incidência do imposto estadual previsto no art. 161, I, "b", sobre a mesma operação.</p> <p>§ 4º Cabe à lei complementar:</p> <p>I - fixar as alíquotas máximas dos impostos previstos nos incisos III e IV;</p>

² Emendas do Centrão: grupo de parlamentares conhecido como Centrão apresentou emendas, que foram posteriormente aprovadas em Plenário, com exceção do Capítulo III da emenda nº 02043, e tornaram-se substitutivos ao Projeto A.

	<p>II - excluir da incidência do imposto previsto no inciso IV exportações de serviços para o exterior.</p> <p>Nota: Uma nova redação foi dada pelo relator para os parágrafos 2º e 3º, conforme quadro comparativo, volume 298, páginas 179/180.</p>
FASE U – Emendas ao Projeto B (2T)	<p>Total de emendas localizadas: 9. (consulte a íntegra das emendas da Fase U ao final deste documento.)</p> <p>Requerimento de destaque de emendas. As emendas foram rejeitadas.</p> <p>Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 28/08/1988, a partir da p. 13431.</p>
FASE V – Projeto C (fim 2º turno)	<p>Art. 156. Compete aos Municípios instituir imposto sobre:</p> <p>I - propriedade predial e territorial urbana;</p> <p>II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;</p> <p>III - vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;</p> <p>IV - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, I, "b", definidos em lei complementar.</p> <p>§ 1º O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos de lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.</p> <p>§ 2º O imposto previsto no inciso II:</p> <p>I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;</p> <p>II - compete ao Município da situação do bem.</p> <p>§ 3º O imposto previsto no inciso III não exclui a incidência do imposto estadual previsto no art. 155, I, "b", sobre a mesma operação.</p> <p>§ 4º Cabe à lei complementar:</p> <p>I - fixar as alíquotas máximas dos impostos previstos nos incisos III e IV;</p> <p>II - excluir da incidência do imposto previsto no inciso IV exportações de serviços para o exterior.</p>

7 – Comissão de Redação

FASE W – Proposta exclusivamente de redação	<p>Total de emendas localizadas: 3. (consulte a íntegra das emendas da Fase W ao final deste documento).</p> <p>Na Comissão de Redação, foi aprovado novo texto para o inciso III do <i>caput</i>. Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 23/09/1988, Supl. B, p. 107.</p>
---	--

FASE X – Projeto D – redação final	<p>Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:</p> <p>I - propriedade predial e territorial urbana;</p> <p>II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;</p> <p>III - vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;</p> <p>IV - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, I, "b", definidos em lei complementar.</p> <p>§ 1º O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos de lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.</p> <p>§ 2º O imposto previsto no inciso II:</p> <p>I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;</p> <p>II - compete ao Município da situação do bem.</p> <p>§ 3º O imposto previsto no inciso III não exclui a incidência do imposto estadual previsto no art. 155, I, "b", sobre a mesma operação.</p> <p>§ 4º Cabe à lei complementar:</p> <p>I - fixar as alíquotas máximas dos impostos previstos nos incisos III e IV;</p> <p>II - excluir da incidência do imposto previsto no inciso IV exportações de serviços para o exterior.</p> <p>Nota: Prevaleceu alteração redacional proposta pelo Professor Celso Cunha para o inciso I do § 2º, conforme quadro comparativo das propostas de redação, fl. 129.</p>

EMENDAS APRESENTADAS POR FASE³

FASE B

SUBCOMISSÃO DE TRIBUTOS, PARTICIPAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS – VA

³ As emendas foram reproduzidas sem revisão, conforme constam nas bases de dados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Além disso, o texto das JUSTIFICATIVAS das emendas foi digitado e não houve conferência do trabalho. Os documentos originais poderão ser consultados em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada-o-processo-constituente

EMENDA:00002 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JOSÉ TINOCO (PFL/PE)

Texto:

Nova redação ao art. 15 do Anteprojeto do Sistema Tributário Nacional, bem como outros dispositivos correlatos.

"Art. 15. - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - prestação de serviços.

Art. 14. - inciso III

II - operações relativas à circulação de mercadorias, realizados por produtores, industriais e comerciantes, inclusive fornecimento de energia elétrica.

Art. 18. - inciso III

III - Vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto dos Estados sobre operações relativas à circulação de mercadorias (artigo 14, III), realizados em seus territórios."

Justificativa:

O imposto sobre vendas a varejo de mercadorias (artigo 15, II), apresenta-se com forte conotação de bitributação, com a mesma base de cálculo do Imposto de circulação de mercadorias, ferindo o próprio princípio do artigo 11 do Anteprojeto, onde impede a criação de impostos que tenham fato gerador ou base de cálculo de impostos já instituídos.

Dessa forma a retirada desse imposto sobre vendas a varejo é substituída pelo imposto sobre serviços, já tradicionalmente da esfera municipal. Consequentemente é retirado da base do ICM a prestação dos serviços, ficando alterado I também, o inciso III do artigo 14.

Outra alteração se faz necessária no inciso III do artigo 18, que trata da partilha do ICM com os municípios, retirando a redação que trata da prestação de serviços.

Parecer:

As repartições de competência entre a União, Estados e Municípios se completam com as disposições sobre partilha de impostos e com as transferências de receitas (Fundos de Participação) previstas no anteprojeto. A alteração na competência dos Municípios viria introduzir desequilíbrio no sistema adotado, pois que distorceria o valor de um dos elementos utilizados nos cálculos em que se baseia a consistência da distribuição de receita por nós proposta.

Pela rejeição.

EMENDA:00021 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JUTAHY MAGALHÃES (PMDB/BA)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao art. 15, item II:

"II - Imposto sobre consumo de:

- Combustíveis e lubrificantes;

- energia elétrica e água;

- serviços de telecomunicações."

Justificativa:

A cobrança do Imposto da Venda a Varejo sobre produtos já tributados pelo IPI e pelo ICM implica em grande dificuldade operacional e grave risco de cobrança em cascata. A dificuldade consiste em montar a máquina de fiscalização a nível do município para cuidar do cumprimento desta obrigação fiscal. A maior parte dos municípios brasileiros não consegue cobrar o ISS. Não conseguirá, senão a muito custo, cobrar o imposto aludido no anteprojeto.

De resto, haverá grave risco técnico, já soterrado pela sistemática tributária brasileira, de cobrar em cascata. Isto pode ocorrer tanto pela cobrança sobre o ICM e IPI como sobre a própria VENDA A VAREJO, quando o produto

transita, num sentido município, entre dois ou mais estabelecimentos. A adoção da VENDA A VAREJO é inconveniente e inoportuna. Outros devem ser os instrumentos de valorização fiscal do município. Trata-se de fortalecer a arrecadação dos municípios de forma a adequá-los financeiramente às suas novas atribuições no campo da prestação de serviços públicos e formação de infraestrutura urbana para as novas etapas do desenvolvimento social.

O consumo de combustíveis, energia elétrica, água e telecomunicações é, sempre, a contrapartida a níveis superiores de crescimento populacional e complexidade urbana. Desde que o complemento deste processo de urbanização, que é a prestação de serviço de educação e saúde não é tributável, nada mais justo do que transferir a competência tributária sobre o consumo de combustíveis, energia elétrica, água e telecomunicações para os Municípios. De resto, além de politicamente justificável, porque tais serviços comunitários constituem concessões outorgadas pelo Município para exploração por empresa geralmente externa – estadual ou federal – a cobrança do tributo é muito fácil: basta estabelecer a alíquota e a cobrança será realizada em conta (caso de luz, água e telecomunicações), ou no registro das bombas de gasolina, álcool e óleo diesel. Dado que são todos serviços medidos e sujeitos a rigorosos registros, todos eles jeitos a cobrança de tarifa segundo unidade de conta, seria extremamente fácil reservar a cobrança do imposto pelos Municípios. As empresas que exploram referidos serviços, enfim, já estão remuneradas pela oferta de bens a preço de mercado, teoricamente suficientes para assegurar-lhes retorno adequado. Não são merecedoras de qualquer adicional, o qual deve, sim, beneficiar os Municípios na forma de imposto. A propósito, a cobrança do compulsório sobre combustíveis não constitui TRIBUTO.

Ademais, todos os produtos mencionados – combustíveis e lubrificantes, energia elétrica, água e telecomunicações – ficarem isentos de qualquer outro tributo federal ou estadual.

Parecer:

As repartições de competência entre a União, Estados e Municípios se completam com as disposições sobre partilha de impostos e com as transferências de receitas (Fundos de Participação) previstas no Anteprojeto. A alteração na competência dos municípios viria introduzir desequilíbrio no sistema adotado, pois que distorceria o valor de um dos elementos utilizados nos cálculos em que se baseia a consistência da distribuição de receitas por nós proposta. Pela rejeição.

EMENDA:00040 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

CÉSAR MAIA (PDT/RJ)

Texto:

Incluir no artigo 15 os seguintes itens; excluindo o item II original:

"II. Imposto sobre a propriedade, uso ou consumo de imóveis bens, e serviços suntuários, assim como sobre a posse ou propriedade a animais domésticos, não atingidos da mesma forma por outros tributos.

III. Imposto sobre o comércio a varejo de combustíveis, creditado pela União na conta dos municípios, distribuindo segundo o critério adotado para as transferências estaduais aos municípios.

IV. Contribuições de melhoria, custeio resultante do uso do solo urbano, e para o controle ou eliminação de atividade poluente.

§ 2o.: Lei estadual fixará a alíquota relativa ao item III."

Justificativa:

O imposto sobre a exteriorização de riqueza é amplamente difundido nos países mais desenvolvidos como a Suécia e a Alemanha e procura corrigir diferenças que o IPTU não consegue atingir, como proprietários de imóveis semelhante que detém renda muito diferente. Substitui o imposto sobre vendas a varejo que seria na verdade um adicional sobre o ICM (IVA), além de gerar a regressividade que desejamos reduzir. Sua cobrança é simples: é adicional sobre o IPTU, por exemplo, pela quantidade de bens possuídos (tabela progressiva: 1 automóvel x, 5 automóveis y – 1 televisão x, 5 televisões y,...). O valor é declarado e a fiscalização é feita por mini amostragem, que no caso de atestar a não declaração implicaria na multiplicação do IPTU seguinte. O imposto sobre vendas a varejo de combustíveis seria distribuído pela União nas bases propostas sem ônus de fiscalização. As contribuições aplicam a justiça buscada no art. 1º item III, § 1º do relatório.

Parecer:

As repartições de competência entre a União, Estados e Municípios se completam com as disposições sobre partilha de impostos e com as transferências de receitas (Fundos de Participação) previstas no Anteprojeto. A alteração na competência dos Estados viria introduzir desequilíbrio no sistema adotado, pois que distorceria o valor de um dos elementos utilizados nos cálculos em que se baseia a consistência da distribuição de receita por nós proposta.

Pela rejeição.

EMENDA:00072 PREJUDICADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

Texto:

Acrescente-se inciso ao artigo 15 do Anteprojeto:

"III - Imposto único para a pequena atividade EMPRESARIAL'.

Justificativa:

Emenda sem justificação.

Parecer:

A emenda já está atendida, porque o único imposto que os Municípios podem lançar sobre a pequena atividade empresarial é o imposto sobre vendas a varejo.

Prejudicada.

EMENDA:00076 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JOSÉ GUEDES (PMDB/RO)

Texto:

O inciso II, do art. 15 do Anteprojeto da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas, passa a vigorar com a seguinte redação:

"II - venda a varejo de combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos.

Parágrafo único. A alíquota máxima do imposto de que trata o item II, é a mesma estabelecida para as operações relativa à circulação de mercadorias."

Justificativa:

A venda a varejo de mercadorias não pode representar um novo imposto. É preferível o aumento de percentual na participação dos Municípios no I C M.

Já transferir a tributação sobre as vendas a varejo dos combustíveis para competência do Município é reforçar suas receitas e em condições de boa fiscalização tendo em vista o controle já existente.

Parecer:

As repartições de competência entre a União, Estados e municípios se completam com as disposições sobre partilha de impostos e com as transferências de receitas (Fundos de Participação)

previstas no anteprojeto. A alteração na competência dos Municípios viria introduzir desequilíbrio no sistema adotado, pois que distorceria o valor de um dos elementos utilizados nos cálculos em que se baseia a consistência da distribuição de receita por nós proposta.

Pela rejeição.

EMENDA:00153 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

LÍDICE DA MATA (PC DO B/BA)

Texto:

Dê-se ao art. 15 do anteprojeto a seguinte redação:

"Art. 15. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - vendas a varejo de mercadorias;

III - sobre serviços de qualquer natureza;

§ 1o. É reservado à lei complementar fixar a alíquota máxima do imposto de que trata o inciso II.

§ 2o. É vedado o repasse ao inquilino do imóvel o repasse do ônus do imposto previsto no inciso I."

Justificativa:

O imposto sobre serviços representa significativa parcela da atual receita do Município, além do que a isenção de tributação sobre a prestação de serviços colocaria esta atividade em situação de privilégio fiscal frente às demais operações econômicas.

O § 2º garante a tributação sobre o verdadeiro agente devedor do tributo, evitando o repasse injusto do ônus a outros cidadãos.

Parecer:

As repartições de competência entre a União, Estados e Municípios se completam com as disposições sobre partilha de impostos e com as transferências de receitas (Fundos de Participação) previstas no Anteprojeto. A alteração na competência dos Estados viria introduzir desequilíbrio no sistema adotado, pois que distorceria o valor de um dos elementos utilizados nos cálculos em que se baseia a consistência da distribuição de receita por nós proposta.

Pela rejeição.

EMENDA:00179 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JOSÉ COSTA (PMDB/AL)

Texto:

Acrescentem-se os seguintes dispositivos no art. 15 do Anteprojeto, suprimindo os correspondentes itens I, II e V do art. 14, assim como seus § 1o., 2o. e 3o., bem como o § 1o. do art. 15:

"Art. 15

.

III - propriedade territorial rural;

IV - transmissão da propriedade imobiliária;

V - lucro imobiliário;

VI - locação e arrendamento;

VII - construção de imóveis.

§ 1o. Os impostos sobre propriedade predial e territorial, transmissão de propriedade imobiliária, lucro imobiliário, locação e arrendamento e construção imobiliária, competem ao Município em que estiverem localizados os bens.

§ 2o. O imposto sobre propriedade territorial rural não incidirá sobre pequenas glebas rurais, nos termos definidos em lei estadual."

Justificativa:

A presente emenda transfere aos Municípios todos os impostos incidentes sobre imóveis, porque a eles cabe organizar o cadastro correspondente e eles possuem maiores condições para acompanhar os valores de mercado para fins de tributação.

O imposto territorial rural pertenceu aos Estados até 1961, passou aos Municípios durante 1962 a 1964 e foi absorvido pela União a partir de 1965, sob o compromisso constitucional de transferir aos Municípios o produto correspondente. Se os Estados podiam não ter tirado do ITR toda sua potencialidade, o Governo Federal fez a pior administração possível, deixando de cobrar, nos 18 anos de 1966 a 1983, mais de 78% do valor debitado contra proprietários de terras. Quanto maior a descentralização, menor a influência dos proprietários. Daí estar sendo proposta a reversão do tributo às Municipalidades.

O imposto sobre transmissão de propriedade imobiliária, seja nas operações entre vivos e por motivos de sucessão ou legação, também será mais produtivo em mãos dos Municípios, pois as Fazendas Estaduais não possuem organização para acompanhar o preço de mercado.

O lucro sobre vendas de imóveis atualmente é quase inexistente, sobre pessoas físicas, pois a Secretaria da Receita Federal também costuma aceitar simplesmente os valores atribuídos nas escrituras, além do que suas verificações se tornam intempestivas, anos após a ocorrência das transferências. As Prefeituras certamente darão maior produção a esse tributo.

O imposto sobre locação e arrendamento incidirá sobre imóveis, inclusive os chamados "leasings". As operações sobre bens moveis esta incluídos na lista de serviços atualmente sujeitos ao ISS, entretanto com infringência ao art. 110 do Código Tributário Nacional, o qual impede que a legislação tributária desfigure os institutos e conceitos do Direito Privado. E locação é contrato de uso de bem não fungível, mediante preço estabelecido, não podendo ser confundido com prestação de serviços.

Semelhantemente, a construção civil está impropriamente incluída na incidência do imposto sobre serviços.

Trata-se de atividade de montagem industrial, tanto que classificada na indústria de construção.

Sendo atribuída ao Estado, no anteprojeto, e aqui ao Município, a competência do imposto sobre transmissão imobiliária, deve ser deixada na decisão das respectivas comunidades as isenções a serem conferidas no interesse das mesmas. Por isso, não é repetida aqui a imunidade, introduzida pela Constituição de 1967, para a incorporação de imóveis ao capital de empresas ou sua desincorporação. De resto, esse privilégio tem promovido fictícias superavaliações de imóveis, já que o fisco não pode perder tempo com verificações isentas. Semelhantemente, contraria o princípio da autonomia conferir ao Senado competência para estabelecer alíquota máxima para o imposto sobre transmissão de imóveis e para o imposto sobre vendas a varejo, este já atribuído aos Municípios no anteprojeto. Deixa-se a critério dos respectivos poderes legislativos decidir a respeito, na conformidade de suas necessidades, aspirações e peculiaridades. Se queremos uma Federação, aceitamos as regras correspondentes. De resto, se coubesse ao Senado fixar alíquota máxima sobre venda de imóvel, não há porque submeter a competência à iniciativa do Poder Executivo Federal.

Parecer:

As repartições de competência entre a União, Estados e Municípios se completam com as disposições sobre partilha de impostos e com as transferências de receitas (Fundos de participação) previstas no Anteprojeto. A alteração na competência da União, na competência dos Estados, na competência dos Municípios viria introduzir desequilíbrio no sistema adotado, pois que distorceria o valor de um dos elementos utilizados nos cálculos em que se baseia a consistência da distribuição de receita por nós proposta. Pela rejeição.

EMENDA:00212 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

SÉRGIO SPADA (PMDB/PR)

Texto:

Acrescente-se ao art. 15 do anteprojeto constitucional, o seguinte parágrafo, renumerando-se o atual parágrafo único como § 2o.:

"Art. 15.

§ 1o. Será anual o imposto de que trata o item I deste artigo."

Justificativa:

É de toda conveniência explicitar a periodicidade anual do IPTU, o que evitará eventuais arbitrariedades por parte da autoridade fiscal.

Com efeito, os impostos sobre a propriedade são, em toda parte, tributos de cobrança anual, devendo essa característica ser devidamente consignada no texto constitucional.

Parecer:

As repartições de competência entre a União, Estados e Municípios se completam com as disposições sobre partilha de impostos e com as transferências de receitas (Fundos de Participação) previstas no anteprojeto. A alteração na competência dos Municípios viria introduzir desequilíbrio no sistema adotado, pois que distorceria o valor de um dos elementos utilizados nos cálculos em que se baseia a consistência da distribuição de receita por nós proposta.

Pela rejeição.

EMENDA:00223 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

ROBERTO FREIRE (PCB/PE)

Texto:

SEÇÃO IV

Dos impostos dos Municípios

Mantem-se o caput do artigo 15 e o texto de seu inciso I, substitui-se a redação do inciso II, modifica-se e renumera-se o inciso II para III, inclui-se o inciso IV e V e três parágrafos.

Art. 15 Compete aos municípios instituir impostos sobre:

- I - propriedade predial e territorial urbana;
- II - a aquisição, a qualquer título, de bens imóveis urbanos por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis urbanos, exceto os de garantia;
- III - o comércio a varejo de mercadorias;
- IV - o comércio a varejo de combustíveis líquidos e gasosos;
- V - lucro imobiliário (IR).

§ 1o. A alíquota do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana será progressiva, nos termos de lei complementar, em função do número de imóveis de propriedade de um mesmo contribuinte e, do tempo decorrido sem utilização socialmente adequada.

§ 2o. O imposto sobre a aquisição, a qualquer título, de bens imóveis urbanos por natureza ou cessão física e de direitos reais sobre imóveis urbanos, exceto os de garantia, compete ao município onde estiver situado o imóvel, e incide uma hipótese de promessa de compra e venda sem cláusula de arrependimento e, respectivas cessões.

§ 3o. O imposto sobre aquisição, a qualquer título, de bens imóveis urbanos por natureza ou cessão física e de direitos reais sobre imóveis urbanos, exceto os de garantia, não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos em decorrência de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, no caso de transmissão a pessoa jurídica, a atividade preponderante no adquirente for o comércio desses bens ou a sua locação ou arrendamento mercantil.

§ 4o. É reservado à lei complementar fixar alíquota máxima do imposto de que trata o item III.

Justificativa:

Impõe-se adequar o Sistema Tributário às reais necessidades da administração urbana. As propostas de inclusão de meterias no Capítulo do Sistema Tributário visam, não somente, o necessário aumento da receita tributária dos municípios, mas, também, dotá-los de instrumentos propulsores de ações de cunho urbanístico. Resultaria destas propostas considerar os tributos não só como fontes de receita, mas também, como instrumento de ordenamento territorial e urbano e de justiça social.

Assim, além do indiscutível e necessário fortalecimento da receita municipal, outros objetivos podem ser alcançados com a arrecadação tributária, consagrando-se a inter-relação e complementariedade entre os instrumentos tributários e de inter-relação e complementariedade entre os instrumentos tributários e de desenvolvimento urbano.

Impõe-se ainda estabelecer o princípio de justiça tributária que consagra a progressividade do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, instrumento capaz de permitir uma maior concretização do princípio constitucional da função social de propriedades.

Parecer:

As repartições de competência entre a União, Estados e Municípios se completam com as disposições sobre partilha de impostos e com as transferências de receitas (Fundos de Participação) previstas no anteprojeto. A

alteração na competência dos Municípios viria introduzir desequilíbrio no sistema adotado, pois que distorceria o valor de um dos elementos utilizados nos cálculos em que se baseia a consistência da distribuição de receita por nós proposta.
Pela rejeição.

EMENDA:00239 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

LUIZ ALBERTO RODRIGUES (PMDB/MG)

Texto:

Ao anteprojeto de capítulo sobre o Sistema Tributário Nacional.

O art. 14 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 14 Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

I - suprimido

§ 1o. suprimido

§ 2o. suprimido

§ 3o. suprimido

§ 10o. O imposto de que trata o item II compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento ou tiver domicílio o doador, mesmo que a sucessão seja aberta no exterior.

O art. 15 passa a ter a seguinte redação:

Art. 15 Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

III - A transmissão "intervivos" a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos à sua aquisição.

§ 1o. É reservado a lei complementar fixar a alíquota máxima do imposto de que trata o item II.

§ 2o. O imposto de que trata o item III não incide sobre a transmissão de bens ou de direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes da fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses, a atividade preponderante do adquirente for o comércio desses bens ou direitos, locação de imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3o. O imposto de que trata o inciso III deste artigo compete ao município onde se situa o imóvel transmitido."

Justificativa:

Os impostos incidentes sobre a propriedade imobiliária são tradicionalmente de competência dos Municípios. A proximidade do fato gerador da obrigação tributária e principalmente sua imobilidade são justificativas encontráveis em praticamente todos os sistemas tributários. Não se concebe, portanto, que o imposto que incida sobre a propriedade urbana tenha outra competência que não a municipal. Desta forma, e como consequência lógica, o imposto que incide sobre a transmissão da titularidade imóvel deverá seguir o mesmo princípio. Além disso, é inquestionável que se trata de imposto financeiramente rentável, visto seu baixo custo administrativo. Esta razão em si mesma já justificaria competência municipal, frente a estadual, quando se procura racionalizar as competências constitucionais tributárias em sentido amplo, que compreenda eficiência arrecadatória, baixos custos administrativos e maior autonomia financeira às unidades políticas locais.

Parecer:

As repartições de competência entre a União, Estados e Municípios se completam com as disposições sobre partilha de impostos e com as transferências de receitas (Fundos de Participação) previstas no anteprojeto. A alteração na competência dos Municípios viria introduzir desequilíbrio no sistema adotado, pois que distorceria o valor de um dos elementos utilizados nos cálculos em que se baseia a consistência da distribuição de receita por

nós proposta.
Pela rejeição.

EMENDA:00255 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

VIRGÍLIO TÁVORA (PDS/CE)

Texto:

Acrescente-se ao artigo 15 do anteprojeto:

"III - propriedade territorial rural;

IV - aquisição de bens imóveis ou de direitos a eles relativos;

V - lucros nas transações imobiliárias;

VI - serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União e dos Estados;

§ - As alíquotas dos impostos a que se referem os itens I e III serão progressivas, segundo critérios estabelecidos em lei complementar estadual."

Justificativa:

O fortalecimento da Federação não pode prescindir de uma redistribuição de competência adequada, devendo-se retirar da União, em favor dos Estados e Municípios, algumas bases de incidência.

Em nome da lógica e do bom senso deve-se alocar os impostos sobre imóveis no âmbito municipal, tendo em vista a sua enorme potencialidade, sub-explorados que são em nosso País, onde representam apenas 2,6% das receitas tributárias, contra 14% nos países industrializados. Deve manter-se na esfera municipal o imposto sobre serviços, que já começa a dar bons frutos.

Parecer:

As repartições de competência entre a União, Estados e Municípios se completam com as disposições sobre partilha de impostos e com as transferências de receitas (Fundos de Participação) previstas no anteprojeto. A alteração na competência dos Municípios viria introduzir desequilíbrio no sistema adotado, pois que distorceria o valor de um dos elementos utilizados nos cálculos em que se baseia a consistência da distribuição de receita por nós proposta.

Pela rejeição.

EMENDA:00276 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

OSMUNDO REBOUÇAS (PMDB/CE)

Texto:

O art. 14 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 14.

I - (suprimido).

.....

§ 1o. (suprimido).

§ 2o. (suprimido).

§ 3o. Incidente sobre imóveis, o imposto de que trata o item II, compete ao Estado da situação do bem, ainda que a sucessão seja aberta no exterior. Incidindo sobre bens imóveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador.

.....

....."

O art. 15 passa a ter a seguinte redação:

"**Art. 15.** Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - a transmissão "intervivos", a qualquer

título, por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos à sua aquisição;

II - a propriedade predial e territorial urbana; e

III - as vendas a varejo de mercadorias.

§ 1º. O imposto de que trata o item I não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for o comércio desses bens ou direitos, locação de imóveis ou arrendamento mercantil;

§ 2º. O imposto a que se refere o item I cabe ao Município onde se situe o imóvel."

O item II do art. 18 passa a ter a seguinte redação:

"II - cinquenta por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o item IV do art. 14."

Justificativa:

Os impostos incidentes sobre a propriedade imobiliária são tradicionalmente de competência dos Municípios. A proximidade do fato gerador da obrigação tributária e principalmente sua imobilidade são justificativas encontráveis em praticamente todos os sistemas tributários. Não se concebe, portanto, que o imposto que incida sobre a propriedade urbana tenha outra competência que não a municipal. Desta forma, e como consequência lógica, o imposto que incide sobre a transmissão da titularidade imóvel deverá seguir o mesmo princípio. Além disso, é inquestionável que se trata de imposto financeiramente rentável, visto seu baixo custo administrativo. Esta razão em si mesma já justificaria competência municipal, frente a estadual, quando se procura racionalizar as competências constitucionais tributárias em sentido amplo, que compreenda eficiência arrecadatória, baixos custos administrativos e maior autonomia financeira às unidades políticas subnacionais.

Esta incidência seria também válida para o imposto territorial rural, não fossem o seu moderno caráter extraoficial. A história da imposição propriedade rural mostrou-a, como tributo municipal ou federal, pouco eficaz em termos de arrecadação, mas de grande potencial como instrumentos de política fundiária. Em termos de receitas municipais significou, em sua melhor fase, menos de 1% das receitas locais. Contudo, consolidando-a enquanto receita estadual, o potencial mostra-se razoável, principalmente para financiar encargos sócio-econômicos provenientes da criação de micro-regiões de produção rural que seguem o processo de Reforma Agrária nas unidades federadas. Desta forma, a presente Emenda ao anteprojeto do eminente Relator objetiva dispor mais racionalmente as competências impositivas sobre a propriedade e transferências de bens imóveis, bem como aperfeiçoar seus futuros resultados financeiros de bens imóveis, bem como aperfeiçoar seus futuros resultados financeiros e administrativos para Estados e principalmente Municípios.

Parecer:

O nobre Constituinte autor d Emenda acima identificada propõe alteração que envolve a competência tributária dos Estados e Municípios, bem como a destinação de receitas, transferindo para a competência dos Municípios o imposto sobre transmissão "inter vivos" de bens imóveis e, por consequência, atribuindo-lhes, em relação aos impostos enumerados no artigo 18, item II, do Anteprojeto, participação de cinquenta por cento no que se refere apenas ao produto da arrecadação do imposto sobre propriedade de veículos automotores.

Não obstante, as razões apresentadas, achamos que o ITPI deve continuar na competência dos Estados, considerando que estes dispõem de melhores condições políticas, administrativas e operacionais para realizar as atividades tributárias relativas ao tributo.

Ademais, a sua transferência para o âmbito municipal viria desfalcar as finanças estaduais, quebrando o equilíbrio e a consistência do Anteprojeto no que pertine à discriminação das rendas tributárias.

Em face do exposto, entendemos que a permanência do ITBI na competência tributária dos Estados, e a destinação de cinquenta por cento de sua receita para Municípios, são medidas que, no atual momento e circunstâncias, atendem mais adequadamente ao objetivo de se aperfeiçoar o Sistema Tributário.

Pela rejeição.

EMENDA:00289 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

OSMUNDO REBOUÇAS (PMDB/CE)

Texto:

O art. 15 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 15. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - a propriedade predial e territorial urbana;

II - o comércio a varejo de combustíveis

líquidos e gasosos.

§ 1o. Lei complementar poderá estabelecer

isenções para operações de comércio a varejo de

combustíveis líquidos e gasoso, exceto gasolina e

álcool carburante.

§ 2o. A base de cálculo do imposto de que

trata o item II compreenderá o montante do imposto

a que se refere o item III do art. 14."

Justificativa:

O anteprojeto prevê a competência municipal para instituir o imposto sobre vendas a varejo de mercadorias, reservando à lei complementar a fixação de sua alíquota máxima. As consequências dessa proposta são:

- Os pequenos municípios não apresentam base econômica para uma arrecadação significativa deste imposto, que terá necessariamente uma alíquota pequena;

- A arrecadação e controle desse imposto requer uma administração complexa e extremamente onerosa o que, por si, impedirá a grande maioria dos municípios brasileiros de instituí-lo;

- a bitributação devido a incidência proposta do ICM;

- a fixação de alíquota máxima em lei complementar, embora necessária, dada as características do imposto, destrói o principal arqueamento para sua criação, qual seja o de dotar os municípios de autonomia tributária.

O imposto proposto nesta emenda oferece, em contrapartida as seguintes vantagens:

- qualquer município tem base economia para arrecadá-lo (vendas em postos de gasolina) e, dada a liberdade de fixação de alíquotas, a arrecadação prevista será na maioria dos municípios brasileiros, maior do que aquela possibilitada pelo imposto proposto no Anteprojeto;

- a administração do imposto é extremamente simples;

- o imposto permite plena autonomia dos municípios na sua arrecadação, salvo pela necessidades de isentar em nível nacional os óleos combustível e diesel de modo a não onerar os custos de produção e dos transportes.

O parágrafo 2º permite que os municípios obtenham um dado nível de arrecadação, com menores alíquotas nominais

Parecer:

As repartições de competência entre a União, Estados e Municípios se completam com as disposições sobre partilha de impostos e com as transferências de receitas (Fundos de Participação) previstas no anteprojeto. A alteração na competência dos Municípios viria introduzir desequilíbrio no sistema adotado, pois que distorceria o valor de um dos elementos utilizados nos cálculos em que se baseia a consistência da distribuição de receita por nós proposta.

Pela rejeição.

EMENDA:00393 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

Texto:

Suprima-se, do Art. 14, os itens I e II e os

Parágrafos 1o., 2o. e 3o. (renumerando os demais).

Acrescentem-se ao Art. 15 os itens e

parágrafos seguintes, eliminando-se o Parágrafo Único:

"III - transmissão, a qualquer título, de

bens imóveis por natureza e acessão física e de

direitos reais sobre imóveis, exceto os de

garantia, bem como sobre a cessão de direitos à

sua aquisição; e

IV - serviços de qualquer natureza não

compreendidos na competência tributária da União

ou dos Estados, definidos em lei complementar.

§ 1o. Lei complementar poderá fixar as

alíquotas máximas dos impostos de que tratam os itens I e II.

§ 2o. O imposto de que trata item III compete ao município onde está situado o imóvel, ainda que a transmissão resulte de sucessão aberta no estrangeiro; sua alíquota não excederá os limites estabelecidos em lei federal.

§ 3o. O imposto a que se refere o item III não incide sobre:

a) a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio da pessoa jurídica em realização de capital, ou transferidos, como rateio de acervo líquido, em caso de liquidação, salvo se a atividade preponderante, da pessoa jurídica for o comércio desses bens ou direitos; b) a sucessão em patrimônio, ou parcela de patrimônio, nos casos de fusão, incorporação ou cisão de pessoa jurídica."

Justificativa:

É consensual a convicção de que é necessário aumentar a participação dos Municípios no bolo tributário. Nessa direção, propõe-se a transferência para a esfera municipal dos recursos arrecadados pelo imposto sobre a transmissão de bens imóveis, que têm, relativamente, pouca significação para a receita dos Estados.

As demais disposições fazem parte do texto constitucional vigente e têm sido aplicadas sem inconvenientes, com exceção da letra b) do Parágrafo 3º, que é acrescentado, visando desonerar a dinamicidade das orgânicos empresariais.

Parecer:

As repartições de competência entre a União, Estados e Municípios se completam com as disposições sobre partilha de impostos e com as transferências de receitas (Fundos de Participação) previstas no anteprojeto. A alteração na competência dos Municípios viria introduzir desequilíbrio no sistema adotado, pois que distorceria o valor de um dos elementos utilizados nos cálculos em que se baseia a consistência da distribuição de receita por nós proposta.

Pela rejeição.

EMENDA:00412 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

OSMAR LEITÃO (PFL/RJ)

Texto:

Ao art. 15, do anteprojeto, incluam-se os seguintes incisos e parágrafo:

"III - serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência tributária da União ou dos Estados, definidos em lei complementar;

IV - propriedade de veículos automotores, vedada a cobrança de impostos ou taxas incidentes sobre a utilização de veículos;

V - transmissão, a qualquer título, de bens imóveis por natureza e acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como sobre a cessão de direitos a sua aquisição.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto neste artigo, continua assegurada a participação dos municípios na distribuição de quotas de fundos constituídos pela arrecadação de outros tributos, assim como o produto total de impostos a eles deferidos por esta Constituição."

Justificativa:

A presente Emenda repete disposições constantes de sugestão de norma por mim encaminhada à Subcomissão. Verifico que, à exceção de manter na competência dos Municípios a iniciativa da instituição do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, e de se criar o Imposto sobre Vendas a Varejo de Mercadorias, o trabalho do ilustre Relator tende claramente pela manutenção fora da órbita do Poder Municipal dos tributos que por direito lhes caberiam. Optou-se, conseqüentemente, pela centralização da iniciativa, do controle, da arrecadação e fiscalização dos tributos no âmbito do Fisco estadual e federal, não obstante assegurar-se, como

expõe o digno Relator, maior participação dos Municípios no montante arrecadado – o que em nada promete mudar o gerenciamento dessas contas, que mantem as administrações municipais em estado de permanente dependência da centralizada liberação das quotas.

Em favor do acolhimento desta Emenda depõem os fatos de que o IPVA, instituído pelos Estados, que dele retém a metade do produto arrecadado, defere somente às municipalidades as obrigações de controle e licenciamento dos veículos; o imposto sobre a transmissão de bens imóveis, por igual, tem sua instituição mantida aos Estados, que ainda aqui fica com 50% da arrecadação, embora os imóveis necessariamente estejam situados nos Municípios.

O Anteprojeto, pelas argumentações expostas, não atende, sem modificações, às exigências do Município, e pouco contribui para o fortalecimento para o fortalecimento de sua autonomia.

Parecer:

As repartições de competência entre a União, Estados e Municípios se completam com as disposições sobre partilha de impostos e com as transferências de receitas (Fundos de Participação) previstas no anteprojeto. A alteração na competência dos Municípios viria introduzir desequilíbrio no sistema adotado, pois que distorceria o valor de um dos elementos utilizados nos cálculos em que se baseia a consistência da distribuição de receita por nós proposta.

Pela rejeição.

SUBCOMISSÃO DOS MUNICÍPIOS E REGIÕES – IIC

EMENDA:00002 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

2 - Comissão da Organização do Estado

Autor:

MELLO REIS (PDS/MG)

Texto:

Suprima-se o § 1o. do art. 14 da Seção III do Capítulo III, passando o § 2o. a ser parágrafo único.

Justificativa:

O § 1º em questão deve ser suprimido por estabelecer que “Lei Complementar estadual fixará as alíquotas máximas dos impostos municipais”.

Este § 1º, portanto, constitui intervenção estadual indébita nos Municípios, enfraquecendo-os, além de ferir a autonomia municipal.

Ressalte-se, por importante, que, o sistema constitucional brasileiro assegura aos Municípios a condição de unidade política autônoma.

Parecer:

EMENDA No. 2C 0002-8

AUTOR: Constituinte MELLO REIS

Pelo não-acolhimento. A fixação de limite máximo de alíquotas para impostos municipais tem por objetivo resguardar os contribuintes contra eventuais excessos fiscalistas por parte das administrações das comunas, ao mesmo tempo em que, sem maior interferência no exercício de seu poder de tributar, assegura certa harmonia quanto ao nível relativo à carga tributária no Estado.

O princípio, inserido na Constituição vigente, é acatado e defendido pelos tributaristas de modo geral. Ao transpô-lo da lei complementar federal para a estadual, obedece-se a imperativo da descentralização do sistema.

EMENDA:00011 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

2 - Comissão da Organização do Estado

Autor:

CUNHA BUENO (PDS/SP)

Texto:

Dê-se ao § 1o. do item VII do art. 14 do anteprojeto a seguinte redação:

"As alíquotas máximas dos impostos municipais serão fixadas por lei municipal."

Justificativa:

O anteprojeto permite que o governo estadual se imiscua em assunto que deve ser da competência exclusiva do município.

Devemos propugnar pela autonomia não só do Estado e Município, em relação à União, mas, também do governo municipal em relação ao governo estadual.

Parecer:

EMENDA No. 2C 0011-7

AUTOR: Constituinte CUNHA BUENO

Pelo não-acolhimento, em face das razões expostas na apreciação da emenda Nº 2C 0002-8, do Constituinte Mello Reis.

EMENDA:00052 APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

2 - Comissão da Organização do Estado

Autor:

MAURÍCIO FRUET (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se ao item VI do art. 14, do anteprojeto, a seguinte redação:

"Art. 14.

.....

VI - vendas a varejo, inclusive combustíveis líquidos e gasosos;"

Justificativa:

A tributação da comercialização da gasolina e álcool dará real significado ao imposto previsto no dispositivo cuja redação pretende-se seja alterada, podendo sua receita, inclusive, financiar o transporte coletivo.

Sem isso, ficará um tributo restrito às vendas de bares e mercearias, de muito pouca expressão e difícil administração.

Parecer:

EMENDA No. 2C 0052-4

AUTOR: Constituinte MAURÍCIO FRUET

Pelo acolhimento, em face das razões expostas na apreciação da Emenda no. 2C 0071-1, do Constituinte LUIZ ALBERTO RODRIGUES.

EMENDA:00071 APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

2 - Comissão da Organização do Estado

Autor:

LUIZ ALBERTO RODRIGUES (PMDB/MG)

Texto:

Acrescente-se o item VIII ao artigo 14 do Anteprojeto da Subcomissão dos Municípios e Regiões, com a seguinte redação:

VIII - "Vendas a varejo de combustíveis líquidos ou gasosos e de lubrificantes."

Justificativa:

Tal imposto representará segura fonte de recursos para os Municípios, pela facilidade de controle e arrecadação.

Parecer:

EMENDA No. 2C 0071-1

AUTOR: Constituinte LUIZ ALBERTO RODRIGUES

Pela aprovação. Embora o inciso VI do artigo 14 seja abrangente de todas e quaisquer vendas a varejo, poderia a competência federal ou estadual excluir os combustíveis líquidos ou gasosos e lubrificantes, reservando-os à incidência de imposto único. Por outro lado, a tributação dessas mercadorias pelos Municípios não interferiria na política econômica federal a elas atinentes. Assim, e por questões de técnica legislativa, ofereça-se ao inciso VI do art. 14 a seguinte redação:

"VI - vendas a varejo, inclusive de combustíveis líquidos ou gasosos e de lubrificantes."

EMENDA:00072 APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

2 - Comissão da Organização do Estado

Autor:

LUIZ ALBERTO RODRIGUES (PMDB/MG)

Texto:

Suprima-se o item IV do artigo 14 do

Anteprojeto da Subcomissão dos Municípios e Regiões.

Justificativa:

No nosso entendimento, o Imposto de Renda de bens imóveis, deveria obedecer a outro nível de competência.

Parecer:

EMENDA No. 2C 0072-7

AUTOR: Constituinte LUIZ ALBERTO RODRIGUES

Pela aprovação. O anteprojeto procurou concentrar no Município os impostos que tivessem como fulcro os bens imóveis, retirando à União a tributação da renda auferida em decorrência de sua posse. Todavia, em prol da uniformidade de tratamento dessa espécie de renda e considerando que a administração de um imposto municipal sobre a renda imobiliária exigiria nível de aperfeiçoamento do aparelho fiscal difícil de viabilizar-se em muitos municípios, optou-se pela renúncia a essa fonte de recursos fiscais que, embora pouco representativa para a União, será sem dúvida significativa para as comunas.

EMENDA:00141 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

2 - Comissão da Organização do Estado

Autor:

VIRGÍLIO TÁVORA (PDS/CE)

Texto:

Inclua-se no art. 14 do anteprojeto da Subcomissão dos Municípios e Regiões:

"VIII - o lucro nas transmissões imobiliárias:

IX - o faturamento das microempresas, vedada a incidência, sobre elas, de outros impostos sobre a produção e a circulação."

Justificativa:

O imposto referido no inciso VIII, que se quer acrescentar, completaria o elenco dos impostos sobre imóveis. O ISLTI seria subtraído ao imposto de renda, federal, tal qual o imposto sobre renda de bens imóveis, previsto no item IV.

Quanto ao referido no inciso IX, além de constituir –se em reforço das finanças municipais, teria a vantagem de assegurar às microempresas a isenção de outros impostos sobre a produção e a circulação, inclusive do imposto sobre as vendas a varejo, previsto no inciso VI.

Parecer:

EMENDA No. 2C 0141-5

AUTOR: Constituinte VIRGÍLIO TÁVORA

Pelo não-acolhimento. Em que pese ao elogiável escopo dos ilustres autores, de reforçar as finanças municipais, deixa-se de incluir, os impostos indicados na competência dos Municípios. O primeiro sobre o lucro nas transmissões imobiliárias por ser imposto sobre a renda, cujo tratamento de competência exclusiva da União, conforme já se assinalou na apreciação da emenda no. 2C 072-7, do eminente Constituinte Luiz Alberto Rodrigues, acolhida para retirar-se da competência municipal o imposto de renda sobre bens imóveis, que figurava no anteprojeto.

Quanto ao imposto sobre o faturamento das microempresas, há toda uma legislação que a protege contra os rigores do fisco, embora muito válida a ressalva da emenda de afastar a incidência, sobre elas, de outros impostos sobre a produção e a circulação.

EMENDA:00153 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

2 - Comissão da Organização do Estado

Autor:

MAURO MIRANDA (PMDB/GO)

Texto:

Cap. III, art. 13, suprima-se o § 1o.

Cap. III, art. 14, dê-se nova redação ao § 1o.:

Art. 14

§ 1o. "As alíquotas dos impostos municipais serão estabelecidas por lei municipal, devendo os aumentos ter por teto máximo a variação real do salário mínimo." - Constituinte Mauro Miranda.

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

EMENDA No. 2C 0153-9

AUTOR: Constituinte MAURO MIRANDA

Pelo não-acolhimento. O § 1o. do art. 13 visa estabelecer, a nível nacional, tendo em vista um mínimo de harmonização de critérios, enquanto não se consolide o envolvimento e o exato alcance da contribuição de custeio, prevista no inciso II.

Além da utilidade de se aclararem os contornos desse novo tributo, que sem dúvida se constituirá em importante fonte de recursos para os Municípios, há ainda a necessidade de se prevenirem controvérsias fiscais que poderiam surgir exatamente pela falta de experiência com sua utilização.

Quanto à limitação prevista no art. 14, § 1o., é julgada necessária para evitar possíveis abusos do fisco municipal.

FASE E

COMISSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO, ORÇAMENTO E FINANÇAS - VA

EMENDA:00027 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

HELIO ROSAS (PMDB/SP)

Texto:

ANTEPROJETO DA SUBCOMISSÃO DE TRIBUTOS,
PARTICIPAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS
EMENDA

Os dispositivos do Anteprojeto da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas abaixo enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 14.....

III - operações relativas à circulação de mercadorias, realizadas por produtores, industriais e comerciantes, bem como prestações de serviços de transporte e comunicações, inclusive fornecimento de energia elétrica."

.....

§ 4o. suprimam-se as palavras "ou serviços".

"Art. 15.....

III - serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência tributária da União ou dos Estados, definidos em lei complementar."

"Art. 18.....

III - vinte por cento do produto da arrecadação do imposto dos Estados, previsto no art. 14, III."

§ 1o. - suprima-se integralmente."

"Art. 19.

§ 2o. - Do montante referido no item II, os Estados transferirão aos Municípios vinte por cento, observados os critérios estabelecidos nos itens I e II do § 2o. do art. 18."

Justificativa:

A presente Emenda exclui da base de cálculo do imposto previsto no art. 14, inciso III, os serviços de qualquer natureza, deslocando-os para a competência tributária municipal e compensa essa transferência de competência pelo aumento da quota-parte estadual do ICM, de 75% para 80%.

A incorporação dos serviços na base do ICM irá mais que duplicar o número de contribuintes do imposto estadual, o que, além de acarretar um custo adicional de administração tributária superior ao acréscimo de receita, provocará queda de eficiência na máquina fiscalizadora, com perdas, tanto para os Estados como para os Municípios.

Destaque-se ainda que a grande maioria dos contribuintes do ISS, após a incorporação dos serviços na base de cálculo do ICM, seria enquadrada na conceituação de microempresa e como tal isenta do imposto...

Por último, deve-se considerar que os Municípios, mormente os médios e grandes, está aparelhados para fiscalizar e arrecadar com eficiência esse tributo, e que essa estrutura seria perdida com a transferência de competência.

Parecer:

Os estudos para se estabelecer as competências tributárias, a participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e a dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo. Com base em dados de 1985, sabe-se que a participação da União, dos Estados e dos Municípios, no produto total da arrecadação tributária do País é, respectivamente, de 44,9%, 37,4% e 17,7%. Pelo sistema proposto no Anteprojeto, tal participação passa a ser de 36%, 40% e 24%, o que demonstra uma melhor repartição das rendas tributárias, com o indispensável reforço das finanças estaduais e municipais.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando a conclusão de que a alteração na competência tributária dos Estados e DF, viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Anteprojeto.

Pela rejeição.

EMENDA:00125 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

CÉSAR MAIA (PDT/RJ)

Texto:

Incluir no artigo 15 os seguintes itens; excluindo o item II original.

II. Imposto sobre a propriedade, uso ou consumo de imóveis bens, e serviços suntuários, assim como sobre a posse ou propriedade a animais domésticos, não atingidos da mesma forma por outros tributos.

III. Imposto sobre o comércio a varejo de combustíveis, creditado pela União na conta dos municípios, distribuindo segundo o critério adotado para as transferências estaduais aos municípios.

IV. Contribuições de melhoria, custeio resultante do uso do solo urbano, e para o controle ou eliminação de atividade poluente.

§ 2º: Lei estadual fixará a alíquota relativa ao item III.

Justificativa:

O imposto sobre a exteriorização de riqueza é amplamente difundido nos países mais desenvolvidos como a Suécia e a Alemanha e procura corrigir diferenças que o IPTU não consegue atingir, como proprietários de imóveis semelhante que detém renda muito diferente. Substitui o imposto sobre vendas a varejo que seria na verdade um adicional sobre o ICM (IVA), além de gerar a regressividade que desejamos reduzir. Sua cobrança é simples: é adicional sobre o IPTU, por exemplo, pela quantidade de bens possuídos (tabela progressiva: 1 automóvel x, 5 automóveis y – 1 televisão x, 5 televisões y,...). O valor é declarado e a fiscalização é feita por mini amostragem, que no caso de atestar a não declaração implicaria na multiplicação do IPTU seguinte.

O imposto sobre vendas a varejo de combustíveis seria distribuído pela União nas bases propostas sem ônus de fiscalização. As contribuições aplicam a justiça buscada no art. 1º item III, § 1º do relatório.

Parecer:

Os estudos para se estabelecer as competências tributárias, a participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e a dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e

estaduais, visaram principalmente corrigir distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo. Com base em dados de 1985, sabe-se que a participação da União, dos Estados e dos Municípios, no produto total da arrecadação tributária do País é, respectivamente, de 44,9%, 37,4% e 17,7%. Pelo sistema proposto no Anteprojeto, tal participação passa a ser de 36%, 40% e 24%, o que demonstra uma melhor repartição das rendas tributárias, com o indispensável reforço das finanças estaduais e municipais.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando a conclusão de que a alteração na competência tributária dos Municípios, viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Anteprojeto.

Pela rejeição.

EMENDA:00154 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

LÍDICE DA MATA (PC DO B/BA)

Texto:

Dê-se ao art. 15 do anteprojeto 5A
Subcomissão de Tributos, Participação e
Distribuição das Receitas passa a ter a seguinte redação.

"Art. 15 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - vendas a varejo de mercadorias;

III - sobre serviços de qualquer natureza.

§ 1o. - É reservado à lei complementar fixar a alíquota máxima do imposto de que trata o inciso II.

§ 2o. - É vedado o repasse ao inquilino do imóvel o repasse do ônus do imposto previsto no inciso I.

Justificativa:

O imposto sobre serviços representa significativa parcela da atual receita do Município, além do que a isenção de tributação sobre a prestação de serviços colocaria esta atividade em situação de privilégio fiscal frente às demais operações econômicas.

O § 2º garante a tributação sobre o verdadeiro agente devedor do tributo, evitando o repasse injusto do ônus a outros cidadãos.

Parecer:

Os estudos para se estabelecer as competências tributárias, a participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e a dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo. Com base em dados de 1985, sabe-se que a participação da União, dos Estados e dos Municípios, no produto total da arrecadação tributária do País é, respectivamente, de 44,9%, 37,4% e 17,7%. Pelo sistema proposto no Anteprojeto, tal participação passa a ser de 36%, 40% e 24%, o que demonstra uma melhor repartição das rendas tributárias, com o indispensável reforço das finanças estaduais e municipais.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando a conclusão de que a alteração na competência tributária dos Municípios, viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Anteprojeto.

Pela rejeição.

EMENDA:00217 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

Texto:

Dê-se ao artigo 15, do Anteprojeto da
Subcomissão de Tributos, Participação e
Distribuição de Receitas, a seguinte redação:

"Art. 15 - Compete aos Municípios instituir imposto sobre:
I - Propriedade predial e territorial;
II - Serviços de qualquer natureza, nos termos estabelecidos em lei complementar".

Justificativa:

Pela Emenda Constitucional nº 18/65, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza foi atribuído à competência tributária do Município. Nesse largo espaço de tempo, as Municipalidades se aparelharam para cobrança desse imposto, instituindo cadastros e programas de computação.

O artigo 15, inciso II, pretende subtrair esse imposto pelo de vendas a varejo de mercadorias. A troca do tributo não nos parece vantajosa para os Municípios, pois, além de gastos com sua implantação e arrecadação, o tributo é de difícil controle. Afora isso, o imposto sobre vendas a varejo, tal como previsto, traz vários inconvenientes.

O primeiro é a quebra dos princípios da não cumulatividade da última etapa do processo de circulação de mercadorias. Os varejistas receberão os produtos onerados com o imposto de circulação de mercadorias (ICM) e sobre o valor global irá incidir o imposto municipal sobre vendas a varejo, sem aproveitamento do crédito do ICM. Isso contribuirá para um sensível aumento dos preços ao consumidor, onerando toda a coletividade.

Do ponto de vista econômico, o imposto poderá ensejar a verticalização das empresas, pois indústrias poderão passar a vender diretamente aos consumidores, desfalcando com esse procedimento a arrecadação estadual do ICM.

Ademais, ressalte-se que, em face do dispositivo no artigo 14, inciso III, e artigo 15, inciso II, os comerciantes varejistas poderão ficar sujeitos a dois impostos: um relativo à circulação de mercadorias e outro referente às vendas de mercadorias, pois não se prevê nenhuma norma dispondo que o segundo tributo exclua o primeiro nas operações realizadas.

Sobreleva notar, também, que o comerciante varejista não realiza apenas operações de vendas a varejo, efetuar operações de troca de mercadorias, transferências, devoluções etc. Nesta hipótese, mesmo que o imposto sobre vendas a varejo eliminasse o ICM, ficaria o contribuinte sujeito a duas tributações, com todas as obrigações acessórias delas decorrentes. Sabido como é que o comércio varejista é o composto, na sua maioria, de micro e pequenas empresas, fácil é concluir que não teria estrutura administrativa para suportar a incidência simultânea do ICM e do imposto sobre vendas a varejo. Praticamente, seria uma punição para mais de milhão e quinhentas mil empresas, que teriam suas despesas operacionais, no mínimo, duplicadas.

Por estas razões, é que a Emenda pretende restabelecer a situação vigente suprimindo o imposto de vendas a varejo e atribuindo o imposto sobre serviços à competência Municipal.

Além disso, através de outra emenda estamos propondo a alteração do artigo 18, inciso III, para conferir ao Município em vez de vinte e cinco por cento, trinta por cento do produto da arrecadação do ICM (art. 14, III).

Parecer:

Os estudos para se estabelecer as competências tributárias, a participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e a dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo. Com base em dados de 1985, sabe-se que a participação da União, dos Estados e dos Municípios, no produto total da arrecadação tributária do País é, respectivamente, de 44,9%, 37,4% e 17,7%. Pelo sistema proposto no Anteprojeto, tal participação passa a ser de 36%, 40% e 24%, o que demonstra uma melhor repartição das rendas tributárias, com o indispensável reforço das finanças estaduais e municipais.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando à conclusão de que a alteração na competência tributária dos Municípios, viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Anteprojeto.

Pela rejeição.

EMENDA:00223 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

OSMAR LEITÃO (PFL/RJ)

Texto:

Ao artigo 15, do Anteprojeto da Subcomissão de Tributo, Participação e Distribuição das Receitas, incluem-se os seguintes incisos:

"III - serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência tributária da União ou dos Estados, definidos em lei complementar;

IV - propriedade de veículos automotores, vedada a cobrança de impostos ou taxas incidentes sobre a utilização de veículos;

V - transmissão, a qualquer título, de bens imóveis por natureza a acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como sobre a cessão de direitos a sua aquisição.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto neste artigo, continua assegurada a participação dos Municípios na distribuição de quotas de fundos constituídos pela arrecadação de outros tributos, assim como o produto total de impostos a eles deferidos nesta Constituição.

Justificativa:

O IPVA, instituído pelos Estados, que dele retém a metade do produto arrecadado, defere às municipalidades nas obrigações de controle e licenciamento dos veículos; o imposto sobre a transmissão de bens imóveis, por igual, tem sua instituição mantida aos Estados, que ainda fica com 50% da arrecadação. O Anteprojeto, sem as modificações sugeridas, não atende às exigências dos Municípios e pouco contribui para o fortalecimento de sua autonomia.

Parecer:

Os estudos para se estabelecer as competências tributárias, a participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e a dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo. Com base em dados de 1985, sabe-se que a participação da União, dos Estados e dos Municípios, no produto total da arrecadação tributária do País é, respectivamente, de 44,9%, 37,4% e 17,7%. Pelo sistema proposto no Anteprojeto, tal participação passa a ser de 36%, 40% e 24%, o que demonstra uma melhor repartição das rendas tributárias, com o indispensável reforço das finanças estaduais e municipais.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando a conclusão de que a alteração na competência tributária dos Municípios, viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Anteprojeto.

Pela rejeição.

EMENDA:00268 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

EDISON LOBÃO (PFL/MA)

Texto:

Acrescentem-se os seguintes dispositivos no artigo 15 do Anteprojeto da Subcomissão de Tributos, suprimindo os correspondentes itens I, II e V do art. 14, seus §§ 1o, 2o, 3o. e 8o, bem como o § 1o. do art. 15 e a parte correspondente do art. 8o.

"Art. 15

III - propriedade territorial rural;

IV - transmissão da propriedade imobiliária;

V - lucro imobiliário;

VII - construção de imóveis.

§ 1o. - Os impostos sobre propriedade predial e territorial, transmissão de propriedade imobiliária, lucro imobiliário, locação e arrendamento e construção imobiliária, competem ao Município em que estiverem localizados os bens.

§ 2o. - O imposto sobre propriedade territorial rural não incidirá sobre pequenas glebas rurais, nos termos definidos em lei estadual

Justificativa:

A presente emenda transfere aos Municípios todos os impostos incidentes sobre imóveis, porque a eles cabe organizar o cadastro correspondente a eles possuem maiores condições para acompanhar os valores de mercado para fins de tributação.

O imposto territorial rural pertenceu aos Estados até 1961, passou aos Municípios durante 1962 a 1964 e foi absorvido pela União a partir de 1965, sob o compromisso constitucional de transferir aos Municípios o produto correspondente. Se os Estados podiam não ter tirado do ITR toda sua potencialidade, o Governo Federal fez a pior administração possível, deixando de cobrar, nos 18 anos, de 1966 a 1983, mais de 78% do valor debitado contra proprietários de terras. (DCN, Seção II, 6/6/85, págs. 1656 a 1666). Quanto maior a descentralização, menor a influência dos proprietários. Daí estar sendo proposta a reversão do tributo às Municipalidades.

O imposto sobre a transmissão de propriedade imobiliária, seja nas operações entre vivos, seja por motivo de sucessão ou legação, também será mais produtivo em mãos dos Municípios, pois as Fazendas Estaduais não possuem organização para acompanhar o preço de mercado.

O lucro sobre vendas de imóveis atualmente é quase inexistente, sobre pessoas físicas, pois a Secretaria da Receita Federal também costuma aceitar simplesmente os valores atribuídos nas escrituras, além do que suas verificações se tornam intempestivas, anos após a ocorrência das transferências. As Prefeituras certamente darão após a ocorrência das transferências. As Prefeituras certamente darão maior produção a esse tributo.

O imposto sobre locação e arrendamento incidirá sobre imóveis, inclusive os chamados "leasings". As operações sobre bens móveis estão incluídas na lista de serviços atualmente sujeitos ao ISS, entretanto com infringência ao art. 110 do Código Tributário Nacional, o qual impede que a legislação tributária desfigure os institutos e conceitos do Direito Privado. Locação é contrato de uso de bem não fungível, mediante preço estabelecido, não podendo ser confundido com prestação de serviços.

Semelhantemente, a construção civil impropriamente incluída na incidência do imposto sobre serviços. Trata-se de atividade de montagem industrial, tanto que classificada na indústria de construção.

Sendo atribuída ao Estado, no anteprojeto, e aqui ao Município, a competência do imposto sobre transmissão imobiliária, deve ser deixada na decisão das respectivas comunidades as isenções a serem conferidas no interesse das mesmas. Por isso, não é repetida aqui a imunidade introduzida pela Constituição de 1967, para a incorporação de imóveis ao capital de empresas ou sua desincorporação.

De resto, esse privilégio tem promovido fictícias superavaliações de imóveis, entregues com integralização de capital e a sonegação de lucros obtidos com vendas ulteriores.

Semelhantes, contraria o princípio da autonomia conferir ao Senado competência para estabelecer alíquota máxima para o imposto sobre transmissão de imóveis e para o imposto sobre vendas a varejo, este já atribuído aos Municípios no anteprojeto. Deixa-se a critério dos respectivos poderes legislativos decidir a respeito, na conformidade de suas necessidades, aspirações e peculiaridades. Se queremos uma Federação, aceitemos as regras correspondentes.

Parecer:

Os estudos para se estabelecer as competências tributárias, a participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e a dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo. Com base em dados de 1985, sabe-se que a participação da União, dos Estados e dos Municípios, no produto total da arrecadação tributária do País é, respectivamente, de 44,9%, 37,4% e 17,7%. Pelo sistema proposto no Anteprojeto, tal participação passa a ser de 36%, 40% e 24%, o que demonstra uma melhor repartição das rendas tributárias, com o indispensável reforço das finanças estaduais e municipais.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando a conclusão de que a alteração na competência tributária dos Municípios, viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Anteprojeto.

Pela rejeição.

EMENDA:00269 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

VIRGÍLIO TÁVORA (PDS/CE)

Texto:

Acrescente-se ao artigo 15 do anteprojeto da Subcomissão dos Tributos, Participação e Distribuição de Receitas:

"III - propriedade territorial rural;

IV - aquisição de bens imóveis ou de direitos a eles relativos;

V - lucros nas transações imobiliárias;

VI - serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União e dos Estados;

§ - As alíquotas dos impostos a que se referem os itens I e III serão progressivas, segundo critérios estabelecidos em lei complementar estadual".

Justificativa:

O fortalecimento da Federação não pode prescindir de uma redistribuição de competência adequada, devendo-se retirar da União, em favor dos Estados e Municípios, algumas bases de incidência.

Em nome da lógica e do bom senso deve-se alocar os impostos sobre imóveis no âmbito municipal, tendo em vista a sua enorme potencialidade, subexplorados que são em nosso País, onde representam apenas 2,6% das receitas tributárias, contra 14% nos países industrializados. Deve manter-se na esfera municipal o imposto sobre serviços, que já começa a dar bons frutos.

Parecer:

Os estudos para se estabelecer as competências tributárias, a participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e a dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo. Com base em dados de 1985, sabe-se que a participação da União, dos Estados e dos Municípios, no produto total da arrecadação tributária do País é, respectivamente, de 44,9%, 37,4% e 17,7%. Pelo sistema proposto no Anteprojeto, tal participação passa a ser de 36%, 40% e 24%, o que demonstra uma melhor repartição das rendas tributárias, com o indispensável reforço das finanças estaduais e municipais.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando a conclusão de que a alteração na competência tributária dos Municípios, viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Anteprojeto.

Pela rejeição.

EMENDA:00281 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PFL/SP)

Texto:

Dê-se ao artigo 15 a seguinte redação:

Art. 15 - Os Municípios terão participação, definida em lei, em todos os impostos federais e estaduais, abolidas quaisquer vinculações ou prioridades para utilização, pelos Municípios, das suas parcelas, as quais ser-lhes-ão creditadas no momento da arrecadação de cada imposto.

Justificativa:

Impõe-se, ao lado de uma nova divisão de encargos, uma nova discriminação de rendas que venha a fortalecer o papel do Município no processo de desenvolvimento nacional. Descentralização quer dizer acima de tudo, atribuição de maiores recursos e maiores encargos às entidades descentralizadas, sem isso, tudo mais é pura retórica. O atual Fundo de Participação dos Municípios deve ser ampliado com a cota-parte dos demais tributos já compartilhados com os Municípios e dos impostos federais que ainda não são partilhados, mas que deverão sê-lo, conforme a proposta.

Esta é certamente a melhor forma de se fortalecer as finanças municipais e reduzir a enorme centralização, nas mãos da União.

Por outro lado, a participação dos Municípios em tributos federais e estaduais é a maneira mais eficiente, do ponto de vista da política fiscal, de assegurar aos governos municipais receita compatível com suas responsabilidades. Não se trata de benesse ou concessão do governo federal ou estadual, como são as transferências negociadas, mas sim de um direito imprescindível para dar conteúdo substantivo à autonomia municipal e à descentralização política do país. Além disso, é alta presunção ou mesmo arrogância das esferas superiores pretender conhecer, melhor do que os próprios governos locais, quais são seus problemas e suas prioridades. Estas só devem ser estabelecidas de cima quando se tratar de políticas federais ou estaduais cuja implementação os Municípios sejam convocados, utilizando-se, para tanto, recursos especiais e métodos específicos de ação.

Parecer:

Não obstante a importância da emenda oferecida pelo nobre constituinte, entendemos deve ela ser objeto de norma infraconstitucional, porquanto versa sobre matéria que, por sua natureza e características, pode vir a passar por frequentes modificações, em decorrência da própria evolução econômico-social do país, à qual os fatos específicos relativos à área tributária se acham intimamente ligados.

Tais considerações se justificam, ainda, pelo fato de que a Constituição, como lei fundamental do País, deve vigorar por longo tempo, com o mínimo de alterações, através de diferentes conjunturas econômicas e sociais. Agiu acertadamente a Subcomissão "de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas" ao deixar de incluir em seu Anteprojeto norma específica, própria de legislação infraconstitucional. Pela rejeição.

EMENDA:00320 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

PAES LANDIM (PFL/PI)

Texto:

Art. 15. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana; e

II - vendas a varejo de mercadorias.

Parágrafo único. Quanto ao imposto de que trata o item II, a lei complementar:

a) fixará as suas alíquotas máximas;

b) poderá excluir de sua incidência as mercadorias cujo preço máximo de venda a varejo seja marcado pelo fabricante.

Justificativa:

Remete-se à lei complementar, por oferecer maior flexibilidade, a fixação das alíquotas máximas do imposto, e a faculdade de excluir da incidência mercadorias cujo preço de venda a varejo seja fixado para prática em todo o território nacional. A fixação de preços a nível nacional obedece a razões de controle da comercialização realizada por determinados setores, em que a formação de preços tem características especiais (fumo e combustíveis, por exemplo), tendo em vista seus reflexos sobre os índices de inflação. A política anti-inflacionária não deve estar provada desse importante instrumento, o que aconteceria, nesses casos, se diferentes alíquotas do imposto municipal viessem a influenciar a estrutura de preços, comprometendo o objetivo maior, que é o controle da inflação.

Parecer:

Não obstante a importância da emenda oferecida pelo nobre constituinte, entendemos deve ela ser objeto de norma infraconstitucional, porquanto versa sobre matéria que, por sua natureza e características, pode vir a passar por frequentes modificações, em decorrência da própria evolução econômico-social do país, à qual os fatos específicos relativos à área tributária se acham intimamente ligados.

Tais considerações se justificam, ainda, pelo fato de que a Constituição, como lei fundamental do País, deve vigorar por longo tempo, com o mínimo de alterações, através de diferentes conjunturas econômicas e sociais. Agiu acertadamente a Subcomissão "de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas" ao deixar de incluir em seu Anteprojeto norma específica, própria de legislação infraconstitucional. Pela rejeição.

EMENDA:00337 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

ALEXANDRE PUZYNA (PMDB/SC)

Texto:

Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição da Receita

Art. 15. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana; e

II - vendas a varejo de mercadorias.

Parágrafo único. Quando ao imposto de que

trata o item II, a lei complementar:

- a) fixará as suas alíquotas máximas;
- b) poderá excluir de sua incidência as mercadorias cujos preço de venda a varejo seja fixado para todo o Território Nacional.

Justificativa:

Remete-se à lei complementar, por oferecer maior flexibilidade, a fixação das alíquotas máximas do imposto, e a faculdade de excluir da incidência mercadorias cujo preço de venda a varejo seja fixado para prática em todo o território nacional. A fixação de preços a nível nacional obedece a razões de controle da comercialização realizada por determinados setores, em que a formação de preços tem características especiais (fumo e combustíveis, por exemplo), tendo em vista seus reflexos sobre os índices de inflação. A política anti-inflacionária não deve estar provada desse importante instrumento, o que aconteceria, nesses casos, se diferentes alíquotas do imposto municipal viessem a influenciar a estrutura de preços, comprometendo o objetivo maior, que é o controle da inflação.

Parecer:

Não obstante a importância da emenda oferecida pelo nobre constituinte, entendemos deve ela ser objeto de norma infraconstitucional, porquanto versa sobre matéria que, por sua natureza e características, pode vir a passar por frequentes modificações, em decorrência da própria evolução econômico-social do país, à qual os fatos específicos relativos à área tributária se acham intimamente ligados.

Tais considerações se justificam, ainda, pelo fato de que a Constituição, como lei fundamental do País, deve vigorar por longo tempo, com o mínimo de alterações, através de diferentes conjunturas econômicas e sociais. Agiu acertadamente a Subcomissão "de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas" ao deixar de incluir em seu Anteprojeto norma específica, própria de legislação infraconstitucional. Pela rejeição.

EMENDA:00392 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

Texto:

Emenda ao parecer do relator da Subcomissão de Tributos e participação e distribuição das receitas Acrescente-se inciso ao artigo 15 do Anteprojeto:

III - Imposto Único para pequena atividade empresarial.

Justificativa:

A atividade, empresarial de pequeno porte deverá merecer tratamento especial. O imposto único simplificará sobremaneira as suas atividades. Sendo de competência municipal facilitará sua fiscalização e cobrança. O imposto único, por outro lado, atende a antiga reivindicação doutrinária de simplificação dos tributos.

Parecer:

Os estudos para se estabelecer as competências tributárias, a participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e a dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo. Com base em dados de 1985, sabe-se que a participação da União, dos Estados e dos Municípios, no produto total da arrecadação tributária do País é, respectivamente, de 44,9%, 37,4% e 17,7%. Pelo sistema proposto no Anteprojeto, tal participação passa a ser de 36%, 40% e 24%, o que demonstra uma melhor repartição das rendas tributárias, com o indispensável reforço das finanças estaduais e municipais.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando a conclusão de que a alteração na competência tributária dos Municípios, viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Anteprojeto.

Pela rejeição.

EMENDA:00464 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

VICENTE BOGO (PMDB/RS)

Texto:

Referente relatório Subcomissão V-A:
Elimine-se o inciso II do art. 15 e seu parágrafo único, passando a constar a seguinte redação:

"Art. 15 - Compete aos Municípios instituir imposto sobre propriedade predial e territorial urbana".

Justificativa:

O objetivo da criação do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias visaria compensar os Municípios pela perda da tributação sobre serviços, ora atribuída aos Estados. Entretanto, há que se considerar que o percentual de partilha sobre o ICM será elevado, além de os recursos gerados por este serem ampliados de forma significativa.

Por outro lado, sabe-se que a absoluta maioria dos 4.000 Municípios brasileiros, após decorridos 20 anos, não conseguiram viabilizar a cobrança do ISS ora extinto. A proposta do Anteprojeto repetirá a realidade anterior e, se aceita, será concentradora de recursos, pois apenas as Capitais e grandes cidades conseguirão instituir e cobrar o imposto.

Além do mais haverá superposição de tributação por parte de Estados e Municípios sobre os mesmos sujeitos passivos e dificuldade de obrigações burocráticas tributárias exigidas do mesmo universo de contribuintes.

Parecer:

Os estudos para se estabelecer as competências tributárias, a participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e a dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo. Com base em dados de 1985, sabe-se que a participação da União, dos Estados e dos Municípios, no produto total da arrecadação tributária do País é, respectivamente, de 44,9%, 37,4% e 17,7%. Pelo sistema proposto no Anteprojeto, tal participação passa a ser de 36%, 40% e 24%, o que demonstra uma melhor repartição das rendas tributárias, com o indispensável reforço das finanças estaduais e municipais.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando a conclusão de que a alteração na competência tributária dos Municípios, viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Anteprojeto. Pela rejeição.

EMENDA:00480 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

IVO CERSÓSIMO (PMDB/MS)

Texto:

SUPRIMIR no artigo 14 do anteprojeto da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas, integralmente:

inciso I, II e V

§ 10., 20. e 30.

ADITAR no artigo 15 do mencionado anteprojeto:

"Art. 15 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão "inter vivos", a qualquer título;

por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza e acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como

cessão de direitos a sua aquisição;

III - transmissão "causa mortis" e doação de quaisquer bens com direitos;

IV - propriedade territorial rural;

V - vendas a varejo de mercadorias.

§ 1o. - o imposto de que trata o item I não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos

decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for o comércio desses bens ou direitos, locação de imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 2o. - as alíquotas dos impostos de que tratam os itens I e II não excederão os limites estabelecidos em resolução do Senado Federal.

Justificativa:

Emenda sem justificção.

Parecer:

A apreciação da Emenda do nobre Constituinte levou-nos à conclusão de que ela pode ser aceita parcialmente, porquanto trata de aspectos que contribuem efetivamente para o aprimoramento do Anteprojeto da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas, tornando-o mais completo, ajustado e consistente. Em consequência, estamos modificando o dispositivo a que ela se reporta, de modo a fazê-lo incorporar a parte da Emenda que o aperfeiçoa. Pelo acolhimento parcial.

EMENDA:00525 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JORGE UEQUED (PMDB/RS)

Texto:

Elimine-se o inciso II do art., 15 e seu Parágrafo Único, passando a constar a seguinte redação:

"Art. 15. Compete aos Municípios instituir imposto sobre propriedade predial e territorial urbana."

Justificativa:

O objetivo da criação do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias visaria compensar os Municípios pela perda da tributação sobre serviços, ora atribuída aos Estados. Entretanto, há que se considerar que o percentual de partilha sobre o ICM será elevado, além de os recursos gerados por este serem ampliados de forma significativa.

Por outro lado, sabe-se que a absoluta maioria dos 4.000 Municípios brasileiros, após decorridos 20 anos, não conseguiram viabilizar a cobrança do ISS ora extinto. A proposta do Anteprojeto repetirá a realidade anterior e, se aceita, será concentradora de recursos, pois apenas as Capitais e grandes cidades conseguirão instituir e cobrar o imposto.

Além do mais haverá superposição de tributação por parte de Estados e Municípios sobre os mesmos sujeitos passivos e dificuldade de obrigações burocráticas tributárias exigidas do mesmo universo de contribuintes.

Parecer:

Os estudos para se estabelecer as competências tributárias, a participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e a dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo. Com base em dados de 1985, sabe-se que a participação da União, dos Estados e dos Municípios, no produto total da arrecadação tributária do País é, respectivamente, de 44,9%, 37,4% e 17,7%. Pelo sistema proposto no Anteprojeto, tal participação passa a ser de 36%, 40% e 24%, o que demonstra uma melhor repartição das rendas tributárias, com o indispensável reforço das finanças estaduais e municipais.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando a conclusão de que a alteração na competência tributária dos Municípios, viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Anteprojeto. Pela rejeição.

EMENDA:00646 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

IVO MAINARDI (PMDB/RS)

Texto:

"Elimine-se o inciso II do art. 15 e seu Parágrafo Único, passando a constar a seguinte redação".

Justificativa:

O objetivo da criação do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias visaria compensar os Municípios pela perda da tributação sobre serviços, ora atribuída aos Estados. Entretanto, há que se considerar que o percentual de partilha sobre o ICM será elevado, além de os recursos gerados por este serem ampliados de forma significativa.

Por outro lado, sabe-se que a absoluta maioria dos 4.000 Municípios brasileiros, após decorridos 20 anos, não conseguiram viabilizar a cobrança do ISS ora extinto. A proposta do Anteprojeto repetirá a realidade anterior e, se aceita, será concentradora de recursos, pois apenas as Capitais e grandes cidades conseguirão instituir e cobrar o imposto.

Além do mais haverá superposição de tributação por parte de Estados e Municípios sobre os mesmos sujeitos passivos e dificuldade de obrigações burocráticas tributárias exigidas do mesmo universo de contribuintes.

Parecer:

Os estudos para se estabelecer as competências tributárias, a participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e a dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo. Com base em dados de 1985, sabe-se que a participação da União, dos Estados e dos Municípios, no produto total da arrecadação tributária do País é, respectivamente, de 44,9%, 37,4% e 17,7%. Pelo sistema proposto no Anteprojeto, tal participação passa a ser de 36%, 40% e 24%, o que demonstra uma melhor repartição das rendas tributárias, com o indispensável reforço das finanças estaduais e municipais.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando a conclusão de que a alteração na competência tributária dos Municípios, viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Anteprojeto.

Pela rejeição.

EMENDA:00676 REJEITADA**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

IRAJÁ RODRIGUES (PMDB/RS)

Texto:

Elimine-se o inciso II do art. 15 e seu parágrafo único, passando a constar a seguinte redação:

Art. 15 - Compete aos Municípios instituir imposto sobre propriedade predial e territorial urbana.

Justificativa:

O objetivo da criação do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias visaria compensar os Municípios pela perda da tributação sobre serviços, ora atribuída aos Estados. Entretanto, há que se considerar que o percentual de partilha sobre o ICM será elevado, além de os recursos gerados por este serem ampliados de forma significativa.

Por outro lado, sabe-se que a absoluta maioria dos 4.000 Municípios brasileiros, após decorridos 20 anos, não conseguiram viabilizar a cobrança do ISS ora extinto. A proposta do Anteprojeto repetirá a realidade anterior e, se aceita, será concentradora de recursos, pois apenas as Capitais e grandes cidades conseguirão instituir e cobrar o imposto. Além do mais haverá superposição de tributação por parte de Estados e Municípios sobre os mesmos sujeitos passivos e dificuldade de obrigações burocráticas tributárias exigidas do mesmo universo de contribuintes.

Parecer:

Os estudos para se estabelecer as competências tributárias, a participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e a dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo. Com base em dados de 1985, sabe-se que a participação da União, dos Estados e dos Municípios, no produto total da arrecadação tributária do País é, respectivamente, de 44,9%, 37,4% e 17,7%. Pelo sistema proposto no Anteprojeto, tal participação passa a ser de 36%, 40% e 24%, o que demonstra uma melhor repartição das rendas tributárias, com o indispensável reforço das finanças estaduais e municipais.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando a conclusão de que a alteração na competência tributária dos Municípios, viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Anteprojeto.
Pela rejeição.

EMENDA:00734 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JUTAHY MAGALHÃES (PMDB/BA)

Texto:

Acrescente-se o seguinte item ao art. 15 do Anteprojeto da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas:
"Art. 15

.....
III - transmissão da propriedade imobiliária."

Justificativa:

As Prefeituras Municipais são os entes estatais que precisam manter o melhor cadastro dos imóveis existentes em seus espaços geográficos, acompanhando de perto o valor de mercado dos imóveis. Por isso, deve caber aos Municípios também o imposto incidente sobre a transmissão dos imóveis.

Torna-se necessário, também, fortalecer as finanças dos Municípios. Nova potencialidade nesse sentido será proporcionada pelo imposto sobre transmissão imobiliária, convergente ao imposto sobre propriedade predial e territorial urbana, confirmado no anteprojeto.

Parecer:

Os estudos para se estabelecer as competências tributárias, a participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e a dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo. Com base em dados de 1985, sabe-se que a participação da União, dos Estados e dos Municípios, no produto total da arrecadação tributária do País é, respectivamente, de 44,9%, 37,4% e 17,7%. Pelo sistema proposto no Anteprojeto, tal participação passa a ser de 36%, 40% e 24%, o que demonstra uma melhor repartição das rendas tributárias, com o indispensável reforço das finanças estaduais e municipais.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando a conclusão de que a alteração na competência tributária dos Municípios, viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Anteprojeto.
Pela rejeição.

EMENDA:00887 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

VICTOR FACCIONI (PDS/RS)

Texto:

Elimine-se o inciso II do art. 15 e seu Parágrafo único do anteprojeto aprovado pela Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas, passando a constar a seguinte redação:

"Art. 15 - Compete aos Municípios instituir imposto sobre propriedade predial e territorial urbana".

Justificativa:

O objetivo da criação do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias visaria compensar os Municípios pela perda da tributação sobre serviços, ora atribuída aos Estados. Entretanto, há que se considerar que o percentual

de partilha sobre o ICM será elevado, além de os recursos gerados por este serem ampliados de forma significativa.

Por outro lado, sabe-se que a absoluta maioria dos 4.000 Municípios brasileiros, após decorridos 20 anos, não conseguiram viabilizar a cobrança do ISS ora extinto. A proposta do Anteprojeto repetirá a realidade anterior e, se aceita, será concentradora de recursos, pois apenas as Capitais e grandes cidades conseguirão instituir e cobrar o imposto.

Além do mais haverá superposição de tributação por parte de Estados e Municípios sobre os mesmos sujeitos passivos e dificuldade de obrigações burocráticas tributárias exigidas do mesmo universo de contribuintes.

Parecer:

Os estudos para se estabelecer as competências tributárias, a participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e a dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo. Com base em dados de 1985, sabe-se que a participação da União, dos Estados e dos Municípios, no produto total da arrecadação tributária do País é, respectivamente, de 44,9%, 37,4% e 17,7%. Pelo sistema proposto no Anteprojeto, tal participação passa a ser de 36%, 40% e 24%, o que demonstra uma melhor repartição das rendas tributárias, com o indispensável reforço das finanças estaduais e municipais.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando a conclusão de que a alteração na competência tributária dos Municípios, viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Anteprojeto.

Pela rejeição.

EMENDA:00896 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

ARNALDO PRIETO (PFL/RS)

Texto:

Elimine-se o inciso II do art. 15 e seu parágrafo único, passando a constar a seguinte redação:

"Art. 15 - Compete aos Municípios instituir imposto sobre propriedade predial e territorial urbana."

Justificativa:

O objetivo da criação do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias visaria compensar os Municípios pela perda da tributação sobre serviços, ora atribuída aos Estados. Entretanto, há que se considerar que o percentual de partilha sobre o ICM será elevado, além de os recursos gerados por este serem ampliados de forma significativa.

Por outro lado, sabe-se que a absoluta maioria dos 4.000 Municípios brasileiros, após decorridos 20 anos, não conseguiram viabilizar a cobrança do ISS ora extinto. A proposta do Anteprojeto repetirá a realidade anterior e, se aceita, será concentradora de recursos, pois apenas as Capitais e grandes cidades conseguirão instituir e cobrar o imposto.

Além do mais haverá superposição de tributação por parte de Estados e Municípios sobre os mesmos sujeitos passivos e dificuldade de obrigações burocráticas tributárias exigidas do mesmo universo de contribuintes.

Parecer:

Os estudos para se estabelecer as competências tributárias, a participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e a dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo. Com base em dados de 1985, sabe-se que a participação da União, dos Estados e dos Municípios, no produto total da arrecadação tributária do País é, respectivamente, de 44,9%, 37,4% e 17,7%. Pelo sistema proposto no Anteprojeto, tal participação passa a ser de 36%, 40% e 24%, o que demonstra uma melhor repartição das rendas tributárias, com o indispensável reforço das finanças estaduais e municipais.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando a conclusão de que a alteração na competência tributária dos Municípios, viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Anteprojeto.

Pela rejeição.

EMENDA:00973 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

LÉLIO SOUZA (PMDB/RS)

Texto:

Elimina-se o inciso II do art. 15 e seu parágrafo único, passando a constar a seguinte redação:

Art. 15 - Compete aos Municípios instituir imposto sobre propriedade predial e territorial urbano.

Justificativa:

O objetivo da criação do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias visaria compensar os Municípios pela perda da tributação sobre serviços, ora atribuída aos Estados. Entretanto, há que se considerar que o percentual de partilha sobre o ICM será elevado, além de os recursos gerados por este serem ampliados de forma significativa. Por outro lado, sabe-se que a absoluta maioria dos 4.000 Municípios brasileiros, após decorridos 20 anos, não conseguiram viabilizar a cobrança do ISS ora extinto. A proposta do Anteprojeto repetirá a realidade anterior e, se aceita, será concentradora de recursos, pois apenas as Capitais e grandes cidades conseguirão instituir e cobrar o imposto.

Além do mais haverá superposição de tributação por parte de Estados e Municípios sobre os mesmos sujeitos passivos e dificuldade de obrigações burocráticas tributárias exigidas do mesmo universo de contribuintes.

Parecer:

Os estudos para se estabelecer as competências tributárias, a participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e a dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo. Com base em dados de 1985, sabe-se que a participação da União, dos Estados e dos Municípios, no produto total da arrecadação tributária do País é, respectivamente, de 44,9%, 37,4% e 17,7%. Pelo sistema proposto no Anteprojeto, tal participação passa a ser de 36%, 40% e 24%, o que demonstra uma melhor repartição das rendas tributárias, com o indispensável reforço das finanças estaduais e municipais.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando a conclusão de que a alteração na competência tributária dos Municípios, viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Anteprojeto.

Pela rejeição.

EMENDA:01010 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

ANTÔNIO BRITTO (PMDB/RS)

Texto:

Elimine-se o inciso II do art. 15 e seu parágrafo único, passando a constar a seguinte redação:

Art. 15 - Compete aos Municípios instituir imposto sobre propriedade predial e territorial urbana.

Justificativa:

O objetivo da criação do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias visaria compensar os Municípios pela perda da tributação sobre serviços, ora atribuída aos Estados. Entretanto, há que se considerar que o percentual de partilha sobre o ICM será elevado, além de os recursos gerados por este serem ampliados de forma significativa.

Por outro lado, sabe-se que a absoluta maioria dos 4.000 Municípios brasileiros, após decorridos 20 anos, não conseguiram viabilizar a cobrança do ISS ora extinto. A proposta do Anteprojeto repetirá a realidade anterior e, se aceita, será concentradora de recursos, pois apenas as Capitais e grandes cidades conseguirão instituir e cobrar o imposto.

Além do mais haverá superposição de tributação por parte de Estados e Municípios sobre os mesmos sujeitos passivos e dificuldade de obrigações burocráticas tributárias exigidas do mesmo universo de contribuintes.

Parecer:

Os estudos para se estabelecer as competências tributárias, a participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e a dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo. Com base em dados de 1985, sabe-se que a participação da União, dos Estados e dos Municípios, no produto total da arrecadação tributária do País é, respectivamente, de 44,9%, 37,4% e 17,7%. Pelo sistema proposto no Anteprojeto, tal participação passa a ser de 36%, 40% e 24%, o que demonstra uma melhor repartição das rendas tributárias, com o indispensável reforço das finanças estaduais e municipais.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando a conclusão de que a alteração na competência tributária dos Municípios, viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Anteprojeto.

Pela rejeição.

EMENDA:01019 REJEITADA**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

OLÍVIO DUTRA (PT/RS)

Texto:

Elimine-se o Inciso II do Art. 15 e seu parágrafo único, passando a constar a seguinte redação no anteprojeto da Subcomissão V - A.
Art. 15 - Compete aos municípios instituir impostos sobre a propriedade rural e territorial urbana.

Justificativa:

O objetivo da criação do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias visaria compensar os Municípios pela perda da tributação sobre serviços, ora atribuída aos Estados. Entretanto, há que se considerar que o percentual de partilha sobre o ICM será elevado, além de os recursos gerados por este serem ampliados de forma significativa.

Por outro lado, sabe-se que a absoluta maioria dos 4.000 Municípios brasileiros, após decorridos 20 anos, não conseguiram viabilizar a cobrança do ISS ora extinto. A proposta do Anteprojeto repetirá a realidade anterior e, se aceita, será concentradora de recursos, pois apenas as Capitais e grandes cidades conseguirão instituir e cobrar o imposto.

Além do mais haverá superposição de tributação por parte de Estados e Municípios sobre os mesmos sujeitos passivos e dificuldade de obrigações burocráticas tributárias exigidas do mesmo universo de contribuintes.

Parecer:

Os estudos para se estabelecer as competências tributárias, a participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e a dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo. Com base em dados de 1985, sabe-se que a participação da União, dos Estados e dos Municípios, no produto total da arrecadação tributária do País é, respectivamente, de 44,9%, 37,4% e 17,7%. Pelo sistema proposto no Anteprojeto, tal participação passa a ser de 36%, 40% e 24%, o que demonstra uma melhor repartição das rendas tributárias, com o indispensável reforço das finanças estaduais e municipais.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando a conclusão de que a alteração na competência tributária dos Municípios, viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Anteprojeto.

Pela rejeição.

EMENDA:01045 REJEITADA**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

PAULO PAIM (PT/RS)

Texto:

Elimine-se o inciso II do art. 15 e seu

parágrafo único, passando a constar a seguinte redação no anteprojeto da Subcomissão V - A.

Art. 15 - Compete aos municípios instituir imposto sobre a propriedade rural e territorial urbana.

Justificativa:

O objetivo da criação do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias visaria compensar os Municípios pela perda da tributação sobre serviços, ora atribuída aos Estados. Entretanto, há que se considerar que o percentual de partilha sobre o ICM será elevado, além de os recursos gerados por este serem ampliados de forma significativa.

Por outro lado, sabe-se que a absoluta maioria dos 4.000 Municípios brasileiros, após decorridos 20 anos, não conseguiram viabilizar a cobrança do ISS ora extinto. A proposta do Anteprojeto repetirá a realidade anterior e, se aceita, será concentradora de recursos, pois apenas as Capitais e grandes cidades conseguirão instituir e cobrar o imposto.

Além do mais haverá superposição de tributação por parte de Estados e Municípios sobre os mesmos sujeitos passivos e dificuldade de obrigações burocráticas tributárias exigidas do mesmo universo de contribuintes.

Parecer:

Os estudos para se estabelecer as competências tributárias, a participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e a dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo. Com base em dados de 1985, sabe-se que a participação da União, dos Estados e dos Municípios, no produto total da arrecadação tributária do País é, respectivamente, de 44,9%, 37,4% e 17,7%. Pelo sistema proposto no Anteprojeto, tal participação passa a ser de 36%, 40% e 24%, o que demonstra uma melhor repartição das rendas tributárias, com o indispensável reforço das finanças estaduais e municipais.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando a conclusão de que a alteração na competência tributária dos Municípios, viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Anteprojeto.

Pela rejeição.

EMENDA:01078 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

Texto:

Elimine-se o inciso II do art. 15 e seu parágrafo único, passando a constar a seguinte redação:

"Art. 15 Compete aos Municípios instituir impostos sobre propriedade predial e territorial urbana."

Justificativa:

O objetivo da criação do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias visaria compensar os Municípios pela perda da tributação sobre serviços, ora atribuída aos Estados. Entretanto, há que se considerar que o percentual de partilha sobre o ICM será elevado, além de os recursos gerados por este serem ampliados de forma significativa.

Por outro lado, sabe-se que a absoluta maioria dos 4.000 Municípios brasileiros, após decorridos 20 anos, não conseguiram viabilizar a cobrança do ISS ora extinto. A proposta do Anteprojeto repetirá a realidade anterior e, se aceita, será concentradora de recursos, pois apenas as Capitais e grandes cidades conseguirão instituir e cobrar o imposto.

Além do mais haverá superposição de tributação por parte de Estados e Municípios sobre os mesmos sujeitos passivos e dificuldade de obrigações burocráticas tributárias exigidas do mesmo universo de contribuintes.

Parecer:

Os estudos para se estabelecer as competências tributárias, a participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e a dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo. Com base em dados de 1985, sabe-se que a participação da União, dos Estados e dos Municípios, no produto total da arrecadação tributária do País é, respectivamente, de 44,9%, 37,4% e 17,7%. Pelo sistema proposto no Anteprojeto, tal participação passa a ser de 36%, 40% e 24%, o que demonstra uma melhor repartição das rendas tributárias, com o indispensável reforço das finanças

estaduais e municipais.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando a conclusão de que a alteração na competência tributária dos Municípios, viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Anteprojeto. Pela rejeição.

EMENDA:01103 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

OSMUNDO REBOUÇAS (PMDB/CE)

Texto:

O artigo 15. passa a ter a seguinte redação:

"Art. 15 Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - a prioridade predial e territorial urbana;

II - o comércio a varejo de combustíveis líquidos e gasosos.

§ 1o. Lei Complementar poderá estabelecer isenções para operações de comércio a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto gasolina e álcool carburante.

§ 2o. A base de cálculo do imposto de que trata o item II compreenderá o montante do imposto a que se refere o item III do artigo 14."

Justificativa:

O anteprojeto prevê a competência municipal para instituir o imposto sobre vendas a varejo de mercadorias, reservando à lei complementar a fixação de sua alíquota máxima. As consequências dessa proposta são:

- Os pequenos municípios não apresentam base econômica para uma arrecadação significativa deste imposto, que terá necessariamente uma alíquota pequena;

- A arrecadação e controle desse imposto requer uma administração complexa e extremamente onerosa o que, por si, impedirá a grande maioria dos municípios brasileiros de instituí-lo;

- a bitributação devido a incidência proposta do ICM;

- a fixação de alíquota máxima em lei complementar, embora necessária, dada as características do imposto, destrói o principal arqueamento para sua criação, qual seja o de dotar os municípios de autonomia tributária.

O imposto proposto nesta emenda oferece, em contrapartida as seguintes vantagens:

- qualquer município tem base economia para arrecadá-lo (vendas em postos de gasolina) e, dada a liberdade de fixação de alíquotas, a arrecadação prevista será na maioria dos municípios brasileiros, maior do que aquela possibilitada pelo imposto proposto no Anteprojeto;

- a administração do imposto é extremamente simples;

- o imposto permite plena autonomia dos municípios na sua arrecadação, salvo pela necessidades de isentar em nível nacional os óleos combustível e diesel de modo a não onerar os custos de produção e dos transportes.

O parágrafo 2º permite que os municípios obtenham um dado nível de arrecadação, com menores alíquotas nominais

Parecer:

O conteúdo da Emenda, em confronto com o do Anteprojeto da Subcomissão e das demais emendas atinentes ao mesmo assunto, não obstante os nobres propósitos do Autor, não se harmoniza com a sistemática que orienta o Sistema Tributário proposto, nem coincide com o conjunto dos pontos de vista expressados pela maioria dos membros desta Comissão.

Pela rejeição.

EMENDA:01106 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

OSMUNDO REBOUÇAS (PMDB/CE)

Texto:

O artigo 14 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 14, I - (suprimido)

.....

§ 1o. (suprimido)

§ 2o. (suprimido)

§ 3o. Incidente sobre imóveis, o imposto de que trata o item II, compete ao Estado da situação do bem, ainda que a sucessão seja aberta no exterior. Incidindo sobre bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador.

.....

O art. 15 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 15. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - a transmissão "intervivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos à sua aquisição.

II - a propriedade predial e territorial urbana; e

III - as vendas a varejo de mercadorias.

§ 1o. O imposto de que trata o item I não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for o comércio desses bens ou direitos, locação de imóveis ou arrendamento mercantil;

§ 2o. O imposto a que se refere o item I cabe ao município onde se situe o imóvel".

O item II do art. 18 passa a ter a seguinte redação:

"II - cinquenta por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o item IV do art. 14".

Justificativa:

Os impostos incidentes sobre a propriedade imobiliária são tradicionalmente de competência dos Municípios. A proximidade do fato gerador da obrigação tributária e principalmente sua imobilidade são justificativas encontráveis em praticamente todos os sistemas tributários. Não se concebe, portanto, que o imposto que incida sobre a propriedade urbana tenha outra competência que não a municipal. Desta forma, e como consequência lógica, o imposto que incide sobre a transmissão da titularidade imóvel deverá seguir o mesmo princípio. Além disso, é inquestionável que se trata de imposto financeiramente rentável, visto seu baixo custo administrativo.

Esta razão em si mesma já justificaria competência municipal, frente a estadual, quando se procura racionalizar as competências constitucionais tributárias em sentido amplo, que compreenda eficiência arrecadatória, baixos custos administrativos e maior autonomia financeira às unidades políticas subnacionais.

Esta emenda ao anteprojeto do eminente Relator objetiva dispor mais racionalmente as competências impositivas, em especial sobre transferências de bens imóveis, bem como aperfeiçoar os seus futuros resultados financeiros e administrativos, principalmente para os municípios.

Parecer:

Os estudos para se estabelecer as competências tributárias, a participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e a dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo. Com base em dados de 1985, sabe-se que a participação da União, dos Estados e dos Municípios, no produto total da arrecadação tributária do País é, respectivamente, de 44,9%, 37,4% e 17,7%. Pelo sistema proposto no Anteprojeto, tal participação passa a ser de 36%, 40% e 24%, o que demonstra uma melhor repartição das rendas tributárias, com o indispensável reforço das finanças estaduais e municipais.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando a conclusão de que a alteração na competência tributária dos Municípios, viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Anteprojeto. Pela rejeição.

COMISSÃO DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO – IIc

EMENDA:00232 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

2 - Comissão da Organização do Estado

Autor:

VIRGÍLIO TÁVORA (PDS/CE)

Texto:

Inclua-se no artigo 14 do anteprojeto da Subcomissão dos Municípios e Regiões:
"VII - o lucro nas transmissões imobiliárias;
VIII - o faturamento das microempresas, vedada a incidência, sobre elas, de outros impostos sobre a produção e a circulação".

Justificativa:

O imposto referido no inciso VIII, que se quer acrescentar, completaria o elenco dos impostos sobre imóveis. O I.S.L.T.I. seria subtraído ao imposto de renda, federal, tal qual o imposto sobre renda de que pouco representa para a União, mas de grande significação para os Municípios.
Quanto ao referido no inciso VIII, além de constituir –se em reforço das finanças municipais, teria a vantagem de assegurar às microempresas a isenção de outros impostos sobre a produção e a circulação, inclusive do imposto sobre as vendas a varejo, previsto no inciso V.

Parecer:

Pelo acolhimento parcial, nos termos do Anexo II do substitutivo.

EMENDA:00416 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

2 - Comissão da Organização do Estado

Autor:

MEIRA FILHO (PMDB/DF)

Texto:

Dê-se ao art. 14 do Relatório Final do Anteprojeto da Subcomissão dos Municípios e Regiões, a seguinte redação:
"Art. 14 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:
I - serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União e dos Estados.
II - propriedade predial e territorial urbana.
§ 1º - Lei complementar nacional fixará as alíquotas máximas dos impostos municipais.
§ 2º - As alíquotas do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana serão progressivas em função do valor e do número de imóveis de propriedade de um mesmo sujeito passivo".

Justificativa:

A proposta do anteprojeto além de aumentar em demasia o poder tributante municipal, cria um choque de competência invadindo a área dos Estados e União.
Descabida, pois, a inserção pretendida.
Bem mais técnico e justo é a manutenção dos dois impostos municipais o ISS e o IPTU que, justamente com a transferência da receita tributária dos Estados e União, garantirá verba à administração dos Municípios.

Parecer:

Pelo acolhimento parcial, nos termos da solução oferecida pelo substitutivo.

EMENDA:00420 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

2 - Comissão da Organização do Estado

Autor:

MEIRA FILHO (PMDB/DF)

Texto:

Dê-se aos artigos 12, 13 e 14 do Relatório Final do Anteprojeto da Subcomissão dos Municípios e Regiões, a seguinte redação:

"Art. 12 - Compete aos Municípios, conforme a competência discriminada nesta Constituição, instituir:

I - taxas, em razão do exercício do poder de polícia, ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

II - contribuições de melhoria, pela valorização de imóveis, decorrentes de obras públicas;

III - impostos, segundo a competência estabelecida nesta Constituição.

Parágrafo único - Para a cobrança das taxas não se poderá adotar base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que tenham servido para incidência de impostos, nem serem as calculadas em função do capital das empresas, bem como graduados em razão do valor do bem ou direito do contribuinte.

Art. 13 - As contribuições de melhoria, instituídas pelos municípios, só poderão ser exigidas de proprietários de imóveis beneficiados por obras públicas, tendo por limite global e despesa realizada e por individual o benefício que advier para cada imóvel.

Parágrafo único - Lei Complementar Nacional estabelecerá as normas gerais para a cobrança das contribuições de melhoria e das taxas.

Art. 14 - Os impostos de competência municipal, são exclusivamente os seguintes:

I - sobre serviços de qualquer natureza, não compreendido na competência de União e dos Estados;

II - sobre a propriedade predial e territorial urbana.

§ 1º - Os serviços de qualquer natureza, serão expressamente definidos em lei complementar nacional, os quais ficam sujeitos ao imposto de que trata o inciso I, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadoria.

§ 2º - As alíquotas dos impostos referidos neste artigo, serão fixadas em lei complementar nacional.

§ 3º - As alíquotas do imposto referido no inciso II, serão progressivas em função do valor e do número dos imóveis pertencentes a um mesmo sujeito passivo".

Justificativa:

A proposta do anteprojeto é demasiadamente ampla, introduzindo figuras jurídicas ainda inexistentes no direito pátrio e conflitantes com os institutos tributários em vigor. Como por exemplo é criada a figura da contribuição de custeio de obras ou serviços, o qual tem por objetivo os mesmos das contribuições de melhora e das taxas. Tal contribuição será, portanto, uma bitributação confiscatória que deve ser eliminada da Constituição.

Acrescenta-se no anteprojeto a competência tributária dos municípios para a instituição dos impostos, numa flagrante invasão de competência dos Estados e União, criando, inclusive impostos confiscatórios e em cascata, como o sobre a renda de bens imóveis, as vendas a varejo e a aquisição de bens imóveis. Tal invasão e confisco não podem, de forma nenhuma constar de uma Constituição.

Os direitos dos contribuintes no Brasil vêm sendo, no correr dos anos, burlado com uma tributação cada vez mais onerosa. Assim, propomos uma emenda, que, sem retirar a receita dos Municípios, protege o contribuinte e coaduna-se com as normas gerais do sistema tributário nacional, a ser inserido na Constituição pela Comissão própria, normas essas que devem ser respeitadas para não haver duplicidade de institutos na magna, muitas vezes contraditórias.

Parecer:

Pelo acolhimento parcial, nos termos da solução oferecida pelo substitutivo.

FASE G

COMISSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO, ORÇAMENTO E FINANÇAS - VA

EMENDA:00097 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

OSMAR LEITÃO (PFL/RJ)

Texto:

Suprime da Seção IV, adicionando-os na Seção V do Substitutivo da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, os seguintes dispositivos:

Art. 16 -

III - serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência tributária da União ou dos Estados, definidos em lei complementar;

IV - propriedade de veículos automotores, vedada a cobrança de impostos ou taxas incidentes sobre a utilização de veículos;

V - transmissão, a qualquer título, de bens imóveis por natureza a acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como sobre a cessão de direitos a sua aquisição.

Parágrafo único - Sem prejuízo do disposto neste artigo, continua assegurada a participação dos Municípios na distribuição de quotas de fundos constituídos pela arrecadação de outros tributos, assim como o produto total de impostos a eles deferidos nesta Constituição.

Justificativa:

O IPVA, instituído pelos Estados, que dele retém a metade do produto arrecadado, defere às municipalidades as obrigações de controle e licenciamento dos veículos; o imposto sobre a transmissão de bens imóveis, por igual, tem sua instituição mantida aos Estados, que ainda fica com 50% da arrecadação. O Substitutivo, sem as modificações sugeridas, não atende às exigências dos Municípios e pouco contribui para o fortalecimento de sua autonomia.

Parecer:

A apreciação da Emenda do nobre Constituinte levou-nos à conclusão de que ela pode ser aceita em parte, porquanto trata de aspectos que contribuem efetivamente para o aprimoramento do nosso Substitutivo, tornando-o mais completo, ajustado e consistente.

Em consequência, estamos modificando o disposto a que a Emenda se reporta, de modo que o Substitutivo reflita seu conteúdo parcial.

Pelo acolhimento parcial.

EMENDA:00121 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JOSÉ GUEDES (PMDB/RO)

Texto:

COMISSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO, ORÇAMENTO E FINANÇAS.

Art. 16

II - Vendas a varejo de mercadorias, inclusive de combustíveis líquidos ou gasosos e de lubrificantes.

Justificativa:

O Município foi o mais atingido durante o regime militar. O anteprojeto do ilustre Deputado José Serra apresenta avanços, porém bem mais em defesa dos Estados e das exportações.

A verdadeira democracia, só conquistaremos com a maior descentralização administrativa possível.

E uma destas possibilidades é o Município, sem aumentar a carga tributária, arrecadar tributo sobre operações relativas a circulação de combustíveis líquidos ou gasosos e de lubrificantes.

Parecer:

Compartilhamos da preocupação do eminente Autor da Emenda, face à importância do assunto.

Contudo, as normas que compõem o Substitutivo já atendem aos objetivos do Autor da Emenda, pois atingem de forma implícita os efeitos pretendidos.

Torna-se, pois, dispensável a explicitação proposta.

Pela rejeição.

EMENDA:00204 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JOSÉ TEIXEIRA (PFL/MA)

Texto:

Art. 16, item II

Suprimir o item

Justificativa:

1 – A tributação cumulativa sobre a mesma operação, conforme especifica o parágrafo 1º do Art. 16, caracteriza bitributação, que é inaceitável do ponto de vista doutrinário. Do ponto de vista prático, sobrecarregaria o consumidor, isto é, o povo, que pagaria mais caro pelo mesmo produto.

2 – Do ponto de vista da fiscalização criar-se-ia verdadeiro tumulto junto ao contribuinte, pelo choque de fiscalização municipal e estadual em relação a uma mesma operação comercial da qual resultaria tributo a ser pago.

3 – Este imposto, se criado, seria injusto para com o consumidor e injusto para com o contribuinte.

Parecer:

Os estudos para o estabelecimento das competências tributárias, da participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir as distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando à conclusão de que a alteração na competência tributária dos municípios brasileiros viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Substitutivo.

Pela rejeição.

EMENDA:00425 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JESSÉ FREIRE (PFL/RN)

Texto:

Altera o § 1o. do art. 16

Art. 16

§ 1o. A competência municipal para instituir

o imposto mencionado no item II não exclui:

I - A dos Estados e a do Distrito Federal, para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o artigo 15, item III;

II - A da União, para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o artigo 13, item IV.

Justificativa:

Tendo em vista que no § 1º do art. 16 do Anteprojeto da Comissão, se introduziu regra esclarecedora de incidência do IVV e do ICM, na mesma operação, torna-se necessário deixar explícito que a incidência do IVV também não exclui a do IPI, na mesma operação.

Como se sabe, o IPI incide em alguns casos de venda a varejo, por exemplo: vendas efetuadas por comerciante importador de produtos estrangeiros a consumidor final.

Parecer:

Analisada a Emenda e feito seu confronto com o Sistema Tributário proposto no Substitutivo aos Anteprojeto das Subcomissões, verificamos que ela não se harmoniza com a sistemática adotada.

O Substitutivo constitui uma unidade, de modo que a introdução de certas disposições ou a supressão de dispositivos existentes podem exercer efeitos prejudiciais a todo o sistema, daí resultando a impossibilidade de serem adotadas. É o caso, a nosso ver, da Emenda em estudo.

Pela rejeição.

EMENDA:00433 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

PAES LANDIM (PFL/PI)

Texto:

Altera o § 2o. do artigo 16

Art. 16.

§ 2o. Quanto ao imposto de que trata o item

II deste artigo, a lei complementar:

- a) fixará suas alíquotas máximas;
- b) poderá excluir de sua incidência as mercadorias cujo preço de venda seja fixado para todo o território nacional.

Justificativa:

Remete-se à lei complementar, por oferecer maior flexibilidade, a fixação das alíquotas máximas do imposto, e a faculdade de excluir da incidência mercadorias cujo preço de venda a varejo seja fixado para prática em todo o território nacional. A fixação de preços a nível nacional obedece a razões de controle da comercialização realizada por determinados setores, em que a formação de preços tem características especiais (fumo e combustíveis, por exemplo), tendo em vista seus reflexos sobre os índices de inflação. A política anti-inflacionária não deve estar provada desse importante instrumento, o que aconteceria, nesses casos, se diferentes alíquotas do imposto municipal viessem a influenciar a estrutura de preços, comprometendo o objetivo maior, que é o controle da inflação.

Parecer:

Analisada a Emenda e feito seu confronto com o Sistema Tributário proposto no Substitutivo aos Anteprojeto das Subcomissões, verificamos que ela não se harmoniza com a sistemática adotada.

O Substitutivo constitui uma unidade, de modo que a introdução de certas disposições ou a supressão de dispositivos existentes podem exercer efeitos prejudiciais a todo o sistema, daí resultando a impossibilidade de serem adotadas. É o caso, a nosso ver, da Emenda em estudo.

Pela rejeição.

EMENDA:00452 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FLAVIO PALMIER DA VEIGA (PMDB/RJ)

Texto:

Dê-se ao item II do Art. 16 do Substitutivo a seguinte redação:

"II - vendas a varejo de mercadorias, inclusive minerais de qualquer natureza."

Justificativa:

O objetivo desta emenda é destinar aos municípios o produto do imposto sobre a fase de consumo dos minerais existentes no território nacional e à vista dos seguintes critérios:

a) a circulação de bens corpóreos móveis termina na fase de venda a varejo (consumo) por meio de estabelecimentos localizados nos municípios; b) o fato gerador do Imposto sobre Vendas a Varejo é a venda do produto ou mercadoria ao consumidor final; c) a base de cálculo é o valor total da operação de venda; d) O I.V.V, terá abrangência total no País (inclusive as microempresas, hoje isentas dos demais impostos: Renda, I.P.I., I.C.M e I.S.S.); e) sendo imposto de alíquotas reduzida, não constituirá ônus expressivo aos contribuintes.

Parecer:

Compartilhamos da preocupação do eminente Autor da Emenda, face à importância do assunto. Contudo, as normas que compõem o Substitutivo já atendem aos objetivos do Autor da Emenda, pois atingem de forma implícita os efeitos pretendidos. Torna-se, pois, dispensável a explicitação proposta. Pela rejeição.

EMENDA:00453 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FLAVIO PALMIER DA VEIGA (PMDB/RJ)

Texto:

Dê-se ao item do Art. 16 do Substitutivo a seguinte redação:

"II - vendas de mercadorias, inclusive de combustíveis líquidos e gasosos."

Justificativa:

Cuida a emenda de destinar o produto do imposto sobre a fase de consumo dos combustíveis líquidos e gasosos aos municípios, podendo constituir grande fonte de arrecadação municipal. Trata-se de medida de fácil controle e fiscalização, e cujo fato gerador será a operação referente ao consumo, assim entendida a venda ao consumidor final (varejo) de combustíveis de qualquer natureza.

Dispõe sobre providência da mais absoluta justiça, visto que a fase de venda a varejo (consumo) se realiza por meio de estabelecimentos localizados aos municípios.

Parecer:

Compartilhamos da preocupação do eminente Autor da Emenda, face à importância do assunto. Contudo, as normas que compõem o Substitutivo já atendem aos objetivos do Autor da Emenda, pois atingem de forma implícita os efeitos pretendidos. Torna-se, pois, dispensável a explicitação proposta. Pela rejeição.

EMENDA:00459 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FLAVIO PALMIER DA VEIGA (PMDB/RJ)

Texto:

Acrescenta-se § 3o. ao art. 16 do Substitutivo com a seguinte redação: "§ 3o. compete ainda aos Municípios instituir e cobrar imposto sobre serviços de construção civil em áreas da União nas quais localize o estabelecimento que os tenha gerado."

Justificativa:

A norma constitucional perseguida pela inclusa emenda decorre de sugestão que recebemos da Associação dos Fiscais Fazendários de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. Tem por objetivo evitar que empresas de serviços de construção ou montagem de plataformas de prospecção ou prospecção de petróleo e gás natural se escusem do pagamento do ISS pelo fato de não serem os mesmos abrangidos pela tributação de nenhum município, visto serem realizados em áreas da União, tais como as Bacias de Campos (RJ), Natal (RN) e Bacia Amazônica. Os próprios municípios listarão os serviços que lhes sejam peculiares, de forma a abranger todos aqueles que não sejam nem de competência dos Estados e nem de competência da União.

Parecer:

Os estudos para o estabelecimento das competências tributárias, da participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e da dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir as distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando à conclusão de que a alteração na competência tributária dos municípios brasileiros viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Substitutivo.

Pela rejeição.

EMENDA:00477 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JOSÉ TINOCO (PFL/PE)

Texto:

Nova redação aos art. 15 e 16 do substitutivo da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.

No art. 15, suprimir referências ao imposto sobre prestações de serviços.

O art. 16 passa a ter seguinte redação:

"Art. 16 - Compete aos Municípios, instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - prestações de serviços"

Suprimir o art. 24.

Justificativa:

O imposto sobre vendas a varejo de mercadorias (art. 15, II) teria uma conotação de bitributação, com a mesma base de cálculo do imposto de circulação de mercadorias, ferindo o princípio que impede a criação de impostos que tenham fato gerador ou base de cálculo de impostos já instituídos.

Dessa forma, a retirada desse imposto sobre serviços, já tradicionalmente da esfera municipal.

Consequentemente é retirado da base do ICM a prestação dos serviços, ficando alterado, também, o art. 15.

Parecer:

Os estudos para o estabelecimento das competências tributárias, da participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e da dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir as distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando à conclusão de que a alteração na competência tributária dos municípios brasileiros viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Substitutivo.

Pela rejeição.

EMENDA:00574 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

CÉSAR MAIA (PDT/RJ)

Texto:

Incluir no artigo 16 os seguintes itens; excluindo o item II original.

II - Imposto sobre a propriedade, uso ou consumo de imóveis bens, e serviços suntuários, assim como a posse ou propriedade a animal domésticos, não atingidos da mesma forma por outros tributos.

III - Imposto sobre o comércio e varejo de

combustíveis, creditado pela União na conta dos Municípios, distribuindo segundo o critério adotado para as transferências estaduais aos municípios.

IV - Contribuições de melhoria, custeio resultante do uso do solo urbano, e para o controle ou eliminação de atividade poluente.

§ 2º. Lei estadual fixará a alíquota relativa ao item III.

Justificativa:

O imposto sobre a exteriorização de riqueza é amplamente difundido nos países mais desenvolvidos como a Suécia e a Alemanha e procura corrigir diferenças que o IPTU não consegue atingir, como proprietários de imóveis semelhante que detém renda muito diferente. Substitui o imposto sobre vendas a varejo que seria na verdade um adicional sobre o ICM(IVA), além de gerar a regressividade que desejamos reduzir. Sua cobrança é simples: é adicional sobre o IPTU, por exemplo, pela quantidade de bens possuídos (tabela progressiva: 1 automóvel x, 5 automóveis y – 1 televisão x, 5 televisões y,...). O valor é declarado e a fiscalização é feita por mini amostragem, que no caso de atestar a não declaração implicaria na multiplicação do IPTU seguinte.

O imposto sobre vendas a varejo de combustíveis seria distribuído pela União nas bases propostas sem ônus de fiscalização. As contribuições aplicam a justiça buscada no art. 1º item III, § 1º do relatório.

Parecer:

Os estudos para o estabelecimento das competências tributárias, da participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e da dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir as distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando à conclusão de que a alteração na competência tributária dos municípios brasileiros viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Substitutivo.

Pela rejeição.

EMENDA:00587 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

IVO CERSÓSIMO (PMDB/MS)

Texto:

1 - Suprimir no artigo 15 do anteprojeto integralmente os incisos I, II, e V e § 1º., 2º. e 3º.

2 - Modificar o artigo 16 desse substitutivo ficando assim redigido:

"Art. 16 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão "inter vivos", a qualquer título por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza e acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III - transmissão "causa mortis" a doação de quaisquer bens ou direitos;

VI - propriedade territorial rural;

V - vendas a varejo de mercadorias.

§ 1º. - o imposto de que trata o item I não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio da pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante de adquirente for o comércio desses bens ou direitos, locação de imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 2o. - as alíquotas dos impostos de que tratam os itens I e II não excederão os limites estabelecidos em resolução do Senado Federal.

§ 3o. - Cabe à lei complementar fixar as alíquotas máximas do imposto de que trata o item V.

Justificativa:

Nossa luta nesta Constituinte, representando os anseios da população que representamos, o que é desejo também de todos os brasileiros, tem sido com o objetivo de não mais ver os Prefeitos - sem exceção - de pires na mão, de chapéu recolhendo os míseros recursos que lhes são destinados. Os Prefeitos merecem melhor tratamento. Precisam administrar a célula social que lhes fora confiada pelo voto. E nós precisamos ter uma ótica avançada de que o país em crescimento, não precisa dotar o Estado de competência para instituir impostos, cujo local gerador é o município. A Circulação de Mercadorias, com o advento do crescimento, sustentará cada unidade da federação, sobejando recursos para auxiliar supletivamente os municípios. Lógico que diante de uma crise como esta que o país atravessa não podemos vislumbrar fartura. Mas isso ocorrerá e a grande tônica é a descentralização tributária.

Parecer:

A apreciação da Emenda do nobre Constituinte levou-nos à conclusão de que ela pode ser aceita em parte, porquanto trata de aspectos que contribuem efetivamente para o aprimoramento do nosso Substitutivo, tornando-o mais completo, ajustado e consistente.

Em consequência, estamos modificando o disposto a que a Emenda se reporta, de modo que o Substitutivo reflita seu conteúdo parcial.

EMENDA:00606 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JESSÉ FREIRE (PFL/RN)

Texto:

Dê-se ao artigo 16, do substitutivo do relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, a seguinte redação:

"Art. 16. Compete aos Municípios instituir imposto sobre:

I - Propriedade Predial e Territorial Urbana;

II - Serviços de Qualquer Natureza, nos termos estabelecidos em lei complementar."

Justificativa:

O artigo 16, inciso II, do Substitutivo pretende substituir o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, pelo Imposto de Vendas a Varejo de Mercadorias. Tal substituição não nos parece vantajosa para os Municípios, uma vez que esse tributo é de difícil controle, sem falar nos gastos com sua implantação e arrecadação.

Além disso, o Imposto Sobre Vendas a Varejo da forma como foi previsto, acarreta vários inconvenientes tais como a quebra do princípio da não cumulativa na última etapa do processo de circulação de mercadorias, criando problemas de ordem técnica de difícil solução. Os varejistas receberão os produtos já onerados com o ICM e sobre o total incidirá o imposto municipal sobre vendas a varejo, sem aproveitamento do crédito do ICM. Isso acabará por aumentar o custo da mercadoria onerado diretamente o consumidor final, ou seja, toda a coletividade.

Outro inconveniente é uma possível verticalização das empresas, pois as indústrias poderão passar a vender diretamente aos consumidores, desfalcando, com este procedimento, a arrecadação estadual do ICM.

Ressalte-se ainda que em face do disposto no artigo 16, inciso II, e artigo 15, inciso III, os comerciantes varejistas poderão ficar sujeitos a dois tributos: um relativo a circulação de mercadorias e outro referente às vendas de mercadorias, pois não está prevista nenhuma norma dispondo que o Imposto de Vendas a Varejo exclua o ICM nas operações realizadas.

Cabe observar que o comerciante varejista não realiza apenas operações de vendas a varejo, podendo realizar ainda operações de troca de mercadorias, transferências, devoluções, etc. Nesse caso mesmo que o Imposto de Vendas a Varejo eliminasse o ICM, ficaria o contribuinte sujeito a duas tributações com todas as obrigações acessórias dadas decorrentes. A incidência simultânea do ICM e do Imposto de Vendas a Varejo sobre o comerciante varejista, traria grandes dificuldades uma vez que sua maioria é composta de micro e pequenas empresas. Esse segmento, além de não ter estrutura administrativa teria suas despesas operacionais aumentadas em dobro.

Ademais, no decorrer do tempo os Municípios se aparelharam para cobrança do ISS instituindo cadastros e programas de computação, não nos parecendo interessante para a municipalidade a substituição pretendida.

Por esses motivos é que a emenda pretende manter a situação vigente, suprimindo o Imposto Sobre Vendas a Varejo e atribuindo o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza à competência municipal. Através de outra emenda estamos propondo a alteração do artigo 19, inciso III, para conferir aos Municípios em vez de 25% (vinte e cinco por cento), o percentual de 35% (trinta e cinco por cento) do produto da arrecadação do ICM (art. 15, III).

Parecer:

Os estudos para o estabelecimento das competências tributárias, da participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e da dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir as distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando à conclusão de que a alteração na competência tributária dos municípios brasileiros viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Substitutivo.

Pela rejeição.

EMENDA:00630 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

HAROLDO LIMA (PC DO B/BA)

Texto:

Dê-se ao art. 16 do substitutivo a seguinte redação:

Art. 16 - Compete aos municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - vendas a varejo de mercadorias;

III - sobre serviços de qualquer natureza.

§ 1o. - É reservado à lei complementar fixar

a alíquota máxima do imposto de que trata o inciso II.

§ 2o. É vedado o repasse ao inquilino do

imóvel o repasse do ônus do imposto previsto no

inciso I.

Justificativa:

O imposto sobre serviços representa significativa parcela de atual receita do Município, além de que a isenção de tributação sobre a prestação de serviços colocaria esta atividade em situação de privilégio fiscal frente às demais operações econômicas.

O § 2º garante a tributação sobre o verdadeiro agente devedor do tributo, evitando o repasse injusto do ônus a outros cidadãos.

Parecer:

Os estudos para o estabelecimento das competências tributárias, da participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e da dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir as distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando à conclusão de que a alteração na competência tributária dos municípios brasileiros viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Substitutivo.

Pela rejeição.

EMENDA:00698 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

HELIO ROSAS (PMDB/SP)

Texto:

Adite-se ao art. 16 do Substitutivo da

Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e

Finanças, o seguinte parágrafo:

"§ 3o. Os Municípios aplicarão, a cada ano, vinte e cinco por cento de sua renda tributária no ensino primário e na assistência ao menor carente, esta prestada através de instituições particulares especializadas."

Justificativa:

As disposições constitucionais no que concerne à aplicação, pelo Município, de percentual de sua renda tributária, a cada ano, no ensino primário, não têm alcançado o objetivo colimado, porquanto a maioria das municipalidades conta com verbas excessiva para esse setor, e, em compensação, com carência de recursos para outras áreas de grande relevância social, como, por exemplo, a assistência ao menor carente.

Por tal razão, apresentamos a presente proposição visando beneficiar a mais de trinta milhões de menores carentes existentes no País, seja por abandono, seja por pertencerem a famílias em estado de pobreza total. Há, contudo, algumas entidades privadas, que com a abnegação de seus dirigentes, prestam assistência ao menor, lutando com enormes dificuldades financeiras.

Assim, se os Municípios aplicarem parte do referido percentual de sua renda tributária em tais instituições, seguramente o menor carente será melhor assistido, evitando-se, assim, a sua marginalização social.

Parecer:

A Emenda do nobre Constituinte objetiva estabelecer vinculação de parte da receita tributária da União, seguindo linha diferente do Substitutivo, que se orientou no sentido de deixar tais recursos à deliberação do Congresso Nacional, nas propostas orçamentárias.

Se, por um lado, pensamos ser importante que os recursos públicos sejam aplicados preponderantemente em áreas e setores prioritários, entendemos, por outro lado, que o disciplinamento de vinculações de receitas, a nível constitucional, resultaria, sem dúvida, no comprometimento rígido de toda a receita pública somente com aquelas áreas e setores julgados prioritários em determinado momento e situação, com abstenção de estudos e análises objetivas indispensáveis à elaboração das políticas públicas.

À vista dessas considerações, é de se reconhecer, ainda, que o Poder Legislativo, por ocasião da discussão de votação do Orçamento, ficaria tolhido em sua função de decidir autonomamente sobre a alocação e aplicação dos recursos dentro de uma visão global da realidade econômico-social do País.

Pela rejeição.

EMENDA:00737 APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

LUIZ ALBERTO RODRIGUES (PMDB/MG)

Texto:

O Artigo 15 passa a ter a seguinte redação:

Art. 15 - Compete aos Estados e ao Distrito

Federal instituir impostos sobre:

I - (suprimido)

.....

§ 2o. - (suprimido)

§ 3o. - (suprimido)

O Artigo 16 passa a ter a seguinte redação:

Art. 16 - Compete aos municípios instituir impostos sobre:

.....

III - Transmissão "inter-vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza e acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

§ 3o. - O imposto de que trata o item I não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for o comércio desses bens ou direitos, locação de imóveis ou arrendamento mercantil.

Justificativa:

Os impostos incidentes sobre a propriedade imobiliária são tradicionalmente de competência dos Municípios. A proximidade do fato gerador da obrigação tributária e principalmente sua imobilidade são justificativas encontráveis em praticamente todos os sistemas tributários. Não se concebe, portanto, que o imposto que incida sobre a propriedade urbana tenha outra competência que não a municipal. Desta forma, e como consequência lógica, o imposto que incide sobre a transmissão da titularidade do imóvel deverá seguir o mesmo princípio. Além disso, é inquestionável que se trata de imposto financeiramente rentável, visto seu baixo custo administrativo. Esta razão em si mesma já justificaria competência municipal, frente a estadual, quando se procura racionalizar as competências constitucionais tributárias em sentido amplo, que compreenda eficiência arrecadatória, baixos custos administrativos e maior autonomia financeira às unidades políticas subnacionais. Esta emenda ao anteprojeto do eminente Relator objetiva dispor mais racionalmente as competências impositivas, em especial sobre transferências de bens imóveis, bem como aperfeiçoar os seus futuros resultados financeiros e administrativos, principalmente para os municípios.

Parecer:

O exame da Emenda e respectiva justificação, apresentadas pelo nobre Constituinte, nos levou a concluir que a alteração proposta contribui efetivamente para o aperfeiçoamento do substitutivo aos Anteprojetos das Subcomissões, tornando-o mais completo, preciso e consistente. Verifica-se, portanto, que a Emenda se ajusta adequadamente aos princípios e diretrizes adotados para a reformulação do Substitutivo. Pelo acolhimento

EMENDA:00757 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

DIVALDO SURUAGY (PFL/AL)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao art. 16, do Substitutivo do Relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças:
"Art. 16 - Compete aos Municípios instituir imposto sobre:
I - serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência Tributária da União e dos Estados, definidos em lei complementar;
II - propriedade predial e territorial urbana.
§ 1o. - Lei complementar nacional fixará as alíquotas máximas dos impostos municipais.
§ 2o. - As alíquotas do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana serão progressivas em função do valor e do número de imóveis de propriedade de um mesmo sujeito passivo.

Justificativa:

A proposta do referido Substitutivo cria uma nova espécie de tributo: " imposto sobre vendas a varejo de mercadorias".

É bem verdade que elimina a competência dos Municípios para instituir o imposto sobre serviços de qualquer natureza mas, por outro lado, a transfere aos Estados. (Substitutivo, art. 15, III).

Desse modo, parece-nos que, criar um novo grupo encargo tributário, é sempre estabelecer mais um ônus a ser arcado pelos contribuintes.

Assim, entendemos ser bem mais técnico e justo a manutenção dos dois impostos municipais (o ISS e o IPTU), aumentando-se, em contrapartida, a transferência da receita tributária da União e dos Estados, em montante de verba tal que garanta uma regular administração por parte dos Municípios.

Parecer:

Os estudos para o estabelecimento das competências tributárias, da participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e da dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir as distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando à conclusão de que a alteração na competência tributária dos municípios brasileiros viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Substitutivo.

Pela rejeição.

EMENDA:00800 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT/MG)

Texto:

Suprimir item II do Art. 16

Justificativa:

Emenda sem justificação.

Parecer:

Os estudos para o estabelecimento das competências tributárias, da participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e da dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir as distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando à conclusão de que a alteração na competência tributária dos municípios brasileiros viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Substitutivo.

Pela rejeição.

EMENDA:00832 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

VICTOR FACCIONI (PDS/RS)

Texto:

Elimine-se o inciso II do art. 16 e parágrafos do Substitutivo da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, passando a constar a seguinte redação:

"Art. 16. Compete aos Municípios instituir imposto sobre propriedade predial e territorial urbana."

Justificativa:

O objetivo da criação do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias visaria compensar os Municípios pela perda da tributação sobre serviços, ora atribuída aos Estados. Entretanto, há que se considerar que o percentual de partilha sobre o ICM será elevado, além de os recursos gerados por este serem ampliados de forma significativa.

Por outro lado, sabe-se que a absoluta maioria dos 4.000 Municípios brasileiros, após decorridos 20 anos, não conseguiram viabilizar a cobrança do ISS ora extinto. A proposta do Anteprojeto repetirá a realidade anterior e, se aceita, será concentradora de recursos, pois apenas as Capitais e grandes cidades conseguirão instituir e cobrar o imposto.

Além do mais haverá superposição de tributação por parte de Estados e Municípios sobre os mesmos sujeitos passivos e dificuldade de obrigações burocráticas tributárias exigidas do mesmo universo de contribuintes.

Parecer:

Os estudos para o estabelecimento das competências tributárias, da participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e da dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir as distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando à conclusão de que a alteração na competência tributária dos municípios brasileiros viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Substitutivo.

Pela rejeição.

EMENDA:00860 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS/MG)

Texto:

Inclua-se o item III no art. 16 com a seguinte redação:

Item III - Propriedade Territorial Rural

E acrescente-se o seguinte parágrafo:

"O imposto de que trata o item III não incidirá sobre pequenas glebas rurais nos termos da lei Estadual".

Suprima-se no artigo 15 o item V e o seu parágrafo 10.

Justificativa:

O imposto Territorial Rural, atualmente, é da competência do município, que aliás, tem melhores condições para arrecada-lo tais as circunstancias locais que influenciam o seu mecanismo. Daí a transferência do mesmo, que sai da área estadual para a municipal.

Parecer:

Os estudos para o estabelecimento das competências tributárias, da participação dos Estados no produto da arrecadação de impostos da União, e da dos Municípios no produto da arrecadação de receitas federais e estaduais, visaram principalmente corrigir as distorções existentes, tornando mais equânime a distribuição das receitas públicas entre os três níveis de governo.

À vista do exposto, examinamos a Emenda e suas implicações, chegando à conclusão de que a alteração na competência tributária dos municípios brasileiros viria certamente afetar o equilíbrio e a consistência do sistema adotado, porquanto distorceria o valor de um dos elementos básicos utilizados nos cálculos em que se assenta a repartição de receitas estabelecida no Substitutivo.

Pela rejeição.

EMENDA:00896 APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

OSMUNDO REBOUÇAS (PMDB/CE)

Texto:

Inclua-se no art. 16 o seguinte item III e parágrafos 3o. e 4o.:

"Art. 16 -

III - transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza e acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

§ 3o. - As alíquotas do imposto de que trata o item III não excederão os limites estabelecidos em resolução do Senado Federal.

§ 4o. - O imposto de que trata o item III compete ao Estado da situação do bem, ainda que, no caso de transmissão causa mortis, a sucessão seja aberta no Exterior.

Justificativa:

Os Municípios têm plena capacidade para gerir e cobrar esse imposto, por possuírem a Planta de Valores de Imóveis do Município.

Desse modo, é na competência municipal que esse imposto melhor se situa.

Parecer:

O Exame da Emenda e respectiva justificação, apresentadas pelo nobre Constituinte, nos levou a concluir que a alteração proposta contribui efetivamente para o aperfeiçoamento do Substitutivo aos Anteprojeto das Subcomissões, tornando-o mais completo, preciso e consistente.

Verifica-se, portanto, que a Emenda se ajusta adequadamente aos princípios e diretrizes adotados para a reformulação do Substitutivo.

Pelo acolhimento.

COMISSÃO DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO – IIC

EMENDA:00221 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

2 - Comissão da Organização do Estado

Autor:

MENDES BOTELHO (PTB/SP)

Texto:

Art. 32 -

VI - A locação de bens móveis e arrendamento mercantil, sendo isentas as pequenas e micro-empresas, conforme definidas em legislação específica.

Justificativa:

É de justiça que as pequenas e microempresas fiquem isentas deste imposto. Não se pode querer onerar mais estas atividades que representam o sustentáculo da nossa economia.

Parecer:

Pelo não acolhimento.

EMENDA:00315 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

2 - Comissão da Organização do Estado

Autor:

OSWALDO LIMA FILHO (PMDB/PE)

Texto:

Suprima-se o no. II do Art. 32.

Justificativa:

Atribuir aos municípios a competência de instituir o Imposto Territorial Rural sem lhes assegurar estrutura para realizar o cadastro territorial, o que exigiria levantamento aerofotogramétrico e recursos de que os municípios não possuem, significa tornar impossível a Reforma Agrária e arrecadar quantia inferior àquela que hoje recebem da União.

Parecer:

Pelo não acolhimento.

EMENDA:00317 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

2 - Comissão da Organização do Estado

Autor:

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG)

Texto:

Na Comissão da Organização do Estado, em seu artigo 32, dá competência aos Municípios para instituir sobre os serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União e dos Estados (inciso IV).

- Proponho o acréscimo de mais um parágrafo ao artigo, nos seguintes termos:

§ - O imposto de que se refere o item IV não se aplica às concessionárias e permissionárias de serviços públicos e transporte.

Justificativa:

Os serviços públicos dados em concessão ou permissão estão sujeitos a diversos tributos.

Sobre os transportes coletivos urbanos incidem o ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, tendo como fato gerador a própria prestação do serviço; ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias, quando da

compra de peças, pneus e demais componentes para o setor; IPI – Imposto sobre Produtos industrializados, quando da aquisição de veículos. Tais impostos oneram sobremaneira as tarifas com reflexos direto na locomoção dos usuários.

A ausência dos citados impostos resultaria em redução das tarifas dos serviços, com consequente benefício aos usuários.

Parecer:

Pelo não acolhimento.

EMENDA:00455 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

2 - Comissão da Organização do Estado

Autor:

JESSÉ FREIRE (PFL/RN)

Texto:

Suprima-se o inciso V do art. 32 do substitutivo do relator da Comissão da Organização do Estado.

Justificativa:

O dispositivo referido dá competência aos Municípios para instituir o Imposto Sobre Vendas a Varejo, inclusive de combustíveis líquidos ou gasosos e de lubrificantes.

A instituição desse tributo trará aos Municípios problemas de ordem administrativa, com a criação de estrutura especial de arrecadação e fiscalização para esse novo tributo. Os Municípios estão preparados tão somente para arrecadação do ISS e do IPTU.

Há que considerar, ainda, que o novo tributo acarretará a muitos municípios, com a administração do novo imposto mais despesa, do que a receita efetivamente arrecadada.

O ideal será aumentar o percentual de participação dos Municípios na arrecadação do ICM, permanecendo na competência dos mesmos o ISS. Isto contribuirá para um aumento de receita dos Municípios sem elevação de despesa.

Nesse sentido estamos apresentando emenda ao artigo 19, inciso III, do substitutivo, alterando de 25% para 35% a participação dos Municípios no produto da arrecadação do imposto dos estados sobre operações relativas à circulação de mercadorias (Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças).

Parecer:

Pelo não acolhimento.

EMENDA:00458 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

2 - Comissão da Organização do Estado

Autor:

MAURÍCIO FRUET (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se ao § 1o. do art. 32 a seguinte redação:

"§ 1o. Lei municipal fixará as alíquotas máximas dos impostos municipais."

Justificativa:

O texto original configura autêntico absurdo, ao determinar que lei complementar estadual fixará as alíquotas máximas dos impostos estaduais.

Trata-se de indevida intervenção na autonomia municipal, que, a nosso ver, deve ser preservada no novo texto constitucional.

Por tal razão, alvitramos nova redação para o dispositivo em questão, determinando que o município, por lei própria, fixará as alíquotas de seus tributos.

Parecer:

Pelo não acolhimento.

EMENDA:00491 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

2 - Comissão da Organização do Estado

Autor:

DÉLIO BRAZ (PMDB/GO)

Texto:

Suprima-se o § 2o. do art. 32 do Substitutivo.

Justificativa:

Não compete à União a ingerência em assuntos de exclusiva competência da legislação tributária municipal, vez que as peculiaridades dos assuntos municipais divergem regionalmente, muitas vezes necessitando de incentivo não só para o progresso social como também do incentivo ao desenvolvimento tributário, racionalmente distribuído, o que somente ao Município cabe analisar e tributar, por dispor de maior conhecimento de causa.

Parecer:

Pelo não acolhimento.

FASES J e K

EMENDA:00045 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CÉSAR MAIA (PDT/RJ)

Texto:

Emenda Supressiva:

Suprima-se o item III do artigo 278.

Justificativa:

O imposto sobre vendas a varejo proposto contraria o próprio texto que em seu artigo 266 proíbe a criação de imposto que tenha fato gerador ou base de cálculo idênticos a já existentes. Contraria também o §2º do artigo 262 no que se refere a sua iniquidade social.

Tal imposto se instituído produzirá as distorções seguintes:

1. É um imposto em cascata;
2. É regressivo socialmente;
3. Exclui da isenção microempresas anteriormente isentas por conta do imposto de circulação de mercadorias estadual;
4. Introduce importante distorção por conta do custo e dos efeitos da máquina fiscalizadora que operaria com este fim.

Por tais razões é que o texto nos artigos citados previne contra distorções deste tipo, que seriam introduzidas não havendo a supressão proposta.

Se o relatório e o anteprojeto quiserem guardar harmonia tributária, no máximo poder-se-ia criar um adicional sobre o ICM nas vendas a varejo distribuindo-o direta e globalmente aos municípios.

EMENDA:00361 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HAROLDO LIMA (PC DO B/BA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: art. 278

Dê-se ao art. 278 da Seção V do Capítulo I do

Título VII do anteprojeto a seguinte redação:

"art. 278 - Compete aos municípios instituir impostos sobre:

I - a propriedade predial e territorial urbana;

II - a propriedade territorial rural;

III - a aquisição de bens imóveis ou de direitos a eles relativos;

IV - os de serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União e dos Estados,

V - vendas a varejo, inclusive de

combustíveis líquidos ou gasosos e de lubrificantes;
VI - a locação de bens móveis e arrendamento mercantil, dada pelo art. 35 do substitutivo aprovado pela Comissão 2.

Justificativa:

A modificação proposta visa compatibilizar o texto do anteprojeto aprovado pela Comissão 2 e fortalecer a receita tributária dos municípios brasileiros.

EMENDA:00868 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL/PE)

Texto:

Emenda Supressiva

Suprima-se o inciso III, e § 3o., do artigo 278.

Justificativa:

A instituição do imposto de “vendas a varejo de mercadorias” colide com o dispositivo contido no art. 266 deste Anteprojeto.

De outra forma, instituir-se dois impostos sobre uma mesma operação, tal como a circulação de mercadorias, causará um estrangulamento do setor, submetendo-o a um verdadeiro confisco.

EMENDA:01438 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG)

Texto:

Emenda Supressiva

Suprima-se o inciso III, e § 3o, do artigo 278.

Justificativa:

A instituição do imposto de “vendas a varejo de mercadorias” colide com o dispositivo contido no art. 266 deste Anteprojeto.

De outra forma, instituir-se dois impostos sobre uma mesma operação, tal como a circulação de mercadorias, causará um estrangulamento do setor, submetendo-o a um verdadeiro confisco.

EMENDA:01462 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NAPHTALI ALVES DE SOUZA (PMDB/GO)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o item III do art. 278 e seus parágrafos.

Justificativa:

Pela análise feita do artigo 278, verifica-se que os seus parágrafos 1º, 2º e 4º são, na sua íntegra, correspondentes ao item II do mesmo artigo, não havendo razão de deixá-los pertencentes ao item III.

Por outro lado, a supressão ao § 3º, explica-se pela dificuldade na separação do imposto cobrado sobre a circulação de mercadorias na venda a varejo e por atacado, o que poderia, também, provocar uma desavença entre o Prefeito e seus municípios.

EMENDA:02208 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURÍCIO NASSER (PMDB/PR)

Texto:

Ao artigo 278 do Anteprojeto:
Inserir um inciso IV, no artigo referido nos seguintes termos:
"IV - Imposto sobre serviços de qualquer natureza".

Justificativa:

Não tem sentido, como ocorreu no anteprojeto, a supressão do Imposto Sobre Serviços - ISS - tradicionalmente de competência dos Municípios, aliás, a maior fonte de rendas próprias, dos combalidos e pobres municípios do Brasil.

A substituição do referido imposto pelo de "vendas a varejo de mercadorias" (art. 278, III), foi uma infeliz opção da comissão temática. Na prática, os Municípios não possuem estrutura para fiscalizarem e arrecadarem o novo tributo. Por outro lado, será inevitável o desgaste político dos alcaides municipais, uma vez que a tributação das vendas a varejo, sem dúvida nenhuma, agravará as atividades dos pequenos comerciantes (ambulantes, camelôs, mascates, etc.).

Já a tributação da prestação de serviços, onera e grava atividades de profissionais liberais (médicos, dentistas, advogados, contabilistas, economistas, etc.), o que facilita a arrecadação municipal.

Enfim, a proposta visa restaurar a tradição do direito tributário nacional, em respeito à autonomia municipal e aos dirigentes municipais do País, verdadeiros heróis nacionais que, não obstante, as dificuldades e mazelas financeiras, de modo altaneiro têm conseguido manter o funcionamento das Prefeituras Brasileiras, com denodo, dedicação e desprendimento. Este segmento da classe política e as comunidades que representam merecem o respeito da Assembleia Nacional Constituinte e dos seus integrantes.

EMENDA:02880 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAES LANDIM (PFL/PI)

Texto:

Modifica o § 3o. do art. 278

"§ 3o. - A competência municipal para instituir e cobrar o imposto mencionado no item III não exclui a:

I - da União, para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o item IV do art. 275;

II - dos Estados e Distrito Federal, para instituir e cobrar na mesma operação, o imposto de que trata o item III do art. 277."

Justificativa:

O § 3º do art. 278 necessita ser compatibilizado com o item IV do art. 275, que dá competência plena à União para instituir o imposto sobre produtos industrializados.

As ressaltar apenas a incidência do imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços, dá a entender que fica eliminada a incidência na mesma operação, do imposto sobre produtos industrializados.

Como é sabido, o imposto sobre produtos industrializados incide em alguns casos de venda a varejo. Por exemplo: vendas efetuadas por comerciante importador de produtos estrangeiros a consumidor final.

EMENDA:02995 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RAUL BELÉM (PMDB/MG)

Texto:

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 278

Inclua-se no artigo 278 do anteprojeto, o seguinte inciso:

Art. 278

IV Prestação de Serviços.

Justificativa:

A Prestação de Serviços é, hoje, responsável por boa parte da economia nacional.

EMENDA:03201 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MENDONÇA DE MORAIS (PMDB/MG)

Texto:

Suprima-se o inciso III, e § 3o. do artigo 278.

Justificativa:

A instituição do imposto de “vendas a varejo de mercadorias” colide com o dispositivo contido no art. 266 deste Anteprojeto.

De outra forma, instituir-se dois impostos sobre uma mesma operação, tal como a circulação de mercadorias, causará um estrangulamento do setor, submetendo-o a um verdadeiro confisco.

EMENDA:03871 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC/SP)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: Inciso III do art. 278

Suprima-se do anteprojeto o inciso III do art. 278:

Art. 278 -

III - Vendas a Varejo de Mercadorias

Justificativa:

O anteprojeto constitucional em seu sistema tributário, obedece modelo das maiorias das democracias modernas, que estabelece a competência nominal em matéria tributária para cada ente público. Estabelece outrossim, no que diz respeito aos impostos, o princípio da competência privativa, ou seja, cada ente público (União, Estados e Municípios) têm os seus impostos próprios, caracterizando-se essa diferença entre os impostos, fundamentalmente na diversidade do fato gerador.

Ocorre, todavia, que este princípio da tipicidade dos impostos é frontalmente agredido pela criação do Imposto Sobre Vendas a Varejo na esfera da competência tributária dos Municípios.

Trata-se na prática de mera repetição do ICM a nível do Município, com o agravante de ser totalmente cumulativo.

Por maior esforço interpretativo, por maior esforço de engenharia constitucional que se queira realizar, não há como elidir a realidade de que, em ambos os tributos, o fato gerador é o mesmo; a operação que se pretende tributar em ambos os tributos, passa a ter consistência econômica e se exterioriza perante o mundo jurídico em uma mesma e idêntica operação.

Tanto isso é verdade que, o constituinte consciente do desarranjo constitucional introduzido na sistemática, pretende prevenir as sequelas que certamente advirão a nível de controvérsia interpretativa, afirmando no § 3º do artigo 278 textualmente:

“§ 3º - A competência municipal para instituir e cobrar o imposto mencionado no item III não exclui a dos Estados para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o item III do artigo 277 (ICM)”

Não pode essa forma prosperar à sistemática apresentada, restando um único caminho a seguir:

Ou suprime-se o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias-ICM da competência dos Estados, ou afasta-se a figura conflitante do Imposto de Vendas a Varejo de Mercadorias, da competência tributária dos Municípios.

Não nos parece socialmente desejável e economicamente relevante, a primeira alternativa, mesmo porque, pela sistemática de distribuição de receitas, no ICM buscarão também os Municípios, larga fatia de seus recursos. Finalizando, embora não possa ser apresentado como argumento com densidade jurídica, é importante notar que a supressão deste esdrúxulo tributo, ao mesmo tempo em que não representa para os Municípios perda apreciável, representa, todavia, para cada contribuinte isoladamente considerado alívio substancial de carga tributária.

EMENDA:05448 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ EGREJA (PTB/SP)

Texto:

Suprima-se em parte o Artigo 278, dando-se a seguinte nova redação à Seção V;

DOS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS

Art. 278 -

.....

II - transmissão "inter vivos", a qualquer título por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia.

III -

.....

Justificativa:

Nem uma palavra foi acrescida ou alterada no texto do anteprojeto apresentado à Comissão de Sistematização.

Procuramos, apenas, através de supressão, sistematizar o texto, tornando-se o compatível consigo próprio, com o texto aprovado pela Comissão, e enxugando-o de matéria não constitucional.

EMENDA:01463 REJEITADA

Fase:

K - Emenda CS de Adequação ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NAPHTALI ALVES DE SOUZA (PMDB/GO)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao item II, do artigo 278, os seguintes parágrafos:

Art. 278.

.....

II -

.....

§ 1o. -O imposto de que trata este item não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for o comércio desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 2o. - É de competência do Município da situação do bem o imposto que se refere este item.

§ 4o. - Cabe a lei complementar fixar as alíquotas máximas do imposto de que trata o presente item.

Justificativa:

Em se analisando o Anteprojeto vimos a concluir que os parágrafos aqui acrescentados pertencem ao item II do artigo, que indevidamente estavam percebendo ao item III.

Daí nossa preocupação em posicioná-los devidamente conforme a Emenda apresentada.

Parecer:

O Autor pretende, na ordem redacional do art. 278, dispor os parágrafos 1o., 2o. e 4o. após o item II para, a seguir, inserir o item III e o parágrafo 3o., que a ele se refere.

A providência sugerida afronta a boa técnica legislativa.

Pela rejeição.

EMENDA:02424 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

K - Emenda CS de Adequação ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

Texto:

Transferir o art. 318 para a Seção V, art. 278, como o inciso IV.

Justificativa:

Como se trata de imposto municipal, a sua melhor localização é na Seção que trata de Tributos Municipais.

Parecer:

Pretende o autor seja a disposição contida no Art. 318 transferida para a Seção V, como item IV do Art. 278. Procedente sua inserção no Art. 278. ao qual se vincula. Entretanto, nele deve ser incluído como § 1o., com ajustes redacionais, nos termos propostos em parecer oferecido à Emenda no. 4106-2. Pela aprovação parcial.

EMENDA:02950 REJEITADA

Fase:

K - Emenda CS de Adequação ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IVO CERSÓSIMO (PMDB/MS)

Texto:

Emenda modificativa:

Modifiquem-se no Título VII - Da Tributação e Do Orçamento, Capítulo I - Do Sistema Tributário Nacional, as seguintes disposições.

Na Seção IV - Dos Impostos dos Estados e Distrito Federal, o artigo 277 sofrerá as seguintes alterações.

"Art. 277 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

I - suprima-se

II - passará a ser o I, assim redigido:

- I - transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bem ou direitos;

III - passará a ser o II, assim redigido:

- II - operações relativas à circulação de mercadorias, realizadas por produtores, industriais e comerciantes;

IV - passará a ser o III, com a mesma redação:

- III - propriedade de veículos automotores.

Na Seção V - Dos Impostos dos Municípios, o artigo 278 e incisos passarão a ter a seguinte redação:

Art. 278 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - propriedade territorial rural;

III - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

IV - os serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União e dos Estados e

V - vendas a varejo de mercadorias."

§ 1o. - o imposto de que trata o item III não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa

jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for o comércio desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 2o. - o imposto de que trata o item III compete ao município da situação do imóvel.

§ 3o. - a competência municipal para instituir e cobrar o importo mencionado no item V não exclui a dos Estados para instituir e cobrar na mesma operação imposto de que trata o item II do artigo 277.

§ 4o. - Cabe a lei complementar fixar as alíquotas máximas dos impostos de que tratam os itens I, II e III deste artigo.

O inciso III do artigo 281 do Anteprojeto de Constituição passa a ter a seguinte redação:

Art. 281 - Pertencem aos Municípios:

I -

II - cinquenta por cento sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

III - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias.

Justificativa:

Estamos insistindo na erradicação do bisonho “sistema tributário” e “pires e chapéu na mão”. Se for mantido o critério do Anteprojeto de Constituição, sem acatar a sugestão contida no Anexo I da Comissão da Organização do Estado, em que os municípios, mormente na competência de instituir impostos, estaremos sustentando a falência dos municípios brasileiros.

É no município que pulsa o coração da Pátria, se não tratarmos com a necessária preocupação a temática dos recursos dos municípios, principalmente acrescentando sua competência de instituir impostos, cujos fatos geradores ocorrem em seu território, esse coração já enfraquecido tende a um enfarto e perecerá.

Enfatizamos a sensibilidade da doughty Comissão de Sistematização a fim de que adote as sugestões aprovadas na Comissão de Organização do Estado, no que diz respeito este assunto tributário.

Reconhecemos que houve avanços nas pequeninas coisas. Mas progredimos em tão pequeninas coisas, que elas dificilmente se tornarão grandes. Urge a remoção de problemas preocupantes nos municípios e eles são a falta de recursos.

Parecer:

Propõe o nobre Constituinte sejam deixados na competência dos Municípios, como proposto pela Comissão II, o Imposto Territorial Rural e o Imposto Sobre Serviços.

Discorda de sua inclusão na competência estadual como feito pelo Anteprojeto, porque entende que o acréscimo da competência tributária dos Municípios concorreria para livrá-los da falência.

Ora, atualmente os Municípios ficam com toda a receita do Imposto Territorial Rural, assim como do Imposto Sobre Serviços, e nem por isto chegaram a evitar a bancarrota.

Por outro lado, são consideráveis os recursos municipais provenientes de transferências e partilhas de impostos na forma do que está previsto no Anteprojeto da Comissão "V", acolhido pela Comissão de Sistematização.

Pode-se afirmar com segurança que a perda do Imposto Territorial e do Imposto Sobre Serviços está plenamente compensada no Anteprojeto.

Pela rejeição.

EMENDA:04162 REJEITADA

Fase:

K - Emenda CS de Adequação ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERSON PERES (PDS/PA)

Texto:

Emenda substitutiva do art. 278.

Dê-se a seguinte redação ao art. 278, do anteprojeto:

"Art. 278. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - serviços de qualquer natureza, não

compreendidos na competência tributária da União e dos Estados, definidos em lei complementar;

II - propriedade predial e territorial urbana;

III - transmissão inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza e acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos a sua aquisição.

§ 1o. Lei Complementar Nacional fixará as alíquotas máximas dos impostos municipais.

§ 2o. As alíquotas do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana serão progressivas em função do valor e do número de imóveis de propriedade de um mesmo sujeito passivo.

§ 3o. O imposto de que trata o item III compete ao Município da situação do bem e não incide sobre bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de transformação, incorporação, fusão, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for o comércio desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil."

Justificativa:

A proposta do Anteprojeto cria uma nova espécie de tributo: " imposto sobre vendas a varejo de mercadorias". É bem verdade que elimina a competência dos Municípios para instituir o imposto sobre serviços de qualquer natureza mas, por outro lado, a transfere aos Estados.

Desse modo, parece-nos que, criar um novo grupo encargo tributário, é sempre estabelecer mais um ônus a ser arcado pelos contribuintes.

Assim, entendemos ser bem mais técnico e justo a manutenção dos dois impostos municipais (o ISS e o IPTU), bem como transferir dos Estados para os Municípios a competência para instituir o imposto de transmissão inter-vivos sobre bens imóveis, aumentando-se, ainda, o repasse da receita tributária da União e dos Estados, em montante de verba tal que garanta uma regular administração por parte dos Municípios, no entendimento aos seus programas.

Parecer:

O nobre Autor da Emenda propõe nova redação ao art. 278 do Anteprojeto, para reincluir, na competência dos Municípios o imposto sobre serviços de qualquer natureza e para excluir o imposto sobre vendas a varejo. O texto proposto estabelece, ainda, que a lei complementar fixará as alíquotas máximas dos impostos municipais em geral (e não apenas do imposto de transmissão "inter vivos" de bens imóveis e de vendas a varejo, como consta do texto atual). Dispõe, também, que as alíquotas do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) serão progressivas em função do valor e do número de imóveis de propriedade de um mesmo sujeito passivo.

Parte das alterações propostas figurou no Anteprojeto da Comissão II, tendo deixado de ser incluída no Anteprojeto desta Comissão, face à consistência do Sistema Tributário proposto pela Comissão Temática competente.

Com efeito, a longa experiência dos países da Comunidade Econômica Europeia com relação ao imposto sobre o valor agregado tem revelado a conveniência de se incluir, no campo de incidência desse imposto, tanto a circulação de mercadorias como a prestação de serviços, conforme orientação adotada pela Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. O sistema tributário adotado atribui, assim, aos Municípios competência para instituir um imposto sobre vendas a varejo compensando-os, dessa forma, pela perda do imposto sobre serviços.

Por outro lado, as Comunas estão sendo beneficiadas, ainda, pela inclusão, na sua competência, do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição, além de lhes ser atribuída uma participação maior no produto da arrecadação de impostos federais e estaduais. No que tange ao IPTU, não vemos a necessidade da fixação de suas alíquotas máximas, em lei complementar, por tratar-se de imposto cujo campo de incidência abrange fatos eminentemente municipais, sem reflexos nas atividades de outras Comunas ou esferas de poder. Quanto à progressividade de suas alíquotas, em função do número e valor dos imóveis possuídos pelo Contribuinte, os Municípios teriam dificuldades insuperáveis para apurar tais fatos, quando se tratasse de imóveis situados fora de seus territórios.

Pela rejeição.

EMENDA:05399 REJEITADA

Fase:

K - Emenda CS de Adequação ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GASTONE RIGHI (PTB/SP)

Texto:

EMENDAS DE COMPATIBILIZAÇÃO

- 1 - Suprimam-se as expressões "bem como prestações de serviços", do item III, do art. 277 e "e das prestações de serviços", do item IV, do § 11, do art. 277.
- 2 - Acrescente-se um item IV ao art. 278 do Anteprojeto, do seguinte teor: "IV - Serviços de qualquer natureza."

Justificativa:

O ínclito relator, ao compatibilizar as propostas das comissões temáticas, optou integralmente pela formulação da Comissão V, no que se refere aos tributos de competência dos municípios, abandonando totalmente a sugestão contida no anteprojeto da Comissão II.

Profundamente injusto para com os municípios foi esta radical opção. Estas unidades que realizam a quase totalidade das obras e serviços de que se servem os cidadãos continuarão a ser as menos aquinhoadas nas receitas tributárias. Negou-lhes os impostos sobre a propriedade territorial rural, os da venda a varejo de combustíveis e lubrificantes, os incidentes sobre a locação de bens moveis e imóveis e ainda pretenda subtrair-lhes o imposto sobre serviços que mesmo na penúria atual, a vigorante Carta Constitucional lhes confere. Oferecemos como emenda compatibilizadora a solução intermediária de se manter, pelo menos, este imposto sobre serviços, na competência dos municípios.

Parecer:

Defende o nobre Constituinte a posição da Comissão II, que colocou o Imposto sobre Serviços na competência dos Municípios e não na dos Estados, como fez a Comissão "V".

Fundamenta a ementa com a alegação de que os Municípios continuarão a ser menos aquinhoados nas receitas tributárias.

Ora, é sabido que o Imposto Sobre Serviços não vem tendo arrecadação expressiva, a não ser nas capitais e cidades de grande porte. Na grande maioria dos Municípios, ele é mal administrado e quase nada representa em termos de receita.

Por outro lado, os recursos dos Municípios provenientes de transferências e partilhas de impostos são consideráveis na forma do que está disposto no Anteprojeto da Comissão "V", acolhido pela Comissão de Sistematização. Pode-se afirmar com segurança que a perda do Imposto Sobre Serviços está plenamente compensada no Anteprojeto.

Pela rejeição.

FASE M

EMENDA:00042 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CÉSAR MAIA (PDT/RJ)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA:

Suprima-se o item III do artigo 273.

Justificativa:

O imposto sobre vendas a varejo proposto contraria o próprio texto que em seu artigo 266 proíbe a criação de imposto que tenha fato gerador ou base de cálculo idênticos a já existentes. Contraria também o §2º do artigo 262 no que se refere a sua iniquidade social.

Tal imposto se instituído produzirá as distorções seguintes:

1. É um imposto em cascata;
2. É regressivo socialmente;

3. Exclui da isenção microempresas anteriormente isentas por conta do imposto de circulação de mercadorias estadual;

4. Introduz importante distorção por conta do custo e dos efeitos da máquina fiscalizadora que operaria com este fim.

Por tais razões é que o texto nos artigos citados previne contra distorções deste tipo, que seriam introduzidas não havendo a supressão proposta.

Se o relatório e o anteprojeto quiserem guardar harmonia tributária, no máximo poder-se-ia criar um adicional sobre o ICM nas vendas a varejo distribuindo-o direta e globalmente aos municípios.

Parecer:

Busca a Emenda modificar o artigo 273 do Projeto de Constituição.

Entendemos que a redação do mencionado dispositivo está tecnicamente bem posta, definindo claramente a competência tributária dos Municípios, precisando seu âmbito de ação.

Pela rejeição.

EMENDA:00188 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JORGE LEITE (PMDB/RJ)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA

Dispositivo Emendado: Art. 273, § 1o.

Substitua-se o § 1o. do Art. 273, do

Anteprojeto de Constituição:

"§ 1o. - O Poder Público estabelecerá a cobrança de imposto progressivo, no tempo, e sem caráter expropriatório, a incidir sobre áreas urbanas dotadas de infraestrutura urbana adequada, não edificadas e que não estejam em curso de aproveitamento".

Justificativa:

Dúvida não resta a que a ociosidade imotivada, da área urbana, constitui frontal desmentido à função social da propriedade. Entretanto, inimaginável é qualquer utilização do bem sem que, precedentemente, o Poder Público tenha viabilização os equipamentos urbanos infraestruturais. Doutra parte à edificação antecede o respectivo projeto racional do bem. É atento a essas realidades que se apresenta essa emenda, que, a par de dar contornos mais precisos à ideia da função social da propriedade urbana, supre as omissões da regra original anteriormente apontadas.

Parecer:

Propõe a emenda alterar a redação do § 1o.do artigo 273 do projeto.

A redação constante do projeto é tecnicamente precisa quando define o seu alcance

EMENDA:00329 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HAROLDO LIMA (PC DO B/BA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: art. 273

Dê-se ao art. 273 da Seção V do Capítulo I do

Título VII do projeto a seguinte redação: "art.

273 - Compete aos municípios instituir impostos sobre:

I - a propriedade predial e territorial urbana;

II - a propriedade territorial rural;

III - a aquisição de bens imóveis ou de direitos a eles relativos;

IV - os de serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União e dos estados,

V - vendas a varejo, inclusive de

combustíveis líquidos ou gasosos e de lubrificantes;
VI - a locação de bens móveis e arrendamento mercantil"; dada pelo art. 35 do substitutivo aprovado pela Comissão 2.

Justificativa:

A modificação proposta visa compatibilizar o texto do anteprojeto aprovado pela Comissão 2 e fortalecer a receita tributária dos municípios brasileiros.

Parecer:

Propõe a emenda novo elenco de tributos para municípios.
A modificação quebrará o perfil e o equilíbrio tributário previsto no projeto para os três níveis de governo.

EMENDA:00804 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL/PE)

Texto:

Emenda Supressiva
Suprima-se o inciso III, e § 4o., do artigo 273.

Justificativa:

A instituição do imposto de “vendas a varejo de mercadorias” colide com o dispositivo contido no art. 266 deste Anteprojeto.

De outra forma, instituir-se dois impostos sobre uma mesma operação, tal como a circulação de mercadorias, causará um estrangulamento do setor, submetendo-o a um verdadeiro confisco.

Parecer:

Busca a Emenda modificar o artigo 273 do Projeto de Constituição.
Entendemos que a redação do mencionado dispositivo está tecnicamente bem posta, definindo claramente a competência tributária dos Municípios, precisando seu âmbito de ação.
Pela rejeição.

EMENDA:01338 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG)

Texto:

Emenda Supressiva
Suprima-se o inciso III, e § 3o, do artigo 273.

Justificativa:

A instituição do imposto de “vendas a varejo de mercadorias” colide com o dispositivo contido no art. 266 deste Anteprojeto.

De outra forma, instituir-se dois impostos sobre uma mesma operação, tal como a circulação de mercadorias, causará um estrangulamento do setor, submetendo-o a um verdadeiro confisco.

Parecer:

Busca a Emenda modificar o artigo 273 do Projeto de Constituição.
Entendemos que a redação do mencionado dispositivo está tecnicamente bem posta, definindo claramente a competência tributária dos Municípios, precisando seu âmbito de ação.
Pela rejeição.

EMENDA:01362 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NAPHTALI ALVES DE SOUZA (PMDB/GO)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA
Suprima-se o item III do art. 273 e seus parágrafos.

Justificativa:

Pela análise feita do artigo 278, verifica-se que os seus parágrafos 1º, 2º e 4º são, na sua íntegra, correspondentes ao item II do mesmo artigo, não havendo razão de deixá-los pertencentes ao item III. Por outro lado, a supressão ao § 3º, explica-se pela dificuldade na separação do imposto cobrado sobre a circulação de mercadorias na venda a varejo e por atacado, o que poderia, também, provocar uma desavença entre o Prefeito e seus municípios.

Parecer:

Busca a Emenda modificar o artigo 273 do Projeto de Constituição. Entendemos que a redação do mencionado dispositivo está tecnicamente bem posta, definindo claramente a competência tributária dos Municípios, precisando seu âmbito de ação. Pela rejeição.

EMENDA:01363 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NAPHTALI ALVES DE SOUZA (PMDB/GO)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao item II, do artigo 273, os seguintes parágrafos:

Art. 273.

.....

II -

.....

§ 1o. - O imposto de que trata este item não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for o comércio desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 2o. - É de competência do Município da situação do bem o imposto que se refere este item.

§ 4o. - Cabe a lei complemente fixar as alíquotas máximas do imposto de que trata o presente item.

Justificativa:

Em se analisando o Anteprojeto vimos a conduzir que os parágrafos aqui acrescentados pertencem ao item II do artigo, que indevidamente estavam pertencendo ao item III.

Dai nossa preocupação em posicioná-los devidamente conforme a Emenda apresentada.

Parecer:

Busca a Emenda modificar o artigo 273 do Projeto de Constituição. Entendemos que a redação do mencionado dispositivo está tecnicamente bem posta, definindo claramente a competência tributária dos Municípios, precisando seu âmbito de ação. Pela rejeição.

EMENDA:02079 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURÍCIO NASSER (PMDB/PR)

Texto:

Ao artigo 273 do Anteprojeto:

Inserir um inciso IV, no artigo referido nos seguintes termos:

"IV - Imposto sobre serviços de qualquer natureza".

Justificativa:

Não tem sentido, como ocorreu no anteprojeto, a supressão do Imposto Sobre Serviços - ISS - tradicionalmente de competência dos Municípios, aliás, a maior fonte de rendas próprias, dos combalidos e pobres municípios do Brasil.

A substituição do referido imposto pelo de "vendas a varejo de mercadorias" (art. 278, III), foi uma infeliz opção da comissão temática. Na prática, os Municípios não possuem estrutura para fiscalizarem e arrecadarem o novo tributo. Por outro lado, será inevitável o desgaste político dos alcaides municipais, uma vez que a tributação das vendas a varejo, sem dúvida nenhuma, agravará as atividades dos pequenos comerciantes (ambulantes, camelôs, mascates, etc.).

Já a tributação da prestação de serviços, onera e grava atividades de profissionais liberais (médicos, dentistas, advogados, contabilistas, economistas, etc.), o que facilita a arrecadação municipal.

Enfim, a proposta visa restaurar a tradição do direito tributário nacional, em respeito à autonomia municipal e aos dirigentes municipais do País, verdadeiros heróis nacionais que, não obstante, as dificuldades e mazelas financeiras, de modo altaneiro têm conseguido manter o funcionamento das Prefeituras Brasileiras, com denodo, dedicação e desprendimento. Este segmento da classe política e as comunidades que representam merecem o respeito da Assembleia Nacional Constituinte e dos seus integrantes.

Parecer:

Propõe a Emenda reinserir o ISS na competência municipal.

O imposto sobre prestação de serviços deve ser estadual, conforme a estrutura tributária contida no Projeto. Pela rejeição.

EMENDA:02728 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAES LANDIM (PFL/PI)

Texto:

Modifica o § 4o. do art. 273.

"§ 4o. - A competência municipal para instituir e cobrar o imposto mencionado no item III não exclui a:

I - da União, para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o item IV do art. 270;

II - dos Estados e Distrito Federal, para instituir e cobrar na mesma operação, o imposto de que trata o item III do art. 272."

Justificativa:

O § 3º do art. 278 necessita ser compatibilizado com o item IV do art. 275, que dá competência plena à União para instituir o imposto sobre produtos industrializados.

As ressaltar apenas a incidência do imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços, dá a entender que fica eliminada a incidência na mesma operação, do imposto sobre produtos industrializados.

Como é sabido, o imposto sobre produtos industrializados incide em alguns casos de venda a varejo. Por exemplo: vendas efetuadas por comerciante importador de produtos estrangeiros a consumidor final.

Parecer:

Pela rejeição. Temos a convicção de que a matéria em foco recebem tratamento adequado no Projeto.

EMENDA:02796 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IVO CERSÓSIMO (PMDB/MS)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA:

Modifiquem-se no Título VII - Da Tributação e Do Orçamento, Capítulo I - Do Sistema Tributário

Nacional, as seguintes disposições:

Na Seção IV - DOS IMPOSTOS DOS ESTADOS E

DISTRITO FEDERAL, o artigo 272 sofrerá as seguintes alterações.

***Art. 272.** Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

I - suprima-se

II - passará a ser o I, assim redigido:

- *I - transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bem ou direitos;

III - passará a ser o II, assim redigido:

- *II - operações relativas à circulação de mercadorias, realizadas por produtores, industriais e comerciantes;

IV - passará a ser o III, com a mesma redação:

- *III - propriedade de veículos automotores.

Na Seção V - Dos Impostos dos Municípios - o artigo 273 e incisos passarão a ter a seguinte redação:

***Art. 273.** Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - propriedade territorial rural;

III - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

IV - os serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União e dos Estados e

V - vendas a varejo de mercadorias."

§ 1º. O imposto de que trata o item III não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for o comércio desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 2º. O imposto de que trata o item III compete ao município da situação do imóvel.

§ 3º. A competência municipal para instituir e cobrar o imposto mencionado no item V não exclui a dos Estados para instituir e cobrar na mesma operação imposto de que trata o item II do artigo 272.

§ 4º. Cabe a lei complementar fixar as alíquotas máximas dos impostos de que tratam os itens I, II e III deste artigo.

O inciso III do artigo 276 do Anteprojeto de Constituição passa a ter a seguinte redação:

Art. 276. Pertencem aos Municípios:

I -

II - cinquenta por cento sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

III - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias.

(mantidos os demais ...)

Justificativa:

Estamos insistindo na erradicação do bisonho "sistema tributário" e "pires e chapéu na mão". Se for mantido o critério do Anteprojeto de Constituição, sem acatar a sugestão contida no Anexo I da Comissão da Organização do Estado, em que os municípios, mormente na competência de instituir impostos, estaremos sustentando a falência dos municípios brasileiros.

É no município que pulsa o coração da Pátria, se não tratarmos com a necessária preocupação a temática dos recursos dos municípios, principalmente crescendo sua competência de instituir impostos, cujos fatos geradores ocorrem em seu território, esse coração já enfraquecido tende a um enfarto e perecerá.

Enfatizamos a sensibilidade da doughta Comissão de Sistematização a fim de que adote as sugestões aprovadas na Comissão de Organização do Estado, no que diz respeito este assunto tributário.

Reconhecemos que houve avanços nas pequeninas coisas. Mas progredimos em tão pequeninas coisas, que elas dificilmente se tornarão grandes. Urge a remoção de problemas preocupantes nos municípios e eles são a falta de recursos.

Parecer:

O eminente Constituinte Ivo Cersósimo pretende reverter aos Municípios o imposto sobre propriedade territorial rural e manter na competência dos Municípios o imposto sobre serviços, propondo as alterações correspondentes nos Art. 272 e 273 do Projeto de Constituição, assim como no Art. 276, II, em que suprime a participação dos Municípios no produto do imposto territorial rural, já que a eles transfere todo ele.

Insiste em que está propondo erradicação do bisonho sistema tributário de "pires e chapéu na mão" e que o critério do Anteprojeto conduzirá à falência os municípios brasileiros.

A transferência do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural para os Municípios atenderia à descentralização tributária, aumentaria de 50% para 100% a receita oriunda desse tributo e deveria facilitar a administração, já que os Municípios precisam organizar o cadastro das propriedades que compõem seu solo e melhor podem saber do uso adequado dele.

A manutenção ou a transferência do Imposto sobre Serviços deveria ser decidida auscultando a maioria das opiniões dos Municípios, que são os entes a serem mais afetados.

A minuta de nova versão para o Projeto de Constituição, preparada pela Comissão de Sistematização, repete o texto anterior, contrário, pois, à reivindicação sob exame.

EMENDA:02838 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RAUL BELÉM (PMDB/MG)

Texto:

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 273

Inclua-se no artigo 273 do projeto, o seguinte inciso:

Art. 273

IV - Prestação de Serviços.

Justificativa:

A Prestação de Serviços é, hoje, responsável por boa parte da economia nacional.

Parecer:

Propõe a Emenda reinserir o ISS na competência municipal.

O imposto sobre prestação de serviços deve ser estadual, conforme a estrutura tributária contida no Projeto. Pela rejeição.

EMENDA:03030 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SAMIR ACHÔA (PMDB/SP)

Texto:

Suprima-se o Inciso III, e § 4o. do Artigo 273.

Justificativa:

A instituição do imposto de "vendas a varejo de mercadorias" colide com o dispositivo contido no art. 266 deste Anteprojeto.

De outra forma, instituir-se dois impostos sobre uma mesma operação, tal como a circulação de mercadorias, causará um estrangulamento do setor, submetendo-o a um verdadeiro confisco.

Parecer:

Pela rejeição. A questão enfocada pela emenda deve ser examinada no contexto da distribuição de receitas, observando-se o tratamento que o Projeto dispensa à matéria. Não se pode negar que a preocupação maior se liga ao fortalecimento financeiro dos municípios, assegurando-lhes meios efetivos à promoção de seu desenvolvimento.

EMENDA:03646 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC/SP)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: Inciso III do art. 273

Suprima-se do Projeto o inciso III do art. 273:

Art. 273 -

III - Vendas a Varejo de Mercadorias

Justificativa:

O anteprojeto constitucional em seu sistema tributário, obedece o modelo das maiorias das democracias modernas, que estabelece a competência nominal em matéria tributária para cada ente público. Estabelece outrossim, no que diz respeito aos impostos, o princípio da competência privativa, ou seja, cada ente público (União, Estados e Municípios) têm os seus impostos próprios, caracterizando-se essa diferença entre os impostos, fundamentalmente na diversidade do fato gerador.

Ocorre, todavia, que este princípio da tipicidade dos impostos é frontalmente agredido pela criação do Imposto Sobre Vendas a Varejo na esfera da competência tributária dos Municípios.

Trata-se na prática de mera repetição do ICM a nível do Município, com o agravante de ser totalmente cumulativo.

Por maior esforço interpretativo, por maior esforço de engenharia constitucional que se queira realizar, não há como elidir a realidade de que, em ambos os tributos, o fato gerador é o mesmo; a operação que se pretende tributar em ambos os tributos, passa a ter consistência econômica e se exterioriza perante o mundo jurídico em uma mesma e idêntica operação.

Tanto isso é verdade que, o constituinte consciente do desarranjo constitucional introduzido na sistemática, pretende prevenir as sequelas que certamente advirão a nível de controvérsia interpretativa, afirmando no § 3º do artigo 273 textualmente:

"§ 4º - A competência municipal para instituir e cobrar o imposto mencionado no item III não exclui a dos Estados para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o item III do artigo 272 (ICM)"

Não pode essa forma prosperar à sistemática apresentada, restando um único caminho a seguir:

Ou suprime-se o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias-ICM da competência dos Estados, ou afasta-se a figura conflitante do Imposto de Vendas a Varejo de Mercadorias, da competência tributária dos Municípios.

Não nos parece socialmente desejável e economicamente relevante, a primeira alternativa, mesmo porque, pela sistemática de distribuição de receitas, no ICM buscarão também os Municípios, larga fatia de seus recursos.

Finalizando, embora não possa ser apresentado como argumento com densidade jurídica, é importante notar que a supressão deste esdrúxulo tributo, ao mesmo tempo em que não representa para os Municípios perda apreciável, representa, todavia, para cada contribuinte isoladamente considerado alívio substancial de carga tributária.

Parecer:

Propõe o nobre Constituinte a supressão do item III do art. 273, o que significaria subtrair à competência tributária dos Municípios o imposto sobre venda a varejo de mercadorias.

Muito embora sejam respeitáveis as alegações aduzidas, optamos por preservar tal competência tributária municipal, na certeza de atender aos legítimos reclamos dessas unidades basilares da República.

Pela rejeição.

EMENDA:03922 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERSON PERES (PDS/PA)

Texto:

Emenda substitutiva do art. 273.

Dê-se a seguinte redação ao art. 273, do Projeto:

"Art. 273. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União e dos Estados, definidos em lei complementar;

II - propriedade predial e territorial urbana;

III - transmissão inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza e acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos a sua aquisição.
 § 1o. Lei Complementar Nacional fixará as alíquotas máximas dos impostos municipais.
 § 2o. As alíquotas do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana serão progressivas em função do valor e do número de imóveis de propriedade de um mesmo sujeito passivo.
 § 3o. O imposto de que trata o item III compete ao Município da situação do bem e não incide sobre bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de transformação, incorporação, fusão, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for o comércio desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil."

Justificativa:

A proposta do Anteprojeto cria uma nova espécie de tributo: " imposto sobre vendas a varejo de mercadorias". É bem verdade que elimina a competência dos Municípios para instituir o imposto sobre serviços de qualquer natureza mas, por outro lado, a transfere aos Estados. Desse modo, parece-nos que, criar um novo grupo encargo tributário, é sempre estabelecer mais um ônus a ser arcado pelos contribuintes.

Assim, entendemos ser bem mais técnico e justo a manutenção dos dois impostos municipais (o ISS e o IPTU), bem como transferir dos Estados para os Municípios a competência para instituir o imposto de transmissão inter-vivos sobre bens imóveis, aumentando-se, ainda, o repasse da receita tributária da União e dos Estados, em montante de verba tal que garanta uma regular administração por parte dos Municípios, no entendimento aos seus programas.

Parecer:

Embora louvável o descortino do proponente, nossa convicção é de que a matéria sob exame recebeu tratamento adequado no Projeto. Pela prejudicialidade.

EMENDA:04822 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANNA MARIA RATTES (PMDB/RJ)

Texto:

Emenda Aditiva

Inclua-se onde Couber:

"Art. 273 §1o. O Poder Público estabelecerá a cobrança do imposto progressivo, no tempo, a incidir sobre áreas não edificadas e não utilizadas, de forma que se assegure o cumprimento da função social da propriedade."

Justificativa:

A função social da propriedade manifesta-se no seu uso adequado, com vistas ao interesse social. Esta função deve ser traduzida por obrigações concretas, legalmente exigíveis e definidas com precisão na legislação brasileira.

Na medida em que o proprietário do imóvel urbano não cumpre as determinações legais, deve o Estado intervir, inclusive desapropriando quando o caso assim o exigir, visando assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

Parecer:

Em Emenda remanescente da etapa anterior do processo constituinte, propõe-se a supressão da expressão "e sem caráter expropriatório" que constava do texto do então art. 318 do Anteprojeto de Constituição, afinal reformulado e ora objeto do § 1o. do art. 273 do atual Projeto.

Essa expressão - como se observa - já não consta do Projeto que se pretende emendar. Assim, nada mais resta que concluir pela prejudicialidade.

EMENDA:05021 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GASTONE RIGHI (PTB/SP)

Texto:

EMENDAS DE COMPATIBILIZAÇÃO

1 - Suprimam-se as expressões "bem como prestações de serviços", do item III, do art. 272 e "e das prestações de serviços", do item IV, do § 12, do art. 272.

2 - Acrescente-se um item IV ao art. 273 do Projeto, do seguinte teor:

"IV - Serviços de qualquer natureza."

Justificativa:

O ínclito relator, ao compatibilizar as propostas das comissões temáticas, optou integralmente pela formulação da Comissão V, no que se refere aos tributos de competência dos municípios, abandonando totalmente a sugestão contida no anteprojeto da Comissão II.

Profundamente injusto para com os municípios foi esta radical opção. Estas unidades que realizam a quase totalidade das obras e serviços de que se servem os cidadãos continuarão a ser as menos aquinhoadas nas receitas tributárias. Negou-lhes os impostos sobre a propriedade territorial rural, os da venda a varejo de combustíveis e lubrificantes, os incidentes sobre a locação de bens moveis e imóveis e ainda pretenda subtrair-lhes o imposto sobre serviços que mesmo na penúria atual, a vigorante Carta Constitucional lhes confere. Oferecemos como emenda compatibilizadora a solução intermediária de se manter, pelo menos, este imposto sobre serviços, na competência dos municípios.

Parecer:

O eminente constituinte Gastone Righi quer preservar na competência dos Municípios o imposto sobre serviços, que o projeto transfere aos Estados mediante fusão do ICM.

Justifica o autor que o Projeto abandonou a proposta oriunda da Comissão dos Municípios, onde foram aprovados a manutenção do ISS e acréscimo de outros impostos (sobre locação, propriedade territorial e venda a varejo de combustíveis e lubrificantes); que os Municípios realizam a quase totalidade das obras e serviços de que se servem os cidadãos.

A decisão sobre o assunto é essencialmente política.

Mas deveria prevalecer a opinião da maioria dos Municípios, pois eles é que serão mais afetados com a retirada do ISS.

Todavia, a nova versão do Projeto de Constituição repete o ICMS, na órbita dos Estados, causando a rejeição de emendas contrárias.

EMENDA:05068 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ EGREJA (PTB/SP)

Texto:

Suprima-se em parte o artigo 273, dando-se a seguinte nova redação à Seção V;

DOS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS

Art. 273 -

.....

II - tramitação "inter vivos", a qualquer título por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia.

III -

.....

Justificativa:

Nem uma palavra foi acrescida ou alterada no texto do anteprojeto apresentado à Comissão de Sistemática.

Procuramos, apenas, através de supressão, sistematizar o texto, tornando-se o compatível consigo próprio, com o texto aprovado pela Comissão, e enxugando-o de matéria não constitucional.

Parecer:

Pretende a Emenda, em síntese suprimir, ao final do item II do art. 273 do Projeto da Comissão de Sistematização, a expressão "bem como sessão de direitos a sua aquisição". Essa expressão já constava do item II do art. 16 do Anteprojeto da 5a. Comissão Temática e foi assim transcrita no item II do art. 278 do Anteprojeto desta Comissão de Sistematização. É hipótese de incidência do imposto municipal sobre transmissão inter vivos, não sendo aconselhável eliminá-la do futuro texto constitucional. Pela rejeição

EMENDA:05763 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RITA CAMATA (PMDB/ES)

Texto:

Nos termos do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, inclua-se o seguinte dispositivo, no Art. 273:

Art. Compete aos Municípios instituir imposto sobre:

I - minerais do País, de incidência única.

Justificativa:

O imposto sobre minerais do País pertence à competência da União, de acordo com o artigo 21, IX, incidindo uma só vez sobre qualquer das operações de extração, circulação, distribuição ou consumo, sendo os minerais enumerados em lei complementar. Como se vê, a presente proposta visa a alargar o campo de incidência desse imposto, pois ele passará a incidir sobre quaisquer minerais do País.

A municipalização desse imposto visa, em primeiro lugar, reforçar as finanças das comunas, uma vez que o produto de sua arrecadação passaria a ser inteiramente municipal. Atualmente, a arrecadação do ICM pertence à União, que distribui a parcela de noventa por cento aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos Territórios, proporcionalmente à produção (art. 26, III, e § 1º, letra b). Ocorre, no entanto, que, talvez, por beneficiar-se de apenas dez por cento, insuficientes até para uma administração eficaz do imposto, a União não se tem empenhado em torná-lo produtivo, negligenciando quanto à sua arrecadação e fiscalização. Assim, a sua transferência para a competência municipal possibilitaria maior arrecadação e melhor fiscalização, e esse tributo, certamente, se constituiria em importante fonte de recursos para os Municípios brasileiros. Com isso, estaria sendo fortalecido também a sua autonomia política, cujo supedâneo é a autonomia financeira.

Além de poderem aplicar os seus recursos, os Municípios contribuiriam para melhor controle de produção nacional de minérios, que todos sabemos ser muito mais significativa do que a revelada pelas estatísticas.

Parecer:

Objetiva a emenda criar o imposto sobre minerais no Município.

Justificam os autores que tal imposto reforçaria a receita municipal e melhoraria o controle da produção mineral. No sistema proposto a tributação dos minerais caberá aos Estados, que poderão arrecadá-lo com mais eficiência e controle.

EMENDA:06792 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURO MIRANDA (PMDB/GO)

Texto:

Emenda aditiva

Art. 273 .

Acrescente-se ao art. 273 o seguinte item:

"IV - Imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União ou dos Estados."

Justificativa:

Após mais de 25 anos de aplicação do ISS pelos Municípios hoje, já há toda uma experiência que justifica sua permanência na competência municipal. Por outro lado, seria importante fonte de recursos para os entes locais, aumentando assim participação nas rendas nacionais.

Para os Estados que tributarão na plenitude apenas os serviços intermediários e terão 50% dos serviços prestados aos consumidores finais, não serão os serviços fonte de receita tributária significativa.

Parecer:

A emenda pretende manter o ISS na competência Municipal.
A estrutura tributária contida no projeto desenhou perfil objetivando maior eficácia e justiça fiscal.
Sua alteração, como propõe a emenda, quebraria o equilíbrio do sistema proposto.

EMENDA:06857 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

TITO COSTA (PMDB/SP)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: 273 do Projeto de Constituição.

Incluir no artigo 273 um inciso IV, com a seguinte redação:

"IV - sobre transporte urbano de passageiros, nas áreas metropolitanas e microrregiões".

Justificativa:

A inclusão na competência dos Municípios do IS TUP, é mantida plenamente justificável pela necessidade de fortalecer os Municípios Brasileiros.

Por outro lado, não se pode perder de vista que as atividades de transportes coletivos de passageiros, deixarão de ser gravadas com o ISS, imposto que não mais consta no Sistema Tributário Nacional.

Parecer:

Pretende a emenda incluir na competência municipal o imposto sobre transporte urbano de passageiros, nas áreas metropolitanas e microrregiões.

A tributação sobre transportes urbanos, nas microrregiões e áreas metropolitanas deve ser de competência dos Estados como determina o Projeto.

EMENDA:06916 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSVALDO BENDER (PDS/RS)

Texto:

Emenda aditiva

Dispositivo Emendado: Título VII - Capítulo I

- Seção V - Art. 273

Acrescente-se mais um item ao Art. 273 com a seguinte redação:

"Item IV - cinquenta por cento das arrecadações feitas no território do município com a exploração de jogos, como: loteria federal, estadual, loto, loteria esportiva e outros que forem regulamentados."

Justificativa:

Os municípios brasileiros continuam enfrentando sérios problemas financeiros por falta de recurso. Para agravar o quadro de penúria em que muitos se encontram, vêem vultosas somas de recursos serem todas as semanas canalizadas para a esfera federal e estadual através das loterias, sendo que as que mais influenciam sangria para os municípios.

Entendemos que o primeiro passo para as justas reivindicações municipais, seria o retorno de pelo menos 50% da arrecadação feita no município, deduzidas as despesas.

Parecer:

Em que pese os relevantes propósitos da emenda não vemos como acolhê-la.

Os prêmios de loteria são tributados pelo Imposto de Renda e parcela dele chega aos Municípios através do Fundo de Participação dos Municípios.

Entendemos ser impraticável a tributação de loterias federais pelo Fisco Municipal.

EMENDA:06941 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RAUL BELÉM (PMDB/MG)

Texto:

Dispositivo Emendado: Artigo 273

Acrescente-se ao Art. 273 do Projeto de Constituição o seguinte item:

Art. 273 -

IV - Imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União ou dos Estados.

Justificativa:

Após mais de 25 anos de aplicação do ISS pelos Municípios hoje, já há toda uma experiência que justifica sua permanência na competência municipal. Por outro lado, seria importante fonte de recursos para os entes locais, aumentando assim participação nas rendas nacionais.

Para os Estados que tributarão na plenitude apenas os serviços intermediários e terão 50% dos serviços prestados aos consumidores finais, não serão os serviços fonte de receita tributária significativa.

Parecer:

Tenta a emenda retornar o ISS para o Município.

Não vemos como aprová-la uma vez que desfiguraria o Sistema Tributário proposto no anteprojeto.

O ISS deve ser de competência estadual, pois os Estados poderão melhor arrecadá-lo.

EMENDA:06947 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RAUL BELÉM (PMDB/MG)

Texto:

Dispositivo Emendado: Artigo 273

Inclua-se no Artigo 273 do Projeto de Constituição, o seguinte Inciso:

Art. 273

IV - Prestação de Serviços.

Justificativa:

A Prestação de Serviços é, hoje, responsável por boa parte da economia nacional.

Parecer:

Objetiva a emenda incluir o imposto sobre a Prestação de Serviços como tributo municipal.

Entendemos que o ISS deve figurar na competência tributária dos Estados, que repassarão parte da receita aos Municípios.

No âmbito do Estado haverá melhor arrecadação do ISS.

EMENDA:07323 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AGRIPINO DE OLIVEIRA LIMA (PFL/SP)

Texto:

Suprima-se o Inciso III do Artigo 273 e o §

5o. do mesmo Artigo, do Projeto de Constituição do

Relator da Comissão de Sistematização.

Justificativa:

É por demais evidente a enorme sobrecarga de tributos oneradores das despesas de empresas de pequeno, médio e grande portes.

A instituição de mais de um tipo de imposto só tem o condão de agravar, ainda mais, o já saturado elenco de tributação de empresas, e isso viria trazer enormes transtornos, principalmente aos pequenos e médios comerciantes que vivem de vendas a varejo.

Além do mais, a criação desse imposto consiste numa bitributação, uma vez que sobre esse tipo de operação já incide o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM).

O aumento de receitas municipais deve convergir para um outro tipo de solução como a reforma tributária e melhor distribuição da receita proveniente da arrecadação de impostos existentes.

Parecer:

Quer a emenda suprimir o parágrafo 5o. do artigo 273.
A lei complementar deve fixar as alíquotas máximas do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias.

EMENDA:07600 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CARLOS COTTA (PMDB/MG)

Texto:

Dispositivo Emendado: Artigo 273
Acrescente-se ao art. 273 do Projeto de
Constituição o seguinte item:
Art. 273

IV - Imposto sobre serviços de qualquer
natureza, não compreendidos na competência
tributária da União ou dos Estados.

Justificativa:

Após mais de 25 anos de aplicação do ISS pelos Municípios hoje, já há toda uma experiência que justifica sua permanência na competência municipal. Por outro lado, seria importante fonte de recursos para os entes locais, aumentando assim participação nas rendas nacionais.

Para os Estados que tributarão na plenitude apenas os serviços intermediários e terão 50% dos serviços prestados aos consumidores finais, não serão os serviços fonte de receita tributária significativa.

Parecer:

Busca a emenda manter o ISS na competência municipal.
O projeto agiu de forma acertada ao juntá-lo ao ICM no âmbito do Estado, o que ampliará sua eficácia.

EMENDA:07701 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CAIO POMPEU (PMDB/SP)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA DO ARTIGO 273, DA SEÇÃO V, DOS
MUNICÍPIOS, DO CAPÍTULO I, DO SISTEMA TRIBUTÁRIO
NACIONAL

Modifique-se a redação do artigo 273,
adotando-se a seguinte:

"Art. 273 - Compete aos Municípios lançar..."

Justificativa:

Instituir (verbo transitivo direto) vem do latim "instituire" que quer dizer criar, dar começo a.
Ora, os impostos são "instituídos" pela Constituição. À União, Estados e aos Municípios não compete criar impostos e sim arrecadá-los.

A forma aplicada pelas Constituições anteriores "tributar" (1934, Art. 17, X) ou a de "lançar impostos" (1946, Art. 31, V) é muito mais correta do que a usada em 1967 (Art. 20, III) ou com a Emenda nº 1 de 1967 (Art. 19, III) que usaram o verbo "instituir" que ora se insiste.

Parecer:

Propõe a Emenda substituir no art. 273 o verbo "instituir" por "lançar".
Entendemos que a expressão instituir é mais adequada para a definição contida no artigo 273 do projeto.
A competência é realmente para instituir tributos e não apenas para lança-los.
Pela rejeição.

EMENDA:07919 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA:

Dê-se ao parágrafo 1o., do art. 273, do

Projeto a seguinte redação:

273.

§ 1o. - A alíquota do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana será progressiva, nos termos da lei complementar, em função do número de imóveis do mesmo contribuinte de tempo decorrido sem utilização socialmente adequada no caso de imóveis construídos.

Justificativa:

A adoção de uma política tributária urbana adequada aos nossos dias, que vise acima e tudo coibir os grandes especuladores imobiliários e os incorporadores gananciosos que se apropriam de inúmeras áreas urbanas sem lhes dar a curto prazo uma finalidade social, é medida que se impõe.

Parecer:

Pretende a emenda determinar a progressividade do imposto predial e territorial urbano e a função social da propriedade.

O texto proposto contempla a progressividade do tributo e destaca a função social da propriedade.

EMENDA:07952 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAES DE ANDRADE (PMDB/CE)

Texto:

Emenda no. Ao Projeto de constituição

Inclua-se como parágrafo 6o. do artigo 273

(Seção V, dos Impostos dos Municípios) o seguinte texto:

Art. 273

§ 6o. Os imóveis sem construção na zona urbana das cidades com população superior a 800.000 habitantes, serão taxados progressivamente, revertendo o acréscimo do imposto para financiamento de casas populares no respectivo Município.

Justificativa:

Muitos especuladores imobiliários conservam grandes áreas urbanas sem qualquer proveito para a comunidade, tendo um único escopo, a sua valorização com o tempo.

Como os tributos são fixados dentro de um mesmo critério, os que possuem essas áreas visando o lucro fácil de valorização imobiliária, lucram sobre uma condição de necessidade da população que não encontra local para morar nem área de preço razoável para construir.

Com a pressão exercida através do tributo, esses especuladores imobiliários terão dois caminhos a seguir: ou constroem para alugar, reduzindo o déficit habitacional, ou loteiam e vendem os referidos terrenos, permitindo que terceiros o utilizem de forma social mais justa.

Com as providências que o Executivo está tomando no sentido de que as novas construções possam submeter-se a um novo regime locativo, pelo qual se permita a retomada do imóvel nas épocas contratuais próprias, além das majorações semestrais, é possível que a nova medida que propomos – a taxação progressiva dos terrenos - possa abrir esse novo caminho.

O que não é possível é admitir-se a continuidade de uma política habitacional que, isoladamente, é incapaz de atender a esse déficit de residências, enquanto um pequeno número de especuladores detém grandes áreas urbanas inaproveitadas.

Parecer:

Propõe o ilustre Constituinte a inclusão de um § 6o. ao art. 273, pelo qual o IPTU passaria a ter incidência progressiva sobre imóveis sem construção na zona urbana de cidades com mais de oitocentos mil habitantes, destinando-se o acréscimo do imposto para financiamento de casas populares.

A progressividade desse tributo já está prevista no § 1o. deste artigo e alcançará a hipótese aludida na Emenda, a critério de cada Legislativo municipal, segundo as peculiaridades locais.

Por outro lado, é preferível também deixar que o Legislativo municipal decida, anualmente, como alocar, na

Lei de Meios, quaisquer recursos tributários, daí o princípio proibitivo da afetação da receita inserto no art. 292, item I, do Projeto.
Pela rejeição.

EMENDA:08006 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT/SP)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao parágrafo 5o. do Art. 273:

"§ 5o. - Cabe a lei complementar estadual fixar as alíquotas máximas dos impostos de que tratam os incisos II e III deste Artigo".

Justificativa:

Na exata medida em que desejamos ver fortalecida a federação brasileira, é de toda conveniência que a competência de fixação dos tetos máximos dos impostos municipais, seja transmissão "inter-vivos", seja sobre vendas a varejo, permaneça ao nível da Assembleia Legislativa de cada estado.

O órgão legislativo local melhor que o próprio Senado Federal poderá avaliar os limites superiores que as alíquotas destes impostos municipais poderão atingir.

Parecer:

Propõe a emenda alterar a redação do § 5o. do artigo 273 do projeto.

Entendemos que a redação constante do referido parágrafo é clara, devendo permanecer.

EMENDA:08058 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSMAR LEITÃO (PFL/RJ)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Art. 273

Incluam-se no art. 273 do Projeto os seguintes itens:

Art. 273 -

IV - propriedade de veículos automotores, vedada a cobrança de impostos ou taxas incidentes sobre a utilização de veículos;

V - serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência tributária da União ou dos Estados, definidos em lei complementar.

§ 6o. - Sem prejuízo do dispositivo neste artigo, continua assegurada da participação dos Municípios da distribuição de quotas de fundos constituídos pela arrecadação de outros tributos, assim como o produto total de impostos a eles deferidos nesta Constituição.

Justificativa:

O IPVA, instituído pelos Estados, que dele retém a metade do produto arrecadado, defere às municipalidades nas obrigações de controle e licenciamento dos veículos; o imposto sobre a transmissão de bens imóveis, por igual, tem sua instituição mantida aos Estados, que ainda fica com 50% da arrecadação. O Anteprojeto, sem as modificações sugeridas, não atende às exigências dos Municípios e pouco contribui para o fortalecimento de sua autonomia.

Parecer:

Quer a emenda levar para o município o imposto sobre propriedade de veículos automotores e manter na competência municipal o ISS.

Tal proposta quebra o equilíbrio que o projeto estabeleceu.

EMENDA:08147 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CÉSAR MAIA (PDT/RJ)

Texto:

Sistema Tributário.

1) Emenda Supressiva: Suprima-se os parágrafos 2o. e 3o. do artigo 272.

2) Emenda Aditiva: Adicione-se parágrafo no artigo 273, onde couber:

§... O imposto de que trata o item I será progressivo em função do número de propriedades, levando-se em conta para tal efeito o valor venal das mesmas.

Justificativa:

Os parágrafos 2º e 3º que tratam de não cobrança do imposto territorial rural sobre pequenas glebas e da não cobrança do imposto territorial rural sobre herança para herdeiros servirá para um sem número de fraudes. Cumpre, proteger os legítimos interessados, na legislação que regulamentar. De outra forma a proteção de uma pobre viúva servirá para cobrir a sonegação de uma família abastada. O mesmo quanto as pequenas glebas que servirão para encobrir os donos abastados de sítios e pequenas fazendas de lazer. Quanto a inclusão de um § no artigo 273, objetiva-se dar progressividade ao IPTU no caso de um multi-proprietário. Levando-se em conta o valor evita-se distorções.

Parecer:

Emenda acolhida apenas para suprimir o parágrafo 3o. do artigo 272 do Projeto.

EMENDA:08235 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CÉSAR MAIA (PDT/RJ)

Texto:

EMENDAS RELATIVAS AO SISTEMA TRIBUTÁRIO:

1) Emenda aditiva: adiciona-se item VI ao artigo 270.

VI. sobre o patrimônio líquido das pessoas físicas

2) Emenda supressiva parcial no item III do artigo 272.

Suprima-se a expressão "bem como prestações de serviços".

3) Emenda aditiva: adiciona-se item V ao artigo 272.

V. sobre a transmissão de propriedade de veículo automotores usados, excluindo desta base o imposto de que trata o item III.

4) Emenda supressiva: suprima-se o item III, "vendas a varejo de mercadorias, do artigo 273.

5) Emenda aditiva: adiciona-se novo item III, no artigo 273. III. sobre prestação de serviços.

6) Emenda modificativa: modifica-se o item III do artigo 276. III. vinte e sete por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias.

7) Emenda aditiva: adiciona-se ao item II do artigo 276 o imposto sobre a transmissão da propriedade de veículos automotores usados.

8) Emenda modificativa: modifica-se o § 3o.do item II do artigo 277.

§ 3o. ... vinte e sete por cento ...

Justificativa:

As propostas possibilitam a correção de alguns desvios importantes do texto original.

Em primeiro lugar acrescentando um imposto progressivo e alocando-o a UNIÃO que é prejudicada na proposta.

Em segundo lugar substituindo o ICM pelo imposto de transmissão de veículos usados, já que o ICM é quase incobrável nestas operações e o imposto sugerido é cobrado sem custo e corresponderá a uma grande arrecadação.

Em terceiro lugar retornando com o imposto sobre serviços para os municípios. A alegação de que só alguns municípios o cobram é inconsistente, porque poderão cobrar via convenio com os Estados, ou com a União ou mesmo com os grandes municípios. Esta renda será crescente e é fundamental para as regiões metropolitanas. Apóia-se também os municípios com o aumento do fundo de participação no ICM de 25 para 27%.

No fim teremos um sistema mais descentralizado e mais equilibrado.

Quanto a exclusão do imposto sobre vendas no varejo, lembramos que se trata de um imposto 4 vezes regressivo: regressivo porque indireto, porque as micro-empresas que não pagam terão que pagar, porque é cumulativo discriminando certos setores do comércio e porque produzirá distorções com a máquina fiscal mal remunerada concorrendo com a máquina estadual na “busca” de um mesmo imposto.

Parecer:

O eminente Constituinte César Maia quer aditar na competência da União o imposto sobre patrimônio líquido das pessoas físicas; suprimir na competência dos Estados as incidências sobre prestações de serviços, que o Projeto de Constituição quer retirar dos Municípios, incorporando-as ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias; incluir na competência dos Estados o Imposto sobre Transmissão de Propriedade de Veículos Automotores Usados, excluindo da base o Imposto sobre Circulação de Mercadorias; suprimir o pretendido Imposto sobre Vendas a Varejo de Mercadorias, atribuído aos Municípios; restabelecer, ou melhor, manter na competência dos Municípios o Imposto sobre Prestação de Serviços; aumentar de 25% para 27% a parcela pertencente aos Municípios no produto do ICM, presentemente em 20%; atribuir 50% do Imposto sobre Transmissão de Veículos Usados aos Municípios (tributo acrescido à competência dos Estados); e majorar de 25% para 27% a parcela que os Estados teriam que repetir entre os Municípios do IPI que a União teria que partilhar entre os Estados proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados (10%).

A segunda minuta da nova versão de Projeto de Constituição, preparada pela Comissão de Sistematização, volta a afastar da competência da União o Imposto sobre Patrimônio Líquido das Pessoas Físicas. Dessa forma, deve ser negado o acolhimento à proposta do autor. De fato, tal tributo agravaria a incidência sobre a classe média, sem atingir os vultosos patrimônios não declarados e consubstanciados em riquezas desviadas para o exterior, dólares, jóias, ações ao portador, certificados de depósitos ao portador, subavaliações de imóveis e outros bens sonegados. Além disso, desestimularia a poupança interna.

A mesma minuta de Projeto de Constituição também mantém a incorporação dos serviços ao ICM de competência dos Estados, cuja decisão deveria subordinar-se mais ao pronunciamento dos Municípios que perderão o tributo.

A minuta não prevê a tributação da transferência da propriedade de veículos automotores de forma geral, pelos Estados, excluindo-a do ICM, mas parece exagero fiscalista buscar esse imposto sobre pessoas físicas.

Citada versão também confirma o imposto sobre vendas a varejo pelos Municípios, inclusive a cumulatividade do ICM para os Estados, negando o princípio do valor adicionado.

A elevação das partilhas de 25% para 27%, para os Municípios também não está sendo contemplada pela minuta de Projeto da Comissão de Sistematização, sendo decisão essencialmente política.

EMENDA:08310 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NELSON SEIXAS (PDT/SP)

Texto:

Emenda Modificativa

Modificar os incisos II e III, do artigo 273, da Seção V, "Dos Impostos dos Municípios" e renumerar os demais incisos, passando a ter a seguinte redação:

"Art. 273 -

I -

II - Vendas a varejo de mercadorias;

III - Propriedade Territorial Rural;

IV - Locação de Bens Imóveis;

V - Transmissão de Bens Imóveis;

VI - Serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência da União e dos Estados.

Justificativa:

O Município é o espaço político mais identificado com as necessidades da população, não sendo possível a construção de um grande País sem que os seus Municípios sejam fortes e bastante dinâmico de modo a poderem atender às justas reclamações de sua população.

É, pois, chegada a hora de se fortalecer os poderes locais, inclusive para ajudar o desenvolvimento rural e conter o excessivo desenvolvimento urbano, tudo isso através de toda uma hierarquia das cidades grandes, médias e pequenas.

A devolução de poderes às autoridades locais não terá qualquer efeito prático, se não vier acompanhada dos recursos necessários para o exercício desses poderes.

Parecer:

Propõe a emenda novo elenco de tributos para municípios.

A modificação quebrará o perfil e o equilíbrio tributário previsto no projeto para os três níveis de governo.

EMENDA:08323 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IVAN BONATO (PFL/SC)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 273, Incisos I, II e III.

Dê-se ao art. 273, incisos I, II e III do

Projeto de Constituição a seguinte redação:

"Art. 273 - Compete aos Municípios instituir imposto sobre:

I - Propriedade Predial e Territorial Urbana.

II - Transmissão inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto garantia, bem como de direitos a sua aquisição.

III - Serviços de qualquer natureza, nos termos estabelecidos em lei complementar".

Justificativa:

O artigo 273, incisos I, II e III, do Projeto de Constituição, pretende substituir o Imposto Sobre Serviços de Qualquer natureza, pelo Imposto de Vendas a Varejo de Mercadorias tal substituição não nos parece vantajosa para os Municípios, uma vez que esse tributo é de difícil controle, sem falar nos gastos com sua implantação e arrecadação.

Além disso, o imposto Sobre Vendas a Varejo da forma como foi previsto, acarreta vários inconvenientes tais como a quebra do princípio da não cumulatividade na última etapa do processo de circulação de mercadorias, criando problemas de ordem técnica de difícil solução. Os varejistas receberão os produtos já onerados com ICM e sobre o total incidirá o imposto municipal sobre vendas a varejo, sem aproveitamento do crédito do ICM. Isso acabará por aumentar o custo da mercadoria onerando diretamente o consumidor final, ou seja, toda a coletividade.

Outro inconveniente é uma possível verticalização das empresas, pois as indústrias poderão passar a vender diretamente aos consumidores, desfalcando, com este procedimento, a arrecadação estadual do ICM.

Ressalte-se ainda que em face do disposto no artigo 273, parágrafo 4º, e artigo 272, inciso III, os comerciantes varejistas poderão ficar sujeitos a dois tributos um relativo a circulação de mercadorias e outro referente às vendas de mercadorias, pois não está prevista nenhuma norma dispondo que o imposto de Vendas a Varejo exclua o ICM nas operações realizadas.

Cabe observar que o comerciante varejista não realiza apenas operações de vendas a varejo, podendo realizar ainda operações de troca de mercadorias, transferências, devoluções, etc. Nesse caso mesmo que o Imposto de Vendas a Varejo eliminasse o ICM, ficaria o contribuinte sujeito a duas tributações com todas as obrigações acessórias delas decorrentes. A incidências simultâneas do ICM e do imposto de Vendas a Varejo sobre o comerciante varejista, traria grandes dificuldades uma vez que sua maioria é composta de micro e pequenas empresas. Esse segmento, além de não ter estrutura administrativa teria suas despesas operacionais aumentadas em dobro.

Ademais, no decorrer do tempo os Municípios se aparelharam para cobrança do ISS instituindo cadastros e programas de computação, não nos parecendo interessante para a municipalidade a substituição pretendida. Por esses motivos é que a emenda pretende manter a situação vigente, suprimindo o imposto Sobre Vendas a Varejo e atribuindo o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza à competência municipal.

Através de outra emenda estamos propondo a alteração do artigo 276, inciso III, para conferir aos Municípios em vez de 25% (vinte e cinco por cento), o percentual de 30% (trinta por cento) do produto da arrecadação do ICM.

Parecer:

A emenda pretende reincluir o ISS no lugar do imposto de rendas a varejo.

Tal modificação quebraria o sistema tributário proposto com o equilíbrio entre estados e municípios.

EMENDA:08970 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO DORNELLES (PFL/RJ)

Texto:

Suprima-se o § 1o. do art. 273 do Projeto de Constituição elaborada pela Comissão de Sistematização.

Justificativa:

O art. 273, § 1º do Projeto de Constituição determina que:

“O imposto de que trata o item I será progressivo no tempo quando decidir sobre área urbana não edificada e não utilizada, de forma que se assegure o cumprimento da função social da propriedade”.

O art. 273, item I, do Projeto já atribui aos Municípios a competência para instituir impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana.

No que tange à progressividade do imposto, cabe ao Município, segundo os interesses locais e as peculiaridades de seu território, determinar se o imposto territorial urbano deve ou não ser progressivo, bem como fixar a forma de sua progressividade. Não se pode esquecer que as questões urbanas dos Municípios brasileiros são diferenciados ao extremo.

Parecer:

Visa a emenda suprimir o § 1o. do artigo 273 do projeto
Entendemos ser necessária a progressividade do tributo as segurando a função social da propriedade

EMENDA:09036 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HAROLDO LIMA (PC DO B/BA)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Art. 273, incisos III e IV

Inclua-se no Art. 273, os seguintes incisos:

Inciso III - Vendas e varejo de mercadorias,

inclusive de combustíveis líquidos ou gasosos

Inciso IV - Sobre serviços de qualquer natureza

Justificativa:

O imposto sobre serviços representa significativa parcela da atual receita do Município, além do que a isenção de tributação sobre a prestação de serviços colocaria esta atividade em situação de privilégio fiscal frente às demais operações econômicas.

Parecer:

Propõe a Emenda reinserir o ISS na competência municipal.
O imposto sobre prestação de serviços deve ser estadual, conforme a estrutura tributária contida no Projeto.
Pela rejeição.

EMENDA:09327 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JUTAHY MAGALHÃES (PMDB/BA)

Texto:

Dê-se ao inciso III do artigo 273 a seguinte redação:

"Art. 273 -

III - o consumo de combustíveis,
lubrificantes, água, energia elétrica e serviços
de telecomunicações."

Justificativa:

Cobrar o imposto sobre vendas a varejo de mercadorias será tarefa difícil de ser operacionalizada pelos municípios brasileiros, que em sua maioria não possuem uma Secretaria de Finanças aparelhada para fiscalizar e arrecadar esse tributo.

Entendemos que a adoção do imposto sobre a venda a varejo é inconveniente e inoportuna e que os instrumentos de valorização fiscal dos municípios devem ser outros.

Para fortalecer a receita municipal julgamos mais apropriado tributar o consumo de combustíveis, lubrificantes, água, energia elétrica e telecomunicações no âmbito municipal.

A transferência de tributação desses consumos para o município é politicamente justificável, vez que tais serviços constituem concessões autorizadas pelos municípios para exploração por empresas nacionais ou estaduais. Isto facilitará cobrança do tributo na própria conta ou no registro das bombas distribuidoras.

São serviços sujeitos a rigorosa medição e controle, o que tornará extremamente fácil a cobrança do imposto pelos municípios.

Parecer:

Busca a Emenda modificar o artigo 273 do Projeto de Constituição.

Entendemos que a redação do mencionado dispositivo está tecnicamente bem posta, definindo claramente a competência tributária dos Municípios, precisando seu âmbito de ação.

Pela rejeição.

EMENDA:09451 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NAPHTALI ALVES DE SOUZA (PMDB/GO)

Texto:

Emenda Supressiva

Suprima-se o item III do art. 273, do Projeto de Constituição.

Justificativa:

A criação do novo imposto sobre a venda a varejo de mercadorias, obviamente será paga pelo consumidor, pois como sempre ocorreu, o comerciante não terá reduzida a sua margem de lucro, transportando para o preço de venda o imposto a recolher.

Em nosso parecer, o povo já se encontra por demais sacrificando, para que venha agora onerá-lo com mais este peso sobre o salário. Por outro lado, explica-se pela dificuldade na separação do imposto cobrado sobre a circulação de mercadorias na venda a varejo e por atacado.

Parecer:

Busca a Emenda modificar o artigo 273 do Projeto de Constituição.

Entendemos que a redação do mencionado dispositivo está tecnicamente bem posta, definindo claramente a competência tributária dos Municípios, precisando seu âmbito de ação.

Pela rejeição.

EMENDA:09523 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO DIÓGENES (PDS/AC)

Texto:

Emenda supressiva

Dispositivo emendado: artigo 273

Suprima-se o inciso III, do artigo 273, do

Projeto de Constituição, referente à criação do

Imposto de Vendas a Varejo (IVV) de competência dos municípios.

Justificativa:

Além do inevitável aumento de preço final da mercadoria - penalizando o consumidor - a criação do IVV implicará custos de implantação de toda uma máquina arrecadadora e fiscalizadora que, para muitos municípios, poderão ultrapassar até a receita a ser arrecadada.

Por outro lado, implica em duplicidade de obrigações para o pequeno varejista, que terá duas legislações a cumprir (estadual e municipal), dois tipos de obrigações acessórias e duas fiscalizações. Por que complicar e não simplificar?

Finalmente, tal preceito implicará dupla tributação, pois sobre o mesmo fato gerador incidirão dois tributos: o ICM e o IVV.

A fim de se evitar todos esses inconvenientes, que se aumente a participação dos municípios no montante arrecadado do ICM, sem nenhuma despesa adicional.

Parecer:

Propõe a emenda a supressão do inciso III do artigo 273, eliminando o imposto sobre vendas a varejo. O tributo deve ser mantido pois reforçará as receitas dos municípios.

EMENDA:09545 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT/SP)

Texto:

Os dispositivos a seguir enumerados passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 257.

III - Contribuição de melhoria, pelo benefício a imóveis, decorrentes da execução de obras públicas."

"Art. 261. A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir, além dos que lhes são nominalmente atribuídos, outros impostos, desde que não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios de impostos discriminados nesta Constituição.

Art. 262. A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias provocadas por calamidade pública, mediante lei aprovada por maioria absoluta dos membros do respectivo Poder Legislativo."

"Art. 270.

§ 2o.

II - não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior, bem como a entidades públicas."

"Art. 272.

III - operações relativas à circulação de mercadorias, realizadas por produtores, industriais e comerciantes."

"Art. 273.

IV - Serviços de qualquer natureza.

§ 1o. O imposto de que trata o item I, cobrado segundo planta genérica de valores, fixados por ato do Poder Executivo, anualmente revistos, será progressivo no tempo quando incidir sobre área não edificada e não utilizada, de forma que se assegure o cumprimento da função social da propriedade.

§ 5o. Cabe à Lei Complementar:

I - indicar outros imóveis sujeitos ao imposto de que trata o item I, excluindo-se sua utilização efetiva ou potencial, da incidência do imposto de que trata o item I do art. 272.

II - fixar as alíquotas máximas dos impostos de que tratam os itens II e III deste artigo."

"Art. 277.

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza, sobre produtos industrializados e sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativa a títulos ou valores mobiliários, cinquenta por cento na forma seguinte:

a) vinte e três por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;
b) vinte e cinco por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;"
Suprima-se o art. 278.
"Art. 461. O Sistema Tributário de que trata esta Constituição entrará em vigor em 1o. de março de 1988.

II -

a) suprimir.
b) suprimir.
c) suprimir."

Justificativa:

Visa a Emenda dar maior e mais e justa participação aos municípios na distribuição das Receitas Federais e Estaduais, como requisito básico para a autonomia dos municípios, bem como o atendimento das necessidades essenciais da população, visto que é no município que o cidadão vive, tem suas necessidades e gera as riquezas da Federação.

Parecer:

A elevação gradativa da participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios na arrecadação tributária, como prevista no item II do § 1o. do artigo 461, foi a fórmula encontrada, desde a Subcomissão dos Tributos, para possibilitar as acomodações necessárias e decorrentes dessa elevação. Pela rejeição.

EMENDA:09584 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ MOURA (PFL/PE)

Texto:

Dê-se ao § 1o. do art. 273 a seguinte redação:

"§ 1o. - O imposto de que trata o item I será progressivo no tempo quando incidir sobre área urbana não edificada e total ou parcialmente ociosa, de forma a assegurar a realização da função social da propriedade."

Justificativa:

Propõe-se que o IPTU, seja progressivo não apenas em relação a área urbana não edificada e não utilizada, e sim em relação a área urbana não edificada e não utilizada, e sim em relação a área urbana não edificada e total ou parcialmente ociosa.

Isto porque o contribuinte sempre encontrará um modo de burlar a alegação de não utilização, através da construção de barraco, da plantação de algumas arvores frutíferas, ou de mandioca ou cana de açúcar, ou, ainda, do emprego da área para pastagem de algum animal.

Ora, utilizações desse tipo descaracterizam os objetivos de terreno urbano, propiciando seja o dispositivo burlado, pelo que se faz necessário falar-se em ociosidade não apenas total mas também parcial da área urbana.

De resto, caso a supressão do imposto de vendas a varejo, sugerido através da proposta a essa comissão, seja aceito, reduzido um pouco os recursos financeiros do Município, esta outra alteração proposta no dispositivo, por sua vez, tende a incrementa-los sensivelmente, compensando a presumível perda decorrente da não-instituição do IVV.

Parecer:

Propõe a emenda alterar a redação do § 1o.do artigo 273 do projeto.

A redação constante do projeto é tecnicamente precisa quando define o seu alcance

EMENDA:09585 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ MOURA (PFL/PE)

Texto:

Suprima-se o item III do art. 273 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

Justificativa:

O Projeto de Constituição beneficia financeiramente os Municípios sob inúmeros aspectos, dentre os quais poderíamos citar aumento do Fundo de Participação, aumento da Participação do ICM, com ampliação de sua base de cálculo mediante a inclusão de ISS, inclusão do ITBI na competência municipal, participação na parcela do IPI, destinação da metade da receita da tributação dos serviços prestados a consumidor final, retenção no Município do imposto de renda na fonte incidente sobre rendimentos por eles pagos a qualquer título, impossibilidade de a União conceder isenção de impostos de municipais progressividade do IPTU, impossibilidade de vinculação de qualquer repassada pela União ou pelo Estado, etc.

Torna-se inadmissível, portanto, que, paralelamente a todas essas medidas, venha a ser criado um novo imposto municipal, a onerar ainda mais o consumidor brasileiro, cujo poder aquisitivo encontra-se histórica e progressivamente deteriorado.

Além disso, essa imposição tributária configura tipicamente uma bitributação, visto sua incidência não excluir a do ICM, relativamente à mesma operação.

Cumpra lembrar, a latere, tratar-se de tributo de configuração nitidamente regressiva, por incidir de modo indiscriminado sobre o consumo final de mercadorias, onerando mais pesadamente os consumidores de menor poder aquisitivo.

Tais as razões que nos levam a propor a supressão desse imposto, no texto do Projeto de Constituição.

Parecer:

Propõe a emenda a supressão do inciso III do artigo 273, eliminando o imposto sobre vendas a varejo. O tributo deve ser mantido pois reforçará as receitas dos municípios.

EMENDA:09586 REJEITADA**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ MOURA (PFL/PE)

Texto:

Suprima-se no § 5o. do art. 273 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização a expressão "... e III deste artigo".

Justificativa:

A supressão do item III do artigo 273 torna inócua a expressão acima.

Parecer:

Quer a emenda suprimir o parágrafo 5o. do artigo 273.

A lei complementar deve fixar as alíquotas máximas do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias.

EMENDA:09588 REJEITADA**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ MOURA (PFL/PE)

Texto:

Suprima-se o § 4o. do art. 273 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

Justificativa:

Com a apresentação da sugestão de supressão do item III do art. 273 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, fica prejudicado o atual parágrafo. Ademais seria um verdadeiro abuso a cobrança pelo estado e municípios do mesmo imposto.

Parecer:

Sugere a emenda a supressão do § 4o.do artigo 273.

O dispositivo deve ser mantido para definir com clareza o âmbito de tributação do imposto.

EMENDA:09953 REJEITADA**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

Texto:

Emenda Aditiva
Dispositivo Emendado: Art. 273
- Acrescente-se inciso ao Art. 273:
"IV - serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência da União e dos Estados".

Justificativa:

A atividade empresarial de pequeno porte deverá merecer tratamento especial. O imposto único simplificará sobremaneira as suas atividades. Sendo de competência municipal facilitará sua fiscalização e cobrança. O imposto único, por outro lado, atende a antiga reivindicação doutrinária de simplificação dos tributos.

Parecer:

Propõe a Emenda reinserir o ISS na competência municipal.
O imposto sobre prestação de serviços deve ser estadual, conforme a estrutura tributária contida no Projeto. Pela rejeição.

EMENDA:09955 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

Texto:

Emenda
Dispositivo Emendado: Art. 273
Acrescente-se inciso ao artigo 273 do projeto:
IV - Imposto único para pequena atividade empresarial.
Dê-se nova redação ao § 5o. do art. 273:
"§ 5o. - Cabe a lei complementar fixar as alíquotas máximas, a base de cálculo e as hipóteses dos impostos de que tratam os incisos deste artigo.

Justificativa:

A atividade empresarial de pequeno porte deverá merecer tratamento especial. O imposto único simplificará sobremaneira as suas atividades. Sendo de competência municipal facilitará sua fiscalização e cobrança. O imposto único, por outro lado, atende a antiga reivindicação doutrinária de simplificação dos tributos.

Parecer:

Propõe a emenda incluir o inciso IV no artigo 273 criando imposto único para pequena atividade empresarial, dando nova redação ao § 5o.do mesmo artigo.
Entendemos que a pequena atividade empresarial já será tributada nos termos do projeto, que eliminou os impostos únicos.

EMENDA:10276 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CHICO HUMBERTO (PDT/MG)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA
Suprimir o item II do art. 273.

Justificativa:

Existindo já a tributação do mesmo fato gerador pelo Estado a sua permanência no texto Constitucional traduz um contrassenso. A municipalidade já participa deste tributo cobrado pelo Estado e agora aumentada sua alíquota de 20% para 25%.

Não será por nossa cota que iremos permitir a bi-tributação.

Parecer:

Propõe a emenda suprimir o item II do artigo 273.
Entendemos que o imposto de transmissão "inter vivos" deve permanecer no texto como competência municipal. Pela rejeição.

EMENDA:10277 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CHICO HUMBERTO (PDT/MG)

Texto:

Incluir no § 5o. do art. 273 do inciso "I",
dando-se a seguinte redação:

Art. 273 -

§ 5o. - Cabe a lei complementar fixar as
alíquotas máximas dos impostos de que tratam os
itens I, II e III deste artigo.

Justificativa:

Não poderíamos deixar de incluir a alíquota do IPTU pois caso contrário este imposto ficaria a mercê dos
prefeitos municipais, sem qualquer cerceamento de suas atividades, e não teríamos depois como coibir abusos.

Parecer:

Propõe a emenda alterar a redação do § 5o. do artigo 273 do projeto.

Entendemos que a redação constante do referido parágrafo é clara, devendo permanecer.

EMENDA:10477 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VALTER PEREIRA (PMDB/MS)

Texto:

TÍTULO VII - Da Tributação e do Orçamento

CAPÍTULO I

SEÇÃO V - Dos Impostos dos Municípios

Suprime ao Inciso III, do Art. 273.

Justificativa:

O que da alínea III, do Artigo 273, do Anteprojeto, consta, é um caso típico de bitributação, repellido
vigorosamente pela tradição do Direito Tributário Nacional.

Por chocar-se com o enunciado do § 2º, do Artigo 261, do mesmo Anteprojeto, impõe-se a sua simples exclusão.

Parecer:

Propõe a emenda a supressão do inciso III do artigo 273, eliminando o imposto sobre vendas a varejo.

O tributo deve ser mantido pois reforçará as receitas dos municípios.

EMENDA:10736 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ASDRUBAL BENTES (PMDB/PA)

Texto:

Emenda Supressiva

Suprimir o item III do Art. 273, e, em decorrência:

- suprimir o § 4o. do mesmo Art. 273; e

- modificar o § 5o. do mesmo Art. 273, com a

adoção da seguinte redação:

"§ 5o. - Cabe a lei complementar fixar as
alíquotas máximas dos impostos de que trata o item
II deste artigo";

- suprimir o Art. 460.

Justificativa:

Alardeado como grande conquista para o robustecimento das finanças municipais, o Imposto sobre Vendas a
Varejo, já conhecido como IVV, é, em verdade, outro e pesado encargo para o contribuinte brasileiro.

Alcançando todas as vendas a varejo, isto é, quer as feitas a prazo, quer as à vista, será exigido do consumidor
final, sem distinção.

Pretende ser o “sales tax” brasileiro, em caráter neutro.

Sua instituição não afasta, da operação de venda a varejo, o ICM pelo que este e aquele (IVV) serão cumulativamente pagos pelo consumidor final, qualquer que seja o montante de sua compra ou a natureza do bem adquirido.

O art. 460 (“Disposições Transitórias”) determina que até serem fixadas, em lei complementar, as alíquotas máximas do IVV, não excederão de 2%.,

Trata-se, portanto de mais um assédio ao consumidor brasileiro, pois novo encargo tributário que ele deverá satisfazer em cada compra que fizer.

Nada o justifica, devendo, portanto, ser retirado, como aqui proposto, do corpo do Projeto da Constituição.

Parecer:

Pela rejeição. Temos convicção de que a matéria em foco recebe tratamento adequado no Projeto.

EMENDA:10880 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTONIO FERREIRA (PFL/AL)

Texto:

Suprima-se o Inciso III, do artigo 273.

Justificativa:

Qualquer elevação da atual carga tributária, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, caracteriza uma atitude de afronto para a classe empresarial, em particular, e à sociedade como um todo, uma vez que direta ou indiretamente é o consumidor final que acaba pagando todos os ônus criados.

Parecer:

Propõe a emenda a supressão do inciso III do artigo 273, eliminando o imposto sobre vendas a varejo.

O tributo deve ser mantido pois reforçará as receitas dos municípios.

EMENDA:10891 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROBERTO FREIRE (PCB/PE)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Inclua-se no capítulo que trata da Questão Urbana. Na Seção V do Cap. I do Título VII, dê-se a seguinte redação ao § 1o. do art. 273:

§ 1o. - O poder Público estabelecerá a cobrança do imposto progressivo no tempo a incidir sobre as áreas urbanas não edificadas e não utilizadas, de forma que se assegure o cumprimento da função social da propriedade.

Justificativa:

O solo urbano possui, atualmente, um valor instrumental, sendo sua importância definida pela capacidade de se edificar sobre ele e, portanto, criar riquezas.

O proprietário urbano está, assim, obrigado a custear os serviços de infraestrutura, já que deles se beneficia direta ou indiretamente. A não utilização da propriedade urbana de acordo com sua finalidade específica em plano urbanístico pode implicar em custos para o poder público que, neste caso, constrangerá o proprietário a edificar, sob pena de expropriação.

Parecer:

Propõe a emenda alterar a redação do § 1o.do artigo 273 do projeto.

A redação constante do projeto é tecnicamente precisa quando define o seu alcance

EMENDA:11100 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO MACARINI (PMDB/SC)

Texto:

Acrescente-se o Parágrafo 6o. ao artigo 273:

§ 6o. - O imposto de que trata o item III, não incidirá sobre operações de venda de veículos, máquinas e implementos agrícolas e rodoviários, adquiridos pela União Federal, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Territórios e Municípios.

Justificativa:

A emenda visa reduzir sensivelmente os custos de tias bens possibilitando ao Poder Público renovar seu parque rodoviário.

Parecer:

Propõe o nobre Constituinte que se acrescente um § 6o. ao art. 273 do Projeto, a fim de se fixar regra constitucional segundo o qual o imposto municipal de vendas a varejo de mercadorias não incidirá sobre operações de venda de veículos, máquinas e implementos agrícolas e rodoviários, adquiridos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Territórios e Municípios.

Inobstante o elevado propósito que fundamenta a justificação optamos por deixar ao nível de cada Legislativo municipal a decisão sobre possíveis não incidências, isenções ou reduções desse imposto, cujas alíquotas máximas, entretanto, deverão ser fixadas em lei complementar, consoante prevê o § 5o. do mesmo artigo. Pela rejeição.

EMENDA:11258 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SANTINHO FURTADO (PMDB/PR)

Texto:

PROJETO DE CONSTITUIÇÃO (Da Comissão de Sistematização)
EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao art. 273, inciso IV na forma seguinte:

"Art. 273.

.....

IV - serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União ou dos Estados."

Justificativa:

Hoje existe nas municipalidades toda uma experiência quanto à tributação dos serviços, os quais são fontes importante de receita, mormente se expungida da camisa de força referente à taxatividade em sua incidência. Incluindo mais esta receita haverá uma participação maior dos Municípios na renda nacional.

Parecer:

Propõe a Emenda reinserir o ISS na competência municipal.

O imposto sobre prestação de serviços deve ser estadual , conforme a estrutura tributária contida no Projeto. Pela rejeição.

EMENDA:11282 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JORGE LEITE (PMDB/RJ)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Art. 273, § 1o.

Propõe-se a seguinte redação, para o parágrafo 1o. do artigo 273:

" § 1o. - O imposto do que trata o item I será progressivo no tempo, quando incidir sobre áreas urbanas dotadas da infraestrutura de serviços adequada, não edificadas ou que não

estejam, por omissão injustificável do proprietário, com seu aproveitamento projetado ou em curso."

Justificativa:

Dúvida não resta a que a ociosidade imotivada, da área urbana, constitui frontal desmentido à função social da propriedade. Entretanto, inimaginável é qualquer utilização do bem sem que, precedentemente, o Poder Público tenha viabilização os equipamentos urbanos infraestruturais. Doutra parte à edificação antecede o respectivo projeto racional do bem. É atento a essas realidades que se apresenta essa emenda, que, a par de dar contornos mais precisos à ideia da função social da propriedade urbana, supre as omissões da regra original anteriormente apontadas.

Parecer:

Propõe a emenda alterar a redação do § 1o.do artigo 273 do projeto.
A redação constante do projeto é tecnicamente precisa quando define o seu alcance

EMENDA:11868 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA:

Dê-se ao parágrafo 5o, do artigo 273, a seguinte redação:

" § 5o. - Lei complementar federal fixará as alíquotas máximas dos impostos de que tratam os incisos I, II e III deste artigo".

Justificativa:

Além de a redação ser mais adequada, inclui-se no parágrafo o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana de competência do Município. A conveniência desta inclusão é evidente, eis que as administrações locais é que abusam, muitas vezes, do poder de tributar.

Parecer:

Propõe a emenda alterar a redação do § 5o. do artigo 273 do projeto.
Entendemos que a redação constante do referido parágrafo é clara, devendo permanecer.

EMENDA:12323 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ MAURÍCIO (PDT/RJ)

Texto:

Emenda Aditiva

Incluam-se no art. 273 do Projeto de Constituição, o inciso IV, e o parágrafo 6o. com as seguintes redações:

Art. 273.

IV - Serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência da União, dos Estados e do Distrito Federal;

§ 6o. Cabe a lei complementar fixar alíquota máxima do imposto que trata o item IV, definindo o local de pagamento deste imposto.

Justificativa:

Como justificativa para as alterações ao Projeto de Constituição alinhamos os seguintes argumentos:

1 – A meta do fortalecimento dos municípios só poderá ser alcançada com ampliação da competência tributária dos mesmos.

O projeto de Constituição retira da competência dos municípios o ISS, transferindo-o para os Estados. Essa medida, além de não trazer vantagens significativas para os Estados, enfraquecerá os Municípios que perdem um tributo direto importante, ficando na dependência de repasses a serem efetuados pelos Estados. Os grandes óbices para a efetiva cobrança do ISS não serão corrigidos com a simples transferência da titularidade do sujeito ativo da obrigação tributária, e sim por um novo ordenamento que contemple os municípios

com maior competência impositiva, através da eliminação da atual lista-matriz de serviço, o que propiciará a cobrança de uma gama imenso de serviço não alcançamos pela União ou pelos Estados.

2 – Conforme se depreende pela disposição do artigo 267 do projeto de Constituição, não haverá isenções para tributos municipais

Logo, se o ISS for deferido aos Estados, estes entes deixarão de tributar um elenco enorme de empresas que forem consideradas microempresas. Estas mesmas empresas se o ISS continuar na competência municipal terão que recolher o tributo, uma vez que não haverá isenções de impostos municipais propiciadas por intimidades da federação ou pela União.

3 – Falta de previsão orçamentária dos municípios em relação à parcela de tributos que lhes devem ser repassadas, pois nunca saberão ao certo o valor que lhes será deferido pelos Estados. Além disso, dependerão sempre do desempenho dos Estados. Além disso, dependerão sempre do desempenho dos Estados na arrecadação, controle e fiscalização dos tributos a serem partilhados, o que poderá ocasionar uma dependência política e econômica dos Municípios aos Estados.

4 – A possibilidade de os Estados concederem isenções fiscais a determinados serviços, fará com que os Municípios onde os serviços forem gerados tenham uma diminuição considerável em suas receitas, podendo inclusive, inviabilizar economicamente Municípios que tenham a sua economia baseada fortemente num tipo único de serviços, tais como turismo, reparos navais, etc.

5 – A juntada dos serviços à base de cálculo do ICM irá duplicar o nº de contribuintes do imposto estadual, o que acarretará um maior custo na administração tributária que será superior ao acréscimo da receita, haja visto que as microrregiões de serviços não trarão recursos se o ISS for de competência estadual.

Deve-se considerar, também, que os Municípios, principalmente os médios e grandes estão devidamente aparelhados para fiscalizar a arrecadar com eficiência esse tributo, o que será anulado com a transferência do ISS para os Estados.

6 – Possibilidade de empresas que possuam estabelecimentos em mais de um município faturarem o ISS não no município onde ocorrerem os fatos geradores e sim naqueles de sua conveniência. Tal fato não terá repercussão para as finanças dos Estados. No entanto, os Municípios perderão receitas na medida que os repasses irão para os municípios onde forem emitidas as faturas, em detrimento daqueles em que forem gerados os serviços.

No momento de afirmação política através da Constituição esperamos que, a sonhada autonomia municipal não fique como o atual estado de dependência aos outros poderes.

Parecer:

Propõe a Emenda reinserir o ISS na competência municipal.

O imposto sobre prestação de serviços deve ser estadual, conforme a estrutura tributária contida no Projeto. Pela rejeição.

EMENDA:12354 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURÍCIO NASSER (PMDB/PR)

Texto:

Emenda Substitutiva

Dispositivo emendado: Artigo 273

O inciso III do artigo 273 passa a ter a seguinte redação:

Art. 273 -

III - Imposto Sobre Serviços, de qualquer natureza.

Justificativa:

A redação original do inciso III do artigo 273 se refere a “vendas a varejo de mercadorias”. Optamos, no entanto, pela recondução ao Município do Imposto Sobre Serviços, em razão do que, em outra emenda, estamos pedindo a supressão da parte final do inciso III do artigo 272, por haver estabelecido ser tal tributo da competência dos Estados e Distrito Federal.

O ISS se constituiu, tradicionalmente, em apreciável fonte de renda municipal, e grava todo o gênero de atividade concernente a prestação de serviços, sem maior problema na arrecadação, porque pago no ato da expedição do competente alvará.

Se, para os Estados, o ISS em nada alivia a situação, para os Municípios ele é de grande valia, ao cobrir parte apreciável das despesas públicas.

Ao nosso ver, é um engodo a substituição do ISS pelo imposto sobre as vendas a varejo de mercadorias. Serão atingidos, por este último, o pequeno comerciante, o vendedor ambulante, o camelô. O pequeno comerciante já adquire a mercadoria com o ônus do IPI e do ICM, e não deveria receber nova carga tributária, o que viria a acontecer fatalmente se instituindo o imposto sobre vendas a varejo.

A falta de estrutura das Prefeituras dificulta a fiscalização e o controle do imposto sobre as vendas a varejo, com evidente prejuízo para a receita.

Temos a considerar, ademais, o desgaste que a administração e o controle do imposto sobre as vendas a varejo, com evidente prejuízo para a receita.

Temos a considerar, ademais, o desgaste que a administração municipal estará continuamente sofrendo ao fiscalizar camelôs e vendedores ambulantes, sem que esse desgaste seja compensado por uma arrecadação maior. Haverá, sem necessidade, permanente clima de tensão entre os órgãos municipais e o comércio, quando o ISS supera tudo isso.

Em nome, pois, dos Municípios, apelamos para que esta emenda seja aprovada e inserida na futura Constituição da República, e olvidando, de vez, o imposto sobre as vendas a varejo.

Parecer:

Propõe a Emenda reinserir o ISS na competência municipal.

O imposto sobre prestação de serviços deve ser estadual, conforme a estrutura tributária contida no Projeto. Pela rejeição.

EMENDA:12612 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADROALDO STRECK (PDT/RS)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 273, Incisos I, II e III.

Dê-se ao artigo 273, incisos I, II e III, do

Projeto de Constituição, a seguinte redação:

"Artigo 273 - Compete aos Municípios

instituir imposto sobre:

I - Propriedade predial e territorial urbana.

II - Transmissão inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto garantia, bem como de direitos a sua aquisição.

III - Serviços de Qualquer Natureza, nos termos estabelecidos em lei complementar.

Justificativa:

O dispositivo pretende criar na esfera da competência municipal, o imposto sobre vendas a varejo, aumentando ainda mais a carga tributária, que por sinal é uma das mais elevadas.

O dispositivo contido no Projeto, apesar de tentar resolver os problemas dos Municípios, que aliás é louvável, não atenderá aos objetivos da maioria dos mesmos, pois estes, uma vez que perderam a competência de tributar o ISS (que passou a competência dos Estados), terão que reformular toda a máquina administrativa, que vários anos fiscalizaram o ISS, para a partir de agora fiscalizar e arrecadar o Imposto de Vendas a Varejo, o que poderá representar para muitos deles, maior despesa com o custo da arrecadação, do que a própria receita. Ao invés de se dar uma fonte de receita, juntamente com uma despesa, porque não se aumentar a participação dos municípios no bolo da arrecadação do ICM, devolvendo ao mesmo a competência para tributar o ISS?

Além disso, a incidência do IVV e o ICM sobre uma mesma operação, acarretará sensível aumento no preço final da mercadoria, onerando ainda mais o consumidor, que é toda a população,

Caba ainda ressaltar, que o pequeno varejista não terá estrutura para suportar as obrigações acessórias decorrentes dos dois tributos, uma vez que terão duas legislações a cumprir, Estadual e Municipal.

Parecer:

Propõe a Emenda reinserir o ISS na competência municipal.

O imposto sobre prestação de serviços deve ser estadual, conforme a estrutura tributária contida no Projeto. Pela rejeição.

EMENDA:12718 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT/MG)

Texto:

Modifica a redação do Art. 273, suprimindo o item III:
 Art. 273 - Compete aos municípios instituir imposto sobre:
 (...)
 III - vendas a varejo de mercadorias
 (suprimir)

Justificativa:

A criação do IVV (imposto sobre vendas a varejo) tem como objetivo compensar os municípios pela perda do ISS (imposto sobre serviços). Um grande equívoco. Esta compensação pode ser feita de outras formas (aumento nas quotas de participação, por exemplo) ou através de algum outro imposto mais justo. O IVV é tecnicamente superado (pelo seu caráter cumulativo) e socialmente perverso (pelo seu caráter fortemente regressivo) De prático, conseguirá colocar as prefeituras em choque constante com os “camelôs” e arrochar ainda mais o poder aquisitivo real dos assalariados de baixa renda. Sua arrecadação será um problema a mais para as prefeituras. Não há como corrigido. A única solução é eliminá-lo.

Parecer:

Propõe a emenda a supressão do inciso III do artigo 273, eliminando o imposto sobre vendas a varejo. O tributo deve ser mantido pois reforçará as receitas dos municípios.

EMENDA:12748 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ CARLOS GRECCO (PMDB/SP)

Texto:

Ficam suprimidos do Projeto de Constituição do Relator Constituinte Bernardo Cabral, os seguintes dispositivos:

Art. 12, inciso XIII, alíneas a, b, c.

Art. 66, incisos II e V do § 1o..

Art. 71 e parágrafo único

Art. 72 e § 1o., § 2o. e § 3o.

Art. 73 e § 1o., § 2o. e § 3o.

Art. 273, § 1o.

Art. 312 e parágrafos 1o. e 2o.

[...]

Justificativa:

Emenda sem justificação.

Parecer:

A emenda em apreço visa a suprimir diversos dispositivos do projeto, os quais tentam do direito de desapropriação, da competência do município, do agrupamento do Estados e Municípios em regiões ou áreas metropolitanas, progressividade do IPTU e usucapião, substituindo os dispositivos correspondentes por outros que propõe.

Os preceitos contidos no projeto devem permanecer no Substitutivo por razões de ordem social, administrativo e financeira.

Pela rejeição da Emenda.

EMENDA:12963 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RICARDO IZAR (PFL/SP)

Texto:

Emenda Modificativa e Supressiva

Dispositivo Emendado: Artigo 273

Dê-se a seguinte redação ao artigo 273, do Projeto de Constituição, com supressão do seu inciso III, e do seu § 4o., renumerando-se o parágrafo seguinte:

"Art. 273 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;
 II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

§ 1o. - O imposto de que trata o item I será progressivo no tempo quando incidir sobre área urbana não edificada e não utilizada, de forma que se assegure o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2o. - O imposto de que trata o item II não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for o comércio desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3o. - imposto de que trata o item II compete ao Município da situação do bem.

§ 4o. - Cabe a lei complementar fixar as alíquotas máximas do imposto de que trata o item II deste artigo."

Continuação da sugestão de emenda supressiva e modificativa ao artigo 273 do Projeto de Constituição.

Justificativa:

É da competência dos Estados e do Distrito Federal (artigo 272 e inciso III) a instituição do imposto sobre as operações relativas à circulação de mercadorias.

Ora, evidentemente, não se justifica que aos municípios seja também atribuída competência para instituir e cobrar igual tributo correspondente à mesma operação.

Com efeito, o imposto de competência estadual deve excluir imposto idêntico instituído pelos municípios, a exemplo do que ocorre com os tributos federais em relação aos estaduais (art. 261, § 2º).

Ademais, não se justifica que se sobrecarregue, ainda mais, o constante sobretudo a classe média, que, inquestionavelmente, já vem suportando uma carga tributária das mais pesadas, tendo em vista o seu reduzido poder aquisitivo.

Parecer:

Pretende a Emenda detalhar o imposto de transmissão "inter vivos".

A matéria é de lei ordinária.

Com relação à supressão do inciso III do artigo 273, eliminando o imposto municipal de vendas a varejo de mercadorias, ela quebra o equilíbrio tributário estabelecido no Projeto.

Pela rejeição.

EMENDA:13049 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LEOPOLDO BESSONE (PMDB/MG)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo a ser modificado: inciso III do Art. 273

O inciso III do Art. 273 passa a ter a seguinte redação:

Art. 273 - compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I -

II -

III - Serviços de qualquer natureza.

Justificativa:

Na forma proposta no texto do Anteprojeto, vendas a varejo é fato gerador específico do imposto sobre circulação de mercadorias, de competência estadual.

Assim, propõe-se sua alteração, passando ao Município, como ocorre atualmente, a competência para tributar os serviços de qualquer natureza, tributo de características típicas de Municípios.

Parecer:

Propõe a Emenda reinserir o ISS na competência municipal.
O imposto sobre prestação de serviços deve ser estadual, conforme a estrutura tributária contida no Projeto.
Pela rejeição.

EMENDA:13050 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LEOPOLDO BESSONE (PMDB/MG)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO A SER SUPRIMIDO - Parágrafo 4o. do Art. 273.

Justificativa:

Com a emenda modificativa do inciso III do Art. 273 fica sem efeito o disposto no § 4º, já que o dispositivo trata de matéria objetivo de emenda supressiva.

Parecer:

Sugere a emenda a supressão do § 4o.do artigo 273.
O dispositivo deve ser mantido para definir com clareza o âmbito de tributação do imposto.

EMENDA:13168 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SANTINHO FURTADO (PMDB/PR)

Texto:

Emenda Supressiva

Suprima-se o § 5o. do art. 273 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

Justificativa:

A diversidade das peculiaridades locais em nosso País, especialmente as de natureza econômica, é de tal monta que afigura-se-nos descabida a exigência constitucional de lei complementar para determinar as alíquotas máximas de impostos de alçada municipal. Quem melhor conhece a capacidade contributiva dos municípios são as autoridades locais, vale dizer, o Prefeito e os vereadores. Assim, cabe-lhes a competência para fixar as alíquotas dos referidos impostos, independentemente de qualquer limite estabelecido por legislação complementar federal.

Parecer:

Quer a emenda suprimir o parágrafo 5o. do artigo 273.
A lei complementar deve fixar as alíquotas máximas do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias.

EMENDA:13337 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AIRTON SANDOVAL (PMDB/SP)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado - § 5o. do art. 273

Suprimir o § 5o. do art. 273.

Justificativa:

Quem melhor sabe e conhece da capacidade contributiva dos municípios são as autoridades locais, ou seja, o Prefeito e os Vereadores. Portanto, deve ser deles a competência para fixar as alíquotas de seus impostos, não as submetendo a qualquer limite estabelecido pelo legislador complementar. A diversidade das peculiaridades locais, especialmente as econômicas, é tão grande que, no caso específico, deve-se excluir a exigência de lei complementar, já que seus autores, além de distantes desta penalidade, não conseguirão encontrar um limite satisfatório.

Parecer:

Quer a emenda suprimir o parágrafo 5o. do artigo 273.
A lei complementar deve fixar as alíquotas máximas do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias.

EMENDA:13352 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AIRTON SANDOVAL (PMDB/SP)

Texto:

Emenda modificativa

Dispositivo emendado - Inciso I do art. 273

Exclua-se o termo final "urbana", incluindo em seu lugar "com designação urbana".

Justificativa:

Pelas várias alterações por que passou o fato gerador do imposto predial e territorial urbano ficou patente que a melhor forma de diferenciá-lo do imposto federal sobre a propriedade é a destinação do imóvel. Isto evita a clássica diferenciação pela localização por zona, hoje ultrapassada, em virtude do desenvolvimento industrial, comercial e prestador de serviço na zona rural.

Assim permitir-se-á que atividades urbanas, tais como: postos de gasolina, restaurantes, escolas, indústrias, sítios de recreio e etc., tenham a propriedade tributada pelo imposto municipal.

Acresça-se, ainda, que o cunho extrafiscal da tributação rural deixou de ser tão fundamental como era, vez que o imposto territorial rural passa a ser da competência estadual.

Parecer:

Trata-se de Emenda modificativa da redação do inciso I do artigo 273.
Entendemos que a expressão "urbana" é mais apropriada.

EMENDA:13624 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTÔNIO SALIM CURIATI (PDS/SP)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Dispositivo emendado. Art. 273, Inciso III.

Suprima-se o inciso III do art. 273.

Justificativa:

Entre os inconvenientes referentes à instituição desse novo imposto podem ser mencionados.

a) – Aumento do preço final de mercadoria, pois sobre uma mesma operação incidirá o ICM e o IVV, onerando dessa forma toda a população.

b) – A modificação da máquina administrativa por parte dos Municípios para fiscalizar e arrecadar o novo tributo, poderá representar para muitos deles, maior despesa do que a receita a ser arrecadada.

c) – Duplicidade de obrigações para o pequeno varejista, pois terá duas legislações a cumprir (Estado e Município), dois tipos de obrigações acessórias, duas fiscalizações, etc.

d) – Dupla tributação, pois sobre o mesmo fato gerador incidirão dois tributos. O ICM e o IVV.

Ao invés de dar um novo tributo à competência municipal, com todos os inconvenientes advindos de sua criação, seria mais aconselhável aumentar a participação dos municípios pelo ICM, sem nenhuma despesa adicional.

Parecer:

Propõe a emenda a supressão do inciso III do artigo 273, eliminando o imposto sobre vendas a varejo.
O tributo deve ser mantido pois reforçará as receitas dos municípios.

EMENDA:14123 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BETH AZIZE (PSB/AM)

Texto:

Art. 1o. - Suprimam-se, do artigo 272, do

Projeto de Constituição, o inciso I e o parágrafo segundo, referentes ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, cuja competência está sendo indevidamente transferida aos Estados, renumerando-se os demais incisos e parágrafos.

Art. 20. Acrescentem-se um inciso IV e dois parágrafos, o sexto e o sétimo, ao artigo 273, Projeto de Constituição, com a seguinte redação:

Art. 273. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I -

II -

III -

IV - propriedade territorial rural.

§ 1o. -

§ 2o. -

§ 3o. -

§ 4o. -

§ 5o. -

§ 6o. - O imposto de que trata o inciso IV não incidirá sobre glebas de área não excedente a um módulo rural, quando as cultive, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.

§ 7o. - O produto da arrecadação a que se refere o inciso IV deste artigo - que será feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e transferida ao Município da localização do imóvel tributado - será aplicado, exclusivamente, na área rural, com a construção manutenção de estabelecimentos de ensino, a construção e conservação de estradas e a realização de obras de saneamento básico.

Art. 3o. Dê-se a seguinte redação ao inciso II, do artigo 76, do Projeto de Constituição:

Art. 276. Pertencem aos Municípios:

.....

II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

Justificativa:

A transferência, aos Estados, da competência para instituir impostos sobre a propriedade territorial rural, acarretará graves prejuízos aos Municípios brasileiros, que enfrentam sérias dificuldades para o atendimento aos seus encargos básicos.

Permitirá, ainda, que os tributos pagos pelos agricultores sejam utilizados na realização de obras suntuosas nas capitais dos Estados, cujos governantes, quase sempre, se esquecem das necessidades do Interior.

Manter esse imposto na esfera municipal, vinculando sua aplicação no desenvolvimento da área rural, é obra da inteira justiça.

Pretendemos, ainda, que sua arrecadação continue sendo feita, como até agora, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que possui toda uma estrutura para a realização dessa tarefa.

Parecer:

Quer a emenda manter o imposto sobre propriedade territorial rural na competência municipal. Tal modificação quebraria o equilíbrio das receitas públicas que o projeto estabeleceu.

EMENDA:14291 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BASILIO VILLANI (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao § 4o., do art. 273, do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:
"§ 4o. A competência municipal para instituir

e cobrar o imposto mencionado no item III exclui a dos Estados para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o item III do art. 272."

Justificativa:

Como se encontra redigido o atual § 4º do art. 273 do Projeto, na operação de venda a varejo haverá a incidência do novo ICM e do imposto municipal sobre a venda a varejo. Ora, essa dupla tributação, além das contribuições que incidem sobre o faturamento (Finsocial, Funrural, PIS, etc.), representa uma violenta carga fiscal sobre o consumo de bens.

Assim, num sistema que se propôs a evitar a regressividade social da tributação, a proposta de incidência de dois impostos indiretos sobre o consumo soa como uma heresia e violência à técnica tributária.

Parecer:

Pretende a emenda alterar o § 4º do artigo 273 do projeto.

A redação contida no projeto é clara e alcança com precisão seu objetivo.

EMENDA:14320 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OLAVO PIRES (PMDB/RO)

Texto:

Dispositivo do Projeto:

Dispositivo do Artigo 273, Inciso III, Par. 4o.

Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

III - vendas a varejo de mercadorias;

Par. 4o. - A competência municipal para instituir e cobrar o imposto mencionado no item III não exclui a dos Estados para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o item III do artigo 272.

Emenda proposta:

III - venda a consumidor, quando realizadas por produtores, industriais ou comerciantes, com incidência sobre o valor agregado a mercadoria na operação de venda a consumidor, pela mesma alíquota do vigente para o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias.

Par. 4o. - A incidência do Imposto de Vendas a Consumidor exclui a incidência do imposto de que trata o inciso VII do artigo 272 e a deste exclui a incidência daquele.

Justificativa:

A carga tributária agregada, no Brasil, está insuportável o que é um dos maiores fatores da inflação crônica com que o País se defronta. Por esta razão, a sua posição é contrária a qualquer tentativa de se aumentar a carga dos contribuintes, pois é o consumidor que, via preços, em última análise, suporta todo o encargo. Em princípio, sou contrário à criação de mais um tributo que, em verdade, é contra o consumidor e acaba restringindo o mercado. Entretanto, reconheço e sustento a necessidade de que os Municípios tenham maior participação no bolo tributário e aplaudo a transferência para eles da competência para cobrar o imposto de transmissão "inter vivos" de imóveis. Entretanto, se for de todo inevitável a criação de um imposto de vendas a varejo, não deve haver "bis in idem" (IVC + ICM) e, assim, apresento, com esta emenda, uma sugestão que, ao mesmo tempo, não deve aumentar a carga tributária agregada e define melhor o campo de incidência do novo tributo. Não aumenta a carga agregada porque a nova redação que se pretende para o Par. 3º implica em excluir da incidência do ICM o valor agregado às mercadorias na fase do varejo. Assim, a incidência do ICM termina na operação de venda ao varejista, para todas as mercadorias que forem vendidas a consumidor. Caso o varejista venda a contribuinte do ICM (não consumidor por definição) deverá haver incidência do ICM e não haverá a do Consumidor. A melhor definição do campo de incidência está em evitar a ambiguidade conceitual de "varejo", substituindo-a por "venda a não contribuinte do ICM", ou seja, o consumidor, isto porque venda a varejo pode fazê-la a Petrobrás, a Volkswagen, a Cia. Siderúrgica Nacional, enquanto vendas por atacado pode fazê-las um comerciante tradicionalmente varejista como supermercado, lojas de departamentos etc. A ambiguidade do conceito de varejo está no fato de que ela assenta em noção de quantidade se se vende 1 (uma) unidade, é varejo, mais do que uma é atacado. É errôneo este conceito. Se uma empresa de serviços não contribuinte do ICM adquire 10 máquinas de escrever para o seu uso, ela não compra por atacado, nem que a aquisição seja

feita junto ao fabricante das máquinas que, por sua vez, não estará, no caso, vendendo por atacado. Já as mesmas 10 máquinas, quando vendidas a um contribuinte do ICM, são, em princípio, vendidas por atacado, por se presumir que estejam destinadas à revenda. A casuística pode ser grande e demonstra que o conceito de “varejo” é insuficiente para delimitar, como devido, o campo de incidência do tributo que se pretende. A Constituição ambígua é inimiga de si mesma. Pretendo assim contribuir para o seu aperfeiçoamento sem que, por isto, se crie carga tributária agregada adicional.

Parecer:

Quer a Emenda alterar a redação do inciso III do artigo 273 e do parágrafo 4o. do mesmo artigo. As disposições sugeridas devem ser objeto de lei ordinária. Pela rejeição.

EMENDA:15111 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CARLOS CARDINAL (PDT/RS)

Texto:

Emenda aditiva:

Adiciona-se novo inciso IV no art. 273.

IV - Sobre prestação de serviço.

Justificativa:

A emenda tem por objetivo contemplar o retorno aos municípios do Imposto Sobre Serviços.

O argumento de que muitos municípios não cobram o referido imposto, é inconsistente. “Os mesmos poderiam celebrar convênios com os Estados, ou com a União, ou instituir outros mecanismos, já que a renda é crescente.

Parecer:

Propõe a Emenda reinserir o ISS na competência municipal.

O imposto sobre prestação de serviços deve ser estadual, conforme a estrutura tributária contida no Projeto. Pela rejeição.

EMENDA:15114 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CARLOS CARDINAL (PDT/RS)

Texto:

Emenda Supressiva:

Pela supressão do inciso III do art. 273.

Justificativa:

O Projeto de Constituição inova, criando o imposto sobre vendas a varejo de mercadorias, de competência municipal.

Defendemos a eliminação desse imposto pelas seguintes razões fundamentais:

- a) – Trata-se de um imposto regressivo, portanto indireto.
- b) – As micro-empresas que não pagam esse tipo de imposto, teriam que pagá-lo.
- c) – É cumulativo discriminando certos setores.
- d) – Os organismos responsáveis pela fiscalização estadual e municipal nessa área, concorreriam em busca de um mesmo imposto. O Estado e a União sabidamente cobram melhor.

Parecer:

Propõe a emenda a supressão do inciso III do artigo 273, eliminando o imposto sobre vendas a varejo.

O tributo deve ser mantido pois reforçará as receitas dos municípios.

Pela rejeição.

EMENDA:15220 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAX ROSENMAN (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao § 4o., do art.

273, do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

"§ 4o. - A competência municipal para instituir e cobrar o imposto mencionado no item III exclui a dos Estados para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o item III do art. 272".

Justificativa:

Como se encontra redigido o atual § 4º do art. 273 do Projeto, na operação de venda a varejo haverá a incidência do novo ICM e do imposto municipal sobre a venda a varejo. Ora, essa dupla tributação, além das contribuições que incidem sobre o faturamento (Finsocial, Funrural, PIS, etc.), representa uma violenta carga fiscal sobre o consumo de bens.

Assim, num sistema que se propôs a evitar a regressividade social da tributação, a proposta de incidência de dois impostos indiretos sobre o consumo soa como uma heresia e violência à técnica tributária.

Parecer:

Pretende a emenda alterar o § 4o.do artigo 273 do projeto.
A redação contida no projeto é clara e alcança com precisão seu objetivo.

EMENDA:15229 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSMUNDO REBOUÇAS (PMDB/CE)

Texto:

Suprima-se o item III do art. 273.

Dê-se ao § 4o. do art. 273 a seguinte redação:

§ 4o. - Cada Município poderá instituir e cobrar, em convênio com o respectivo Estado, um adicional sobre o imposto de que trata o item II do art. 272, nas operações de vendas a varejo de mercadorias.

Justificativa:

O imposto sobre vendas a varejo, previsto no item III do art. 273, não pode coexistir com o ICM previsto no art. 272. Seria uma bitributação inaceitável sob o ponto de vista econômico, além de uma péssima técnica tributária. Cada Município poderá ampliar o ICM na etapa varejista como alternativa. É uma decisão que respeita a autonomia municipal.

Parecer:

Visa a Emenda transformar o imposto de vendas a varejo em adicional do ICMS.
Tal alteração eliminará um tributo municipal de grande alcance e que deve ser mantido.
Pela rejeição.

EMENDA:15261 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTÔNIO BRITTO (PMDB/RS)

Texto:

Emenda

Acrescente-se ao final do parágrafo 2o. do artigo 273 o seguinte texto:

"No caso de extinção de pessoa jurídica, a não incidência fica condicionada ao retorno dos imóveis aos mesmos antigos proprietários."

Justificativa:

A inclusão do texto acima visa a evitar que o contribuinte, através da utilização de uma pessoa jurídica, faça o imóvel ser incorporado a esta e, na extinção, ser entregue a outro, perpetrando-se, assim, a transmissão sem ônus do tributo.

Parecer:

objetiva a emenda alterar o § 2o. do artigo 273.
A redação contida no texto do projeto e precisa é deve ser mantida.

EMENDA:15361 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROSA PRATA (PMDB/MG)

Texto:

Emenda Aditiva

Acrescente-se ao art. 273 o seguinte inciso:

III - Serviços de qualquer natureza.

Justificativa:

Foi proposta emenda excluindo da competência tributária do Estado, o ICM sobre prestação de serviços.

A tributação dos serviços deve caber ao município conforme tradição secular do Direito Brasileiro.

Ademais, se propôs a extinção de ICM sobre vendas a varejo, a favor do município, conforme consta de projeto.

E, pois, justo que se substitua este tributo transferido ao Estado pelo Imposto sobre Serviços.

Parecer:

Pela prejudicialidade, tendo em vista a solução adotada pelo Substitutivo.

EMENDA:15372 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROSA PRATA (PMDB/MG)

Texto:

Emenda Supressiva

Suprima-se no artigo 273

a) o item III

h) o § 4o.

Justificativa:

Trata-se da instituição de ICM municipal, sem o crédito de ICM estadual.

Esta inovação implica em pesada carga tributária sobre o consumidor.

Imagina-se o ICM atual de 17% devido ao Estado, acrescido de mais de 17% devido ao município.

Por outro lado, na distribuição da receita de ICM parte do que arrecada o Estado é repassada ao Município, desta forma não se justifica esta bitributação.

Parecer:

Pela rejeição. No tocante à distribuição de receitas, o objetivo perseguido pelo projeto é o de fortalecer as municipalidades, de forma a permitir a ação governamental junto aos beneficiários diretos dos serviços públicos. Daí ter-se procurado a ampliação do poder financeiro dos Municípios.

EMENDA:15849 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

Texto:

Emenda aditiva

Inclua-se no art. 273 o imposto sobre serviços de qualquer natureza, que passa a contar com um novo inciso.

Art. 273.

I

II

III

IV - Serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência tributária da União ou dos Estados, definidos em lei complementar.

Justificativa:

Esta Emenda visa o fortalecimento das receitas municipais dentro do espírito da luta municipalista.

Hoje, em termos de receitas disponíveis (impostos, taxas e repasses), a União fica com 47% do total, os Estados com 35% e os Municípios de 18%.

O objetivo é permitir aos Municípios alcançarem pelo menos 20% da arrecadação tributária nacional.

Parecer:

Propõe a Emenda reinserir o ISS na competência municipal.

O imposto sobre prestação de serviços deve ser estadual, conforme a estrutura tributária contida no Projeto. Pela rejeição.

EMENDA:16130 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DÉLIO BRAZ (PMDB/GO)

Texto:

Emenda Supressiva.

Dispositivo emendado: art. 273, § 4o.

Suprima-se o § 4o. do art. 273.

Justificativa:

Imprescindível consagrar, na Carta Magna, o salutar princípio vedacional da Bitributação.

Adite-se que a criação, através de norma constitucional de modalidade estadual de imposto sobre vendas a varejo de mercadorias, além de representar sobrecarga indesejável aos já sofridos contribuintes deste País, compromete ainda mais o já debilitado equilíbrio que deve presidir o regime federativo, favorecendo a expansão do enriquecimento dos Estados já ricos, com maior distanciamento dos Estados menos aquinhoados.

Nem mesmo se presente o texto do art. 261, cuja supressão foi proposta em outra emenda de nossa autoria.

A experiência, embora válida em outros Países, como nos Estados Unidos, não parece ser indicada para o Brasil, principalmente pouco alterável em algumas décadas.

Parecer:

Sugere a emenda a supressão do § 4o.do artigo 273.

O dispositivo deve ser mantido para definir com clareza o âmbito de tributação do imposto.

EMENDA:16131 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DÉLIO BRAZ (PMDB/GO)

Texto:

Emenda supressiva.

Dispositivo emendado: art. 273, item II,

Suprima-se, do item II do art. 273, "in fine", a expressão "bem como cessão de direitos a sua aquisição".

Justificativa:

A expressão que se propõe eliminar é minudência não compatível com o texto constitucional, além de poder gerar conflitos de entendimento com a matéria sujeita à incidência do imposto sobre a renda.

Parecer:

Quer a emenda suprimir a expressão "bem como cessão de direitos a sua aquisição" no inciso II do artigo 273.

A redação contida no Projeto fixa o alcance do imposto e deve ser mantida.

Pela rejeição.

EMENDA:16280 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Aditiva

- incluir no artigo 273 do Projeto de

Constitucional o seguinte inciso:

IV - locação de bens móveis e arrendamento mercantil.

Justificativa:

As emenda visa submeter as operações de locação de bens móveis e de arrendamento mercantil a tributação municipal, como forma de gravar tributariamente estas operações econômicas, bem como ampliar a receita dos municípios.

Reproduz-se também, a sugestão contida no inciso IV do artigo 139 do Projeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais.

Parecer:

Pela rejeição. A fixação de percentuais na transferência de recursos a Estados e Municípios faz parte de um contexto de discriminação de renda, objeto de consenso entre os constituintes. A alteração isolada, como pretendida pela emenda, irá repercutir na sistemática de distribuição de recursos públicos, constante do Projeto, razão por que consideramos inoportuna a emenda.

EMENDA:16282 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA ADITIVA

- incluir no Artigo 273 do Projeto de Constituição o inciso IV, com a seguinte redação:

IV - sobre o lucro imobiliário.

Justificativa:

O lucro imobiliário é decorrente da valorização de imóveis em face da crescente urbanização das cidades e da introdução de melhorias pelo Poder Público.

Na sistemática do Projeto, em que pese os ônus dos municípios com os encargos e custos da urbanização, a renda tributária sobre os ganhos de valorização imobiliária pertencem à União, em detrimento dos municípios.

A emenda visa corrigir esta distorção, e ao propor a criação do imposto e estas partes dos cursos com os encargos do processo de urbanização.

Parecer:

Pela rejeição. A fixação de percentuais na transferência de recursos a Estados e Municípios faz parte de um contexto de discriminação de renda, objeto de consenso entre os constituintes. A alteração isolada, como pretendida pela emenda, irá repercutir na sistemática de distribuição de recursos públicos, constante do Projeto, razão por que consideramos inoportuna a emenda.

EMENDA:16287 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Aditiva

- incluir no § 1o. do artigo 273 do Projeto de Constituição: "e não incidirá sobre habitações populares e contribuintes de baixa renda".

Justificativa:

Apesar de caráter real do Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana, é de justiça social estabelecer, de conformidade com o disposto no artigo 257 do Projeto, a imunidade aos proprietários de habitação popular e de baixa renda.

Parecer:

Propõe a emenda alterar a redação do § 1o.do artigo 273 do projeto.

A redação constante do projeto é tecnicamente precisa quando define o seu alcance

EMENDA:16289 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Aditiva

- incluir no § 2o. do artigo 273 do Projeto de Constituição a expressão:

"Também não incidirá sobre a aquisição de habitações populares".

Justificativa:

A emenda visa ampliar a imunidade do tributo também aos contribuintes de baixa renda, atendendo aos princípios do artigo 257 do Projeto de Constituição.

Parecer:

objetiva a emenda alterar o § 2o. do artigo 273.

A redação contida no texto do projeto é precisa e deve ser mantida.

EMENDA:16460 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO AMARAL (PMDB/SP)

Texto:

Emenda Aditiva

Dê-se ao art. 273 -; a seguinte redação:

IV - Serviços de qualquer natureza.

§ 1o. - O imposto de que trata o item I, cobrado segundo planta genérica de valores, fixados por ato do Poder Executivo, anualmente revistos, será progressivo no tempo quando incidir sobre área não edificada e não utilizada, de forma que se assegure o cumprimento da função social da propriedade.

§ 5o. - Cabe à Lei Complementar:

I - Indicar outros imóveis sujeitos ao imposto de que trata o item I, excluindo-os, segundo sua utilização efetiva ou potencial, da incidência de imposto de que trata o item I do art. 272.

II - Fixar as alíquotas máximas dos impostos de que tratam os itens II e III deste artigo.

Justificativa:

Visa a Emenda dar maior e mais e justa participação aos municípios na distribuição das Receitas Federais e Estaduais, como requisito básico para a autonomia dos municípios, bem como o atendimento das necessidades essenciais da população, visto que é no município que o cidadão vive, tem suas necessidades e gera as riquezas da Federação.

Parecer:

Propõe a Emenda reinserir o ISS na competência municipal.

O imposto sobre prestação de serviços deve ser estadual, conforme a estrutura tributária contida no Projeto. Pela rejeição.

EMENDA:16476 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO AMARAL (PMDB/SP)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado - § 5o. do Art. 273

Suprimir o § 5o. do artigo 273.

Justificativa:

Quem melhor sabe e conhece da capacidade contributiva dos municípios são as autoridades locais, ou seja, o Prefeito e os Vereadores. Portanto, deve ser deles a competência para fixar as alíquotas de seus impostos, não

as submetendo a qualquer limite estabelecido pelo legislador complementar. A diversidade das peculiaridades locais, especialmente as econômicas, é tão grande que, no caso específico, deve-se excluir a exigência de lei complementar, já que seus autores, além de distantes desta penalidade, não conseguirão encontrar um limite satisfatório.

Parecer:

Quer a emenda suprimir o parágrafo 5o. do artigo 273.
A lei complementar deve fixar as alíquotas máximas do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias.

EMENDA:16597 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS/MG)

Texto:

Emenda Aditiva e Supressiva
No Art. 273 acrescente-se item IV, conforme segue abaixo:

"IV - Propriedade Territorial Rural"

No mesmo artigo 273 acrescente-se o parágrafo abaixo:

"§ 6o. - O imposto de que trata o item IV não incidirá sobre pequenas glebas rurais nos termos da Lei Estadual".

No Art. 272 suprima-se o item I relacionado ao caput e o § 10.

Justificativa:

O Imposto Territorial Rural, atualmente, é da competência do município que, aliás, tem melhores condições para arrecadá-lo, tais as circunstâncias locais que influenciam o seu mecanismo. Daí a transferência do mesmo, que sai da área estadual para a municipal.

Parecer:

Pela prejudicialidade, tendo em vista a solução adotada pelo Substitutivo.

EMENDA:16642 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CÁSSIO CUNHA LIMA (PMDB/PB)

Texto:

Emenda Supressiva
Dispositivo Emendado: - § 5o. do Art. 273
Suprimir o § 5o. do artigo 273.

Justificativa:

Quem melhor sabe e conhece da capacidade contributiva dos municípios são as autoridades locais, ou seja, o Prefeito e os Vereadores. Portanto, deve ser deles a competência para fixar as alíquotas de seus impostos, não as submetendo a qualquer limite estabelecido pelo legislador complementar.

A diversidade das peculiaridades locais, especialmente as econômicas, é tão grande que, no caso específico, deve-se excluir a exigência de lei complementar, já que seus autores, além de distantes desta penalidade, não conseguirão encontrar um limite satisfatório.

Parecer:

Pela rejeição. Temos a convicção de que a matéria em foco recebe tratamento adequado no Projeto.

EMENDA:16643 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CÁSSIO CUNHA LIMA (PMDB/PB)

Texto:

Emenda Modificativa
Dispositivo Emendado: - Inciso I do Art. 273

Exclua-se o termo final "urbano", incluindo em seu lugar "com destinação urbana".

Justificativa:

Pelas várias alterações por que passou o fato gerador do imposto predial e territorial urbano ficou patente que a melhor forma de diferenciá-lo do imposto federal sobre a propriedade é a destinação do imóvel. Isto evita a clássica diferenciação pela localização por zona, hoje ultrapassada, em virtude do desenvolvimento industrial, comercial e prestador de serviço na zona rural.

Assim permitir-se-á que atividades urbanas, tais como: postos de gasolina, restaurantes, escolas, indústrias, sítios de recreio e etc., tenham a propriedade tributada pelo imposto municipal.

Acresça-se, ainda, que o cunho extrafiscal da tributação rural deixou de ser tão fundamental como era, vez que o imposto territorial rural passa a ser da competência estadual.

Parecer:

Pela prejudicialidade. A matéria já consta do projeto com redação adequada à discriminação de rendas constante do Sistema Tributário Nacional do projeto.

EMENDA:16667 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CHICO HUMBERTO (PDT/MG)

Texto:

Emenda Supressiva

Suprimir o item III do Artigo 273.

Justificativa:

Existindo já a tributação do mesmo fato gerador pelo Estado a sua permanência no texto Constitucional traduz um contrassenso. A municipalidade já participa deste tributo cobrado pelo Estado e agora aumentada sua alíquota de 20% para 25%.

Não será por nossa cota que iremos permitir a bi-tributação.

Parecer:

Pela rejeição. Temos convicção de que a matéria em foco recebe tratamento adequado no Projeto.

EMENDA:16705 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALEXANDRE PUZYNA (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Supressiva.

Dispositivo Emendado - § 5o. do Art. 273

Suprimir o § 5o. do artigo 273

Justificativa:

Quem melhor sabe e conhece da capacidade contributiva dos municípios são as autoridades locais, ou seja, o Prefeito e os Vereadores. Portanto, deve ser deles a competência para fixar as alíquotas de seus impostos, não as submetendo a qualquer limite estabelecido pelo legislador complementar.

A diversidade das peculiaridades locais, especialmente as econômicas, é tão grande que, no caso específico, deve-se excluir a exigência de lei complementar, já que seus autores, além de distantes desta penalidade, não conseguirão encontrar um limite satisfatório.

Parecer:

Quer a emenda suprimir o parágrafo 5o. do artigo 273.

A lei complementar deve fixar as alíquotas máximas do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias.

EMENDA:16712 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALEXANDRE PUZYNA (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Modificativa.

Dispositivo Emendado - Inciso I do Art. 273.

Exclua-se o termo final "urbana", incluindo em seu lugar "com destinação urbana".

Justificativa:

Pelas várias alterações por que passou o fato gerador do imposto predial e territorial urbano ficou patente que a melhor forma de diferenciá-lo do imposto federal sobre a propriedade é a destinação do imóvel. Isto evita a clássica diferenciação pela localização por zona, hoje ultrapassada, em virtude do desenvolvimento industrial, comercial e prestador de serviço na zona rural.

Assim permitir-se-á que atividades urbanas, tais como: postos de gasolina, restaurantes, escolas, indústrias, sítios de recreio e etc., tenham a propriedade tributada pelo imposto municipal.

Acresça-se, ainda, que o cunho extrafiscal da tributação rural deixou de ser tão fundamental como era, vez que o imposto territorial rural passa a ser da competência estadual.

Parecer:

Trata-se de Emenda modificativa da redação do inciso I do artigo 273.

Entendemos que a expressão "urbana" é mais apropriada.

Pela rejeição.

EMENDA:16800 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ GERALDO (PMDB/MG)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado - Artigo 273

Acrescente-se ao artigo 273 o § 6o. com a seguinte redação:

Artigo 273 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

§ 6o. - Parte percentual da arrecadação resultante do imposto previsto no inciso I, deste artigo, será aplicada na infra-estrutura do sistema municipal de transporte, inclusive na construção de terminais de passageiros e de cargas, devendo a lei orçamentaria do Município, fixar, a cada exercício, referido percentual.

Justificativa:

Necessário se faz comprometer o orçamento municipal com o sistema e a política de transporte considerando sua importância no processo de desenvolvimento do Município, do Estado e do País como um todo.

Enquanto a União avança em sua política de transporte, no que é seguida, relativamente de perto, pelos Estados os municípios não atentar cuidadosamente para o problema, gerando dificuldades nos (ilegível) parcialmente, o crescimento e a modernização das malhas estadual e federal. Pode-se dizer que não existem sistemas municipais de transporte e isto porque os Municípios, em geral, esperam que os Governos do Estado e da União cuidem das rodovias vicinais e alimentadoras.

A emenda obriga a que todos os municípios cuidem de suas vias de transporte, destinando, obrigatoriamente, parte percentual de seus orçamentos ao setor de transporte, inclusive para a construção de terminais rodoviários de passageiros e de cargas.

O sentido social e econômico desta medida impõe a que esta emenda mereça a acolhida por parte desta Assembleia Nacional Constituinte.

Parecer:

Pela rejeição. A sugestão contida na emenda parece-nos conveniente, mas para figurar em lei ordinária, não sendo necessário elevá-la à categoria de norma constitucional.

EMENDA:16820 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ CAMARGO (PFL/SP)

Texto:

PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE VENDAS A VAREJO DE MERCADORIAS

SUPRIMA-SE O INCISO III DO ART. 273 E
PARÁGRAFO 4o. DO MESMO ARTIGO.

Justificativa:

Nos últimos anos, a legislação brasileira revelou irrefreável tendência de aumento da graça tributária, sem que o Estado demonstre eficiência na destinação destes recursos. Não necessita o Brasil de novos impostos, mas sim de maior austeridade no trato da matéria financeira. Por outro lado, os problemas fiscais dos municípios devem ser resolvidos por uma melhor redistribuição das fontes de receitas tributárias, cujos parâmetros não de ser estabelecidos na próxima Constituição Federal. A criação de novos impostos acentua o sufocamento do contribuinte brasileiro e acarretará obviamente o aumento do preço de custo das mercadorias, em notório prejuízo ao consumidor final.

O Imposto de Vendas a Varejo é duplicidade do ICM, pendurado neste, com o agravante de incidir em cascata. Juntando-se ao adicional do Imposto de Renda para os Estados, forma-se um quadro dramático. Na Federação, há três níveis de governo, mas um só povo. Considerar aqueles, esquecendo-se deste, pode matar a galinha dos voos de ouro.

Parecer:

Pela rejeição. Temos convicção de que a matéria em foco recebe tratamento adequado no Projeto.

EMENDA:16963 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SÉRGIO SPADA (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se nova redação ao 4 1o. do art. 273, nos seguintes termos:

"Art. 273 -

§ 1o. - O imposto de que trata o item I será progressivo no tempo, quando incidir sobre área urbana não regularmente edificada e total ou parcialmente ociosa, de forma que se assegure o cumprimento da função social da propriedade.
....."

Justificativa:

A atual redação do dispositivo anseia a fácil burla dos objetivos com ele colimados, na medida em que qualquer barraco precariamente existente em terreno urbano poderia servir de pretexto ao proprietário para alegar a "edificação" de área urbana de sua propriedade. Por outro lado, sempre poder-se-á alegar algum tipo de utilização para o imóvel, como o de conter algumas árvores frutíferas ou de servidor de pasto.

É absolutamente essencial seja o dispositivo mais pacífico, se se pretende, através dele, como ali declarado, assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

Parecer:

Propõe a emenda alterar a redação do § 1o.do artigo 273 do projeto.

A redação constante do projeto é tecnicamente precisa quando define o seu alcance

EMENDA:17004 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IVO CERSÓSIMO (PMDB/MS)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Inclua-se ao artigo 273 do Projeto de Constituição:

"Artigo 273 - Compete aos municípios instituir impostos sobre:
- Prestação de serviços."

Justificativa:

Ao artigo 272, apresentamos emenda supressiva, a fim de eliminar do texto a competência dos Estados de instituírem o tão arraigado imposto de sobrevivência municipal ISS.

Recentemente, os Prefeitos de Capitais reunidos em debate sobre a "Reforma Tributária Emergencial" e a competência municipal para instituição dos impostos, conforme fato gerador. O imposto sobre prestação de serviços "ISS" foi reclamado, com ênfase e veemência.

Municipalistas como uma das bandeiras trazidas para esta Assembleia Nacional Constituinte, não podemos abandonar a luta hercúlea que está sendo travada pelos Prefeitos que clamam a insolvência dos municípios que administram.

Ninguém desconhece tal situação. Não podemos abandonar a tese de que é imprescindível a manutenção do imposto que mais aproxima os municípios do Chefe da administração municipal.

Nossa esperança repousa na sensibilidade dos nossos pares, não só da emenda de nossa autoria, como, também, da batalha travada pelos Prefeitos, além de outras colocações ao projeto, estabelecer aos municípios da competência para “prestação de serviços”.

Parecer:

A emenda pretende reincluir o ISS no lugar do imposto de rendas a varejo.

Tal modificação quebraria o sistema tributário proposto com o equilíbrio entre estados e municípios.

EMENDA:17288 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO ROBERTO CUNHA (PDC/GO)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 273, parágrafo 5o.

O parágrafo 5o. do artigo 273, do Projeto de Constituição, passa a ter a seguinte redação:

Art. 273.

§ 5o. Cabe a lei complementar fixar as alíquotas de que trata o item II deste artigo.

Justificativa:

Suprimido o inciso III do artigo 273, não há motivos para a sua citação no § 5º do artigo 273.

Parecer:

Propõe a emenda alterar a redação do § 5o. do artigo 273 do projeto.

Entendemos que a redação constante do referido parágrafo é clara, devendo permanecer.

EMENDA:17289 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO ROBERTO CUNHA (PDC/GO)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 273, parágrafo 4o.

Suprima-se do PROJETO DE CONSTITUIÇÃO.

a) O parágrafo 4o., do artigo 273.

Justificativa:

Suprimido o inciso III, do artigo 273, não há porque da sua permanência no Projeto de Constituição.

Parecer:

Sugere a emenda a supressão do § 4o.do artigo 273.

O dispositivo deve ser mantido para definir com clareza o âmbito de tributação do imposto.

EMENDA:17290 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO ROBERTO CUNHA (PDC/GO)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 273.

Suprima-se do Projeto de Constituição:

a) o inciso III, do art. 273;

Justificativa:

O imposto de vendas a varejo de mercadorias, outorgado à competência municipal, na verdade é um adicional ao imposto estadual sobre circulação de mercadorias. Assim ocorre a existência do que se chama competência tributária comum, entre os Estados e os Municípios, que podem, dessa forma, criar impostos com natureza jurídica idêntica.

Entendemos ser essa modalidade de competência tributária comum em desfavor do contribuinte, que passa a assumir obrigações, principal e acessórias, com duas entidades tributantes, provocando, com isso, uma maior burocratização de encargos, com resultados que poderiam ser obtidos de forma mais eficiente.

Dessa forma, entendemos não ser viável a outorga de competência tributária para que os Municípios possam criar o referido imposto sobre vendas a varejo. Para recompensá-los é preferível que seja elevado o índice de participação dos Municípios na arrecadação do imposto estadual equivalente, o que de certo além de propiciar um encargo a menos aos contribuintes, propiciará uma maior eficiência na arrecadação do tributo, pois, assim os Municípios, também, estarão imbuídos em contribuir para que a arrecadação do tributo estadual ocorra de forma plena.

Parecer:

Propõe a emenda a supressão do inciso III do artigo 273, eliminando o imposto sobre vendas a varejo. O tributo deve ser mantido pois reforçará as receitas dos municípios.

EMENDA:17557 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

TITO COSTA (PMDB/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: art. 273

Acrescente-se na parte final do artigo 273, III, a expressão "inclusive sobre produtos derivados de petróleo e álcool combustível, observado o disposto no § 5o. do artigo 272 quanto a alíquota".

Justificativa:

Tendo em vista que os Municípios perderam o ISS, que foi substituído pelo "imposto de venda a varejo de mercadorias", só resta agora à Assembleia Nacional Constituinte, para reparar o equívoco, tornar viável o novo imposto afeto à competência tributária municipal.

Os Municípios terão que estruturar (administração tributária) em moldes compatíveis com a nova realidade, sob pena de ser agravada a já penosa situação do erário dos combalidos Municípios.

Parecer:

Propõe a Emenda detalhar o alcance do imposto de vendas a varejo de mercadorias.

A matéria é de lei ordinária.

Pela rejeição.

EMENDA:17698 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURÍCIO FRUET (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se, ao parágrafo 1o., do artigo 273, do Projeto Constitucional, a seguinte redação:

Art. 273 -

.....

Parágrafo 1o. - O imposto, de que trata o item I, será progressivo no tempo quando incidir sobre área urbana subutilizada ou não utilizada na conformidade do interesse do desenvolvimento urbano, expresso nos planos urbanísticos ou de desenvolvimento urbano, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

Justificativa:

O melhor critério para a incidência progressiva do IPTU é o da utilização do imóvel e não apenas a edificação. Por isso, apresentamos a presente emenda.

Parecer:

Propõe a emenda alterar a redação do § 1o do artigo 273 do projeto.
A redação constante do projeto é tecnicamente precisa quando define o seu alcance

EMENDA:17885 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO BULHÕES (PMDB/AL)

Texto:

Suprima-se o item III do Artigo 273, Título VII, Capítulo I, DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, do Projeto de Constituição.

Justificativa:

Qualquer elevação na atual carga tributária, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, caracteriza uma atitude de afronto para a classe empresarial, em particular, e à sociedade como um todo, uma vez que direta ou indiretamente é o consumidor final que acaba pagando todos os ônus criados.

Uma vez criado, esse novo imposto nos levará ao absurdo de termos uma dupla tributação sobre a mesma operação. Ao contrário da sistemática atual do imposto sobre circulação de mercadorias, onde só se tributa o valor acrescido com o imposto sobre vendas a varejo a tributação incidirá não apenas sobre o valor de mercadoria, mas sobre todos os valores a ela adicionados, inclusive o ICM e o IPI. Portanto a alíquota mínima prevista de 2% que aparentemente significa muito porque emprestará muito mais em valores reais de (ilegível) Aliás, o problema não é nem a questão da alíquota será um, dois, ou três por cento, o que atualmente preocupa é o fato da criação de mais um tributo.

Parecer:

Pela rejeição. O objetivo maior do projeto, nessa matéria, é fortalecer os municípios, de forma a permitir a aproximação da ação governamental dos beneficiários diretos dos serviços públicos. Daí ter-se procurado a ampliação do poder financeiro dos municípios.

EMENDA:17940 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURÍCIO FRUET (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se ao parágrafo 5o., do artigo 273, do Projeto de Constituição, a seguinte redação:
Art. 273 -

.....
Parágrafo 5o. - Lei municipal fixará as alíquotas máximas dos impostos municipais.

Justificativa:

O texto original configura autêntico absurdo, ao determinar que lei complementar estadual fixará as alíquotas máximas dos impostos estaduais.

Trata-se de indevida intervenção na autonomia municipal, que, a nosso ver, deve ser preservada no novo texto constitucional.

Por tal razão, alvitramos nova redação para o dispositivo em questão, determinando que o município, por lei própria, fixará às alíquotas de seus tributos.

Parecer:

Pela prejudicialidade, tendo em vista a solução adotada pelo Substitutivo.

EMENDA:18053 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ CARLOS MARTINEZ (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao § 4o., do art. 273, do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização:

"§ 4o. - A competência municipal para instituir e cobrar o imposto mencionado no item II exclui a dos Estados para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o item III do art. 272".

Justificativa:

Como se encontra redigido o atual § 4º do art. 273 do Projeto, na operação de venda a varejo haverá a incidência do novo ICM e do imposto municipal sobre a venda a varejo. Ora, essa dupla tributação, além das contribuições que incidem sobre o faturamento (Finsocial, Funrural, PIS, etc.), representa uma violenta carga fiscal sobre o consumo de bens.

Assim, num sistema que se propôs a evitar a regressividade social da tributação, a proposta de incidência de dois impostos indiretos sobre o consumo soa como uma heresia e violência à técnica tributária.

Parecer:

Pela prejudicialidade, tendo em vista a solução adotada pelo Substitutivo.

EMENDA:18076 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ CARLOS MARTINEZ (PMDB/PR)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: § 5o. do art. 273

Suprimir o § 5o. do art. 273.

Justificativa:

Quem melhor sabe e conhece da capacidade contributiva dos municípios são as autoridades locais, ou seja, o Prefeito e os Vereadores. Portanto, deve ser deles a competência para fixar as alíquotas de seus impostos, não as submetendo a qualquer limite estabelecido pelo legislador complementar. A diversidade das peculiaridades locais, especialmente as econômicas, é tão grande que, no caso específico, deve-se excluir a exigência de lei complementar, já que seus autores, além de distantes desta penalidade, não conseguirão encontrar um limite satisfatório.

Parecer:

Pela prejudicialidade, tendo em vista a solução adotada pelo Substitutivo.

EMENDA:18090 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ CARLOS MARTINEZ (PMDB/PR)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSIÇÃO EMENDADO - Inciso I do Art. 273

Exclua-se o termo final "Urbana", incluindo em seu lugar "com destinação urbana".

Justificativa:

Pelas várias alterações por que passou o fato gerador do imposto predial e territorial urbano ficou patente que a melhor forma de diferenciá-lo do imposto federal sobre a propriedade é a destinação do imóvel. Isto evita a clássica diferenciação pela localização por zona, hoje ultrapassada, em virtude do desenvolvimento industrial, comercial e prestador de serviço na zona rural.

Assim permitir-se-á que atividades urbanas, tais como: postos de gasolina, restaurantes, escolas, indústrias, sítios de recreio e etc., tenham a propriedade tributada pelo imposto municipal.

Acresça-se, ainda, que o cunho extrafiscal da tributação rural deixou de ser tão fundamental como era, vez que o imposto territorial rural passa a ser da competência estadual.

Parecer:

Pela rejeição, em função do tratamento dispensado à questão, no Projeto.

EMENDA:18231 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WILSON MARTINS (PMDB/MS)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado - Inciso I do art. 273

Exclua-se o termo final "urbana", incluindo em seu lugar "com destinação urbana".

Justificativa:

Pelas várias alterações por que passou o fato gerador do imposto predial e territorial urbano ficou patente que a melhor forma de diferenciá-lo do imposto federal sobre a propriedade é a destinação do imóvel. Isto evita a clássica diferenciação pela localização por zona, hoje ultrapassada, em virtude do desenvolvimento industrial, comercial e prestador de serviço na zona rural.

Assim permitir-se-á que atividades urbanas, tais como: postos de gasolina, restaurantes, escolas, indústrias, sítios de recreio e etc., tenham a propriedade tributada pelo imposto municipal.

Acresça-se, ainda, que o cunho extrafiscal da tributação rural deixou de ser tão fundamental como era, vez que o imposto territorial rural passa a ser da competência estadual.

Parecer:

Pela rejeição, em função do tratamento dispensado à questão, no Projeto.

EMENDA:18240 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WILSON MARTINS (PMDB/MS)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado - § 5o. do art. 273

Suprimir o § 5o. do artigo 273.

Justificativa:

Quem melhor sabe e conhece da capacidade contributiva dos municípios são as autoridades locais, ou seja, o Prefeito e os Vereadores. Portanto, deve ser deles a competência para fixar as alíquotas de seus impostos, não as submetendo a qualquer limite estabelecido pelo legislador complementar. A diversidade das peculiaridades locais, especialmente as econômicas, é tão grande que, no caso específico, deve-se excluir a exigência de lei complementar, já que seus autores, além de distantes desta penalidade, não conseguirão encontrar um limite satisfatório.

Parecer:

Pela prejudicialidade, tendo em vista a solução adotada pelo Substitutivo.

EMENDA:18409 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC/SP)

Texto:

Emenda supressiva

Dispositivo Emendado: Inciso III do artigo 273

Suprima-se do projeto o inciso III do artigo 273

Art. 273 -

III - Vendas a Varejo de Mercadorias

Justificativa:

O anteprojeto constitucional em seu sistema tributário, obedece o modelo das maiorias das democracias modernas, que estabelece a competência nominal em matéria tributária para cada ente público. Estabelece outrossim, no que diz respeito aos impostos, o princípio da competência privativa, ou seja, cada ente público (União, Estados e Municípios) têm os seus impostos próprios, caracterizando-se essa diferença entre os impostos, fundamentalmente na diversidade do fato gerador.

Ocorre todavia que este princípio da tipicidade dos impostos é frontalmente agredido pela criação do Imposto Sobre Vendas a Varejo na esfera da competência tributária dos Municípios.

Trata-se na prática de mera repetição do ICM a nível do Município, com o agravante de ser totalmente cumulativo.

Por maior esforço interpretativo, por maior esforço de engenharia constitucional que se queira realizar, não há como elidir a realidade de que, em ambos os tributos, o fato gerador é o mesmo; a operação que se pretende tributar em ambos os tributos, passa a ter consistência econômica e se exterioriza perante o mundo jurídico em uma mesma e idêntica operação.

Tanto isso é verdade que, o constituinte consciente do desarranjo constitucional introduzido na sistemática, pretende prevenir as sequelas que certamente advirão a nível de controvérsia interpretativa, afirmando no § 3º do artigo 278 textualmente:

“§ 3º - A competência municipal para instituir e cobrar o imposto mencionado no item III não exclui a dos Estados para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o item III do artigo 277 (ICM)”

Não pode essa forma prosperar à sistemática apresentada, restando um único caminho a seguir:

Ou suprime-se o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias-ICM da competência dos Estados, ou afasta-se a figura conflitante do Imposto de Vendas a Varejo de Mercadorias, da competência tributária dos Municípios.

Não nos parece socialmente desejável e economicamente relevante, a primeira alternativa, mesmo porque, pela sistemática de distribuição de receitas, no ICM buscarão também os Municípios, larga fatia de seus recursos. Finalizando, embora não possa ser apresentado como argumento com densidade jurídica, é importante notar que a supressão deste esdrúxulo tributo, ao mesmo tempo em que não representa para os Municípios perda apreciável, representa, todavia, para cada contribuinte isoladamente considerado alívio substancial de carga tributária.

Parecer:

Pela rejeição. O objetivo maior do projeto, nessa matéria, é fortalecer os municípios, de forma a permitir a aproximação da ação governamental dos beneficiários diretos dos serviços públicos. Daí ter-se procurado a ampliação do poder financeiro dos municípios.

EMENDA:18420 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAES LANDIM (PFL/PI)

Texto:

Altera o § 4o. do art. 273.

§ 4o. A competência municipal para instituir e cobrar o imposto mencionado no item III não exclui a:

I - da União, para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o item IV, do art. 270;

II - dos Estados e Distrito Federal, para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o item III do art. 272.

Justificativa:

O Imposto sobre Produtos Industrializados (item IV, do art. 270) incide sobre produtos vendidos a varejo, quando as vendas são efetuadas diretamente a consumidor pelo estabelecimento produtor, ou pelo importador.

Assim, se projeto assegura expressamente a competência dos Estados para cobrar o ICMS nas vendas a varejo, deve estabelecer o mesmo princípio para o imposto federal.

Parecer:

Temos convicção de que o tratamento dado à questão, no Substitutivo, é o recomendável. Pelo acolhimento parcial.

EMENDA:18471 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PERCIVAL MUNIZ (PMDB/MT)

Texto:

Emenda Modificativa

Acrescente-se ao Art. 273 o item IV e altera-se

para compatibiliza com esta adição o § 5o.,
dando a seguinte redação:

Art. 273.....

IV - Imposto sobre serviços

§ - 5o. - Cabe a lei complementar regular a aplicação e fixar as alíquotas máximas dos impostos de que tratam os itens II, III e IV deste ART.

Justificativa:

A transferência do Imposto sobre serviços para os municípios vem no sentido de aumentar a capacidade financeira dos mesmos, aumentando-se assim o volume de serviços e melhorias oferecidos à população. Por outro lado a própria fiscalização e controle da arrecadação do ISS, seria, com esta medida, otimizada pois estas operações são, geralmente, contratadas e realizadas no território do município.

Parecer:

Pela prejudicialidade, tendo em vista a solução adotada pelo Substitutivo.

EMENDA:18490 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PEDRO CANEDO (PFL/GO)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 273, Inciso III - § 4o.-

Suprima-se do Projeto de Constituição:

a) o inciso III do art. 273;

b) o § 4o. do art. 273.

Justificativa:

É descabida a poli-tributação que se pretende com a manutenção do texto. O mesmo imposto cobrável pelo Estado estaria, concomitantemente, sendo cobrado pelo Município. Uma racional reordenação da divisão das receitas da União, já altas, com Estados e Municípios, seria prudente. A morte por extorsão excessiva, da empresa que gera emprego, o lucro, o imposto, tributo e tudo mais, é a consequência direta da manutenção desse novo tributo conforme prevê o texto. Haverá cada vez mais sonegação e uma economia cada vez mais invisíveis, quanto maiores forem os impostos e suas alíquotas. Menos imposto e alíquotas reduzidas aumentarão astronomicamente a receita da União, Estados e Municípios. Ninguém corre riscos por valores pequenos. Mas se uma tributação alta for incidente, facultará àqueles, mas feitos o risco da sonegação para maiores lucros, A vaca que morre clandestinidade e é, sem fiscalização sanitária e de impostos, entregue ao consumidor, fatalmente passaria pelos processos normais se o imposto cobrado não fosse tão extorsivo e maior que seu lucro. Daí a supressão de mais um imposto. Não matem a "galinha de ovos de ouro"...

Parecer:

Pela rejeição. O objetivo maior do projeto, nessa matéria, é fortalecer os municípios, de forma a permitir a aproximação da ação governamental dos beneficiários diretos dos serviços públicos. Daí ter-se procurado a ampliação do poder financeiro dos municípios.

EMENDA:18653 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ELIEL RODRIGUES (PMDB/PA)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: art. 273

Suprima-se, do art. 273, do Projeto de

Constituição, o inciso III, pelas razões a seguir expostas.

Justificativa:

Trata-se de retirar a competência, que se quer atribuir ao município, de instituir imposto sobre vendas a varejo de mercadorias.

Ora, a sociedade nacional está enfrentando uma séria crise, em todos os seus setores, e precisa desenvolver sua capacidade de trabalho, sem o que será impossível se alcançar os objetivos desejados. Nesse contexto,

surge o papel importante da indústria e do comércio, como forças propulsoras dessa capacidade produtiva e de absorção de mão de obra, que precisam, ser devidamente considerados pelo poder público.

Sujeitar, portanto, a laboriosa classe empresarial com a nova carga tributária, sob o pretexto de fortalecimento das finanças Estaduais e Municípios, e impedir o progresso e o desenvolvimento da iniciativa privada, tão necessária ao país.

Não é possível admitir que o crescimento imprescindível à nação brasileira venha a ser prejudicado por medidas de pressão tributária, com a proposta no citado parágrafo.

Estamos diante da criação de um novo tributo, de competência municipal, sobre as vendas a varejo, o qual cobrado juntamente com o ICM/ISS, de competência dos Estados, haverá, assim, uma bitributação que deve, consequentemente, ser eliminada.

Parecer:

Pela rejeição. O objetivo maior do projeto, nessa matéria, é fortalecer os municípios, de forma a permitir a aproximação da ação governamental dos beneficiários diretos dos serviços públicos. Daí ter-se procurado a ampliação do poder financeiro dos municípios.

EMENDA:18679 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO MARQUES (PFL/PE)

Texto:

Texto do Projeto:

Revoga os: Art. 261, Art. 262, Art. 272, Art. 273 e § 2o., Art. 335 e §§ 1o. e 2o. e item IV e dá nova redação ao Art. 261

EMENDA:

Art. 261 - Nenhum tributo, taxa ou obrigação parafiscal poderá ser elevado além de 20% (vinte por cento) do seu valor ao tempo do aumento.

Justificativa:

Os artigos, parágrafos e itens em epígrafe pretendem implantar uma ditadura tributária, concedendo à União, Estado e Distrito Federal poderes para instituir tributos, empréstimos compulsórios, adicionais sobre imposto de renda e proventos de quaisquer natureza, contribuições, confisco, sobre pessoas físicas de direito privado, sobre imóveis e imóveis, faturamento, rendas, patrimônio líquido, salário, preços.

Parecer:

A Emenda objetiva eliminar os impostos estaduais e municipais, além do empréstimo compulsório, das contribuições e dos impostos não discriminados na Constituição. Remanesceriam somente os tributos da União e as taxas e contribuições de melhoria.

A Emenda atenta, pois, contra a Federação, pois que deixa os Estados e Municípios sem receita própria.

A União também ficaria em dificuldades com a supressão da Competência Residual e com a limitação que a Emenda impõe no sentido de que os aumentos de impostos, qualquer que seja a defasagem, não poderá nunca ser superior a 20%.

É evidente que o Sistema Tributário estruturado pelo Projeto é bem mais racional.

Pela rejeição.

EMENDA:19176 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ CARLOS COUTINHO (PL/RJ)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o § I, artigo 272, inciso III artigo 273 e art. 460

Justificativa:

A coletividade brasileira está sobrecarregada com tributação de toda natureza, e mediante a qual se efetua fortíssima transferência de recursos do setor privado-pessoas e empresas para o setor público – União, Estados e Municípios. Essa carga e essa transferência vão alimentando o gigantismo estatal em detrimento da atividade empresarial e da renda do trabalhador.

Parecer:

O nobre Constituinte José Carlos Coutinho pretende suprimir a faculdade de os Estados e o Distrito Federal instituírem um adicional ao Imposto de Renda devido à União pelas pessoas físicas e jurídicas (art. 272, parágrafo 1o); e o novo imposto sobre vendas a varejo de mercadorias, previsto para os Municípios (art. 273-III e art. 460).

Justifica que a coletividade brasileira está sobrecarregada com tributação de toda natureza, mediante a qual se efetua fortíssima transferência de recursos das pessoas e empresas para o setor público; e que essa carga e transferência vão alimentando o gigantismo estatal em detrimento da atividade empresarial e da renda do trabalhador.

Realmente são consistentes os argumentos do autor da emenda, havendo ainda os agravantes de má fiscalização dos impostos já existentes e perdulária aplicação dos dinheiros arrecadados. Além disso, a instituição do adicional ao imposto de renda pelos Estados quebra a sistemática de exclusividade de cada espécie de imposto para uma só pessoa de direito público. Por outro lado, o imposto sobre vendas a varejo será cumulativo com o imposto estadual, violando o princípio do imposto sobre valor agregado.

A versão de novo Projeto da Comissão de Sistematização contraria as pretensões.

EMENDA:19271 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO PAULO (PT/MG)

Texto:

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 273 do Projeto de Constituição, o seguinte:

Inclua-se no Artigo 273 do Projeto de

Constituição, o seguinte:

Artigo 273 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - Propriedade predial e territorial urbana;

§ 1o. - O imposto de que trata o item I será progressivo no tempo quando incidir sobre área urbana subutilizada ou não utilizada na conformidade do interesse do desenvolvimento urbano, expresso nos planos urbanísticos ou de desenvolvimento urbano, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

Temos convicção de que o tratamento dado à questão, no Substitutivo, é o recomendável. Pelo acolhimento parcial.

EMENDA:19757 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO MARQUES (PFL/PE)

Texto:

Texto do Anteprojeto:

Art. 273 - Compete aos municípios instituir impostos sobre...

III - Vendas a varejo

EMENDA: Revoga o disposto do item III.

Justificativa:

Se for criado um imposto municipal sobre venda a varejo, ter-se-á dado mais um passo para inviabilizar os pequenos negócios, fortalecendo as grandes empresas nacionais e multinacionais.

O que a União, o Estado e o Município devem fazer, é beneficiar essas micro e pequenas empresas, que são, em verdade, de utilidade pública, na proporção em que responde pela formação de mão-de-obra nacional, com a característica ímpar de serem as únicas escolas profissionalizantes em que o aluno tem todos os direitos trabalhistas e sociais, máquinas, aparelhos, equipamentos, instalações e materiais para aprender sua profissão.

Parecer:

Pela rejeição. No tocante à distribuição de receitas, o objetivo perseguido pelo projeto é o de fortalecer as municipalidades, de forma a permitir a ação governamental junto aos beneficiários diretos dos serviços públicos. Daí ter-se procurado a ampliação do poder financeiro dos Municípios.

EMENDA:19998 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROBERTO BALESTRA (PDC/GO)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 273, Inciso III - § 4o.

suprimam-se do Projeto de Constituição:

a) O Inciso III do Artigo 273:

b) O parágrafo 4o. do Artigo 273:

Justificativa:

É descabida a poli-tributação que se pretende com a manutenção do texto. O mesmo imposto cobrável pelo Estado estaria, concomitantemente, sendo cobrado pelo Município. Uma racional reordenação da divisão das receitas da União, já altas, com Estados e Municípios, seria prudente. A morte por extorsão excessiva, da empresa que gera emprego, o lucro, o imposto, tributo e tudo mais, é a consequência direta da manutenção desse novo tributo conforme prevê o texto. Haverá cada vez mais sonegação e uma economia cada vez mais invisíveis, quanto maiores forem os impostos e suas alíquotas. Menos imposto e alíquotas reduzidas aumentarão astronomicamente a receita da União, Estados e Municípios. Ninguém corre riscos por valores pequenos. Mas se uma tributação alta for incidente, facultará àqueles, mas feitos o risco da sonegação para maiores lucros, A vaca que morre clandestinidade e é, sem fiscalização sanitária e de impostos, entregue ao consumidor, fatalmente passaria pelos processos normais se o imposto cobrado não fosse tão extorsivo e maior que seu lucro. Daí a supressão de mais um imposto. Não matem a "galinha de ovos de ouro"...

Parecer:

Na maioria dos países do mundo desenvolvido, o imposto sobre o consumo constitui receita local. A outorga do imposto sobre vendas a varejo à competência dos Municípios, constituirá sem dúvida, substancial reforço às suas finanças.

Pela rejeição.

EMENDA:20102 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO AMARAL (PMDB/SP)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO - Inciso I do Art. 273

Exclua-se o termo final "urbana", incluindo

em seu lugar "com destinação urbana".

Justificativa:

Pelas várias alterações por que passou o fato gerador do imposto predial e territorial urbano ficou patente que a melhor forma de diferenciá-lo do imposto federal sobre a propriedade é a destinação do imóvel. Isto evita a clássica diferenciação pela localização por zona, hoje ultrapassada, em virtude do desenvolvimento industrial, comercial e prestador de serviço na zona rural.

Assim permitir-se-á que atividades urbanas, tais como: postos de gasolina, restaurantes, escolas, indústrias, sítios de recreio e etc., tenham a propriedade tributada pelo imposto municipal.

Acréscua-se, ainda, que o cunho extrafiscal da tributação rural deixou de ser tão fundamental como era, vez que o imposto territorial rural passa a ser da competência estadual.

Parecer:

Nada impede que os Municípios considerem como urbanos imóveis que se não destinem à produção agropecuária, desde que os considerem integrantes da zona urbana, preenchidos no caso, requisitos legais. A destinação dos imóveis, portanto, não é de figurar no texto constitucional.

Pela rejeição.

EMENDA:20331 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GASTONE RIGHI (PTB/SP)

Texto:

EMENDA

Dá nova redação ao art. 273 itens e parágrafos.

"Art. 273 - Compete aos municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão "causa mortis", doação e transmissão "inter vivos", a qualquer título, de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; e

III - vendas a varejo de mercadores.

§ 1o. -

§ 2o. - o imposto de que trata o item II não incide sobre a transmissão "inter vivos" de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão.

§ 3o. - o imposto de que trata o item II, não incidirá sobre a transmissão, por morte, de bem que sirva de moradia ao cônjuge sobrevivente ou a herdeiros, desde que a herança se constitua nesse único imóvel.

§ 4o. - relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, o imposto de que trata o item II, compete ao município da situação do bem.

§ 5o. - as alíquotas máximas dos impostos de que trata os itens II e III serão fixadas em lei complementar.

§ 6o. - a competência municipal para instituir e cobrar o imposto mencionado no item III, não exclui a dos Estados para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o art. 272".

Justificativa:

A atribuição aos Estados da competência para instituir impostos sobre a transmissão "causa mortis" e doações é injustificada, desde que se atribui ao município a competência para tributar a transmissão "inter-vivos".

Em última análise, a hipótese de incidência se baseia na transmissão de propriedade, principalmente de imóvel, porque a transmissão de bens e direitos sobre moveis não deve ser tributada, pois, incentivaria a fraude e a corrupção.

Justifica-se essa tributação; cabe aos municípios o assentamento e conservação, bem como iluminação das ruas que margeiam os imóveis; a fiscalização e normatização da construção dos mesmos, a efetivação de galerias de águas, esgotos e outras benfeitorias, cujos resultados se refletem nos imóveis; então, obviamente, aos municípios devem ser atribuídos os impostos sobre essas transmissões sejam elas "causas mortis", por doação ou "inter-vivos", a qualquer título.

As demais expressões foram excluídas na redação da emenda por serem disciplinadas; a transmissão "inter-vivos" se não for por ato oneroso, é doação e foi prevista no texto; foram suprimidas as expressões "por natureza ou acessão física" porque não tributáveis.

Impor-se a tributação da doação de qualquer bens ou direitos mobiliários é fomentar a fraude, porque é impossível sua fiscalização, o que tornaria a norma constitucional praticamente inaplicável.

O § 3º modifica a redação que constava do § 3º do art. 272. Não se justifica a isenção indiscriminada de tributos sobre "bens que sirvam de moradia ao cônjuge ou a herdeiros". O objetivo da emenda é proteger os carentes que tem um único imóvel que lhes sirva de moradia. Inaceitável isentar quem possua vários imóveis utilizados como moradia. Inaceitável isentar quem possua vários imóveis utilizados como moradia dos herdeiros. Não é esse o espírito da norma.

A emenda visa a fortalecer os municípios face à política de participação dessas células menores no desempenho dos programas de educação, saúde e assistência social e dos demais encargos que lhes são exigidos, libertando-os da tutela e dos favores dos governos federal e estaduais.

Parecer:

A separação, que o projeto consigna, das transmissões "causa mortis" das "inter vivos" tem por escopo a tributação das heranças, há muito preconizada pelos tratadistas, que alcançaria, além dos bens imóveis, também os móveis. Processando-se os inventários pela Justiça estadual, nada mais lógico do que atribuir tal imposto aos Estados.
Pela rejeição

EMENDA:20332 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GASTONE RIGHI (PTB/SP)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA

I - Suprima-se o item IV do Art. 272;

II - Inclua-se um item no Art. 273;

"propriedade de veículos automotores".

III - Suprima-se do item II do Art. 276 as expressões: "e sobre a propriedade de veículos automotores e licenciados em seus territórios".

Justificativa:

O ônus do trânsito de veículos automotores é suportado com muito maior intensidade pelos Municípios do que pelos Estados. A malha viária sob manutenção das Prefeituras, incluindo estradas municipais, vicinais e ruas, é muito maior que a malha de estradas de rodagem mantidas pelos Estados que ainda cobram altos pedágios pelos serviços que prestam.

Parecer:

Pela rejeição. A questão enfocada pela emenda deve ser examinada no contexto da distribuição de receitas, observando-se o tratamento dispensado pelo projeto à matéria.

Na verdade, não se pode negar que o enfoque central é a busca do fortalecimento financeiro dos Municípios, dando-lhes meios para a consecução do desenvolvimento.

EMENDA:20333 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GASTONE RIGHI (PTB/SP)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA

1. Suprima-se do art. 272 as expressões:

"bem como prestações de serviços" do item III, "e dos serviços" e "ou prestações de serviços" do § 6o., e "e às prestações de serviços" do item I do § 7o.

2. Suprima-se do art. 276 as expressões:

"e sobre prestações de serviços" do item III, o seu § 1o. e as expressões "e nas prestações de serviços" do item I do § 2o..

3. Acrescente-se um item ao art. 273 do

Projeto, do seguinte teor:

"Item: Serviços de qualquer natureza".

Justificativa:

A presente emenda já apresentada na Comissão de Sistematização, onde recebeu o nº CS05399-1.

Com a elaboração do novo Projeto, por S. Exa., o relator Bernardo Cabral, e renumeração dos artigos, apresentamo-la novamente a fim de evitar equívocos.

Profundamente injusta para com os municípios a atribuição aos Estados, da competência para instituir impostos sobre serviços de qualquer natureza.

São os municípios que realizam a quase totalidade das obras e serviços de que se servem os cidadãos e continuam a ser os menos aquinhoados nas receitas tributárias. O atual projeto negou-lhes os impostos sobre a propriedade territorial rural, os da venda a varejo de combustíveis e lubrificantes, os incidentes sobre a locação de bens móveis e imóveis e ainda pretende subtrair-lhes o imposto sobre serviços que, mesmo na penúria atual, a vigorante Carta Constitucional lhes confere.

Atribuindo aos municípios a execução dos programas da Assistência Social, ensino básico e outros serviços de atendimento aos municípios é necessário que lhes atribua também a possibilidade de receitas suficientes, para se erradicar de vez a política de favores frente aos governos federal e estaduais.

Parecer:

Pela rejeição. A questão enfocada pela emenda deve ser examinada no contexto da distribuição de receitas, observando-se o tratamento dispensado pelo projeto à matéria.

Na verdade, não se pode negar que o enfoque central é a busca do fortalecimento financeiro dos Municípios, dando-lhes meios para a consecução do desenvolvimento.

EMENDA:20593 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VASCO ALVES (PMDB/ES)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO - INCISO I DO ART. 273

Exclua-se o termo final "urbana", incluindo em seu lugar "com destinação urbana".

Justificativa:

Pelas várias alterações por que passou o fato gerador do imposto predial e territorial urbano ficou patente que a melhor forma de diferenciá-lo do imposto federal sobre a propriedade é a destinação do imóvel. Isto evita a clássica diferenciação pela localização por zona, hoje ultrapassada, em virtude do desenvolvimento industrial, comercial e prestador de serviço na zona rural.

Assim permitir-se-á que atividades urbanas, tais como: postos de gasolina, restaurantes, escolas, indústrias, sítios de recreio e etc., tenham a propriedade tributada pelo imposto municipal.

Acresça-se, ainda, que o cunho extrafiscal da tributação rural deixou de ser tão fundamental como era, vez que o imposto territorial rural passa a ser da competência estadual.

Parecer:

Nada impede que os Municípios considerem como urbanos imóveis que se não destinem à produção agropecuária, desde que os considerem integrantes da zona urbana, preenchidos no caso, requisitos legais. A destinação dos imóveis, portanto, não é de figurar no texto constitucional.

Pela rejeição.

EMENDA:20594 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VASCO ALVES (PMDB/ES)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO - § 5o. ART. 273

Suprimir o § 5o. do artigo 273.

Justificativa:

Quem melhor sabe e conhece da capacidade contributiva dos municípios são as autoridades locais, ou seja, o Prefeito e os Vereadores. Portanto, deve ser deles a competência para fixar as alíquotas de seus impostos, não as submetendo a qualquer limite estabelecido pelo legislador complementar. A diversidade das peculiaridades locais, especialmente as econômicas, é tão grande que, no caso específico, deve-se excluir a exigência de lei complementar, já que seus autores, além de distantes desta penalidade, não conseguirão encontrar um limite satisfatório.

Parecer:

O estabelecimento de um teto nacional é útil e mesmo necessário, para resguardar os contribuintes de abusos que possam vir a ocorrer.

Pela rejeição.

EMENDA:20775 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO AMARAL (PMDB/SP)

Texto:

EMENDA No. POPULAR

1. Dá nova redação ao artigo da Seção I(Dos Princípios Gerais), do Capítulo I (Do Sistema Tributário Nacional), do Título VII (Da Tributação e do Orçamento):

"Art. 257 -

III - Contribuição de melhoria pelo benefício, a imóveis decorrentes da execução de obras públicas.

Art. 261 - União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir, além dos que lhe são nominalmente atribuídos, outros impostos, desde que não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios de impostos descriminados nesta Constituição.

Art. 262 - A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias provocadas por calamidade pública, mediante lei aprovada por maioria absoluta dos membros do respectivo Poder Legislativo."

2. Acrescenta texto a artigo da Seção III (Dos Impostos da União), do Capítulo I (Do sistema Tributário Nacional), do Título VII (Da Tributação e do Orçamento), da seguinte forma:

"Art. 270 -

§ 2o. -

II - Não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao Exterior, bem como a Entidades Públicas."

3. Modifica artigo na Seção IV (Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal), do Capítulo I (Do Sistema Tributário Nacional), do Título VII (Da Tributação e do Orçamento), como segue:

"Art. 272 -

III - Operações relativas a circulação de mercadorias, realizadas por produtores, industriais e comerciantes."

4. Acrescenta dispositivo à Seção V(Dos Impostos dos Municípios), do Capítulo I(Do Sistema Tributário Nacional), do Título VII(Da Tributação e do Orçamento), na forma que se segue:

"**Art. 273** -

IV : Serviços de qualquer natureza.

§ 1o. - O imposto de que trata o item I, cobrando segundo planta genérica de valores, fixados por ato ao Poder Executivo, anualmente revistos, será progressivo no tempo quando incidir sobre área não edificada e não utilizada, de forma que se assegure o cumprimento de função social da propriedade.

§ 5o. - Cabe à Lei Complementar:

I - Indicar outros imóveis sujeitos ao imposto de que trata o item I, excluindo-os, segundo a sua utilização efetiva ou potencial, da incidência de impostos de que trata o item I do Art. 272.

II - Fixar as alíquotas máximas dos impostos de que tratam os itens II e III deste artigo."

5. Acrescenta textos a dispositivos e suprime artigos da Seção VI(Da Repartição das Receitas Tributárias), do Capítulo I(Do Sistema Tributário Nacional), do Título VII(Da Tributação e do Orçamento), como segue:

"Art. 271 -

I - O produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza, sobre produtos industrializados e sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativa a títulos ou valores imobiliários, cinquenta por cento na forma seguinte:

a) vinte e três por cento de Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e cinco por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

Art. 278 - suprimir."

6. Altera artigo do Título X (Disposições Transitórias), da seguinte forma:

"Art. 461 - O Sistema Tributário de que trata esta Constituição entrará em vigor em 01 de março de 1988.

II -

a) suprimir.

b) Suprimir.

c)suprimir."

Justificativa:

Visa a Emenda dar maior e mais e justa participação aos municípios na distribuição das Receitas Federais e Estaduais, como requisito básico para a autonomia dos municípios, bem como o atendimento das necessidades essenciais da população, visto que é no município que o cidadão vive, tem suas necessidades e gera as riquezas da Federação.

ENTIDADES RESPONSÁVEIS:

- APESP – ASSOCIAÇÃO DOS PREFEITOS DE SÃO PAULO

- APM – ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS MUNICÍPIOS

- UVB – UNIÃO DOS VEREADORES BRASILEIROS

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

1. Indefiro a proposta de emenda oferecida, de acordo com as informações de Secretaria.

2. Dê-se ciência à entidade interessada.

Parecer:

Visa a Emenda dar nova redação aos arts. 257, item III; 261, 262, 270, §2o., item II; 272, item III; 273, § 1o.; 271, item I e alíneas "a" e "b"; e 461, bem como acrescentar item IV ao art. 273, item ao § 5o. do mesmo artigo, e suprimir o art. 278 e as alíneas "a", "b" e "c" do item II do art. 461.

Trata-se de emenda popular que altera substancialmente vários dispositivos pertinentes ao sistema tributário.

Quanto à contribuição de melhoria, não nos parece adequado substituir o termo valorização pelo termo benefício, pois o elemento fundamental justificador da cobrança do tributo é a valorização do imóvel em decorrência da realização de obra pública.

A competência residual para instituir impostos não deve ser estendida aos Municípios porque daí poderia decorrer a criação de um grande número de impostos de naturezas as mais diversificados, já que o País tem mais de 4.000 Municípios.

Tal fato geraria confusão e instabilidade na área fiscal, de modo a afetar todo o sistema tributário.

Quanto à competência para instituir empréstimos compulsórios, entendemos que a medida deve ser atribuída apenas a União e aos Estados que, em razão de suas funções e responsabilidades, têm as necessárias condições para gerar os recursos necessários à cobertura das despesas decorrentes de calamidade pública.

Ademais, a criação simultânea de empréstimo damente os contribuintes do município atingido pelo evento danoso.

A não incidência do IPI nas aquisições feitas pelas entidades públicas é matéria que, a nosso ver, deve ser tratada pela legislação ordinária, considerando-se, inclusive, o conceito amplo e vago que a expressão entidades públicas comporta. Além disso, qualquer imunidade tributária significa redução de recursos públicos para o atendimento das crescentes necessidade coletivas.

A inclusão dos serviços na base econômica do principal imposto estadual resultou de estudos que aconselharam tal medida, pois o ISS atualmente pouco ou quase nada representa para a grande maioria dos Municípios. Para compensar a extinção do tributo, aumentou-se, de 20% para 25%, a participação dos Municípios no produto da arrecadação do imposto estadual e elevou-se consideravelmente a sua participação no Fundo de que trata o art. 277, item I, alínea "b".

No que concerne à repartição da receita dos impostos indicados no art. 271, entendemos que, a vista dos dados disponíveis sobre o assunto, a alteração proposta viria a afetar a equidade estabelecida na distribuição de receitas entre as diferentes esferas de Governo.

Em relação a vigência do novo Sistema Tributário, a modificação proposta acarretaria certamente sérios problemas, porquanto se trata que envolve aspectos técnicos e complexos dependentes de disciplinação em leis complementares, as quais requerem um prazo razoável para a sua elaboração, discussão e votação.

No que diz respeito à supressão do art. 278, trata-se de providência prejudicial aos Estados, pois o dispositivo visa a compensá-los em razão da ocorrência da situação indicada no § 2o. do art. 261.

As demais alterações referem-se a questões, que por sua natureza e especificidade, enquadram-se melhor na legislação infraconstitucional.

Em face do exposto, e não obstante as razões apresentadas a favor da emenda, manifestamo-nos pela sua rejeição.

FASE O

EMENDA:21238 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CÉSAR MAIA (PDT/RJ)

Texto:

Dá-se nova redação ao item III do artigo 210 e incluem-se parágrafo 6o. ao item IV.

III - prestação de serviços;

IV - consumo de combustíveis, fumo e bebidas.

§ 6o. O imposto de que trata o item IV será arrecadado pelos Estados que definirão em lei suas alíquotas, incluindo 100% do valor arrecadado no fundo de participação dos municípios relativo ao item III do artigo 209.

Justificativa:

A proposta exclui a criação do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias, que é uma excrecência tributária. Excrecência por ser mais um imposto indireto, por ser cumulativo, por atingir as microempresas e por criar uma máquina fiscal paralela a do ICM, mal remunerada com as sequelas relativas.

No seu lugar retorna-se com o imposto sobre serviços para os municípios dada a sua importância crescente para atribuições crescentes que passarão a ter os municípios e cria-se o imposto ao consumo de combustíveis, bebidas e fumo, que atingirá o consumo supérfluo, produzirá importante receita e não trará custo de arrecadação já que a proposta transfere as responsabilidades para os Estados que já arrecadam no similarmente enquanto ICM.

Parecer:

A emenda, ao ampliar a competência tributária do Município, se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização, em relação ao Imposto Sobre Serviços; mantém-se, contudo, o Imposto Sobre Varejo em relação a alguns produtos.

Pela aprovação nos termos do Substitutivo.

EMENDA:21369 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IVAN BONATO (PFL/SC)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 210, incisos I, II e III

Dê-se ao artigo 210, incisos I, II e III, do

Projeto de Constituição a seguinte redação:

"Artigo 210 - Compete aos Municípios instituir imposto sobre:.....

-
- I - Propriedade Predial e Territorial Urbana.
- II - Transmissão inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto garantia, bem como de direitos a sua aquisição.
- III - Serviços de qualquer natureza, nos termos estabelecidos em lei complementar".

Justificativa:

O artigo 210, inciso I, II e III, do Projeto de Constituição, pretende substituir o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, pelo Imposto de Vendas a Varejo de Mercadorias. Tal substituição não nos parece vantajosa para os Municípios, uma vez que esse tributo é de difícil controle, sem falar nos gastos com sua implantação e arrecadação.

Além disso, o Imposto Sobre Vendas a Varejo da forma como foi previsto, acarreta vários inconvenientes tais como a quebra do princípio da não cumulativa na última etapa do processo de circulação de mercadorias, criando problemas de ordem técnica de difícil solução. Os varejistas receberão os produtos já onerados com o ICM e sobre o total incidirá o imposto municipal sobre vendas a varejo, sem aproveitamento do crédito do ICM. Isso acabará por aumentar o custo da mercadoria onerado diretamente o consumidor final, ou seja, toda a coletividade.

Outro inconveniente é uma possível verticalização das empresas, pois as indústrias poderão passar a vender diretamente aos consumidores, desfalcando, com este procedimento, a arrecadação estadual do ICM.

Ressalte-se ainda que em face do disposto no artigo 210, parágrafo 4º, e artigo 209, inciso III, os comerciantes varejistas poderão ficar sujeitos a dois tributos: um relativo a circulação de mercadorias e outro referente às vendas de mercadorias, pois não está prevista nenhuma norma dispondo que o Imposto de Vendas a Varejo exclua o ICM nas operações realizadas.

Cabe observar que o comerciante varejista não realiza apenas operações de vendas a varejo, podendo realizar ainda operações de troca de mercadorias, transferências, devoluções, etc. Nesse caso mesmo que o Imposto de Vendas a Varejo eliminasse o ICM, ficaria o contribuinte sujeito a duas tributações com todas as obrigações acessórias dadas decorrentes. A incidência simultânea do ICM e do Imposto de Vendas a Varejo sobre o comerciante varejista, traria grandes dificuldades uma vez que sua maioria é composta de micro e pequenas empresas. Esse segmento, além de não ter estrutura administrativa teria suas despesas operacionais aumentadas em dobro.

Ademais, no decorrer do tempo os Municípios se aparelharam para cobrança do ISS instituindo cadastros e programas de computação, não nos parecendo interessante para a municipalidade a substituição pretendida.

Por esses motivos é que a emenda pretende manter a situação vigente, suprimindo o Imposto Sobre Vendas a Varejo e atribuindo o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza à competência municipal.

Através de outra emenda estamos propondo a alteração do artigo 212, inciso III, para conferir aos Municípios em vez de 25% (vinte e cinco por cento), o percentual de 30% (trinta e cinco por cento) do produto da arrecadação do ICM.

Parecer:

A substituição do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias pelo imposto sobre serviços de qualquer natureza, pretendida pela emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em reintroduzir o imposto sobre serviços e em restringir o âmbito de incidência do Imposto de Venda a Varejo. Pela aprovação parcial.

EMENDA:21671 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERSON CAMATA (PMDB/ES)

Texto:

Acrescente-se ao artigo 210, o seguinte dispositivo:

Art. 210 -

IV - minerais do País, de incidência única.

Justificativa:

O imposto sobre minerais do País pertence à competência da União, de acordo com o artigo 21, IX, incidindo uma só vez sobre qualquer das operações de extração, circulação, distribuição ou consumo, sendo os minerais

enumerados em lei complementar. Como se vê, a presente proposta visa a alargar o campo de incidência desse imposto, pois ele passará a incidir sobre quaisquer minerais do País.

A municipalização desse imposto visa, em primeiro lugar, reforçar as finanças das comunas, uma vez que o produto de sua arrecadação passaria a ser inteiramente municipal. Atualmente, a arrecadação do ICM pertence à União, que distribui a parcela de noventa por cento aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos Territórios, proporcionalmente à produção (art. 26, III, e § 1º, letra b). Ocorre, no entanto, que, talvez, por beneficiar-se de apenas dez por cento, insuficientes até para uma administração eficaz do imposto, a União não se tem empenhado em torná-lo produtivo, negligenciando quanto à sua arrecadação e fiscalização. Assim, a sua transferência para a competência municipal possibilitaria maior arrecadação e melhor fiscalização, e esse tributo, certamente, se constituiria em importante fonte de recursos para os Municípios brasileiros. Com isso, estaria sendo fortalecido também a sua autonomia política, cujo supedâneo é a autonomia financeira.

Além de poderem aplicar os seus recursos, os Municípios contribuiriam para melhor controle de produção nacional de minérios, que todos sabemos ser muito mais significativa do que a revelada pelas estatísticas.

Parecer:

A emenda, ao ampliar a competência tributária do Município, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:21736 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSVALDO BENDER (PDS/RS)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Dispositivo Emendado: Título VII, Capítulo I, Seção V, Art. 210

Acrescente-se mais um item ao Art. 210 com a seguinte redação:

Item IV - cinquenta por cento das arrecadações feitas no território do município com a exploração de jogos, como: loteria federal, estadual, loto, loteria esportiva e outros que forem regulamentados.

Justificativa:

Os municípios brasileiros continuam enfrentando sérios problemas financeiros por falta de recurso. Para agravar o quadro de penúria em que muitos se encontram, vêem vultosas somas de recursos serem todas as semanas canalizadas para a esfera federal e estadual através das loterias, sendo que as que mais influenciam a população são a esportiva e a loto, representando uma verdadeira sangria para os municípios.

Entendemos que o primeiro passo para as justas reivindicações municipais, seria o retorno de pelo menos 50% da arrecadação feita no município, deduzidas as despesas.

Parecer:

A emenda, ao ampliar a competência tributária do Município, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:21972 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSMAR LEITÃO (PFL/RJ)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado - Artigo 210

Inclua-se no artigo 210 do Substitutivo os seguintes itens:

Art. 210 -

IV - propriedade de veículos automotores, vedada a cobrança de impostos ou taxas incidentes sobre a utilização de veículos;

V - serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência tributária da União

ou dos Estados, definidos em lei complementar.
 § 6o. - Sem prejuízo do disposto neste artigo, continua assegurada a participação dos Municípios na distribuição de quotas de fundos constituídos pela arrecadação de outros tributos, assim como o produto total de impostos a eles deferidos nesta Constituição.

Justificativa:

O IPVA, instituído pelos Estados, que dele retém a metade do produto arrecadado, defere às municipalidades nas obrigações de controle e licenciamento dos veículos; o imposto sobre a transmissão de bens imóveis, por igual, tem sua instituição mantida aos Estados, que ainda fica com 50% da arrecadação. O Anteprojeto, sem as modificações sugeridas, não atende às exigências dos Municípios e pouco contribui para o fortalecimento de sua autonomia.

Parecer:

A manutenção do imposto sobre a prestação de serviços, em substituição ao imposto sobre vendas a varejo, conforme pretendida pela emenda, além da ampliação da competência tributária do município, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve, porém, permanecer o Imposto de Vendas a varejo, com campo de incidência mais restrito.

EMENDA:22076 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JORGE LEITE (PMDB/RJ)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 210, § 1o.

Propõe-se a seguinte redação, para o parágrafo 1o. do artigo 210:

"§ 1o. - O imposto do que trata o item I será progressivo no tempo, quando incidir sobre áreas urbanas dotadas da infraestrutura de serviços adequada, não edificadas ou que não estejam, por omissão injustificável do proprietário, com seu aproveitamento projetado ou em curso".

Justificativa:

Dúvida não resta a que a ociosidade imotivada, da área urbana, constitui frontal desmentido à função social da propriedade. Entretanto, imaginável é qualquer utilização do bem sem que, precedentemente, o Poder Público tenha viabilizado os equipamentos urbanos infraestruturais. Doutra parte à edificação antecede o respectivo projeto racional do bem. É atento a essas realidades que se apresenta essa emenda, que, a par de dar contornos mais precisos à ideia da função social da propriedade urbana, supre as omissões da regra original anteriormente apontadas.

Parecer:

A emenda estabelece condições para a progressividade do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbano, segundo o disposto no § 1o. do art. 210. Temos convicção de que a matéria em tela recebeu tratamento adequado no âmbito da Comissão de Sistematização. Pela rejeição.

EMENDA:22114 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NELSON CARNEIRO (PMDB/RJ)

Texto:

Projeto de Constituição - Substitutivo do Relator

Assunto: Imposto sobre vendas a varejo de mercadorias

Suprima-se o Inciso III do Art. 210 e

parágrafo 4o. do mesmo artigo.

Justificativa:

Nos últimos anos, a legislação brasileira revelou irrefreável tendência de aumento da graça tributária, sem que o Estado demonstre eficiência na destinação destes recursos. Não necessita o Brasil de novos impostos, mas sim de maior austeridade no trato da matéria financeira. Por outro lado, os problemas fiscais dos municípios devem ser resolvidos por uma melhor redistribuição das fontes de receitas tributárias, cujos parâmetros hão de ser estabelecidos na próxima Constituição Federal. A criação de novos impostos acentua o sufocamento do contribuinte brasileiro e acarretará obviamente o aumento do preço de custo das mercadorias, em notório prejuízo ao consumidor final.

O Imposto de Vendas a Varejo é duplicidade do ICM, pendurado neste, com o agravante de incidir em cascata. Juntando-se ao adicional do Imposto de Renda para os Estados, forma-se um quadro dramático. Na Federação, há três níveis de governo, mas um só povo. Considerar aqueles, esquecendo-se deste, pode matar a galinha dos voos de ouro.

Parecer:

A supressão do item III e do § 4o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em restringir o âmbito da base de incidência do Imposto de Venda a Varejo.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:22188 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AGRIPINO DE OLIVEIRA LIMA (PFL/SP)

Texto:

Suprima-se o Inciso III e o § 4o. e § 5o. do Artigo 210, do Projeto de Constituição do Relator da Comissão de Sistematização.

Justificativa:

Ninguém ignora a enorme sobrecarga de tributos oneradores das despesas de empresas de qualquer porte. A instituição demais um tipo de imposto só tem o condão de agravar, ainda mais, o já saturado elenco de tributação das empresas, e isso virá trazer enormes transtornos, principalmente aos pequenos e médios comerciantes que vivem de vendas a varejo.

Além do mais, a criação desse imposto consiste numa bitributação, uma vez que esse tipo de operação já é onerado com o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICM).

O aumento de receitas municipais deve convergir para um outro tipo de solução, como a reforma tributária e a melhor distribuição da receita proveniente da arrecadação de impostos existentes.

Parecer:

A supressão do item III e dos §§ 4o. e 5o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante da Comissão de Sistematização; todavia, o campo de incidência do imposto deve ser restringido.

Pela aprovação nos termos do Substitutivo.

EMENDA:22286 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GEOVANI BORGES (PFL/AP)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Art. 210.

Dê-se aos incisos do art. 210, do Projeto de Constituição, a redação que se segue e inclua-se como § 1o. o seguinte dispositivo, renumerando-se os atuais parágrafos.

"Art. 210 -

I - propriedade territorial rural;

II - propriedade predial e territorial urbana;

III - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como

cessão de direitos a sua disposição; e
IV - vendas a varejo de mercadorias."
§ 1o. - O imposto de que trata o item I, não incidirá sobre pequenas glebas rurais, nos termos definidos em lei municipal. Nos casos de incidência, as alíquotas serão fixadas de forma a desestimular a formação de latifúndios e a manutenção de propriedades improdutivas."

Justificativa:

Valorizar o Município como unidade base da Nação é destinar-lhe maiores parcelas de recursos, concedendo-lhes maiores direitos no que se refere à arrecadação de determinados impostos, como é o caso do Imposto Sobre Propriedade Territorial Rural, que por Justiça deve ser inteiramente do Município.

Parecer:

A emenda, ao ampliar a competência tributária do Município, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:22318 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTÔNIO BRITTO (PMDB/RS)

Texto:

Acrescente-se, ao final do parágrafo 2o. do artigo 210, o seguinte texto:

"No caso de extinção de pessoa jurídica, a não incidência fica condicionada ao retorno dos imóveis aos mesmos antigos proprietários'.

Justificativa:

A inclusão do texto acima visa a evitar que o contribuinte, através da utilização de uma pessoa jurídica, faça o imóvel ser incorporado a esta e, na extinção, ser entregue a outro, perpetrando-se, assim, a transmissão sem ônus do tributo.

Parecer:

A alteração da redação do § 2o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, nos termos da emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:22680 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB/SE)

Texto:

Emenda Substitutiva do Artigo 210

Dê-se a seguinte redação ao art. 210 e seus parágrafos, do Substitutivo do Relator:

Art. 210 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência tributária da União e dos Estados, definidos em lei complementar;

II - propriedade predial e territorial urbana;

III - transmissão inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza e acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos a sua aquisição.

§ 1o. Lei complementar nacional fixará as alíquotas máximas dos impostos municipais.

§ 2o. As alíquotas do imposto sobre a

propriedade predial e territorial urbana serão progressivas em função do valor e do número de imóveis de propriedade de um mesmo sujeito passivo.

§ 3o. O imposto de que trata o item III compete ao Município da situação do bem e não incide sobre bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou de direitos decorrentes de transformação, incorporação, fusão, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for o comércio desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil."

Justificativa:

A proposta do Substitutivo cria uma nova espécie de tributo: "imposto sobre vendas a varejo de mercadorias". É bem verdade que elimina a competência dos Municípios para instituir o imposto sobre serviços de qualquer natureza mas, por outro lado, a transfere aos Estados. Desse modo, parece-nos que, criar um novo encargo tributário, é sempre estabelecer mais um ônus a ser arcado pelos contribuintes.

Parecer:

A substituição do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias pelo imposto sobre serviços de qualquer natureza, pretendida pela emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em reintroduzir o imposto sobre serviços e em restringir o âmbito de incidência do Imposto de Venda a Varejo. Pela aprovação parcial.

EMENDA:22848 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTÔNIO SALIM CURIATI (PDS/SP)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Dispositivo emendado: art. 210, inciso III.

Suprima-se o inciso III do art. 210.

Justificativa:

Entre os inconvenientes referentes à instituição desse novo imposto podem ser mencionados:

a) – Aumento do preço final da mercadoria, pois sobre uma mesma operação incidirá o ICM e o IVV, onerando dessa forma toda a população.

b) – A modificação da máquina administrativa por parte dos Municípios para fiscalizar a arrecadar a ser arrecadada.

c) – Duplicidade de obrigações para o pequeno varejista, pois terá duas legislações a cumprir (Estado e Município), dois tipos de obrigações acessórias, duas fiscalizações, etc.

d) – Dupla tripulação, pois sobre o mesmo fato gerador incidirão dois tributos: o ICM e o IVV.

Ao invés de dar um novo tributo à competência municipal, com todos os inconvenientes advindos de sua criação, seria mais aconselhável aumentar a participação dos municípios no bolo do ICM, sem nenhuma despesa adicional.

Parecer:

A supressão do item III do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em restringir o âmbito da base do imposto de Venda a Varejo.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:22990 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JESUS TAJRA (PFL/PI)

Texto:

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DO RELATOR

Inclua-se o seguinte parágrafo no artigo 210

Art. 210 -

§ - A lei complementar fixará a alíquota máxima do imposto referido no item II deste artigo.

Justificativa:

Emenda sem justificção.

Parecer:

A emenda não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:23007 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JESUS TAJRA (PFL/PI)

Texto:

Emenda ao Substitutivo do Relator
Suprima-se no artigo 210, o item III, os parágrafos 4o. e 5o.

Justificativa:

Trata-se de mais um imposto indireto, recaindo a carga Tributária, indistintamente, sobre toda a população. Não se deve agravar a regressividade dos tributos. Além disso, com nome diferente, equivale ao ICM, porquanto este e o IVV têm a mesma base de incidência. Tanto isso é verdade que o § 4º faz a ressalva quanto a competência do Município não excluir a dos Estados na instituição e cobrança, na mesma operação dos citados impostos.

A tentativa de reforço das finanças municipais não deve marginalizar a justiça fiscal. Cobrar mais de quem tem e pode mais.

Parecer:

A supressão do item III e dos §§ 4o. e 5o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante da Comissão de Sistematização; todavia, o campo de incidência do imposto deve ser restringido.

Pela aprovação nos termos do Substitutivo.

EMENDA:23141 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA ADITIVA
- incluir no artigo 210 do Substitutivo o seguinte inciso:
IV - locação de bens móveis e arrendamento mercantil.

Justificativa:

A emenda visa submeter as operações de locação de bens moveis e de arrendamento mercantil, como forma de gravar tributariamente estas operações econômicas, bem como ampliar a receita dos municípios.

Reproduz-se também, a sugestão contida no inciso IV do artigo 139 do Projeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais.

Parecer:

A emenda, ao ampliar a competência tributária do Município, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:23156 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA ADITIVA

- incluir no § 2o. do artigo 210 do

Substitutivo a expressão: "Também não incidirá sobre a aquisição de habitações populares."

Justificativa:

A emenda visa ampliar a imunidade do tributo também aos contribuintes de baixa renda, atendendo aos princípios do parágrafo único do artigo 195 do substitutivo.

Parecer:

A alteração da redação do § 2o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, nos termos da emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:23187 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA ADITIVA

- incluir no artigo 210 do Substitutivo ao

Projeto de Constituição o inciso IV com a seguinte redação:

IV - sobre o lucro imobiliário.

Justificativa:

O lucro imobiliário é decorrente da valorização de imóveis em face da crescente urbanização das cidades e da introdução de melhorias pelo Poder Público.

Na sistemática do Projeto, em que pese os ônus dos municípios com os encargos e custos da urbanização, a renda tributária sobre os ganhos de valorização imobiliária pertence à União, em detrimento dos municípios.

A emenda visa corrigir esta distorção, e ao propor a criação do imposto e estas partes dos cursos com os encargos do processo de urbanização.

Parecer:

A emenda, ao ampliar a competência tributária do Município, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:23222 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA ADITIVA

- Incluir no § 1o. do artigo 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição:

"e não incidirá sobre habitações populares e contribuintes de baixa renda."

Justificativa:

Apesar do caráter real do Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana, é de justiça social estabelecer, de conformidade com o disposto no artigo 195 do substitutivo, a imunidade aos proprietários de habitação popular e de baixa renda.

Parecer:

A emenda estabelece condições para a progressividade do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbano, segundo o disposto no § 1o. do art. 210. Temos convicção de que a matéria em tela recebeu tratamento adequado no âmbito da Comissão de Sistematização.

Pela rejeição.

EMENDA:23458 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ELIEL RODRIGUES (PMDB/PA)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: Art. 210, inciso III

Suprima-se, do Art. 210, do Projeto de Constituição (Substitutivo do Relator), o inciso III, pelas razões a seguir expostas.

Justificativa:

Estamos diante da criação de um novo tributo, de competência municipal, sobre as vendas a varejo, o qual cobrado juntamente com o ICM/ISS, de competência dos Estados, haverá, assim, uma bitributação que deve, consequentemente, ser eliminada.

Trata-se de retirar a competência, que se quer atribuir ao município, de instituir imposto sobre vendas a varejo de mercadorias.

Ora, a sociedade nacional está enfrentando uma séria crise, em todos os seus setores, e precisa desenvolver sua capacidade de trabalho, sem o que será impossível se alcançar os objetivos desejados. Nesse contexto, surge o papel importante da indústria e do comércio, como forças propulsoras dessa capacidade produtiva e de absorção de mão de obra, que precisam, ser devidamente considerados pelo poder público.

Parecer:

A supressão do item III do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em restringir o âmbito da base do imposto de Venda a Varejo.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:23536 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTÔNIO BRITTO (PMDB/RS)

Texto:

Suprima-se o item III do artigo 210.

Justificativa:

A criação de um novo tributo indireto, incidente sobre as despesas dos consumidores, acarretará os seguintes problemas principais:

1 – Aumento na progressividade do modelo, eis que os impostos indiretos não conseguem adequadamente avaliar as condições contributivas de que efetivamente sofre o ônus da tributação.

2 – Aumento na carga tributária, incidindo exatamente sobre gêneros de primeira necessidade, com efeitos inflacionários, inclusive.

3 – Propiciará a concentração de recursos fiscais nos municípios de médio e grande porte, pois estes é que terão condições de, efetivamente, instituir, cobrar e fiscalizar o novo imposto. Permanecem em dificuldades os municípios de pequeno porte (a maior parte do total) e outros, tais como as chamadas “cidades-dormitórios”.

4 – Implicará maiores obrigações burocráticas para os contribuintes.

5 – Teremos dois impostos (ICMS e IVV) incidindo sobre os mesmos fatos geradores, os mesmos contribuintes e onerando os mesmos consumidores.

Parecer:

A supressão do item III do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em restringir o âmbito da base do imposto de Venda a Varejo.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:23820 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao § 5o., do art. 210, a seguinte redação:

"§ 5o. Lei Complementar federal fixará as

alíquotas máximas dos impostos de que tratam os incisos I, II e III deste artigo".

Justificativa:

Além de a redação ser mais adequada, inclui-se no parágrafo o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana de competência do Município. A conveniência desta inclusão é evidente, eis que as administrações locais é que abusam, muitas vezes, do poder de tributar.

Parecer:

A Emenda modificativa ao § 5o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada

EMENDA:23826 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG)

Texto:

EMENDAS SUPRESSIVAS:

- 1 - Suprimam-se o número III e os parágrafos 1o., 4o. e 5o. do art. 210.
- 2 - Suprima-se o art. 21, do Título X, das "Disposições Transitórias".

Justificativa:

A supressão impede a criação de um novo tributo sobre a venda a varejo de mercadorias, que afinal é a repetição, a nível municipal, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias atribuída ao Estado e ao Distrito Federal, no nº III do art. 209, o que constitui uma afronta ao preceito geral de que o imposto da entidade maior exclui imposto idêntico estabelecido pela entidade menor. Esta aberração vem estabelecida no § 4º, que deve também ser suprimido para não desfigurar sistema tributário.

O casuísmo no tratamento das questões tributárias tem causado sérios prejuízos ao Estado e ao contribuinte. A despeito da nomenclatura, o novo tributo tem como fato gerador a transferência, a circulação, a venda das mercadorias, o mesmo imposto instituído na esfera estadual criando a dualidade de competência e bitributação. Identifica-se, facilmente, nessa faculdade que se pretende dar aos municípios a intenção de compensá-los da perda do ISS, imposto sobre serviços, mas de nada valerá o avanço a melhor técnica tributária se se estabelecer um novo tributo, que introduzirá na burocracia municipal novos procedimentos, novo corpo fiscalizador e aumento da regulamentação.

A empresa ficará subordinada a novas obrigações burocráticas determinadas pelo Município além das da união e do Estado, com sistemas de fiscalização diversos e onerosos para a administração pública e para o contribuinte. A compensação ao Município pela perda do ISS deverá ser feita por uma participação efetiva nos impostos estaduais arrecadados em seu território por uma modalidade mais simples e eficiente a ser estabelecida em emenda aditiva que estabeleça a conveniência de uma única fonte arrecadadora e a distribuição automática pelo organismo recebedor das importâncias devidas ao Estado e ao Município. A eficiência é o objetivo do Estado Moderno que tem ao seu alcance os recursos do futuro – a eletrônica e a informática 0 que eliminação de vez a "mendicância" dos prefeitos para a transferência de recursos atribuídos ao município e arrecadados por instituições diversas.

Outro aspecto importante é a constatação de que muitos municípios não se aparelharam por impedimentos reais e inamovíveis para a arrecadação do atual ISS. A atribuição do novo tributo, mais complexo, terá fatalmente o mesmo destino, ou será desfigurado pela realidade de nosso meio municipal.

A supressão do § 5º é decorrência da proposição e conseqüentemente o art. 21 das "Disposições Transitórias". Com indicativo de ordem prática, relacionamos as obrigações fiscais mais comuns das empresas contribuintes, que deverão ser diminuídas e não acrescidas:

OBRIGAÇÕES FISCAIS

1. Livro de Registro de Entradas, modelo 1 ou 1-A
2. Livro de Registro de Saídas, modelo 2 ou 2-A
3. Livro de Registro de Controle de Produção e do Estoque, modelo 3
4. Livro de Registro de Apuração do ICM, modelo 9
5. Livro de Registro de Inventário, modelo 7
6. Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência, modelo 6
7. Livro de Registro o de Impressão de Documentos Fiscais, modelo 5
8. Livro de Registro de Serviços Prestados
9. Livro de Inspeção no Trabalho
10. Livro de Fichas de Registro de Empregados
11. Livro de Registro de Selo de Controle, modelo A – IPI
12. Livro de Registro de Apuração do IPI, modelo 8
13. Livro de Registro de Apuração do Imposto Único sobre Minerais – modelo 2

14. Livro de Registro de Controle da Produção e do Estoque, modelo 2
15. Livro de Registro de Controle de Transferência do Imposto único sobre Minerais - modelo 3
16. Recibo de Depósito de Pedras – IUM
17. Comprovante de Arrematação – IUM
18. Nota Fiscal de Vendas (Séries, A, B, C, D e E, conf, o caso)
19. Nota fiscal de Serviços
20. Livro de Registro de Ações Nominativas
21. Livro de Registro de Ações Endossáveis
22. Livro de Transferência de Ações Normativas
23. Livro de Registro de Partes Beneficiárias Normativas
24. Livro de Transferência de Partes Beneficiárias Nominativas
25. Livro de Registro de Partes Beneficiárias Endossáveis
26. Livro de Registro de Debentures Endossáveis
27. Livro de Registro de Bônus de Subscrição Endossáveis
28. Livro de Registro de Atas de Assembleias-Gerais
29. Livro de Registro de Presença de Acionistas
30. Livro de Registro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração (se houver)
31. Livro de Registro de Atas das Reuniões da Diretoria
32. Livro de Registro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal
33. Folhas de Pagamento/Recibo de Férias
34. Ficha de Salário-família ou Termo Anual de Responsabilidade
35. DCTF – Declaração de Contribuições e Tributos Federais
36. Cadastro de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho
37. RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
38. DMA – Demonstrativo Mensal de Apuração
39. DAME – Declaração Anual de Movimento Econômico
40. GIA – Guia de Informação de Apuração – ICM (modelo 13 e anexo I)
41. Declaração Anual do IPI (modelos II e III)
42. RE – Relação de Empregados
43. Livro Razão Auxiliar em OTM
44. Livro de Apuração do Lucro Real
45. DRC – Solicitação de Cadastramento no PIS
46. Nota Fiscal – modelo I (ou modelo I-A)
47. Nota Fiscal de Aquisição
48. Guia de Trânsito de Mineração – modelo 3 ou modelo 3-A
49. Declaração de Imposto de Renda – PJ
50. DARP – Documento de Arrecadação de Receitas Previdenciárias
51. GR – Guia de Recolhimento – FGTS
52. GRCS – Guia de Recolhimento de Contribuição Sindical
53. Caderneta de Inspeção Sanitária
54. Telefone da Sunab
55. Telefone da DOE – Delegacia de Ordem Econômica
56. Placa “É PROIBIDO FUMAR” com dimensões definidas em Lei.

IMPOSTOS NO PAÍS

FEDERAIS

- a) IR – Imposto sobre a Renda
- b) IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
- c) IUM – Imposto Único sobre Minerais
- d) ISC – Imposto sobre Serviços de Comunicação
- e) IUEE – Imposto Único sobre Energia Elétrica
- f) IST – Imposto sobre Transportes
- g) IOF – Imposto sobre Operações Financeiras
- h) II – Imposto de Importação

ESTADUAIS

- a) ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias
- b) ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis

MUNICIPAIS

- a) ISS – Imposto Sobre Serviços
- b) IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS

- a) FINSOCIAL – Fundo de Investimento Social
- b) PIS – Programa de Integração Social

TAXAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

- a) Contribuição de Melhoria

- b) Taxa de Expediente para Inscrição Estadual
- c) Taxa de Expediente para Certidão Negativa de Débito
- d) Taxa de Fiscalização e funcionamento
- e) Taxa de Expediente para Alvará de Localização.
- f) Taxa de Licença para Localização de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria e Prestação de Serviços
- g) Taxa de Renovação da Licença para Localização de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria e Prestação de Serviços
- h) Taxa de Licença Especial
- i) Taxa de Licença para Publicidade
- j) Taxa de Licença para Abate de Gado Fora do Matadouro Municipal
- l) Taxa de Incêndio
- m) Taxa para Registro no COREMINAS – Conselho de Representantes Comerciais do Estado de Minas Gerais

Parecer:

A supressão do item III e dos §§ 4o. e 5o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante da Comissão de Sistematização; todavia, o campo de incidência do imposto deve ser restringido.

Pela aprovação nos termos do Substitutivo.

EMENDA:25094 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LEOPOLDO BESSONE (PMDB/MG)

Texto:

Emenda Modificativa

DISPOSITIVO A SER MODIFICADO: inciso III do art. 210

O inciso III do Art. 210 passa a ter a

seguinte redação:

Art. 210 - compete aos municípios instituir impostos sobre:

I -

II -

III - Serviços de qualquer natureza.

Justificativa:

Na forma proposta no texto do Anteprojeto, vendas a varejo é fato gerador específico do imposto sobre circulação de mercadorias, de competência estadual.

Assim, propõe-se sua alteração, passando ao Município, como ocorre atualmente, a competência para tributar os serviços de qualquer natureza, tributo de características típicas de Municípios.

Parecer:

Pretende a Emenda alterar a competência tributária dos Municípios, reintroduzindo o imposto sobre serviços e eliminando o imposto sobre as vendas a varejo de mercadorias.

O fundamento invocado é o de que as vendas a varejo já constituem fato gerador específico do ICM, de competência estadual.

Ora, a circulação de mercadorias não se confunde com as vendas a varejo, tal como não se confunde com a produção de mercadorias, base do IPI. Ocorre, apenas, a sucessão ou encadeamento, porém as operações são distintas e de modo nenhum ficarão os Municípios impedidos de lançar o imposto de vendas a varejo.

Todavia, por razões outras entendo que o Imposto sobre Serviços deve retornar aos Municípios, acompanhado de restrição sobre o Imposto de vendas a varejo.

Pela aprovação.

EMENDA:25095 PREJUDICADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LEOPOLDO BESSONE (PMDB/MG)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO A SER SUPRIMIDO - Parágrafo 4o.
do art. 210.

Justificativa:

Com a emenda modificativa o inciso III do Art. 210 fica sem efeito o disposto no § 4º, já que o dispositivo trata da matéria objetivo de emenda supressiva.

Parecer:

A Emenda está prejudicada, pois os dispositivos citados não correspondem ao texto do substitutivo.
Pela prejudicialidade.

EMENDA:25163 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ZIZA VALADARES (PMDB/MG)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo a ser suprimido: Parágrafo 4o. do Art. 210

Justificativa:

Tendo em vista emenda apresentada, transferindo, novamente, para os municípios, o imposto sobre serviços e outra suprimindo da competência municipal o imposto sobre vendas a varejo, não há como manter-se no texto substitutivo o § 4º do Art. 210.

Parecer:

A supressão do § 4o. do art.210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, nos termos da emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:25380 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ZIZA VALADARES (PMDB/MG)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo a ser Modificado: Inciso III do Art. 210

O inciso III do Art. 210 passa a ter a seguinte redação:

Art. 210 - Compete aos Municípios instituir
impostos sobre:

I

II

III - serviços de qualquer natureza.

Justificativa:

Na forma proposta no texto do substitutivo, vendas a varejo é fato gerador específico do imposto sobre circulação de mercadorias, de competência estadual. Assim, propõe-se sua alteração, passando ao Município, como ocorre atualmente, a competência para tributar os serviços de qualquer naquele tributo de características típicas de Municípios.

Parecer:

A substituição do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias pelo imposto sobre serviços de qualquer natureza, pretendida pela emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em reintroduzir o imposto sobre serviços e em restringir o âmbito de incidência do Imposto de Venda a Varejo.
Pela aprovação parcial.

EMENDA:25698 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AIRTON SANDOVAL (PMDB/SP)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Inciso I do Art. 210

Exclua-se o termo final "urbana", incluindo em seu lugar "com destinação urbana".

Justificativa:

Pelas várias alterações por que passou o fato gerador do imposto predial e territorial urbano ficou patente que a melhor forma de diferenciá-lo do imposto federal sobre a propriedade é a destinação do imóvel. Isto evita a clássica diferenciação pela localização por zona, hoje ultrapassada, em virtude do desenvolvimento industrial, comercial e prestador de serviço na zona rural.

Assim permitir-se-á que atividades urbanas, tais como: postos de gasolina, restaurantes, escolas, indústrias, sítios de recreio e etc., tenham a propriedade tributada pelo imposto municipal.

Acresça-se, ainda, que o cunho extrafiscal da tributação rural deixou de ser tão fundamental como era, vez que o imposto territorial rural passa a ser da competência estadual.

Parecer:

A ampliação da incidência do imposto sobre a propriedade territorial urbana pretendida pela emenda não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:25738 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO DIÓGENES (PDS/AC)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: artigo 210

Suprima-se do Projeto de Constituição

(Substitutivo do Relator) o inciso III, do art., 210 e seus §§ 4o. e 5o. que criam o imposto sobre vendas a varejo de mercadorias (IVV), de competência dos municípios.

Justificativa:

Além do inevitável aumento de preço final da mercadoria - penalizando o consumidor - a criação do IVV implicará custos de implantação de toda uma máquina arrecadadora e fiscalizadora que, para muitos municípios, poderão ultrapassar até a receita a ser arrecadada.

Por outro lado, implica em duplicidade de obrigações para o pequeno varejista, que terá duas legislações a cumprir (estadual e municipal), dois tipos de obrigações acessórias e duas fiscalizações. Por que complicar e não simplificar?

Finalmente, tal preceito implicará dupla tributação, pois sobre o mesmo fato gerador incidirão dois tributos: o ICM e o IVV.

A fim de se evitar todos esses inconvenientes, que se aumente a participação dos municípios no montante arrecadado do ICM, sem nenhuma despesa adicional.

Parecer:

A supressão do item III e dos §§ 4o. e 5o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante da Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em restringir o âmbito da base de incidência do imposto de vendas a varejo. Pela aprovação parcial.

EMENDA:25889 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTÔNIO BRITTO (PMDB/RS)

Texto:

Emendar o § 1o. do Art. 210, incluindo a expressão ou subutilizada, ficando o parágrafo com a seguinte redação:

"§ 1o. - O imposto de que trata o item I será progressivo no tempo quando incidir sobre a área urbana não edificada, não utilizada ou

subutilizada, de forma que se assegure o cumprimento da função social da propriedade."

Justificativa:

A emenda pretende a coerência deste dispositivo com o enunciado do § 3º do Artigo 236. De fato, ao prever as situações de utilização não adequada dos imóveis urbanos, o faz clara e acertadamente, classificando-os em: (I) não edificação; (II) não utilização; e (III) subutilização. A subutilização dos imóveis urbanos pode configurar uma situação tão danosa, do ponto de vista do aproveitamento socialmente adequado da propriedade imobiliária, quanto sua edificação ou não utilização.

Parecer:

Trata a emenda da inclusão no § 1o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, da expressão "ou subutilizada", entendendo-se que a subutilização dos imóveis urbanos pode configurar uma situação danosa, como a sua não utilização. Temos a convicção de que a matéria recebeu tratamento adequado no âmbito da Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:25936 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AIRTON SANDOVAL (PMDB/SP)

Texto:

EMNDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO - § 5o. do ART. 210

Suprimir o § 5o. do artigo 210.

Justificativa:

Quem melhor sabe e conhece da capacidade contributiva dos municípios são as autoridades locais, ou seja, o Prefeito e os Vereadores. Portanto, deve ser deles a competência para fixar as alíquotas de seus impostos, não as submetendo a qualquer limite estabelecido pelo legislador complementar.

A diversidade das peculiaridades locais, especialmente as econômicas, é tão grande que, no caso específico, deve-se excluir a exigência de lei complementar, já que seus autores, além de distantes desta penalidade, não conseguirão encontrar um limite satisfatório.

Parecer:

A supressão do § 5o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, nos termos da emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:26377 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NELSON WEDEKIN (PMDB/SC)

Texto:

Suprima-se a expressão "e ao item III do art. 210" constante no item I do § 1o, do art. 22 das disposições transitórias.

Justificativa:

A vigência do novo imposto, a partir da promulgação do texto constitucional, é viável, haja vista que sua implementação depende de leis complementar.

Por outro lado, a cobrança cumulativa do IVV com o novo ICM está vinculada a uma nova concepção do sistema tributário, onde as alíquotas seletivas facultadas ao ICM permitirão uma adequada equalização de cargas tributárias. A imediata incidência do IVV sobre o atual ICM com alíquota uniforme nacional de 17% será extremamente prejudicial aos contribuintes.

Finalmente, há que se considerar que um dos argumentos para a instituição do IVV é compensar os municípios pela perda do ISS. Ora, como este só extinguir-se-á com a implementação do novo sistema tributário, não há motivos para sua vigência imediata.

Mantém-se, entretanto, a vigência imediata do imposto obre "causa mortis" e doações com o objetivo de coibir possíveis evasões propiciadas por um extenso período de "vacatio legis", durante o qual contribuintes antecipariam doações a fim de fugirem de um ônus futuro.

Parecer:

Pretende a Emenda alterar o item I do parágrafo 1o. do artigo 22 das Disposições Transitórias, para que o

início da vigência do Imposto sobre Vendas a Varejo não se dê na data da promulgação da Constituição mas, sim, em 1o. de janeiro de 1989.

Ora, a vigência imediata do referido imposto é um meio de fazer com que os trabalhos do Constituinte se reflitam desde logo nos Municípios, aliviando a situação de penúria em que se encontram.

Pensamos que a administração do Imposto sobre Vendas a Varejo pode ser efetuada sem maiores encargos na fase inicial, desde que seja aproveitada a infraestrutura do ICM, donde se conclui da possibilidade de sua cobrança imediata.

Pela rejeição.

EMENDA:26426 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO BULHÕES (PMDB/AL)

Texto:

Suprima-se o item III do Artigo 210, Título VII Capítulo I, do Sistema Tributário Nacional, do Substitutivo ao Projeto de Constituição.

Justificativa:

Qualquer elevação na atual carga tributária, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, caracteriza uma atitude de afronto para a classe empresarial, em particular, e à sociedade como um todo, uma vez que direta ou indiretamente é o consumidor final que acaba pagando todos os ônus criados.

Uma vez criado, esse novo imposto nos levará ao absurdo de termos uma dupla tributação sobre a mesma operação. Ao contrário da sistemática atual do imposto sobre circulação de mercadorias, onde só se tributa o valor acrescido com o imposto sobre vendas a varejo a tributação incidirá não apenas sobre o valor de mercadoria, mas sobre todos os valores a ela adicionados, inclusive o ICM e o IPI. Portanto a alíquota mínima prevista de 2% que aparentemente significa muito porque emprestará muito mais em valores reais de (illegível) Aliás, o problema não é nem a questão da alíquota será um, dois, ou três por cento, o que atualmente preocupa é o fato da criação de mais um tributo.

Parecer:

A supressão do item III do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em restringir o âmbito da base do imposto de Venda a Varejo.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:26443 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ MOURA (PFL/PE)

Texto:

Suprima-se no § 5o. do art. 210 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização a expressão "... e III deste artigo".

Justificativa:

A supressão do item III do artigo 210 torna inócua a expressão acima.

Parecer:

A supressão do § 5o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, nos termos da emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:26525 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 210, inciso I, II e III.

Dê-se ao artigo 210, incisos I, II e III do Projeto de Constituição, a seguinte redação:

"Artigo 210 - Compete aos municípios instituir imposto sobre:

I - Propriedade predial e territorial urbana.

II - Transmissão inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto garantia, bem como de direitos a sua aquisição.

III - Serviços de qualquer natureza, nos termos estabelecidos em lei complementar.

Justificativa:

O inciso III, do artigo 210 do Projeto de Constituição pretende substituir Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, pelo Imposto de Vendas a Varejo de Mercadorias. Tal substituição nos parece prejudicial uma vez que, o varejista tendo duplicadas as suas despesas advindas por exemplo dos dois tipos de controles que efetuará, duas legislações a cumprir, pois sobre uma mesma operação de varejo Indiciará o ICM e o IVV, terá que repassar o aumento de custo ao consumidor final, tendo ainda um aumento real da mercadoria, pois serão dois impostos sobre a mesma venda a varejo, o que trará um sensível aumento no preço final da mercadoria, em prejuízo de toda a população.

Além disso, poderá ocorrer a guerra tributária entre Municípios, pois uma mesma mercadoria poderá ter seu preço diferenciado em função da diferença de alíquotas podendo ocorrer inclusive com Municípios vizinhos em que a distância atinge poucos quilômetros. Essa diferença de preço prejudicará não só as municipalidades, mas, principalmente o consumidor desavisado, que por motivos vários não terá conhecimento atualizado de tais distorções.

O imposto de Vendas a Varejo tal como foi previsto, acarreta além dos inconvenientes mencionados, problemas de ordem técnica de difícil solução que é a quebra do princípio da não cumulatividade na última etapa do processo de circulação de mercadorias. Os varejistas receberão as mercadorias já oneradas com ICM e sobre o total incidirá o Imposto Municipal sobre vendas a varejo, sem o aproveitamento do crédito do ICM, onerando ainda mais o consumidor final.

Cabe salientar que a criação desse tributo contraria o parágrafo Único do artigo 195, do Projeto, cujo dispositivo tem por finalidade evitar a regressividade do Sistema Tributário Brasileiro. A instituição de um novo tributo indireto sobre as mesmas operações de venda ao consumidor, acaba por tornar muito mais regressivo o nosso sistema tributário.

Observe-se ainda que, não nos parece vantajoso par aos Municípios a substituição do ISS pelo IVV, uma vez que esse tributo é de difícil administração, sem falar nos gastos com sua implantação e arrecadação que poderá representar para muitos municípios gastos superiores à arrecadação.

Por esses motivos, é que a emenda pretende manter a situação vigente, suprimindo o imposto sobre vendas a varejo e atribuindo o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza à competência municipal.

Através de outra emenda estamos propondo a alteração do inciso III, do artigo 212, para conferir aos Municípios em vez de 25% (vinte e cinco por cento), o percentual de 30% (trinta por cento) do produto de arrecadação do ICM.

Parecer:

A substituição do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias pelo imposto sobre serviços de qualquer natureza, pretendida pela emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em reintroduzir o imposto sobre serviços e em restringir o âmbito de incidência do Imposto de Venda a Varejo. Pela aprovação parcial.

EMENDA:26563 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ MOURA (PFL/PE)

Texto:

Suprima-se o item III do art. 210 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

Justificativa:

O Projeto de Constituição beneficia financeiramente os Municípios sob inúmeros aspectos, dentre os quais poderíamos citar aumento do Fundo de Participação, aumento da Participação do ICM, com ampliação de sua base de cálculo mediante a inclusão de ISS, inclusão do ITBI na competência municipal, participação na parcela

do IPI, destinação da metade da receita da tributação dos serviços prestados a consumidor final, retenção no Município do imposto de renda na fonte incidente sobre rendimentos por eles pagos a qualquer título, impossibilidade de a União conceder isenção de impostos de municipais progressividade do IPTU, impossibilidade de vinculação de qualquer repassada pela União ou pelo Estado, etc.

Torna-se inadmissível, portanto, que, paralelamente a todas essas medidas, venha a ser criado um novo imposto municipal, a onerar ainda mais o consumidor brasileiro, cujo poder aquisitivo encontra-se histórica e progressivamente deteriorado.

Além disso, essa imposição tributária configura tipicamente uma bitributação, visto sua incidência não excluir a do ICM, relativamente à mesma operação.

Cumprido lembrar, a latere, tratar-se de tributo de configuração nitidamente regressiva, por incidir de modo indiscriminado sobre o consumo final de mercadorias, onerando mais pesadamente os consumidores de menor poder aquisitivo.

Tais as razões que nos levam a propor a supressão desse imposto, no texto do Projeto de Constituição.

Parecer:

A supressão do item III do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em restringir o âmbito da base do imposto de Venda a Varejo.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:26564 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ MOURA (PFL/PE)

Texto:

Dê-se ao § 1o. do art. 210 a seguinte redação:

" § 1o. - O imposto de que trata o item I será progressivo no tempo quando incidir sobre área urbana não edificada e total ou parcialmente ociosa, de forma a assegurar a realização da função social da propriedade."

Justificativa:

Propõe-se que o IPTU, seja progressivo não apenas em relação a área urbana não edificada e não utilizada, e sim em relação a área urbana não edificada e não utilizada, e sim em relação a área urbana não edificada e total ou parcialmente ociosa.

Isto porque o contribuinte sempre encontrará um modo de burlar a alegação de não utilização, através da construção de barraco, da plantação de algumas árvores frutíferas, ou de mandioca ou cana de açúcar, ou, ainda, do emprego da área para pastagem de algum animal.

Ora, utilizações desse tipo descaracterizam os objetivos de terreno urbano, propiciando seja o dispositivo burlado, pelo que se faz necessário falar-se em ociosidade não apenas total, mas também parcial da área urbana.

De resto, caso a supressão do imposto de vendas a varejo, sugerido através da proposta a essa comissão, seja aceito, reduzido um pouco os recursos financeiros do Município, esta outra alteração proposta no dispositivo, por sua vez, tende a incrementa-los sensivelmente, compensando a presumível perda decorrente da não-instituição do IVV.

Parecer:

A emenda estabelece condições para a progressividade do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbano, segundo o disposto no § 1o. do art. 210. Temos convicção de que a matéria em tela recebeu tratamento adequado no âmbito da Comissão de Sistematização.

Pela rejeição.

EMENDA:26596 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ MOURA (PFL/PE)

Texto:

Suprima-se o § 4o. do art. 210 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

Justificativa:

Com a apresentação da sugestão de supressão do item III do art. 210 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, fica prejudicado o atual parágrafo. Ademais seria um verdadeiro abuso a cobrança pelo Estado e Município do mesmo imposto.

Parecer:

A supressão do § 4o. do art.210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, nos termos da emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:26774 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC/SP)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Título VII, artigo 210 § 1o.

Substitua-se a redação que passa a ser a seguinte:

§ 1o. - O imposto de que trata o item I poderá ser progressivo na forma da Lei.

Justificativa:

A redação proposta ao mesmo tempo que contempla o objetivo da norma, dá flexibilidade a política tributária do município, no encaminhamento das questões urbanas.

É importante ressaltar inclusive, de que poderá ocorrer a hipótese de ser necessário incentivar exatamente a não edificação.

Nos casos de especulação imobiliária, o comando constitucional proposto permite que a lei conjugue a realidade estabelecendo critérios progressivos, em função do tempo e de outras variáveis.

Parecer:

A emenda, que propõe nova redação ao § 1o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, no sentido de retirar-lhe o caráter de cogente, deve ser aprovada por conter aspectos que se harmonizam com o entendimento da Comissão de sistematização.

Pela aprovação.

EMENDA:26823 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CÁSSIO CUNHA LIMA (PMDB/PB)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO - § 5o., do art. 210

Substituir a palavra inicial "cabe" pela palavra "pode".

Justificativa:

Quem melhor sabe e conhece da capacidade contributiva dos municípios são as autoridades locais, ou seja, o Prefeito e os Vereadores. Portanto, deve ser deles a competência para fixar as alíquotas de seus impostos, não as submetendo a qualquer limite estabelecido pelo legislador complementar.

A diversidade das peculiaridades locais, especialmente as econômicas, é tão grande que, no caso específico, deve-se excluir a exigência de lei complementar, já que seus autores, além de distantes desta penalidade, não conseguirão encontrar um limite satisfatório.

Porém, como o imposto sobre venda a varejo afeta diretamente a economia, se passar a haver exagero dos legisladores municipais, é correto que a Constituição, resguardando os interesses dos cidadãos, permita que a lei complementar fixe teto para as alíquotas.

O que não se poderá deixar a competência municipal ao sabor do legislador complementar, que, pode, não fixando as alíquotas, paralisar o exercício da competência outorgada pela Constituição; neste caso estará o legislador citado fazendo a autonomia municipal.

Parecer:

A Emenda modificativa ao § 5o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização.

Deve ser rejeitada

EMENDA:26844 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CÁSSIO CUNHA LIMA (PMDB/PB)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Dispositivo Emendado - Inciso I do Art. 210.

Exclua-se o termo final "urbana", incluindo em seu lugar "com destinação urbana".

Justificativa:

Pelas várias alterações por que passou o fato gerador do imposto predial e territorial urbano ficou patente que a melhor forma de diferenciá-lo do imposto federal sobre a propriedade é a destinação do imóvel. Isto evita a clássica diferenciação pela localização por zona, hoje ultrapassada, em virtude do desenvolvimento industrial, comercial e prestador de serviço na zona rural.

Assim permitir-se-á que atividades urbanas, tais como: postos de gasolina, restaurantes, escolas, indústrias, sítios de recreio e etc., tenham a propriedade tributada pelo imposto municipal.

Acréscua-se, ainda, que o cunho extrafiscal da tributação rural deixou de ser tão fundamental como era, vez que o imposto territorial rural passa a ser da competência estadual.

Parecer:

A ampliação da incidência do imposto sobre a propriedade territorial urbana pretendida pela emenda não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:26851 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CÁSSIO CUNHA LIMA (PMDB/PB)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO - § 5o. do Art. 210

Suprimir o § 5o. do artigo 210.

Justificativa:

Quem melhor sabe e conhece da capacidade contributiva dos municípios são as autoridades locais, ou seja, o Prefeito e os Vereadores. Portanto, deve ser deles a competência para fixar as alíquotas de seus impostos, não as submetendo a qualquer limite estabelecido pelo legislador complementar.

A diversidade das peculiaridades locais, especialmente as econômicas, é tão grande que, no caso específico, deve-se excluir a exigência de lei complementar, já que seus autores, além de distantes desta realidade, não conseguirão encontrar um limite satisfatório.

Parecer:

A supressão do § 5o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, nos termos da emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:26868 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC/SP)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Inciso III do artigo 210

Suprima-se do projeto o inciso III do artigo 210

Art. 210

III - Vendas a Varejo de Mercadorias.

Justificativa:

O anteprojeto constitucional em seu sistema tributário, obedece modelo das maiorias das democracias modernas, que estabelece a competência nominal em matéria tributária para cada ente público. Estabelece

outrossim, no que diz respeito aos impostos, o princípio da competência privativa, ou seja, cada ente público (União, Estados e Municípios) têm os seus impostos próprios, caracterizando-se essa diferença entre os impostos, fundamentalmente na diversidade do fato gerador.

Ocorre, todavia, que este princípio da tipicidade dos impostos é frontalmente agredido pela criação do Imposto Sobre Vendas a Varejo na esfera da competência tributária dos Municípios.

Trata-se na prática de mera repetição do ICM a nível do Município, com o agravante de ser totalmente cumulativo.

Por maior esforço interpretativo, por maior esforço de engenharia constitucional que se queira realizar, não há como elidir a realidade de que, em ambos os tributos, o fato gerador é o mesmo; a operação que se pretende tributar em ambos os tributos, passa a ter consistência econômica e se exterioriza perante o mundo jurídico em uma mesma e idêntica operação.

Tanto isso é verdade que, o constituinte consciente do desarranjo constitucional introduzido na sistemática, pretende prevenir as sequelas que certamente advirão a nível de controvérsia interpretativa, afirmando no § 3º do artigo 278 textualmente:

“§ 3º - A competência municipal para instituir e cobrar o imposto mencionado no item III não exclui a dos Estados para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o item III do artigo 277 (ICM)”

Não pode essa forma prosperar à sistemática apresentada, restando um único caminho a seguir:

Ou suprime-se o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias-ICM da competência dos Estados, ou afasta-se a figura conflitante do Imposto de Vendas a Varejo de Mercadorias, da competência tributária dos Municípios.

Não nos parece socialmente desejável e economicamente relevante, a primeira alternativa, mesmo porque, pela sistemática de distribuição de receitas, no ICM buscarão também os Municípios, larga fatia de seus recursos. Finalizando, embora não possa ser apresentado como argumento com densidade jurídica, é importante notar que a supressão deste esdrúxulo tributo, ao mesmo tempo em que não representa para os Municípios perda apreciável, representa todavia para cada contribuinte isoladamente considerado alívio substancial de carga tributária.

Parecer:

A supressão do item III do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em restringir o âmbito da base do imposto de Venda a Varejo.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:26879 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AIRTON SANDOVAL (PMDB/SP)

Texto:

Substitua-se a redação do § 1º. do art. 210 do Projeto Substitutivo do relator pela seguinte:

"Art. 210 -

§ 1º. O imposto de que trata o item 1 será progressivo no tempo quando incidir sobre área urbana edificada e não utilizada, de forma que se assegure o cumprimento da função social da propriedade. Compete ao Poder Executivo fixar as plantas genéricas de valores. Nos casos especiais definidos em lei complementar a incidência poderá alcançar imóveis localizados fora da zona urbana."

Justificativa:

A proposição objetiva esclarecer definitivamente à competência do Poder Executivo para estabelecer as plantas de valores – ao contribuinte é sempre reservado o direito de impugnar juridicamente tais fixados, quando não conformes com a realidade, e possibilitar a cobrança do imposto, nos casos definidos em lei complementar, sobre prédios residenciais, comerciais ou industriais, sítios de recreio e outros que não devam sujeitar-se à tributos, pelo Estado, do imposto territorial rural.

Parecer:

A emenda estabelece condições para a progressividade do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbano, segundo o disposto no § 1º. do art. 210. Temos convicção deque a matéria em tela recebeu tratamento adequado no âmbito da Comissão de Sistematização.

Pela rejeição.

EMENDA:26899 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADROALDO STRECK (PDT/RS)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 210, incisos I, II e III.

Dê-se ao artigo 210, incisos I, II e III, do

Projeto de constituição a seguinte redação:

"Artigo 210 - compete aos Municípios

instituir impostos sobre:

.....

I - Propriedade predial e territorial urbana.

II - Transmissão inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como de direitos a sua aquisição.

III - Serviços de qualquer natureza, nos termos estabelecidos em lei complementar.

Justificativa:

O dispositivo pretende criar na esfera da competência municipal, o imposto sobre vendas a varejo, aumentando ainda mais a carga tributária, que por sinal é uma das mais elevadas.

O dispositivo contido no Projeto, apesar de tentar resolver os problemas dos Municípios, que aliás é louvável, não atenderá aos objetivos da maioria dos mesmos, pois estes, uma vez que perderam a competência de tributar o ISS (que passou a competência dos Estados), terão que reformular toda a máquina administrativa, que vários anos fiscalizaram o ISS, para a partir de agora fiscalizar e arrecadar o Imposto de Vendas a Varejo, o que poderá representar para muitos deles, maior despesa com o custo da arrecadação, do que a própria receita. Ao invés de se dar uma fonte de receita, juntamente com uma despesa, porque não se aumentar a participação dos municípios no bolo da arrecadação do ICM, devolvendo ao mesmo a competência para tributar o ISS?

Além disso, a incidência do IVV e o ICM sobre uma mesma operação, acarretará sensível aumento no preço final da mercadoria, onerando ainda mais o consumidor, que é toda a população,

Caba ainda ressaltar, que o pequeno varejista não terá estrutura para suportar as obrigações acessórias decorrentes dos dois tributos, uma vez que terão duas legislações a cumprir, Estadual e Municipal.

Parecer:

A substituição do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias pelo imposto sobre serviços de qualquer natureza, pretendida pela emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em reintroduzir o imposto sobre serviços e em restringir o âmbito de incidência do Imposto de Venda a Varejo.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:26985 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VALTER PEREIRA (PMDB/MS)

Texto:

TÍTULO VII - Da Tributação e do Orçamento

CAPÍTULO I - Do Sistema Tributário Nacional

SEÇÃO V - Dos Impostos dos Municípios

Suprima-se ao inciso III, do artigo 210.

Justificativa:

O que o inciso III, do Artigo 210, do projeto, consta, é um caso típico de bi-tributação, repellido vigorosamente pela tradição do Direito Tributário Nacional.

Por chocar-se com o enunciado do § 2º, do Artigo 199, do mesmo projeto, impõe-se a sua simples exclusão.

Parecer:

A supressão do item III do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em restringir o âmbito da base do imposto de Venda a Varejo.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:27031 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RUBERVAL PILOTTO (PDS/SC)

Texto:

Acrescente-se o seguinte parágrafo ao inciso III do art. 210:

§ 6o. - Constitui venda a varejo toda venda de mercadoria que não se destina à revenda.

Justificativa:

Com esta emenda procuramos distinguir a mercadoria vendida no atacado da mercadoria vendida no varejo, vez que a falta de distinção entre ambas tem sido uma das causas do aumento indiscriminado de preços ao consumidor.

A venda no atacado envolve o produto passível de ser repassado a terceiros pelo intermediário, que é o maior beneficiado, já que a margem de lucro auferido pelo intermediário ou atravessador.

Esperamos, com esta emenda, contribuir para o combate à carestia, responsável pela corrosão do poder aquisitivo do salário do trabalhador, em decorrência de seu efeito estimulador do processo inflacionário.

Parecer:

A emenda não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:27129 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTÔNIO BRITTO (PMDB/RS)

Texto:

Suprima-se a expressão "e ao item III do artigo 210" constante no item I do § 1o. do art. 22 das disposições transitórias.

Justificativa:

A vigência do novo imposto, a partir da promulgação do texto constitucional, é viável, haja vista que sua implementação depende de leis complementar.

Por outro lado, a cobrança cumulativa do IVV com o novo ICM está vinculada a uma nova concepção do sistema tributário, onde as alíquotas seletivas facultadas ao ICM permitirão uma adequada equalização de cargas tributárias. A imediata incidência do IVV sobre o atual ICM com alíquota uniforme nacional de 17% será extremamente prejudicial aos contribuintes.

Finalmente, há que se considerar que um dos argumentos para a instituição do IVV é compensar os municípios pela perda do ISS. Ora, como este só extinguir-se-á com a implementação do novo sistema tributário, não há motivos para sua vigência imediata.

Mantém-se, entretanto, a vigência imediata do imposto obre "causa mortis" e doações com o objetivo de coibir possíveis evasões propiciadas por um extenso período de "vacatio legis", durante o qual contribuintes antecipariam doações a fim de fugirem de um ônus futuro.

Parecer:

Trata a emenda da supressão da expressão " e ao item III do art. 210 ", constante no item I do § 1o. do art. 22 das Disposições Transitórias do Substitutivo do Projeto de Constituição. Entende o autor que a vigência do imposto sobre vendas a varejo, a partir da promulgação da Constituição, é inviável, porquanto sua implementação depende de leis complementares.

EMENDA:27358 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GASTONE RIGHI (PTB/SP)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA

Suprima-se:

a) do art. 209:

do item III as expressões: "e sobre prestações de serviços"

do § 4o., as expressões: "e dos serviços" e "ou prestação de serviços"

do item I do § 5o., as expressões: "e as prestações de serviços"

do § 7o., as expressões: "e nas prestações de serviços".

do item I do § 8o., as expressões: "bem como sobre serviço prestado no Exterior":

b) do art. 212:

do item III, as expressões: "e sobre prestações de serviços"

o § 1o. do item I do § 2o., as expressões: "e nas prestações de serviços".

c) Inclua-se no artigo 210, item com o seguinte enunciado:

"item: Serviços de qualquer natureza".

Justificativa:

Profundamente injusta para com os municípios a atribuição aos Estados, da competência para instituir impostos sobre serviços de qualquer natureza.

São os municípios que realizam a quase totalidade das obras e serviços de que se servem os cidadãos e continuam a ser os menos aquinhoados nas receitas tributárias. O atual projeto negou-lhes os impostos sobre a propriedade territorial rural, os da venda a varejo de combustíveis e lubrificantes, os incidentes sobre a locação de bens móveis e imóveis e ainda pretende subtrair-lhes o imposto sobre serviços que, mesmo na penúria atual, a vigorante Carta Constitucional lhes confere.

Atribuindo aos municípios a execução dos programas da Assistência Social, ensino básico e outros serviços de atendimento aos municípios é necessário que lhes atribua também a possibilidade de receitas suficientes, para se erradicar de vez a política de favores frente aos governos federal e estaduais.

Parecer:

A emenda sob exame quer preservar na competência dos Municípios o imposto sobre serviços, suprimindo a incidência correspondente no imposto sobre circulação de mercadorias, mantido para os Estados.

Certamente numerosos Municípios serão muito prejudicados com a perda do ISS. Procede também a afirmação de que a prestação de serviços constitui em inúmeros casos segmento totalmente diferente da circulação de mercadorias. De resto, a absorção do ISS pelo ICM alterará sistema já implantado que se tem algumas espécies de operações nebulosas, poderia ser aperfeiçoado. Pode ser temerário mudar isso.

A decisão é essencialmente política, na qual poderiam ser ouvidos os Municípios, que são os entes mais afetados.

A Comissão de Sistematização está deixando com os Municípios a tributação dos serviços em geral e com os Estados a tributação dos serviços de transporte extramunicipais e de comunicação.

EMENDA:27541 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LÍDICE DA MATA (PC DO B/BA)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ART. 210, ITEM III

Dê-se ao Art. 210, item III, do Substitutivo do Relator, a seguinte redação:

"Art. 210, item III - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza".

Justificativa:

A extinção do ISSQN com a substituição propostas no texto demandará uma reestruturação no órgão de fiscalização das Prefeituras Municipais, bem como diminuirá sensivelmente a arrecadação, visto que as microempresas estão isentas de emitir notas fiscais fugindo completamente do controle da municipalidade e considerando que estas microempresas formam a maioria dos futuros tributáveis, acarretarão imensos prejuízos aos cofres municipais.

Parecer:

A substituição do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias pelo imposto sobre serviços de qualquer

natureza, pretendida pela emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em reintroduzir o imposto sobre serviços e em restringir o âmbito de incidência do Imposto de Venda a Varejo. Pela aprovação parcial.

EMENDA:27619 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MANOEL CASTRO (PFL/BA)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Emendar o § 1o. do Art. 210, incluindo a expressão ou subutilizada, ficando o parágrafo com a seguinte redação:

"§ 1o. - O imposto de que trata o item I será progressivo no tempo quando incidir sobre a área urbana não edificada, não utilizada ou subutilizada, de forma que se assegure o cumprimento da função social da propriedade".

Justificativa:

A emenda pretende a coerência deste dispositivo com o enunciado do § 3º do Artigo 236. De fato, ao prever as situações de utilização não adequada dos imóveis urbanos, o faz clara e acertadamente, classificando-os em: (I) não edificação; (II) não utilização; e (III) subutilização. A subutilização dos imóveis urbanos pode configurar uma situação tão danosa, do ponto de vista do aproveitamento socialmente adequado da propriedade imobiliária, quanto sua edificação ou não utilização.

Parecer:

Trata a emenda da inclusão no § 1o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, da expressão "ou subutilizada", entendendo-se que a subutilização dos imóveis urbanos pode configurar uma situação danosa, como a sua não utilização. Temos a convicção de que a matéria recebeu tratamento adequado no âmbito da Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:27803 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALARICO ABIB (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao § 4o., do art. 210 do Substitutivo do Relator ao Projeto de Constituição:

"§ 4o. - A competência municipal para instituir e cobrar o imposto mencionado no item III exclui a dos Estados para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o item III do art. 272".

Justificativa:

Como se encontra redigido o atual § 4º do art. 273 do Projeto, na operação de venda a varejo haverá a incidência do novo ICM e do imposto municipal sobre a venda a varejo. Ora, essa dupla tributação, além das contribuições que incidem sobre o faturamento (Finsocial, Funrural, PIS, etc.), representa uma violenta carga fiscal sobre o consumo de bens.

Assim, num sistema que se propôs a evitar a regressividade social da tributação, a proposta de incidência de dois impostos indiretos sobre o consumo soa como uma heresia e violência à técnica tributária.

Parecer:

A nova redação ao § 4o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, nos termos da emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:27970 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURÍCIO NASSER (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao § 4o., do art.

210 do Substitutivo do Relator ao Projeto de Constituição:

" § 4o. - A competência municipal para instituir e cobrar o imposto mencionado no item III exclui a dos Estados para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o item III do art. 272".

Justificativa:

Como se encontra redigido o atual § 4º do art. 273 do Projeto, na operação de venda a varejo haverá a incidência do novo ICM e do imposto municipal sobre a venda a varejo. Ora, essa dupla tributação, além das contribuições que incidem sobre o faturamento (Finsocial, Funrural, PIS, etc.), representa uma violenta carga fiscal sobre o consumo de bens.

Assim, num sistema que se propôs a evitar a regressividade social da tributação, a proposta de incidência de dois impostos indiretos sobre o consumo soa como uma heresia e violência à técnica tributária.

Parecer:

A nova redação ao § 4o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, nos termos da emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização.

Deve ser rejeitada.

EMENDA:28085 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LÉLIO SOUZA (PMDB/RS)

Texto:

Dê-se nova redação ao item II do artigo 210 e suprima-se o parágrafo 3o. do mesmo artigo, renumerando-se os demais.

"II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, situados em seu território, e de direitos reais a eles relativos, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;"

Justificativa:

Busca-se, nesta emenda, enxugar o texto constitucional e dar-lhe melhor forma, suprimindo-lhe partes desnecessárias.

Parecer:

A inserção ao item II do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição da expressão "situados em seu território" e a correspondente supressão do § 3o. do mesmo artigo não se ajustam ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização.

Deve ser rejeitada.

EMENDA:28086 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LÉLIO SOUZA (PMDB/RS)

Texto:

Dê-se nova redação ao parágrafo 1o. do artigo 210.

"§ 1o. - O imposto de que trata o item I será progressivo, de forma que se assegure o

cumprimento da função social da propriedade, conforme definido em lei."

Justificativa:

As restrições à progressividade, no tempo e apenas em relação a áreas urbanas não edificadas e não utilizadas, praticamente a inviabilizam.

Qualquer edificação e/ou utilização não darão à propriedade sua função social, no entanto impedirão a cobrança do imposto progressivamente.

Parecer:

A emenda estabelece condições para a progressividade do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbano, segundo o disposto no § 1o. do art. 210. Temos convicção de que a matéria em tela recebeu tratamento adequado no âmbito da Comissão de Sistematização.

Pela rejeição.

EMENDA:28098 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SIMÃO SESSIM (PFL/RJ)

Texto:

Dê-se nova redação ao § 1o. do Art. 210, incluindo a expressão "ou subutilizada."

Art. 210

"§ 1o. - O imposto de que trata o item I será progressivo no tempo quando incidir sobre a área urbana não edificada, não utilizada ou subutilizada, de forma que se assegure o cumprimento da função social da propriedade."

Justificativa:

A emenda pretende a coerência deste dispositivo com o enunciado do § 3º do Artigo 236. De fato, ao prever as situações de utilização não adequada dos imóveis urbanos, o faz clara e acertadamente, classificando-os em: (I) não edificação; (II) não utilização; e (III) subutilização. A subutilização dos imóveis urbanos pode configurar uma situação tão danosa, do ponto de vista do aproveitamento socialmente adequado da propriedade imobiliária, quanto sua edificação ou não utilização.

Parecer:

Trata a emenda da inclusão no § 1o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, da expressão "ou subutilizada", entendendo-se que a subutilização dos imóveis urbanos pode configurar uma situação danosa, como a sua não utilização. Temos a convicção de que a matéria recebeu tratamento adequado no âmbito da Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:28175 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RENATO JOHNSON (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao § 4o, do art. 210 do Substitutivo do Relator ao Projeto de Constituição:

"§ 4o. - A competência municipal para instituir e cobrar o imposto mencionado no item III exclui a dos Estados para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o item III do art. 209".

Justificativa:

Como se encontra redigido o atual § 4º do art. 273 do Projeto, na operação de venda a varejo haverá a incidência do novo ICM e do imposto municipal sobre a venda a varejo. Ora, essa dupla tributação, além das contribuições que incidem sobre o faturamento (Finsocial, Funrural, PIS, etc.), representa uma violenta carga fiscal sobre o consumo de bens.

Assim, num sistema que se propôs a evitar a regressividade social da tributação, a proposta de incidência de dois impostos indiretos sobre o consumo soa como uma heresia e violência à técnica tributária.

Parecer:

A nova redação ao § 4o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, nos termos da emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização.
Deve ser rejeitada.

EMENDA:28229 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUIZ FREIRE (PMDB/PE)

Texto:

Que seja dada a seguinte redação ao Parágrafo 1o. do Art. 210:

Art. 210/§1o. - O imposto de que trata o Item I será progressivo no tempo, quando incidir sobre área urbana não edificada, não utilizada, ou sub utilizada, de forma que se assegure o cumprimento da função social da propriedade.

Justificativa:

A emenda pretende a coerência deste dispositivo com o enunciado do § 3º do Artigo 236. De fato, ao prever as situações de utilização não adequada dos imóveis urbanos, o faz clara e acertadamente, classificando-os em: (I) não edificação; (II) não utilização; e (III) subutilização. A subutilização dos imóveis urbanos pode configurar uma situação tão danosa, do ponto de vista do aproveitamento socialmente adequado da propriedade imobiliária, quanto sua edificação ou não utilização.

Parecer:

Trata a emenda da inclusão no § 1o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, da expressão "ou subutilizada", entendendo-se que a subutilização dos imóveis urbanos pode configurar uma situação danosa, como a sua não utilização. Temos a convicção de que a matéria recebeu tratamento adequado no âmbito da Comissão de Sistematização.
Deve ser rejeitada.

EMENDA:28324 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LÉLIO SOUZA (PDS/RS)

Texto:

Suprima-se o item III do art. 210.

Justificativa:

A criação de um novo tributo indireto, incidente sobre as despesas dos consumidores, acarretará os seguintes problemas principais:

- 1 – Aumento na progressividade do modelo, eis que os impostos indiretos não conseguem adequadamente avaliar as condições contributivas de que efetivamente sofre o ônus da tributação.
- 2 – Aumento na carga tributária, incidindo exatamente sobre gêneros de primeira necessidade, com efeitos inflacionários, inclusive.
- 3 – Propiciará a concentração de recursos fiscais nos municípios de médio e grande porte, pois estes é que terão condições de, efetivamente, instituir, cobrar e fiscalizar o novo imposto. Permanecem em dificuldades os municípios de pequeno porte (a maior parte do total) e outros, tais como as chamadas “cidades-dormitórios”.
- 4 – Implicará maiores obrigações burocráticas para os contribuintes.
- 5 – Teremos dois impostos (ICMS e IVV) incidindo sobre os mesmos fatos geradores, os mesmos contribuintes e onerando os mesmos consumidores.

Parecer:

A supressão do item III do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em restringir o âmbito da base do imposto de Venda a Varejo.
Pela aprovação parcial.

EMENDA:28954 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROSA PRATA (PMDB/MG)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se no art. 210

- o item III

- o § 4o.

Justificativa:

Trata-se da instituição de ICM municipal, sem o crédito de ICM estadual.

Esta inovação implica em pesada carga tributária sobre o consumidor.

Imagina-se o ICM atual de 17% devido ao Estado, acrescido de mais de 17% devido ao município.

Por outro lado, na distribuição da receita de ICM parte do que arrecada o Estado é repassada ao Município, desta forma não se justifica esta bitributação.

Parecer:

A supressão do item III e do § 4o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em restringir o âmbito da base de incidência do Imposto de Venda a Varejo.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:28956 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROSA PRATA (PMDB/MG)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao Art. 210 o seguinte inciso:

III - Serviços de qualquer natureza.

Justificativa:

Foi proposta emenda excluindo da competência tributária do Estado, o ICM sobre prestação de serviços.

A tributação dos serviços deve caber ao município conforme tradição secular do Direito Brasileiro.

Ademais, se propôs a extinção de ICM sobre vendas a varejo, a favor do município, conforme consta de projeto.

E, pois, justo que se substitua este tributo transferido ao Estado pelo Imposto sobre Serviços.

Parecer:

A substituição do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias pelo imposto sobre serviços de qualquer natureza, pretendida pela emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em reintroduzir o imposto sobre serviços e em restringir o âmbito de incidência do Imposto de Venda a Varejo.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:28982 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURO MIRANDA (PMDB/GO)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Dispositivo Emendado: § 1o. do art. 210.

Acrescentar a expressão "ou subutilizada"

depois da expressão "não utilizada" no § 1o. do art. 210, ficando a sua redação da seguinte forma:

"§ 1o. - O imposto de que trata o item I será progressivo no tempo quando incidir sobre a área urbana não edificada, não utilizada ou subutilizada, de forma que se assegure o cumprimento da função social da propriedade".

Justificativa:

A emenda pretende a coerência deste dispositivo com o enunciado do § 3º do Artigo 236. De fato, ao prever as situações de utilização não adequada dos imóveis urbanos, o faz clara e acertadamente, classificando-os em: (I) não edificação; (II) não utilização; e (III) subutilização. A subutilização dos imóveis urbanos pode configurar uma situação tão danosa, do ponto de vista do aproveitamento socialmente adequado da propriedade imobiliária, quanto sua edificação ou não utilização.

Parecer:

Trata a emenda da inclusão no § 1o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, da expressão "ou subutilizada", entendendo-se que a subutilização dos imóveis urbanos pode configurar uma situação danosa, como a sua não utilização. Temos a convicção de que a matéria recebeu tratamento adequado no âmbito da Comissão de Sistematização.
Deve ser rejeitada.

EMENDA:29192 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ EGREJA (PTB/SP)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao item I, do art. 210, após o vocabulário "urbana", a expressão "e rural".

Justificativa:

Consoante a emenda supressiva apresentada ao Item I, do art. 209, a competência de instituir Imposto Territorial Rural será do Município, como sempre foi.

Parecer:

A ampliação da incidência do imposto sobre a propriedade territorial urbana pretendida pela emenda não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização.
Deve ser rejeitada.

EMENDA:29547 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSE CARLOS VASCONCELOS (PFL/PE)

Texto:

Emendas modificativa ao substitutivo do Projeto de constituição.

Dispõe sobre o imposto de transmissão inter vivos.

Dê-se ao

1) § 5o. do art. 210;

2) artigo 21 das Disposições Transitórias; e

3) item I do parágrafo 1o. do artigo 22 das Disposições Transitórias, a seguinte redação:

Art. 210.

.....

§ 5o. Cabe a Lei Complementar fixar as alíquotas máximas de que tratam os itens II e III deste artigo.

Art. 21. (Disposições Transitórias)

Até que sejam fixadas em lei complementar as alíquotas máximas do imposto sobre vendas a varejo e do imposto sobre transmissão "inter vivos", a que se refere o § 5o. do artigo 210, não excederão a 2% (dois por cento).

Art. 22. (Disposições Transitórias)

.....

.....

§ 1o.

.....

I - Aos artigos 200 e 201, aos itens I, II,

IV do artigo 202, ao item II do artigo 209 e aos

itens II e III do artigo 210 que entrarão em vigor a partir da promulgação desta Constituição.

Justificativa:

A emenda ora proposta objetiva antecipar para 1988 o recebimento integral do imposto sobre transmissão "inter vivos" por parte dos Municípios.

O imposto já existe, com a denominação de ITBI, arrecadado pelos Estados, que entregam 50% do produto aos Municípios.

A emenda não causa prejuízo aos Estados, apenas antecipando em alguns meses a vigência da competência dos Governos Municipais para cobrar o tributo.

Determina igualmente, a exemplo do que é estabelecido para o imposto instituído no item III, do art. 210, que sua alíquota máxima seja fixada em Lei Complementar e, finalmente, que a mesma (alíquota) não exceda a 2% até que entre em vigor a referida Lei Complementar.

Parecer:

A Emenda modificativa ao § 5o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização.

Deve ser rejeitada

EMENDA:29623 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LÚCIO ALCÂNTARA (PFL/CE)

Texto:

Emendar o § 1o. do art. 210, incluindo a expressão ou subutilizada, ficando o parágrafo com a seguinte redação:

"§ 1o. - O imposto de que trata o item I será progressivo no tempo quando incidir sobre a área urbana não edificada, não utilizada ou subutilizada, de forma que se assegure o cumprimento da função social da propriedade".

Justificativa:

A emenda pretende a coerência deste dispositivo com o enunciado do § 3º do Artigo 236. De fato, ao prever as situações de utilização não adequada dos imóveis urbanos, o faz clara e acertadamente, classificando-os em: (I) não edificação; (II) não utilização; e (III) subutilização. A subutilização dos imóveis urbanos pode configurar uma situação tão danosa, do ponto de vista do aproveitamento socialmente adequado da propriedade imobiliária, quanto sua edificação ou não utilização.

Parecer:

Trata a emenda da inclusão no § 1o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, da expressão "ou subutilizada", entendendo-se que a subutilização dos imóveis urbanos pode configurar uma situação danosa, como a sua não utilização. Temos a convicção de que a matéria recebeu tratamento adequado no âmbito da Comissão de Sistematização.

Deve ser rejeitada.

EMENDA:29638 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO PAULO (PT/MG)

Texto:

DISPOSITIVO EMENDA DO: Artigo 210, do substitutivo, onde couber:

Artigo 210, do substitutivo, onde couber:

- Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - Propriedade predial e territorial urbana:

§ 1o. - O imposto de que trata o item I será progressivo no tempo quando incidir sobre área urbana subutilizada ou não utilizada na conformidade do interesse do desenvolvimento urbano, expresso nos planos urbanísticos ou de

desenvolvimento urbano, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

Justificativa:

Emenda sem justificação.

Parecer:

Trata a emenda da inclusão no § 1o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, da expressão "ou subutilizada", entendendo-se que a subutilização dos imóveis urbanos pode configurar uma situação danosa, como a sua não utilização. Temos a convicção de que a matéria recebeu tratamento adequado no âmbito da Comissão de Sistematização.
Deve ser rejeitada.

EMENDA:29723 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IVO MAINARDI (PMDB/RS)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o item III do artigo 210.

Justificativa:

A criação de um novo tributo indireto, incidente sobre as despesas dos consumidores, acarretará os seguintes problemas principais:

- 1 – Aumento na progressividade do modelo, eis que os impostos indiretos não conseguem adequadamente avaliar as condições contributivas de que efetivamente sofre o ônus da tributação.
- 2 – Aumento na carga tributária, incidindo exatamente sobre gêneros de primeira necessidade, com efeitos inflacionários, inclusive.
- 3 – Propiciará a concentração de recursos fiscais nos municípios de médio e grande porte, pois estes é que terão condições de, efetivamente, instituir, cobrar e fiscalizar o novo imposto. Permanecem em dificuldades os municípios de pequeno porte (a maior parte do total) e outros, tais como as chamadas “cidades-dormitórios”.
- 4 – Implicará maiores obrigações burocráticas para os contribuintes.
- 5 – Teremos dois impostos (ICMS e IVV) incidindo sobre os mesmos fatos geradores, os mesmos contribuintes e onerando os mesmos consumidores.

Parecer:

A supressão do item III do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em restringir o âmbito da base do imposto de Venda a Varejo.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:29854 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

TADEU FRANÇA (PMDB/PR)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ART. 22, § 1o., inciso,

I, Disposições Transitórias, Título X

Suprima-se a expressão "e ao item III do artigo 210" constante no item I do § 1o. do art.

22 das disposições transitórias.

Justificativa:

A vigência do novo imposto, a partir da promulgação do texto constitucional, é viável, haja vista que sua implementação depende de leis complementar.

Por outro lado, a cobrança cumulativa do IVV com o novo ICM está vinculada a uma nova concepção do sistema tributário, onde as alíquotas seletivas facultadas ao ICM permitirão uma adequada equalização de cargas tributárias. A imediata incidência do IVV sobre o atual ICM com alíquota uniforme nacional de 17% será extremamente prejudicial aos contribuintes.

Finalmente, há que se considerar que um dos argumentos para a instituição do IVV é compensar os municípios pela perda do ISS. Ora, como este só extinguir-se-á com a implementação do novo sistema tributário, não há motivos para sua vigência imediata.

Mantém-se, entretanto, a vigência imediata do imposto obre “causa mortis” e doações com o objetivo de coibir possíveis evasões propiciadas por um extenso período de “vacatio legis”, durante o qual contribuintes antecipariam doações a fim de fugirem de um ônus futuro.

Parecer:

Propõe, o ilustre Constituinte, seja procrastinada para 1o. de janeiro de 1989, o item III do artigo 210, que outorga aos Municípios competência para instituir o imposto sobre vendas a varejo de mercadorias, de vez que, segundo justifica, “a imediata incidência do IVV sobre o atual ICM será extremamente prejudicial aos contribuintes.”

Há um clamor dos Municípios no sentido de se ampliarem não apenas as suas competências tributárias, mas também a sua participação na arrecadação, constituindo-se novo imposto sobre vendas a varejo de mercadorias, importante arrimo para as finanças municipais, ainda que venha a recair sobre parte da mesma base econômica do novo ICMS, que será seletivo, abrangendo os serviços, que sairão da competência tributária municipal. Pela rejeição.

EMENDA:29908 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IVO MAINARDI (PMDB/RS)

Texto:

Emenda

Dê-se nova redação ao item II do artigo 210 e suprima-se o parágrafo 3o. do mesmo artigo, renumerando-se os demais.

"II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, situados em seu território, e de direitos reais a eles relativos, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;"

Justificativa:

Busca-se, nesta emenda, enxugar o texto constitucional e dar-lhe melhor forma, suprimindo-lhe partes desnecessárias.

Parecer:

A inserção ao item II do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição da expressão "situados em seu território" e a correspondente supressão do § 3o. do mesmo artigo não se ajustam ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:29909 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IVO MAINARDI (PMDB/RS)

Texto:

Emenda

Dê-se nova redação ao parágrafo 1o. do artigo 210.

"§ 1o. - O imposto de que trata o item I será progressivo, de forma que se assegure o cumprimento da função social da propriedade, conforme definido em lei."

Justificativa:

As restrições à progressividade, no tempo e apenas em relação a áreas urbanas não edificadas e não utilizadas, praticamente a inviabilizem.

Qualquer edificação e/ou utilização não darão à propriedade sua função social, no entanto impedirão a cobrança do imposto progressivamente.

Parecer:

A emenda estabelece condições para a progressividade do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbano, segundo o disposto no § 1o. do art. 210. Temos convicção de que a matéria em tela recebeu tratamento

adequado no âmbito da Comissão de Sistematização.
Pela rejeição.

EMENDA:29920 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IVO MAINARDI (PMDB/RS)

Texto:

Emenda Supressiva

Suprima-se a expressão "e ao item III do artigo 210" constante no item I § 1o. do art. 22 das disposições transitórias.

Justificativa:

A vigência do novo imposto, a partir da promulgação do texto constitucional, é viável, haja vista que sua implementação depende de leis complementar.

Por outro lado, a cobrança cumulativa do IVV com o novo ICM está vinculada a uma nova concepção do sistema tributário, onde as alíquotas seletivas facultadas ao ICM permitirão uma adequada equalização de cargas tributárias. A imediata incidência do IVV sobre o atual ICM com alíquota uniforme nacional de 17% será extremamente prejudicial aos contribuintes.

Finalmente, há que se considerar que um dos argumentos para a instituição do IVV é compensar os municípios pela perda do ISS. Ora, como este só extinguir-se-á com a implementação do novo sistema tributário, não há motivos para sua vigência imediata.

Mantém-se, entretanto, a vigência imediata do imposto sobre "causa mortis" e doações com o objetivo de coibir possíveis evasões propiciadas por um extenso período de "vacatio legis", durante o qual contribuintes antecipariam doações a fim de fugirem de um ônus futuro.

Parecer:

Propõe, o ilustre Constituinte, seja procrastinada para 1o. de janeiro de 1989, o item III do artigo 210, que outorga aos Municípios competência para instituir o imposto sobre vendas a varejo de mercadorias, de vez que, segundo justifica, "a imediata incidência do IVV sobre o atual ICM será extremamente prejudicial aos contribuintes."

Há um clamor dos Municípios no sentido de se ampliarem não apenas as suas competências tributárias, mas também a sua participação na arrecadação, constituindo-se novo imposto sobre vendas a varejo de mercadorias, importante arrimo para as finanças municipais, ainda que venha a recair sobre parte da mesma base econômica do novo ICMS, que será seletivo, abrangendo os serviços, que sairão da competência tributária municipal. Pela rejeição.

EMENDA:30365 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VASCO ALVES (PMDB/ES)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado - § 5o. do Art. 210
Suprimir o 5o. do artigo 210.

Justificativa:

Quem melhor sabe e conhece da capacidade contributiva dos municípios são as autoridades locais, ou seja, o Prefeito e os Vereadores. Portanto, deve ser deles a competência para fixar as alíquotas de seus impostos, não as submetendo a qualquer limite estabelecido pelo legislador complementar.

A diversidade das peculiaridades locais, especialmente as econômicas, é tão grande que, no caso específico, deve-se excluir a exigência de lei complementar, já que seus autores, além de distantes desta penalidade, não conseguirão encontrar um limite satisfatório.

Parecer:

A supressão do § 5o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, nos termos da emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:30383 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VASCO ALVES (PMDB/ES)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Amplia o incidente do IPTU

DISPOSITIVO EMENDADO

Inciso I do art. 210

Exclua-se o termo final "urbana", incluindo em seu lugar "com destinação urbana".

Justificativa:

Pelas várias alterações por que passou o fato gerador do imposto predial e territorial urbano ficou patente que a melhor forma de diferenciá-lo do imposto federal sobre a propriedade é a destinação do imóvel. Isto evita a clássica diferenciação pela localização por zona, hoje ultrapassada, em virtude do desenvolvimento industrial, comercial e prestador de serviço na zona rural.

Assim permitir-se-á que atividades urbanas, tais como: postos de gasolina, restaurantes, escolas, indústrias, sítios de recreio e etc., tenham a propriedade tributada pelo imposto municipal.

Acresça-se, ainda, que o cunho extrafiscal da tributação rural deixou de ser tão fundamental como era, vez que o imposto territorial rural passa a ser da competência estadual.

Parecer:

A ampliação da incidência do imposto sobre a propriedade territorial urbana pretendida pela emenda não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização.

Deve ser rejeitada.

EMENDA:30473 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO AMARAL (PMDB/SP)

Texto:

Emenda Modificativa.

Dispositivo Emendado - § 5o., do artigo 210.

Substituir a palavra inicial "cabe pela palavra "pode".

Substituir a palavra inicial "cabe pela palavra "pode".

Justificativa:

Quem melhor sabe e conhece da capacidade contributiva dos municípios são as autoridades locais, ou seja, o Prefeito e os Vereadores. Portanto, deve ser deles a competência para fixar as alíquotas de seus impostos, não as submetendo a qualquer limite estabelecido pelo legislador complementar.

A diversidade das peculiaridades locais, especialmente as econômicas, é tão grande que, no caso específico, deve-se excluir a exigência de lei complementar, já que seus autores, além de distantes desta penalidade, não conseguirão encontrar um limite satisfatório.

Porém, como o imposto sobre venda a varejo afeta diretamente a economia, se passar a haver exagero dos legisladores municipais, é correto que a Constituição, resguardando os interesses dos cidadãos, permita que a lei complementar fixe teto para as alíquotas.

O que não se poderá deixar a competência municipal ao sabor do legislador complementar, que, pode, não fixando as alíquotas, paralisar o exercício da competência outorgada pela Constituição; neste caso estará o legislador citado fazendo a autonomia municipal.

Parecer:

A Emenda modificativa ao § 5o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização.

Deve ser rejeitada

EMENDA:30554 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VASCO ALVES (PMDB/ES)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Dispositivo Emendado - § 5o. do Art. 210

Suprimir o § 5o. do artigo 210

Justificativa:

Quem melhor sabe e conhece da capacidade contributiva dos municípios são as autoridades locais, ou seja, o Prefeito e os Vereadores. Portanto, deve ser deles a competência para fixar as alíquotas de seus impostos, não as submetendo a qualquer limite estabelecido pelo legislador complementar.

A diversidade das peculiaridades locais, especialmente as econômicas, é tão grande que, no caso específico, deve-se excluir a exigência de lei complementar, já que seus autores, além de distantes desta penalidade, não conseguirão encontrar um limite satisfatório.

Parecer:

A supressão do § 5o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, nos termos da emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização.
Deve ser rejeitada.

EMENDA:30562 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VASCO ALVES (PMDB/ES)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Dispositivo Emendado - § 5o., do artigo 210

Substituir a palavra inicial "cabe" pela palavra "pode".

Justificativa:

Quem melhor sabe e conhece da capacidade contributiva dos municípios são as autoridades locais, ou seja, o Prefeito e os Vereadores. Portanto, deve ser deles a competência para fixar as alíquotas de seus impostos, não as submetendo a qualquer limite estabelecido pelo legislador complementar.

A diversidade das peculiaridades locais, especialmente as econômicas, é tão grande que, no caso específico, deve-se excluir a exigência de lei complementar, já que seus autores, além de distantes desta penalidade, não conseguirão encontrar um limite satisfatório.

Porém, como o imposto sobre venda a varejo afeta diretamente a economia, se passar a haver exagero dos legisladores municipais, é correto que a Constituição, resguardando os interesses dos cidadãos, permita que a lei complementar fixe teto para as alíquotas.

O que não se poderá deixar a competência municipal ao sabor do legislador complementar, que, pode, não fixando as alíquotas, paralisar o exercício da competência outorgada pela Constituição; neste caso estará o legislador citado fazendo a autonomia municipal.

Parecer:

A Emenda modificativa ao § 5o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização.
Deve ser rejeitada

EMENDA:30584 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO AMARAL (PMDB/SP)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado - § 5o. do Art. 210.

Suprimir o § 5o. do Artigo 210.

Justificativa:

Quem melhor sabe e conhece da capacidade contributiva dos municípios são as autoridades locais, ou seja, o Prefeito e os Vereadores. Portanto, deve ser deles a competência para fixar as alíquotas de seus impostos, não as submetendo a qualquer limite estabelecido pelo legislador complementar.

A diversidade das peculiaridades locais, especialmente as econômicas, é tão grande que, no caso específico, deve-se excluir a exigência de lei complementar, já que seus autores, além de distantes desta penalidade, não conseguiram encontrar um limite satisfatório.

Parecer:

A supressão do § 5o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, nos termos da emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização.
Deve ser rejeitada.

EMENDA:30600 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO AMARAL (PMDB/SP)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado - Inciso I do Art. 210.

Exclua-se o termo final "urbana", incluindo em seu lugar "com destinação urbana".

Justificativa:

Pelas várias alterações por que passou o fato gerador do imposto predial e territorial urbano ficou patente que a melhor forma de diferenciá-lo do imposto federal sobre a propriedade é a destinação do imóvel. Isto evita a clássica diferenciação pela localização por zona, hoje ultrapassada, em virtude do desenvolvimento industrial, comercial e prestador de serviço na zona rural.

Assim permitir-se-á que atividades urbanas, tais como: postos de gasolina, restaurantes, escolas, indústrias, sítios de recreio e etc., tenham a propriedade tributada pelo imposto municipal.

Acresça-se, ainda, que o cunho extrafiscal da tributação rural deixou de ser tão fundamental como era, vez que o imposto territorial rural passa a ser da competência estadual.

Parecer:

A ampliação da incidência do imposto sobre a propriedade territorial urbana pretendida pela emenda não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização.
Deve ser rejeitada.

EMENDA:30923 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PERCIVAL MUNIZ (PMDB/MT)

Texto:

Emenda Aditiva e Modificativa

Acrescente-se ao Art. 210 o item IV e altera-se para compatibilizar com esta adição o § 5o., dando a seguinte redação:

Art. 210 -

IV - Imposto sobre serviços

§ 5o. - Cabe a lei complementar regular a aplicação e fixar as alíquotas máximas dos impostos de que tratam os itens, II, III e IV deste Art.

Justificativa:

A transferência do Imposto sobre serviços para os municípios vem no sentido de aumentar a capacidade financeira dos mesmos, aumentando-se assim o volume de serviços e melhorias oferecidos à população.

Por outro lado, a própria fiscalização e controle da arrecadação do ISS, seria, com esta medida, otimizada pois estas operações são, geralmente, contratadas e realizadas no território do município.

Parecer:

A manutenção da competência do município sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza, pretendida pela Emenda, se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização.
Deve ser aprovada.

EMENDA:30955 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LÉLIO SOUZA (PMDB/RS)

Texto:

Emenda Supressiva

Suprima-se o item III do artigo 210.

Justificativa:

A criação de um novo tributo indireto, incidente sobre as despesas dos consumidores, acarretará os seguintes problemas principais:

1 – Aumento na progressividade do modelo, eis que os impostos indiretos não conseguem adequadamente avaliar as condições contributivas de que efetivamente sofre o ônus da tributação.

2 – Aumento na carga tributária, incidindo exatamente sobre gêneros de primeira necessidade, com efeitos inflacionários, inclusive.

3 – Propiciará a concentração de recursos fiscais nos municípios de médio e grande porte, pois estes é que terão condições de, efetivamente, instituir, cobrar e fiscalizar o novo imposto. Permanecem em dificuldades os municípios de pequeno porte (a maior parte do total) e outros, tais como as chamadas “cidades-dormitórios”.

4 – Implicará maiores obrigações burocráticas para os contribuintes.

5 – Teremos dois impostos (ICMS e IVV) incidindo sobre os mesmos fatos geradores, os mesmos contribuintes e onerando os mesmos consumidores.

Parecer:

A supressão do item III do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em restringir o âmbito da base do imposto de Venda a Varejo.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:31221 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO ROBERTO CUNHA (PDC/GO)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 210

Suprima-se do Projeto de Constituição:

a) o inciso III, do Art. 210

Justificativa:

O imposto de vendas a varejo de mercadorias, outorgado à competência municipal, na verdade é um adicional ao imposto estadual sobre circulação de mercadorias. Assim ocorre a existência do que se chama competência tributária comum, entre os Estados e os Municípios, que podem, dessa forma, criar impostos com natureza jurídica idêntica.

Entendemos ser essa modalidade de competência tributária comum em desfavor do contribuinte, que passa a assumir obrigações, principal e acessórias, com duas entidades tributantes, provocando, com isso, uma maior burocratização de encargos, com resultados que poderiam ser obtidos de forma mais eficiente.

Dessa forma, entendemos não ser viável a outorga de competência tributária para que os Municípios possam criar o referido imposto sobre vendas a varejo. Para recompensá-los é preferível que seja elevado o índice de participação dos Municípios na arrecadação do imposto estadual equivalente, o que de certo além de propiciar um encargo a menos aos contribuintes, propiciará uma maior eficiência na arrecadação do tributo, pois, assim os Municípios, também, estarão imbuídos em contribuir para que a arrecadação do tributo estadual ocorra de forma plena.

Parecer:

A supressão do item III do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em restringir o âmbito da base do imposto de Venda a Varejo.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:31222 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO ROBERTO CUNHA (PDC/GO)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 210 § 4o.

Suprima-se do Projeto de Constituição:

O § 4o. do Art. 210

Justificativa:

Suprimido o inciso III do Artigo 210, não justifica a permanência do § 4º do mesmo artigo, no Projeto de Constituição.

Parecer:

A supressão do § 4o. do art.210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, nos termos da emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:31223 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO ROBERTO CUNHA (PDC/GO)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 210 § 5o.

Suprima-se do Projeto de Constituição:

O § 5o. do Artigo 210

Justificativa:

Suprimido o inciso III do Artigo 210, não justifica a permanência do § 4º do mesmo artigo, no Projeto de Constituição.

Parecer:

A supressão do § 5o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, nos termos da emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:31282 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALEXANDRE PUZYNA (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: § 5o. do art. 210

Substituir a palavra inicial "cabe" pela palavra "pode".

Justificativa:

Quem melhor sabe e conhece da capacidade contributiva dos municípios são as autoridades locais, ou seja, o Prefeito e os Vereadores. Portanto, deve ser deles a competência para fixar as alíquotas de seus impostos, não as submetendo a qualquer limite estabelecido pelo legislador complementar.

A diversidade das peculiaridades locais, especialmente as econômicas, é tão grande que, no caso específico, deve-se excluir a exigência de lei complementar, já que seus autores, além de distantes desta penalidade, não conseguirão encontrar um limite satisfatório.

Porém, como o imposto sobre venda a varejo afeta diretamente a economia, se passar a haver exagero dos legisladores municipais, é correto que a Constituição, resguardando os interesses dos cidadãos, permita que a lei complementar fixe teto para as alíquotas.

O que não se poderá deixar a competência municipal ao sabor do legislador complementar, que, pode, não fixando as alíquotas, paralisar o exercício da competência outorgada pela Constituição; neste caso estará o legislador citado fazendo a autonomia municipal.

Parecer:

A Emenda modificativa ao § 5o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao

entendimento predominante na Comissão de Sistematização.
Deve ser rejeitada

EMENDA:31288 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALEXANDRE PUZYNA (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado - Inciso I do art. 210

Exclua-se o termo final "urbana", incluindo em seu lugar "com destinação urbana".

Justificativa:

Pelas várias alterações por que passou o fato gerador do imposto predial e territorial urbano ficou patente que a melhor forma de diferenciá-lo do imposto federal sobre a propriedade é a destinação do imóvel. Isto evita a clássica diferenciação pela localização por zona, hoje ultrapassada, em virtude do desenvolvimento industrial, comercial e prestador de serviço na zona rural.

Assim permitir-se-á que atividades urbanas, tais como: postos de gasolina, restaurantes, escolas, indústrias, sítios de recreio e etc., tenham a propriedade tributada pelo imposto municipal.

Acresça-se, ainda, que o cunho extrafiscal da tributação rural deixou de ser tão fundamental como era, vez que o imposto territorial rural passa a ser da competência estadual.

Parecer:

A ampliação da incidência do imposto sobre a propriedade territorial urbana pretendida pela emenda não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização.
Deve ser rejeitada.

EMENDA:31308 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALEXANDRE PUZYNA (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: § 5o. do art. 210.

Suprimir o § 5o. do art. 210.

Justificativa:

Quem melhor sabe e conhece da capacidade contributiva dos municípios são as autoridades locais, ou seja, o Prefeito e os Vereadores. Portanto, deve ser deles a competência para fixar as alíquotas de seus impostos, não as submetendo a qualquer limite estabelecido pelo legislador complementar.

A diversidade das peculiaridades locais, especialmente as econômicas, é tão grande que, no caso específico, deve-se excluir a exigência de lei complementar, já que seus autores, além de distantes desta penalidade, não conseguirão encontrar um limite satisfatório.

Parecer:

A supressão do § 5o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, nos termos da emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização.
Deve ser rejeitada.

EMENDA:31494 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALFREDO CAMPOS (PMDB/MG)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO Art. 210, § 5o.

Dê-se ao parágrafo 5o., do art. 210, a seguinte redação:

"Art. 210 -

§ 5o. - na regulamentação do imposto de que trata o item III deste artigo, a lei complementar estabelecerá:

- a) - alíquotas máximas não excedentes de três por cento;
- b) - a apuração do imposto por estimativa, nos municípios de menos de cinquenta mil habitantes."

Justificativa:

Impõe-se norma constitucional limitativa do novo tributo, desde que inevitável sua aprovação.

Assim, chamado à razão, deve o Poder Constituinte atentar para a grave recessão das atividades econômicas e, em respeito ao cidadão contribuinte e indefeso consumidor, fixar parâmetros restringindo desde logo a voracidade fiscal que decorrerá das decorrerá das válvulas abertas na futura carta, através desta e outras inovações de que está prenhe o presente capítulo tributário.

A assertiva justifica o limite da alíquota e, bem assim, a forma da apuração do imposto nas pequenas localizadas, no sentido de evitar maiores entraves ao pequeno comércio varejista.

Parecer:

A Emenda modificativa ao § 5o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada

EMENDA:31586 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CARLOS CHIARELLI (PFL/RS)

Texto:

Eliminem-se os seguintes dispositivos do Sistema Tributário: Art. - 206 (inócuo); §§ 2o. (inócuo) e 3o, item I do artigo 207; §§ 2o. (inócuo). 3o, 4o, 5o. a 7o. (incompatíveis com o artigo 205) e 8o. do Art. 209; §§ 1o. (inócuo), 3o. e 4o. do art. 210; § 2o. do art. 212; § 1o. do art. 213 (óbvio); e § único do art. 216.

Justificativa:

Os dispositivos acima mencionados contêm regências próprias de lei complementar. É preciso zelar para que na futura Constituição não sejam incluídas disposições de conteúdo técnico, sujeito a outras conveniências no tempo. Alguns preceitos são inócuos no texto constitucional, formalmente contornáveis se o legislador o quiser.

Parecer:

Pretende a Emenda eliminar os artigos 206, 207, parágrafos 2o. e 3o., item I, 209, parágrafos 2o. a 8o., 210, parágrafos 1o., 3o. e 4o., 212, parágrafo 2o., 213, parágrafo 1o., e 216, parágrafo único.

Sua fundamentação e que "os dispositivos acima mencionados contêm regências próprias de lei complementar" ou então, "são inócuos no texto constitucional, formalmente contornáveis se o legislador o quiser."

É verdade que alguns desses dispositivos poderiam figurar em lei complementar. Mas se tal acontecesse a matéria poderia ser alterada mediante lei da mesma hierarquia, gerando incertezas em assuntos que devem ter disciplina definitiva, no interesse dos Estados, dos Municípios, da União e dos contribuintes.

De outra parte, é evidente o exagero em considerar-se inócuos, por exemplo, a avaliação de incentivos, o princípio de universalidade do imposto de renda, a progressividade do IPTU. Pela rejeição.

EMENDA:31669 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ CARLOS MARTINEZ (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao § 4o., do art. 210 do Substitutivo do Relator ao Projeto de Constituição:

" § 4o. - A competência municipal para instituir e cobrar o imposto mencionado no item III exclui a dos Estados para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o item III do art. 272 ".

Justificativa:

Como se encontra redigido o atual § 4º do art. 273 do Projeto, na operação de venda a varejo haverá a incidência do novo ICM e do imposto municipal sobre a venda a varejo. Ora, essa dupla tributação, além das contribuições que incidem sobre o faturamento (Finsocial, Funrural, PIS, etc.), representa uma violenta carga fiscal sobre o consumo de bens.

Assim, num sistema que se propôs a evitar a regressividade social da tributação, a proposta de incidência de dois impostos indiretos sobre o consumo soa como uma heresia e violência à técnica tributária.

Parecer:

A nova redação ao § 4o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, nos termos da emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:31743 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NESTOR DUARTE (PMDB/BA)

Texto:

Suprima-se a expressão "urbana" do art. 210 do Substitutivo do Relator.

Justificativa:

A Emenda visa a devolver ao Município seus impostos tradicionais, dentre os quais o territorial, que lhe foi tirado a pretexto de impedir sua ação no meio rural. Passa a tocar, portanto, ao Município o imposto territorial urbano e rural, além do predial também urbano e rural.

Parecer:

A ampliação da incidência do imposto sobre a propriedade territorial urbana pretendida pela emenda não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:31899 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HAROLDO SABÓIA (PMDB/MA)

Texto:

EMENDA ADITIVA E MODIFICATIVA

Acrescente-se ao Art. 210 o item IV e altera-se para compatibilizar com esta adição o § 5o., dando a seguinte redação:

Art. 210.

IV - Imposto sobre serviços

§ 5o. - Cabe a lei complementar regular a aplicação e visar as alíquotas máximas dos impostos de que tratam os itens II, III e IV deste artigo.

Justificativa:

A transferência do Imposto de serviços para os municípios vem no sentido de aumentar a capacidade financeira dos mesmos, aumentando-se assim o volume de serviços e melhorias oferecidos à população.

Por outro lado, a própria fiscalização e controle da arrecadação do ISS, seria, com esta medida, otimizada pois estas operações são, geralmente, contratadas e realizadas no território do município.

Parecer:

A Emenda modificativa ao § 5o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada

EMENDA:31926 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO AMARAL (PMDB/SP)

Texto:

Dê-se ao art. 210; a seguinte redação:

IV - Serviços de qualquer natureza.

§ 1o. - O imposto de que trata o item I, cobrado segundo planta genérica de valores, fixadas por ato do Poder Executivo, anualmente revistos, será progressivo no tempo quando incidir sobre área não edificada e não utilizada, de forma que se assegure o cumprimento da função social da propriedade.

§ 5o. - Cabe à Lei complementar:

I - Indicar outros imóveis sujeitos ao imposto de que trata o item I, excluindo-os, segundo os utilização efetiva ou potencial, da incidência de imposto de que trata o item I do Art. 272.

II - Fixar as alíquotas máximas dos impostos de que tratam os itens II e III deste artigo.

Justificativa:

Visa a Emenda dar maior e mais e justa participação aos municípios na distribuição das Receitas Federais e Estaduais, como requisito básico para a autonomia dos municípios, bem como o atendimento das necessidades essenciais da população, visto que é no município que o cidadão vive, tem suas necessidades e gera as riquezas da Federação.

Parecer:

A manutenção da competência do município sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza, pretendida pela Emenda, se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser aprovada.

EMENDA:32050 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERSON CAMATA (PMDB/ES)

Texto:

No artigo 210, o item III passa a ter a seguinte redação:

Art. 210 -

II - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Justificativa:

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – O ISSQN – constitui-se numa conquista duramente perseguida pelos Municípios, ao longo de décadas.

Tal imposto representa hoje numa parcela considerável da receita tributária.

Assim, a sua supressão para os municípios, em razão do seu deslocamento para a competência fiscal dos estados, significaria uma perda de receita absolutamente irreparável, mesmo com a inclusão do Imposto sobre Vendas a Varejo – IVV – que, em termos concretos, só beneficiará os municípios que possuam setor terciário de considerável desempenho.

Parecer:

A substituição do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias pelo imposto sobre serviços de qualquer natureza, pretendida pela emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em reintroduzir o imposto sobre serviços e em restringir o âmbito de incidência do Imposto de Venda a Varejo. Pela aprovação parcial.

EMENDA:32338 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ GERALDO (PMDB/MG)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo a ser Modificado: Inciso III do

O inciso III do art. 210 passa a ter a seguinte redação:

Art. 210 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I -

II -

III - Serviços de qualquer natureza

Justificativa:

Na forma proposta no texto do substitutivo, vendas a varejo é fato gerador específico do imposto sobre circulação de mercadorias, de competência estadual. Assim, propõe-se sua alteração, passando ao Município, como ocorre atualmente, a competência para tributar os serviços de qualquer natureza, tributo de características típicas de Municípios.

Parecer:

Somos pela aprovação da Emenda, acrescentando-lhe, apenas, que caberá à lei complementar definir a natureza dos serviços tributados.

EMENDA:32368 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NESTOR DUARTE (PMDB/BA)

Texto:

Inclua-se mais um inciso no art. 210 do

Substitutivo do Relator, suprimindo-se as expressões

"e sobre prestação de serviços" do inciso III do

seu art. 209, assim como dos seus parágrafos:

Art. 210 -

IV - serviços de qualquer natureza.

Justificativa:

A Emenda visa o manter o imposto sobre prestação de serviços na competência municipal. Não se justifica que o tradicional imposto de indústrias e profissões, mesmo travestindo na denominação sobre serviços de qualquer natureza, passe para a órbita do Estado. A não ser que se pretenda mutilar mais um aspecto, por sinal tradicional, da atuação dos Municípios, como o de ordenar as atividades locais, sobretudo urbanas, policiando a localização e o funcionamento de estabelecimentos comerciais e industriais, assim como de serviços outros.

Como é de competência municipal prover quanto a essa matéria de peculiar interesse recai, o imposto completo deve caber-lhe, como instrumento de eficácia da sua atuação no setor.

Óbvio, igualmente que o imposto somente poderá incidir na prestação de serviços realizada no âmbito do respectivo Município, por fugir à jurisdição do mesmo a que se realize em outra municipalidade e a cujo território não se estende. A matéria, a bem dizer, está especificada pela doutrina e pela jurisprudência, a respeito de normas gerais de direito tributário e imposto sobre serviços (ISS).

Por fim, é de todo conveniente que se não complique o que já se encontra assentado, com o imposto dessa natureza na competência do Município. Daí a Emenda suprimir, também do inciso III e parágrafos do art. 209 do Substitutivo, as referências a prestação de serviços como objeto de tributação pelo Estado ou definição do fato gerador e base de cálculo do seu imposto sobre circulação de mercadorias. (ICM).

Parecer:

A manutenção da competência do município sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza, pretendida pela Emenda, se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser aprovada.

EMENDA:32686 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BENITO GAMA (PFL/BA)

Texto:

Dê-se ao § 5o. do art. 210 do Substitutivo do Projeto de Constituição, elaborado pelo Relator da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

"§ 5o - Cabe à lei complementar fixar as alíquotas máximas dos impostos de que tratam os itens II e III deste artigo".

Justificativa:

No Projeto de Constituição, cabia à lei complementar fixar as alíquotas máximas não só do imposto sobre vendas a varejo, como está no Substitutivo ora apresentado, como também do imposto sobre transmissão de bens imóveis, a respeito do qual silencia o parágrafo.

A Emenda ora proposta visa a restabelecer essa competência para o legislador complementar. É que a transmissão inter-vivos não constitui, sempre e necessariamente, fato econômico capaz de justificar tributação. Muitas vezes o ato tem por finalidade o melhor aproveitamento econômico da propriedade e a tributação poderia representar um mecanismo inibidor à obtenção desse objetivo. Por isso, a vigente Constituição autoriza a fixação, evita sejam criados obstáculos sérios à circulação de bens imóveis, frequentemente imprescindíveis ao funcionamento mais adequado da economia.

Essas, as razões da Emenda ora proposta.

Parecer:

A Emenda modificativa ao § 5o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização.

Deve ser rejeitada

EMENDA:32708 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ GERALDO (PMDB/MG)

Texto:

Emenda Supressiva

Suprima-se o parágrafo 4o. do artigo 210.

Justificativa:

Tendo em vista emenda apresentada, transferindo, novamente, para os municípios, o imposto sobre serviços e outra suprimindo da competência municipal o imposto sobre vendas a varejo, não há como manter-se no texto substitutivo o § 4º do Art. 210.

Parecer:

A supressão do § 4o. do art.210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, nos termos da emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:32738 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Modificativa:

Dê-se ao parágrafo 1o., do artigo 210, do Substitutivo, a seguinte redação:

Art. 210 -

§ 1o. - O imposto de que trata item I poderá ser progressivo, segundo a lei, de forma que se assegure a função social da propriedade.

Justificativa:

Tal como se encontra redigido do preceito é inaplicável, tendo em vista que os critérios da progressividade do imposto deverão ser estabelecidos em lei.

Parecer:

A emenda, que propõe nova redação ao § 1o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, no sentido de retirar-lhe o caráter de cogente, deve ser aprovada por conter aspectos que se harmonizam com o

entendimento da Comissão de sistematização.
Pela aprovação.

EMENDA:32755 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ISRAEL PINHEIRO FILHO (PMDB/MG)

Texto:

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Art. 210

Acrescente-se ao Art. 210 o seguinte item:

Art. 210 -

V -

VI - serviços de qualquer natureza,
estabelecidos em lei complementar.

Justificativa:

O imposto sobre os serviços propriamente ditos (médicos, dentistas, etc...) devem ser de competência municipal não devendo ser incluídos no ICM ficando a matéria para ser melhor delineada na lista que acompanhará a lei complementar.

Parecer:

A manutenção da competência do município sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza, pretendida pela Emenda, se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser aprovada.

EMENDA:33197 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CÉSAR MAIA (PDT/RJ)

Texto:

Dá-se nova redação ao item III do artigo 210
e incluem-se parágrafo 6o. e item IV.

III - prestação de serviços;

IV - consumo de combustíveis, fumo e bebida.

§ 6o. - O imposto de que trata o item IV,
será arrecadado pelos Estados que definirão em lei
suas alíquotas, incluindo 100% do valor arrecadado
no fundo de participação dos municípios relativo
ao item III do artigo 209.

Justificativa:

A proposta exclui a criação do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias, que é uma excrecência tributária. Excrecência por ser mais um imposto indireto, por ser cumulativo, por atingir as microempresas e por criar uma máquina fiscal paralela a do ICM, mal remunerada com as sequelas relativas.

No seu lugar retorna-se com o imposto sobre serviços para os municípios dada a sua importância crescente para atribuições crescentes que passarão a ter os municípios e cria-se o imposto ao consumo de combustíveis, bebidas e fumo, que atingirá o consumo supérfluo, produzirá importante receita e não trará custo de arrecadação já que a proposta transfere as responsabilidades para os Estados que já arrecadam no similarmente enquanto ICM

Parecer:

A manutenção do imposto sobre a prestação de serviços, em substituição ao imposto sobre vendas a varejo, conforme pretendida pela emenda, além da ampliação da competência tributária do município, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve, porém, permanecer o Imposto de Vendas a varejo, com campo de incidência mais restrito.

EMENDA:33449 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

Texto:

Emenda Modificativa

Dê-se a seguinte redação ao § 1o. do Art. 210 do Projeto de Constituição.

"§ 1o. - O imposto de que trata o item I poderá ser progressivo no tempo quando incidir sobre área urbana não edificada, não utilizada ou subutilizada, integrante de região que lei específica determinar como de parcelamento ou edificação compulsória."

Justificativa:

A emenda pretende a coerência deste dispositivo com o enunciado do § 3º do Artigo 236. De fato, ao prever as situações de utilização não adequada dos imóveis urbanos, o faz clara e acertadamente, classificando-os em: (I) não edificação; (II) não utilização; e (III) subutilização. A subutilização dos imóveis urbanos pode configurar uma situação tão danosa, do ponto de vista do aproveitamento socialmente adequado da propriedade imobiliária, quanto sua edificação ou não utilização.

Parecer:

Trata a emenda da inclusão no § 1o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, da expressão "ou subutilizada", entendendo-se que a subutilização dos imóveis urbanos pode configurar uma situação danosa, como a sua não utilização. Temos a convicção de que a matéria recebeu tratamento adequado no âmbito da Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:33571 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

Texto:

Dê-se ao art. 210 a seguinte redação:

"Art. 210 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I -

II -

III - serviços de qualquer natureza".

Em consequência, suprimam-se o § 4o. do art.

210 e as referências a serviços constantes das

Seções IV e VI do Capítulo I do Título VII.

Justificativa:

Visa a Emenda a permanência do imposto sobre serviços na competência dos Municípios e a exclusão, dessa mesma competência, do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias.

O imposto sobre serviços constitui uma importante fonte de receita para os Municípios, sobretudo em virtude do desenvolvimento do setor terciário da economia em todo o País.

Ademais, trata-se de tributo em relação ao qual os entes locais já contam com mais de 25 anos de experiência em sua aplicação, tendo eles, no decorrer desse período, se aparelhado convenientemente para sua cobrança, mediante a criação de cadastros, programas de computação e outros mecanismos administrativos.

Quanto a supressão do imposto sobre vendas a varejo, é de se assinalar que a sua aplicação provocaria a ruptura do princípio da não cumulatividade na última etapa do processo de circulação de mercadorias, gerando problemas de ordem técnica de difícil solução. Estando as mercadorias já oneradas pelo ICM, sobre a soma do preço delas e do valor desse tributo é que incidirá o imposto sobre vendas a varejo, daí decorrendo o aumento do custo das mercadorias para o consumidor final.

Cabe, ainda, lembrar que os comerciantes varejistas ficarão sujeitos simultaneamente ao ICM ao imposto sobre vendas a varejo, conforme, aliás, dispõe o § 4º do art. 210, o que aumentará as obrigações acessórias e as despesas operacionais dos referidos contribuintes.

Os comerciantes varejistas, por sua vez, se constituem, em sua imensa maioria, de microempresas e de empresas de pequeno porte, sendo, portanto, um paradoxo a instituição do imposto sobre vendas a varejo, quando se procura criar facilidades e benefícios com vistas à sua preservação e desenvolvimento, como preceitua o art. 244 do Substitutivo.

Por todas essas razões é que se propõe a presente Emenda.

Parecer:

A substituição do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias pelo imposto sobre serviços de qualquer natureza, pretendida pela emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em reintroduzir o imposto sobre serviços e em restringir o âmbito de incidência do Imposto de Venda a Varejo. Pela aprovação parcial.

EMENDA:33733 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROSE DE FREITAS (PMDB/ES)

Texto:

O Item III, do art. 210 passa a ter a seguinte redação:

Art. 210.

III - Imposto sobre serviço de qualquer natureza.

Suprimem-se, por via de consequência, as expressões equivalentes ao ISSQN dos dispositivos constantes da competência fiscal do Estado (no Item III, nos §§ 4o. e 7o. do artigo 209).

Justificativa:

Como se sabe, o Imposto sobre serviço de qualquer natureza, ISSQN – é uma conquista municipal, concretizada por décadas e décadas uma luta incansável. Com isso, estruturamos os municípios as suas fiscalizações nesse sentido. O deslocamento desse tributo para a esfera fiscal do Estado e consequentemente alteração da destinação fiscal da área tributária municipal, com a implantação do Imposto sobre vendas a varejo, redundariam num custo elevado e não compensador para implantação do tributo em tela. Além disso, tal fato culminaria com mais uma sobrecarga fiscal para os contribuintes já obrigados a responderem com pesado ônus.

Ressalte-se, ainda, que os pequenos municípios serão prejudicados sensivelmente pela transferência do ISS para a competência fiscal do Estado e pela implantação do IVV, pois, a introdução de tal imposto só beneficiará, naturalmente, os municípios de médio e grande portes, com setores terciários dotados de notável desempenho.

Parecer:

A substituição do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias pelo imposto sobre serviços de qualquer natureza, pretendida pela emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em reintroduzir o imposto sobre serviços e em restringir o âmbito de incidência do Imposto de Venda a Varejo. Pela aprovação parcial.

EMENDA:33740 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROSE DE FREITAS (PMDB/ES)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 210, incisos I, II e III

Dê-se ao artigo 210 e seus incisos, do

Projeto de Constituição a seguinte redação:

"Artigo 210 - Compete aos Municípios

instituir imposto sobre:

I - Propriedade Predial e Territorial Urbana;

II - Transmissão "Inter Vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto garantia, bem como de direitos a sua aquisição;

III - Serviços de qualquer natureza, nos termos estabelecidos em lei complementar.

Justificativa:

O dispositivo que se pretende emendar, retira da competência Municipal o Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza, criando em substituição o Imposto Sobre Vendas a Varejo de Mercadorias.

A alteração pretendida acarreta uma série de inconvenientes, prejudicando a maioria dos Municípios, o consumidor final, e o pequeno varejista.

Com a substituição do ISS pelo IVV, os Municípios terão que reestruturar toda a máquina administrativa para arrecadar o novo tributo, uma vez que ao longo de mais ou menos vinte anos, se aparelharam e se especializaram para fiscalizar e arrecadar o ISS. Essa nova estrutura representará para a maioria dos Municípios, uma despesa superior ao valor arrecadado, acarretando dessa forma, um possível prejuízo, pois hoje, com o ISS, bem ou mal se têm uma previsão de receita garantida. Para que se possa resolver os problemas dos Municípios, o ideal seria aumentar a sua participação no bolo da arrecadação do ICM, havendo dessa forma, um aumento real de receita sem a criação de novas despesas.

A criação de mais um tributo representará um aumento efetivo da carga tributária, onerando diretamente o consumidor final que é toda a população.

Além disso, a instituição do I.V.V. da forma como foi previsto incidindo juntamente com o ICM, ou seja, sobre uma mesma base, enseja em uma bitributação, tanto é verdade que o próprio § 4º do artigo 210, dispõe que a competência Municipal para instituir e cobrar o I.V.V., não exclui a dos Estados para instituir e cobrar, na mesma operação o I.C.M.

Por fim, além de outros inconvenientes que poderiam ser listados, cabe lembrar que o pequeno varejista também ficará prejudicado em decorrência da duplicidade de obrigações acessórias, pois terá que ter dois tipos de controles com obrigações fiscais distintas, duas legislações a cumprir (Estado e Município) duas fiscalizações, e outros entraves da natureza burocrática. Isso acabará por trazer um verdadeiro retrocesso em relação à pequena empresa, contrariando o princípio da desburocratização e praticado nos últimos anos, com resultados satisfatórios.

Pelos inconvenientes citados, e outros que com certeza surgirão, é que a emenda pretende manter a situação vigente, suprimindo o Imposto Sobre Vendas a Varejo e atribuindo o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza à competência Municipal.

Através de outra emenda estamos propondo a alteração do artigo 212, inciso III, para conferir aos Municípios em vez de 25% (vinte e cinco por cento), o percentual de 29% (vinte e nove por cento) do produto da arrecadação do ICM.

Parecer:

Pretende a Emenda alterar a competência tributária dos Municípios, reintroduzindo o imposto sobre serviços e eliminando o imposto sobre as vendas a varejo de mercadorias.

Os fundamentos invocados são vários: pesado encargo para montagem de nova máquina arrecadadora; possibilidade de rendimento negativo para o Município; aumento da carga tributária; bitributação com o ICM; ônus burocrático para os pequenos varejistas.

Ora, a existência de controles estaduais para o ICM facilita muitíssimo a estruturação da administração do imposto sobre vendas a varejo; finalmente, em relação à tributação, cabe esclarecer que a circulação de mercadorias não se confunde com as vendas a varejo, havendo apenas sucessão ou encadeamento entre essas duas operações, tal como ocorre com a produção (geral do IPI) e com a circulação de mercadorias.

Entretanto, reexaminando o assunto, especialmente sob o ângulo da carga tributária, convencemo-nos de que há conveniência em retornar o Imposto de Serviços ao Município, embora mantendo parcialmente o Imposto da venda a varejo.

Pela aprovação.

EMENDA:33896 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DÉLIO BRAZ (PMDB/GO)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: art. 210, item II.

Suprima-se do item II do art. 210, "in fine", a expressão "bem como cessão de direitos a sua aquisição".

Justificativa:

A expressão que se propõe eliminar é minudência não compatível com o texto constitucional, além de poder gerar conflitos de entendimento com a matéria sujeita à incidência do imposto sobre a renda.

Parecer:

A supressão da expressão "bem como cessão de direitos a sua aquisição" do item II do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta na Comissão de Sistematização.

Deve ser rejeitada.

EMENDA:33897 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DÉLIO BRAZ (PMDB/GO)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVA EMENDADO: Art. 210 e § 4o.

Suprima-se o item III do art. 210 e, em consequência, o § 4o.

Justificativa:

Imprescindível consagrar, na Carta Magna, o salutar princípio vedacional da Bitributação.

Adite-se que a criação, através de norma constitucional de modalidade estadual de imposto sobre vendas a varejo de mercadorias, além de representar sobrecarga indesejável aos já sofridos contribuintes deste País, compromete ainda mais o já debilitado equilíbrio que deve presidir o regime federativo, favorecendo a expansão do enriquecimento dos Estados já ricos, com maior distanciamento dos Estados menos aquinhoados.

Nem mesmo se presente o texto do art. 261, cuja supressão foi proposta em outra emenda de nossa autoria.

A experiência, embora válida em outros Países, como nos Estados Unidos, não parece ser indicada para o Brasil, principalmente pouco alterável em algumas décadas.

Parecer:

A supressão do item III e do § 4o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em restringir o âmbito da base de incidência do Imposto de Venda a Varejo.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:33939 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

STÉLIO DIAS (PFL/ES)

Texto:

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 210, item III.

Sugere-se a seguinte redação ao item III do art. 210 do Substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização:

Seção V

Dos Impostos dos Municípios

Art. 210 -

III - vendas e prestação de serviços.

Justificativa:

Trata-se de um imposto que os municípios já vêm cobrando há algum tempo e, portanto, com tradição na forma de arrecadar. A sua supressão causará danos as municipalidades, principalmente àquelas que se dependem fundamentalmente e ao imposto privativo na sua arrecadação e cobrança.

Parecer:

A emenda, ao ampliar a competência tributária do Município, se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização, em relação ao Imposto Sobre Serviços; mantém-se, contudo, o Imposto Sobre Varejo em relação a alguns produtos.

Pela aprovação nos termos do Substitutivo.

EMENDA:33940 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

STÉLIO DIAS (PFL/ES)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se do art. 210 o item III, do Substitutivo do Relator da Comissão de

Sistematização.

Seção V

Dos Impostos dos Municípios

Art. 210 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

III - vendas a varejo de mercadorias.

Justificativa:

A instituição do Imposto de vendas a varejo decretará a falência prematura da maioria dos municípios brasileiros. Uma das regras fundamentais da tributação leva-nos ao atendimento que a existência do tributo pressupõe a capacidade de arrecadar. A maioria dos quase 4.800 municípios brasileiros não tem como instituir e arrecadar este novo imposto.

Acresce que o § 4º deste mesmo artigo permitindo ao Estado idêntica operação levará uma super-posição dessa mesma operação, incidindo sobre uma mesma mercadoria o que torna danosa para a economia do País como um todo.

Parecer:

A supressão do item III do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em restringir o âmbito da base do imposto de Venda a Varejo.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:34108 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VICTOR FACCIONI (PDS/RS)

Texto:

Acrescente-se um item ao art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, nos seguintes termos:

Art. 210 -

IV - serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União ou dos Estados, definidos em lei complementar.

Em decorrência, dê-se ao item III do art. 209 a redação seguinte, a ela adequando-se a redação dos § 4o., item I do § 5o., § 7o., item I do § 8o., e itens IV, V e VI do § 9o., do artigo ora citado:

Art. 209 -

III - operações relativas à circulação de mercadorias, realizadas por produtores, industriais e comerciantes, ainda que iniciadas no Exterior;

Justificativa:

O imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, atualmente inserido na competência tributária dos Municípios, representa uma receita extremamente significativa para uma expressiva parcela dos Municípios brasileiros, em especial para as capitais dos Estados, nas quais o setor terciário da economia encontra-se altamente desenvolvido. Note-se, de resto, tratar-se de tributo que, com o decurso do tempo, tenderá a assumir cada vez maior importância, visto que o processo do desenvolvimento econômico, em estágios mais elevados, imprime maior aceleração à expansão dos serviços do que aos demais setores da economia.

Sendo de todos notória a extrema indigência de recursos em que se debate a maioria das nossas edidades, nenhum sentido faz retirar-lhes justamente nesta conjuntura essa importante fonte de receita própria, a pretexto de atribuir-lhes um novo imposto de complexa instituição, impraticável gestão e duvidosos resultados.

Os Municípios já estão eficazmente estruturados para cobrar esse tributo, devendo ele permanecer na sua competência tributária, independentemente da criação de novos impostos e das alterações que venham a ser inseridas no sistema tributário a ser implantado com a nova Carta.

Não é admissível, pelas razões vistas, venha a se privar os Municípios de um tributo que, pela sua natureza e seu campo de incidência, tem, originariamente, vocação municipal.

Parecer:

A manutenção da competência do município sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza, pretendida pela Emenda, se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização.
Deve ser aprovada.

EMENDA:34214 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ SERRA (PMDB/SP)

Texto:

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DO RELATOR DA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Dê-se ao item II do art. 210 a seguinte redação, suprimindo-se, em decorrência o § 3o. e renumerando-se os seguintes como §§ 3o. e 4o.

"Art. 210

II - transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, situados em seu território, e de direitos reais a eles relativos, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição; e".

Justificativa:

A especificação "situados e seu território" permite suprimir § 3º do artigo, por desnecessário. Evitou-se, também, a repetição do termo "imóveis.

Parecer:

A inserção ao item II do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição da expressão "situados em seu território" e a correspondente supressão do § 3o. do mesmo artigo não se ajustam ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização.
Deve ser rejeitada.

EMENDA:34341 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

Texto:

Emenda Substitutiva

O item III do art. 210 passa a ter a seguinte redação:

Art. 210 -

I -

II -

III - Imposto sobre Serviço de qualquer natureza consequentemente, ficam excluídas as referências à prestação de serviços no art. 209, III, § 4o., § 7o. e § 9o, inciso IV.

Justificativa:

(ilegível)

Parecer:

A substituição do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias pelo imposto sobre serviços de qualquer natureza, pretendida pela emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em reintroduzir o imposto sobre serviços e em restringir o âmbito de incidência do Imposto de Venda a Varejo.
Pela aprovação parcial.

EMENDA:34434 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VALTER PEREIRA (PMDB/MS)

Texto:

TÍTULO VII - Da Tributação e do Orçamento
CAPÍTULO I - Do Sistema Tributário Nacional
SEÇÃO V - Dos Impostos dos Municípios
Suprimam-se o item III do Artigo 210 e o § 4o.
do mesmo Artigo.

Justificativa:

O dispositivo que se pretende suprimir configura uma flagrante bi-tributação, condenada pela tradição do nosso sistema tributário.

Afinal, entre os impostos de circulação de mercadoria e de vendas a varejo não existe nenhuma distinção.

Parecer:

A supressão do item III e do § 4o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Todavia, há acordo em restringir o âmbito da base de incidência do Imposto de Venda a Varejo.
Pela aprovação parcial.

EMENDA:34464 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SIGMARINGA SEIXAS (PMDB/DF)

Texto:

Suprima-se o § 4o. do art. 210 do Substitutivo.

Justificativa:

Essa disposição é desnecessária, porque redundante. Afinal, trata-se de impostos com fatos geradores bem distintos: no IVV municipal é a venda, enquanto no ICMS estadual é a circulação, embora de mercadorias, em ambos.

Todavia, se o Relator não for sensível ao argumento técnico-tributário e preferir manter esse parágrafo, deve ao menos escoimá-lo, duplamente, da expressão "e cobrar", ali constante duas vezes, após "instituir", que é a única competência tributária prevista tanto no caput desse art. 210, quanto no do art. 209.

Parecer:

A supressão do § 4o. do art.210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, nos termos da emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização. Deve ser rejeitada.

EMENDA:34465 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SIGMARINGA SEIXAS (PMDB/DF)

Texto:

Dê-se ao art. 210, § 1o. do Substitutivo, a seguinte redação:

"Art. 210 -

§ 1o.- O imposto de que trata o item I poderá ser progressivo no tempo, quando incidir sobre área urbana não edificada ou mal utilizada, de forma a se assegurar o cumprimento da função social da propriedade".

Justificativa:

Essa disposição não deve ser cogente, mas facultativa, nem restritiva, mas abrangente, deixando-se ao legislador municipal o exercício pleno da competência tributária sobre o IPTU e suas possíveis características (existência ou não de progressividade, maior ou menos tanto na propriedade territorial, se não edificada nem utilizada, quando na propriedade predial, se mal utilizada).

A diversidade de cada um dos mais de 4.000 Municípios está a exigir a alteração desse texto, consoante proposto.

Parecer:

A emenda, que propõe nova redação ao § 1o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, no sentido

de retirar-lhe o caráter cogente, deve ser aprovada por conter aspectos que se harmonizam com o entendimento da Comissão de Sistematização.
Pela aprovação.

EMENDA:34577 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

Texto:

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DO RELATOR DA COMISSÃO
DE SISTEMATIZAÇÃO

No § 2o. do art. 210, onde se lê:

"desses bens ou direitos, locação de bens
imóveis ou arrendamento mercantil", leia-se:
"dos bens ou direitos referidos no item II ou
locação de imóveis".

Justificativa:

A emenda, em primeiro lugar, procura deixar claro que os bens ou direitos, a que se refere trecho citado, são os bens imóveis e os direitos reais imobiliários. A redação é um tanto obscura, porque o parágrafo mencionado começa dizendo dos bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica, para depois tomar em consideração o comércio "desses bens ou direitos". Que bens? Somente com o auxílio da análise lógica ficamos sabendo que são os bens e direitos de que trata o item II do art. 210.

Em segundo lugar, não se justifica a menção, no dispositivo comentado, a arrendamento mercantil. E o caso é de arrendamento mobiliário, não cabe a sua inclusão no preceito, que trata de imóveis e direitos imobiliários. Se é de arrendamento imobiliário, já está abrangido pelo comércio ou locação de imóveis. É certo que a doutrina ainda não chegou a um consenso quanto à natureza das atividades de leasing (traduzindo, entre nós, como arrendamento mercantil, expressão ambígua). Uns vêem no lease uma venda financiada, enquanto, para outros, não passa de uma locação qualificada pela opção de compra. Quer sob um aspecto, quer sob outro, a operação em causa está compreendida pelos termos abrangentes do dispositivo, que inclui o comércio e a locação de bens imóveis.

Como foi mencionado, arrendamento mercantil é uma expressão ambígua. Na doutrina tradicional, é sinônimo de locação mercantil, que, no entanto, não traduz a ideia do texto. Como sinônimo de leasing (ou lease), estaríamos transportando para a Constituição um termo do direito positivo, que a doutrina timbra em tachar de infeliz, apesar de suas divergências quanto à natureza jurídica.

Em suma, a inclusão, no texto, do arrendamento mercantil, como arrendamento mobiliário, não faz sentido; e como arrendamento imobiliário é supérflua, além de ensejar dúvidas de interpretação.

Parecer:

A alteração da redação do § 2o. do art. 210 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, nos termos da emenda, não se ajusta ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização.
Deve ser rejeitada.

EMENDA:34750 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADOLFO OLIVEIRA (PL/RJ)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

ARTIGO 210, § 1o.

Nova Redação

"O imposto de que trata o item I será
progressivo no tempo, quando incidir sobre área
urbana não edificada ou não utilizada, desde que
tais circunstâncias sejam exclusivamente
imputáveis ao proprietário".

Justificativa:

O princípio do imposto progressivo, instituído neste preceito, é salutar e afeiçoado à ideia de função social da propriedade. À toda evidencia, contudo a progressividade do tributo só se justifica quando é ao proprietário imputável a ociosidade do bem urbano.

Fora daí o que se tem é verdadeiro confisco. Assim, se o Poder Público não leva ao local equipamentos urbanos (rede pluvial, viária, etc.), como exigir que o proprietário edifique? E, se as autoridades financeiras e habitacionais não instituem mecanismos que deem acesso ao mercado imobiliário, para os que dele necessitam, como e por que obrigar o proprietário a edificar, levantando prédios que pertencem vazios pelo tempo afora? É atento a essas realidades que apresenta esta emenda modificativa que, aperfeiçoando o preceito, melhor o amolda ao ideal de justiça social.

Parecer:

A emenda estabelece condições para a progressividade do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbano, segundo o disposto no § 1o. do art. 210. Temos convicção de que a matéria em tela recebeu tratamento adequado no âmbito da Comissão de Sistematização. Pela rejeição.

EMENDA:34988 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB/SP)

Texto:

- 1) Suprima-se do item III do art. 209 a expressão "e sobre prestação de serviços"
- 2) Inclua-se no art. 210:
- 3) Substitua-se no item III do art. 212 a expressão "vinte e cinco" por "vinte".
- 4) Corrija-se no texto as remissões ao imposto sobre circulação de mercadorias suprimindo-se a prestação de serviços.

Justificativa:

A presente emenda objetiva restabelecer a competência municipal para cobrança do imposto sobre serviços.

Parecer:

A emenda sob exame quer preservar na competência dos Municípios o imposto sobre serviços, suprimindo a incidência correspondente no imposto sobre circulação de mercadorias, mantido para os Estados. Certamente numerosos Municípios serão muito prejudicados com a perda do ISS. Procede também a afirmação de que a prestação de serviços constitui em inúmeros casos segmento totalmente diferente da circulação de mercadorias. De resto, a absorção do ISS pelo ICM alterará sistema já implantado que se tem algumas espécies de operações nebulosas, poderia ser aperfeiçoado. Pode ser temerário mudar isso. A decisão é essencialmente política, na qual poderiam ser ouvidos os Municípios, que são os entes mais afetados.

A Comissão de Sistematização está deixando com os Municípios a tributação dos serviços em geral e com os Estados a tributação dos serviços de transporte extramunicipais e de comunicação.

EMENDA:32576 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO DORNELLES (PFL/RJ)

Texto:

Dê-se ao Capítulo I do Título VII do Substitutivo ao Projeto de Constituição, elaborado pelo Relator da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

Capítulo I

Do Sistema Tributário Nacional

[...]

SEÇÃO V

Dos Impostos dos Municípios

Art. 210. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;
 II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; e
 III - vendas a varejo de mercadorias.
 § 1º. O imposto de que trata o item II poderá ser progressivo, nos termos de lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.
 § 2º. O imposto de que trata o item II não incide sobre a transmissão jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for o comércio desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
 § 3º. O imposto de que trata o item II compete ao Município da situação do bem.
 § 4º. A competência municipal para instituir e cobrar o imposto mencionado no item III não exclui a dos Estados para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o item III do artigo 209.
 § 5º. Cabe à lei complementar fixar as alíquotas máximas do imposto de que tratam os itens II e III deste artigo.
 [...]

Justificativa:

O Capítulo dedicado ao Sistema Tributário Nacional do Substitutivo ao Projeto de Constituição está elaborado dentro da melhor técnica, seja sob o aspecto jurídico-formal, seja em razão das soluções substantivas adotadas. Depois de ouvir técnicos especializados, do setor público e do setor privado, pareceu-me conveniente sugerir pequenos e rápidos aperfeiçoamentos, que me parecem devem ser adotados.

Parecer:

A presente Emenda consiste em dar nova redação a todo o Capítulo I do Título VII do Substitutivo ao Projeto de Constituição, com o objetivo de sugerir pequenos e rápidos aperfeiçoamentos.

Examinando-a, observamos que contém várias normas e sugestões que efetivamente contribuem para o aperfeiçoamento do Projeto de Constituição, podendo-se citar, entre outras, as dos itens II e III e § 2º. do art. 195; do art. 200; do item I e do § 3º. do art. 203; do item I do § 3º. do art. 207; do item IV do § 11 do art. 209 e do § 2º. do art. 213.

Por outro lado, tendo em vista o resultado de negociações e acordos efetuados com várias lideranças e membros da Comissão de Sistematização, não podem ser admitidas as inovações que a Emenda contém em seus artigos 197, item III, "caput", 209, §§ 1º e 6º, 213, item I, alínea "c" e 217.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:34001 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ RICHA (PMDB/PR)

Texto:

De acordo com o disposto no § 2º. do artigo 23 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, dê-se ao Título VII a seguinte redação, procedendo-se às alterações que se fizerem necessárias, no Substitutivo do Relator:

"Título VII

Da Tributação e do Orçamento

Capítulo I

Do Sistema Tributário Nacional

[...]

Seção V

Dos Impostos dos Municípios

Art. 210 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos e sua aquisição; e

III - vendas a varejo de mercadorias.

§ 1º - O imposto de que trata o item I poderá ser progressivo, nos termos de lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º - O imposto de que trata o item II não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for o comércio desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º - O imposto de que trata o item II compete ao Município da situação do bem.

§ 4º - A competência municipal para instituir e cobrar o imposto mencionado no item III não exclui a dos Estados para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o item III do artigo 209.

§ 5º - Cabe a lei complementar fixar as alíquotas máximas do imposto de que trata o item III deste artigo.

[...]

Justificativa:

As alterações e a redação ora propostas, de dispositivos correlatos, contemplam os aspectos de mérito do tema, as aspirações sociais do povo brasileiro, a representatividade constituinte de seus signatários e a sistematização adequada à técnica legislativa, nos termos dos debates e acordos efetuados, tendo em vista o Substitutivo do ilustre Relator.

Parecer:

A presente Emenda tem por objetivo dar nova redação ao Título VII do Substitutivo ao Projeto de Constituição. O exame da Emenda, na parte relativa à Seção II, "Dos Orçamentos", e da respectiva justificção apresentadas pelos nobres Constituintes, levam-nos a concluir que as alterações propostas contribuem para o aperfeiçoamento do Projeto tornando-o mais completo, preciso e consistente.

Quanto ao Sistema Tributário, a Emenda reproduz grande parte do Substitutivo e também traz inovações que devem ser atendidas, porque contribuem para o aperfeiçoamento do mesmo (caso dos artigos 200, 202, II, V, 203, I, § 3º., 207, § 3º., I, 209, III, §§ 2º., 3º., 4º., 9º., I, § 10, 213, § 1º. e 2º.)

Entretanto, não achamos conveniente o aproveitamento das contribuições contidas nos artigos 209, § 9º., item II, alínea "a" e 213, item I, alínea "c", tendo em vista a linha geral do Substitutivo e o resultado de negociações já firmadas.

Pela aprovação parcial.

FASE S

EMENDA:00269 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IBERÊ FERREIRA (PFL/RN)

Texto:

Emenda supressiva

Dispositivos emendados: inciso III e § 4o., do art. 185 e § 4o., do art. 13, das disposições transitórias;

Suprimam-se o inciso III e o § 4o., do art. 185, e o § 4o. do art. 13 Ato das Disposições Gerais e Transitórias, do Projeto de Constituição (A).

Justificativa:

Os dispositivos supramencionados dispõem sobre a instituição do imposto sobre vendas de combustíveis líquidos e gasosos a varejo, exceto óleo diesel, a nível municipal, atribuindo-se para tanto competência aos Municípios não excludente da cobrança, pelos Estados e Distrito Federal, do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias incidente também sobre os mesmos produtos.

Fácil perceber que as vendas a varejo representam apenas uma etapa do processo de circulação de mercadorias, de modo que o imposto de competência municipal conforme previsto, aplicar-se-á, inevitavelmente, de forma cumulativa ao imposto de competência estadual, ou seja, ocorrerá bitributação sobre o mesmo fato gerador.

A prevalecer, portanto, a criação, pelos Municípios, do imposto sobre vendas de combustíveis líquidos e gasosos a varejo, exceto o óleo diesel, estar-se-ia onerando duplamente o consumidor desses produtos, contrariando a moderna doutrina no que tange ao relacionamento entre o fisco e o contribuinte.

Sob o aspecto, essa medida provocaria possível conflito entre os Estados e Distrito Federal e os Municípios, em resultado das competências de tributação concorrentes que lhes seriam conferidas, sem falar no maior custo operacional acarretado pelo funcionamento simultâneo de máquinas arrecadoras estaduais e municipais.

A propósito, o Projeto de Constituição prevê a distribuição aos Municípios de 25% das receitas estaduais provenientes do Imposto sobre operação de circulação de mercadorias, inclusive os produtos a serem também onerados pelo imposto de vendas a varejo.

Cabe destacar ainda que o referido imposto municipal teria progressividade geral limitada, em decorrência de natureza dos bens tributados. Com efeito, nas vezes em que os mesmos forem usados com matéria-prima, de ciclo produtivo, seus efeitos tenderão a ser regressivos, o que não condiz com os sadios fundamentos do sistema tributário proposto.

Por último, o potencial de tributação que se quer atingir, além de poder ser alcançado pelo novo ICMS estadual, repita-se, com repartição justa (25%) com os Municípios, concentra-se especialmente nas unidades municipais mais ricas do País, não representando grandes unidades mais ricas do País, não representando grandes perspectivas de arrecadação para a sua grande maioria.

Parecer:

A Emenda em análise pretende a supressão da competência municipal para instituir o imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel, bem como, por consequência, das demais disposições a ele pertinente, sob a alegação de que implica bitributação sobre o mesmo fato gerador do ICM.

A matéria foi exaustivamente debatida desde a Subcomissão temática, prevalecendo a tese de que é perfeitamente válida a criação do imposto sobre vendas a varejo, que amplia a competência tributária municipal, atendendo a justo e antigo pleito das municipalidades brasileiras.

A supressão desse imposto deformaria a estrutura do sistema proposto, que visou à compatibilização dos interesses das três esferas de governo.

Pela rejeição.

EMENDA:00884 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUIZ MARQUES (PFL/CE)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 185 do Projeto de Constituição

No Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, dê-se ao § 1o. do Art. 185 a seguinte redação:

"Art. 185 -

§ 1o. - O imposto de que trata o Item I

poderá ser progressivo no tempo, quando incidir sobre área urbana não edificada e não utilizada, de forma que se assegure o cumprimento da função social da propriedade.""

Justificativa:

A redação proposta é igual e já dada no 1º Substitutivo do Relator à Comissão de Sistematização, bem como a de outras sugestões apresentadas por grupos de Constituintes (Projeto Hércules).

Pretende-se que a progressividade do IPTU seja em função do tempo é aplicável apenas aos terrenos que cumpram a função social.

Parecer:

Propõe a presente Emenda, do ilustre Constituinte LUIZ MARQUES, alteração do teor do parágrafo 1o. do artigo 185, no sentido de restringir, a progressividade do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, ao tempo e à área urbana não edificada e não utilizada.

Segundo a justificação, "a redação proposta é igual à já dada no 1. Substitutivo do Relator à Comissão de Sistematização, bem como a de outras sugestões apresentadas por grupos de Constituintes (Projeto Hércules)". Ao deixar para a lei municipal a competência para fixar os termos da progressividade do IPTU, o Projeto teve em vista as diferentes situações e peculiaridades regionais dos Municípios de nosso vasto território, entendendo que cada um saberá formular o modelo de tributação progressiva que melhor lhe convier.

Pela rejeição.

EMENDA:01165 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SEVERO GOMES (PMDB/SP)

Texto:

Dispositivo emendado: art. 185.

Suprima-se do projeto o item II do § 5o. do art. 185.

Justificativa:

Não se pode garantir a perpetuidade e a universalidade da isenção do imposto sobre serviços para as exportações.

Parecer:

Pela rejeição, nos termos do parecer à Emenda nr. 2P1164 -1.

EMENDA:01616 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSMUNDO REBOUÇAS (PMDB/CE)

Texto:

Emenda Supressiva

No Projeto de Constituição (A):

- Suprima-se o item III do art. 185

- Suprima-se o § 4o. do art. 185

Justificativa:

Sob o ponto de vista técnico-econômico, é inaceitável a incidência simultânea de dois impostos indiretos na mesma operação, pois se trata de uma evidente bitributação. Uma Constituição que se diz moderna e avançada não pode conter esse tipo de aberração.

O art. 184 item II o ICMS que incide, entre outros, nas vendas de combustíveis líquidos e gasosos, de competência estadual.

Já o art. 185 item III instituiu o IVV sobre essas mesmas vendas, de competência municipal. Ora, a boa técnica legislativo-tributária recomenda que, em casos como este, onde Estados e Municípios devem participar da arrecadação relativa ao mesmo fato gerador, seja feita a cobrança de um único imposto com alíquota maior, procedendo-se então à partilha da receita entre as duas esferas de governo.

Dessa forma, propomos a supressão do IVV nesta emenda. Em outra emenda, propomos a partilha do produto do ICMS que incide na fase varejista de vendas daqueles combustíveis em iguais partes 50% para os Estados e 50% para os Municípios.

Parecer:

Propõe a presente Emenda, do Constituinte Deputado OSMUNDO REBOUÇAS, a supressão do item III do

artigo 185, que dá aos Municípios competência para instituir imposto sobre vendas de combustíveis líquidos e gasosos a varejo, exceto óleo diesel; e do § 4o. do mesmo artigo, estipulando que essa competência municipal não exclui a dos Estados para instituir e cobrar, na mesma operação, o ICMSTC.

Na óptica do ilustre Constituinte, "sob o ponto-de-vista técnico-econômico, é inaceitável a incidência simultânea de dois impostos indiretos na mesma operação, pois se trata de uma evidente bitributação" recomendando, a boa técnica legislativo - tributária que, "em casos como este, onde Estados e Municípios devem participar da arrecadação relativa ao mesmo fato gerador, seja feita a cobrança de um único imposto com alíquota maior, procedendo-se então à partilha da receita entre as duas esferas de governo".

Muita vez, em matéria tributária, razões de ordem prática ou política devem prevalecer sobre outras, como ocorre no sistema tributário de países adiantados como os Estados Unidos, por exemplo, em que um mesmo fato econômico serve de base a imposto de esferas diferentes. No Projeto em análise, ressalte-se a faculdade de os Estados instituírem um adicional estadual do imposto de venda federal, sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital.

Pela rejeição.

EMENDA:01922 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HERMES ZANETI (PMDB/RS)

Texto:

Suprimir do Título VI, do Capítulo I, Seção

III, IV e V, Art. 182, § 3o., item II "não

incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior";

Do Art. 184, § 10, inciso II, A, "sobre

operações que destinem ao exterior produtos

industrializados, exclusive os semi-elaborados

definidos em Lei Complementar";

Do Art. 184, § 12, item V, "excluir da

incidência do imposto, nas exportações para o

exterior, serviços e outros produtos além dos

mencionados no é 10, II, "A";

Do Art. 185, § 5o., item II "excluir da

incidência do imposto de que trata o inciso IV

exportações de serviços para o exterior".

Justificativa:

A isenção tributária dos produtos industrializados e serviços que se destinem às exportações fere os princípios gerais enunciados no Art. 170, § 1º, de que "os impostos serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte": no caso dos produtos industrializados e serviços exportados, o contribuinte final; e essencialmente o consumidor dos países ricos. A isenção do imposto representa, a nível internacional, uma transferência de recursos tributários dos países pobres para os ricos, um total e absurda inversão da tendência do mundo moderno, que através de uma redistribuição operada pelas legislações tributárias, procura diminuir as desigualdades.

Os dispositivos a serem suprimidos terem ainda o artigo 180, dos princípios gerais, que diz "é vedado aos Estados e ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

Parecer:

Pretende a Emenda suprimir a imunidade tributária concedida a produtos e serviços destinados ao exterior.

Tal imunidade visa fortalecer as exportações brasileiras em todos os setores da economia.

Ela se enquadra na regra universal de que não se exporta tributos e sim produtos.

Pela rejeição.

EMENDA:02042 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GILSON MACHADO (PFL/PE)

Texto:

Dispositivo emendado – TÍTULO VI

Dê-se ao Título VI do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

TÍTULO VI
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO
CAPÍTULO I
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

[...]

SEÇÃO V

DOS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS

Art. 185. Compete aos Municípios instituir imposto sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;

II – transmissão “inter-vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

III – vendas de combustíveis líquidos e gasosos a varejo;

IV – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no inciso II do artigo 184, definidos em lei complementar.

Parágrafo 1º O imposto de que trata o inciso I poderá ser progressivo, nos termos de lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

Parágrafo 2º O imposto de que trata o inciso II não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou extinção de pessoas jurídicas, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for o comércio desses bens ou direitos, localização de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

Parágrafo 3º O imposto de que trata o inciso II compete ao Município da situação do bem.

Parágrafo 4º A competência municipal para instituir e cobrar o imposto mencionado no inciso III não exclui a dos Estados para instituir e cobrar, na mesma operação, o imposto de que trata o inciso II do artigo 184.

Parágrafo 5º Cabe à lei complementar:

I – fixar as alíquotas máximas dos impostos de que tratam os incisos III e IV.

II – excluir da incidência do imposto de que trata o inciso IV, exportações de serviços para o exterior.

[...]

Assinaturas

- | | | |
|--------------------------|---------------------------|--------------------------|
| 1. Gilson Machado | 21. Airton Cordeiro | 40. Leopoldo Bessone |
| 2. Luiz Marques | 22. José Camargo | 41. Aloisio Vasconcelos |
| 3. Orlando Bezerra | 23. Mattos Leão | 42. Messoas Gois |
| 4. Furtado Leite | 24. João Castelo | 43. Daso Coimbra |
| 5. Roberto Torres | 25. Guilherme Palmeira | 44. João Rezek |
| 6. Arnaldo Faria de Sá | 26. Carlos Chiarelli | 45. Roberto Jefferson |
| 7. Sólon Borges dos Reis | 27. Ismael Wanderley | 46. João Menezes |
| 8. Ézio Ferreira | 28. Antonio Câmara | 47. Vingt Rosado |
| 9. Sadie Hauache | 29. Henrique Eduardo | 48. Cardoso Alves |
| 10. José Sutra | Alves | 49. Paulo Roberto |
| 11. Carrel Benevides | 30. Francisco Dornelles | 50. Lourival Baptista |
| 12. Joaquim Sucena | 31. Simão Sessim | 51. Rubem Branquinho |
| 13. José Tinoco | 32. Expedito Machad,O | 52. Cleonânicio Fonseca |
| 14. Siqueira Campos | 33. Manoel Viana | 53. Bonifácio de Andrada |
| 15. Aluizio Campos | 34. Amaral Netto | 54. Agripino de Oliveira |
| 16. Eunice Michiles | 35. Antonio Salim Curiati | Lima |
| 17. Samir Achôa | 36. José Luiz Maia | 55. Narciso Mendes |
| 18. Maurício Nasser | 37. Carlos Virgílio | 56. Mancondes Gadelha |
| 19. Mauro Sampaio | 38. Mario Bouchardet | 57. Mello Reis |
| 20. Stelio Dias | 39. Melo Freire | 58. Arnold Fioravante |

- | | | |
|------------------------------------|-------------------------|--------------------------------|
| 59. Jorge Arbage | 106. Mario De Oliveira | 155. Arnaldo Prieto |
| 60. Chagas Duarte | 107. Silvio Abreu | 156. Osvaldo Bender |
| 61. Álvaro Pacheco | 108. Luiz Leal | 157. Adylson Motta |
| 62. Felipe Mendes | 109. Genesio Bernardino | 158. Paulo Mincarone |
| 63. Alysson Paulinelli | 110. Alfredo Campos | 159. Adroaldo Streck |
| 64. Aloisio Chaves | 111. Virgílio Galassi | 160. Victor Faccioni |
| 65. Sotero Cunha | 112. Theodoro Mendes | 161. Luis Roberto Fonte |
| 66. Gastone Righi | 113. Almilcar Moreira | 162. João de Deus Antunes |
| 67. Dirce Tutu Quadros | 114. Oswaldo Almeida | 163. Francisco Sales |
| 68. José Elias Murad | 115. Ronaldo Carvalho | 164. Assis Canuto |
| 69. Mozarildo Cavalcante | 116. José Freire | 165. Chagas Neto |
| 70. Flávio Rocha | 117. Carlos Sant'anna | 166. José Viana |
| 71. Mauro Miranda | 118. Delio Braz | 167. Lael Varela |
| 72. Gustavo de Faria | 119. Nabor Junior | 168. Julio Campos |
| 73. Flavio Palmier da
Veiga | 120. Geraldo Fleming | 169. Ubiratan Spineli |
| 74. Gil Cesar | 121. Osvaldo Sobrinho | 170. Jonas Pinheiro |
| 75. João da Mata | 122. Osvaldo Coelho | 171. Louremberg Nunes
Rocha |
| 76. Dionisio Hage | 123. Hilario Braun | 172. Roberto Campos |
| 77. Leopoldo Peres | 124. Edivaldo Motta | 173. Cunha Bueno |
| 78. José Egreja | 125. Paulo Zarzur | 174. Arolde de Oliveira |
| 79. Ricardo Izar | 126. Nilson Gobson | 175. Rubem Medina |
| 80. Afif Domingos | 127. Milton Reis | 176. Matheus Iensen |
| 81. Jayme Paliarin | 128. Marcos Lima | 177. Antonio Ueno |
| 82. Delfin Netto | 129. Milton Barbosa | 178. Dionisio Dal-Prá |
| 83. Farabulini Junior | 130. Djenal Gonçalves | 179. Jacy Scanagatta |
| 84. Fausto Rocha | 131. Enoc Vieira | 180. Basílio Villano |
| 85. Nyder Barbosa | 132. Joaquim Haickel | 181. Osmundo Trevisan |
| 86. Pedro Ceolin | 133. Edison Lobão | 182. Renato Jonhson |
| 87. José Lins | 134. Vitor Trovão | 183. Ervin Bonkonki |
| 88. Homero Santos | 135. Onofre Correa | 184. Jovanni Masini |
| 89. Chico Humberto | 136. Alberico Filho | 185. Paulo Pimentel |
| 90. Osmudo Rebouças | 137. Vieira Da Silva | 186. José Carlos Matinez |
| 91. José Mendonça Bezerra | 138. Costa Ferreira | 187. Denisar Arneiro |
| 92. José Lourenço | 139. Eliezer Moreira | 188. Jorge Leite |
| 93. Vinicius Cansanção | 140. José Teixeira | 189. Aloisio Teixeira |
| 94. Ronaro Corrêa | 141. Marluce Pinto | 190. Roberto Augusto |
| 95. Paes Landim | 142. Ottomar Pinto | 191. Messias Soares |
| 96. Alerico Dias | 143. Olavo Pires | 192. Dalton Canabrava |
| 97. Missa Demes | 144. Tito Costa | 193. Inocencio Oliveira |
| 98. Jesse Freire | 145. Caio Pompeu | 194. Salatiel Carvalho |
| 99. Gandi Jamil | 146. Felipe Cheidde | 195. Cláudio Ávila |
| 100. Alexandre Costa | 147. Manoel Moreira | 196. Marco Maciel |
| 101. Albérico Cordeiro | 148. Victor Fontana | 197. Ricardo Fiuza |
| 102. Iberê Ferreira | 149. Orlando Pacheco | 198. Paulo Merques |
| 103. José Santana de
Vaconcelos | 150. Ruberval Pilotto | 199. José Luiz Maia |
| 104. Chistovam Chiaradia | 151. Alexandre Puzina | 200. João Lobo |
| 105. Rosa Prata | 152. Artenir Werner | 201. Asdrubal Bentes |
| | 153. Telmo Kirst | 202. Jarbas Passarinho |
| | 154. Darcy Pozza | |

203. Gerson Peres	232. Francisco Carneiro	261. Rita Furtado
204. Carlos Vinagre	233. Meira Filho	262. Jairo Azi
205. Fernando Velasco	234. Marcia Kubitscheck	263. Fabio Baunheitti
206. Arnaldo Moraes	235. Aécio De Borba	264. Feres Nader
207. Fausto Fernandes	236. Bezerra De Melo	265. Eduardo Moreira
208. Domingos Juvenil	237. Maria Lúcia	266. Manoel Ribeiro
209. José Elias	238. Maluli Neto	267. Jose Melo
210. Rodrigues Palma	239. Carlos Alberto	268. Jesus Tajra
211. Levy Dias	240. Gidel Dantas	269. Antonio Carlos Franco
212. Rubem Figueiró	241. Adalto Pereira	270. Miraldo Gomes
213. Rachid Saldanha Derzi	242. Annibal Barcelos	271. João Machado
214. Ivo Cersósimo	243. Geovani Borges	Rollemberg
215. Sérgio Werneck	244. Eraldo Trindade	272. Wagner Lago
216. Raimundo Bezerra	245. Antonio Ferreira	273. José Carlos Cautinho
217. José Geraldo	246. Luiz Eduardo	274. Eliel Rodrigues
218. Álvaro Antonio	247. Eraldo Tinoco	275. Max Rosermann
219. Irapuan Costa Junior	248. Benito Gama	276. Carlos de Carli
220. Roberto Balestra	249. Jorge Viana	277. Arnaldo Martins
221. Luiz Soyer	250. Angelo Magalhaes	278. Mauro Borges
222. Naphali Alves de Souza	251. Leur Lomanto	279. Cesar Cals Neto
223. Jalles Fontoura	252. Jonival Lucas	280. Fernando Gomes
224. Paulo Roberto Cunha	253. Sergio Brito	281. Evaldo Gonçalves
225. Pedro Canedo	254. Waldeck Ornelas	282. Raimundo Gomes
226. Lucia Vania	255. Francisco Benjamin	283. Érico Pegoraro
227. Nion Albernaz	256. Etevaldo Nogueira	284. Francisco Coelho
228. Fernando Cunha	257. João Alves	285. Albano Franco
229. Antonio De Jesus	258. Francisco Diogenes	286. Sarney Filho
230. Oscar Corrêa	259. Antonio Carlos Mendes Thame	287. Odacir Soares
231. Mauricio Campos	260. Jairo Carneiro	

Justificativa:

Ainda que possam ocorrer discordâncias neste ou naquele ponto, não é possível deixar de reconhecer as virtudes e a coerência do texto oferecido ao Plenário, que, emanado da Comissão Temática que o elaborou, não chegou a ser desvirtuado.

Tendo permanecido basicamente o mesmo, restaram apenas algumas arestas a serem apoiadas, principalmente com o objetivo de não fazer com que o sistema tributário corra o risco de tornar-se fonte de exações incompatíveis com a necessidade de manter a capacidade de investimento e o estímulo para empreender, e progredir, do contribuinte.

Parecer:

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

PELA APROVAÇÃO: Art. 171 ("caput"), incisos I e II, §§ 1º e 2º; Art. 172 ("caput") incisos I, II e III, alíneas "a", "b" e "c"; Art. 173 ("caput"); Art. 174 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 175 ("caput"), § 1º, incisos I e II, § 2º, incisos I e II; Art. 176 ("caput") e seu Parágrafo único.

PELA REJEIÇÃO: Inciso 111 do Art. 171.

SEÇÃO II:

PELA APROVAÇÃO: Art. 177 ("caput"), incisos I, II e III, alíneas "a" e "b"; inciso IV;

Art. 178 ("caput"), incisos I e II, alíneas "a", "b", "c" e "d", §§ 1º, 2º e 3º; Art. 179 ("caput"), incisos I, II e III; Art. 180 ("caput"); Art. 181 ("caput").

PELA REJEIÇÃO: Parágrafo único do Art. 177 (Emenda n 2 1814-9, Cid Carvalho).

SEÇÃO III:

PELA APROVAÇÃO: Art. 182 ("caput"), incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, §§ 1º, 2º e 3º, incisos I e II, §§ 4º, 5º e 6º; Art. 183 ("caput").

PELA REJEIÇÃO: NIHIL.

SEÇÃO IV:

PELA APROVAÇÃO: Art. 184 ("caput"), incisos I, II e III, §§ 1º, 2º, 4º, 6º, 7º, 8º e 9º, incisos I e II, §§ 10 e 11, incisos I e II,

alíneas "a" e "b", inciso III, §§ 12 e 13, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII.

PELA REJEIÇÃO: § 3º do Art. 184.

SEÇÃO V:

PELA APROVAÇÃO: Art. 185 ("caput"), incisos I, II e IV, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º, incisos I e II.

PELA REJEIÇÃO: Art. 185, inciso III.

SEÇÃO VI:

PELA APROVAÇÃO: Art. 186 ("caput"), incisos I, II e III; Art. 187 ("caput"), incisos I, II, III, IV e V, Parágrafo único, incisos I e II; Art. 188 ("caput"), inciso I, alíneas "a", "b" e "c", inciso II, §§ 1º, 2º e 3º; Art. 189 ("caput"); Art. 190 ("caput"), incisos I, II e III e seu Parágrafo único; Art. 191 ("caput") e seu Parágrafo único.

PELA REJEIÇÃO: Parágrafo único do Art. 189.

CAPÍTULO II:

SEÇÃO I:

PELA APROVAÇÃO: Art. 192 ("caput"), incisos I, II, III, IV, V, VI e VII; Art. 193 ("caput"), §§ 1º, 2º e 3º.

PELA REJEIÇÃO: NIHIL.

CAPÍTULO II:

SEÇÃO I:

PELA APROVAÇÃO:

Art. 192 ("caput"), incisos I, II, III, IV, V, VI e VII; Art. 193 ("caput"), §§ 1º, 2º e 3º.

PELA REJEIÇÃO: NIHIL.

SEÇÃO II:

PELA APROVAÇÃO: Art. 194 ("caput"), incisos I, II e III, §§ 1º, 2º e 3º, incisos I e III e §§ 4º, 5º e 6º, incisos I e II, e § 7º; Art. 195 ("caput"), §§ 2º e 3º, inciso I, alíneas "a" e "b", incisos II e III, §§ 4º, 5º, 6º, 7º e 8º; Art. 196 ("caput"), incisos I, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX, §§ 1º, 2º e 3º; Art. 197 ("caput"); Art. 198 ("caput"), Parágrafo único, incisos I e II.

PELA REJEIÇÃO: Inciso II do § 3º do Art. 194; § 1º do Art. 195 (Emenda nº 1907-2, José Serra); inciso II do Art. 196.

FASE U

EMENDA:00020 APROVADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RONALDO CARVALHO (PMDB/MG)

Texto:

Art. 162 -

Item III - Suprima-se a expressão:

"Exceto óleo diesel."

Justificativa:

Emenda sem justificção.

Parecer:

Trata-se de proposta de supressão da expressão "óleo diesel" do art. 162, III, do Projeto.

Parece-me que a exceção que se quer eliminar, de fato não se conforma com a finalidade da norma constitucional.

Sem dúvida, a lei complementar haverá de fixar alíquota adequada ao atual estágio de tecnologia empregada no setor.

No futuro, contudo, com o avanço tecnológico, a regra poderá ser até inútil ou prejudicial.

Pela aprovação da emenda.

EMENDA:00177 APROVADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NELSON SABRÁ (PFL/RJ)

Texto:

DISPOSITIVO EMENDADO: ART. 162 INCISO III.

Suprimir do Art. 162, inciso III, a

expressão: "exceto óleo diesel".

Justificativa:

A exceção ao óleo diesel é paradoxal, pois, exatamente os transportes de carga e coletivos são os que mais impõe desgaste nos equipamentos urbanos.

Parecer:

Sou pela aprovação da emenda, nos termos do parecer à de no. 2T00020-1.

EMENDA:00358 APROVADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DENISAR ARNEIRO (PMDB/RJ)

Texto:

Suprima-se do Art. 162, Inciso III a expressão: ".... exceto óleo diesel".

Justificativa:

Refere-se ao novo imposto, de competência dos Municípios, sobre a venda de combustíveis líquidos e gasosos a varejo, "exceto óleo diesel".

Não se entende a execução ao óleo diesel. Privar os Municípios dessa receita somente faria sentido se isso significasse uma garantia de transportes mais baratos.

Ocorre que o preço do diesel – assim como os dos demais combustíveis é fixado pelo Governo Federal segundo critérios políticos. E, nos últimos tempos, os reajustes do preço do diesel tem se dado em percentuais sempre superiores aos da gasolina, sob a justificativa (equivocada) de que é preciso desestimular o seu uso.

Além do mais, o tráfego de ônibus e caminhões onera as municipalidades, seja pela necessidade de disciplinar o trânsito desses veículos pesados, seja pela de conservar e manter as vias públicas por eles afetadas. Nada mais justo, portanto, que o setor de transportes responsável por mais de 75% do consumo do óleo diesel – contribua, ainda que indiretamente, para os cofres municipais, através do imposto incidente sobre a venda de combustíveis a varejo.

Mesmo porque, nos transportes intermunicipais (sobre os quais não incide o ISS), esta seria a única maneira de se compensar principalmente os "Municípios Corredores" (isto é, aqueles que são simplesmente atravessados por ônibus e caminhões, como pontos obrigatórios de passagem) pelos danos físicos e ambientais causados pelo tráfego desses veículos pesados.

Parecer:

Sou pela aprovação da emenda, nos termos do parecer à de no. 2100020-1.

EMENDA:00438 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AFONSO SANCHO (PDS/CE)

Texto:

Suprima-se o - 1o. do artigo 162 do Projeto de Constituição (redação para o 2o. Turno.).

Justificativa:

O imposto predial, pela sua natureza, não se adequa à progressividade prevista no dispositivo.

A progressividade do imposto é segundo universal entendimento, característica do imposto sobre a renda.

E este é o tributo, por excelência, para assegurar e buscar a função social dos patrimônios globalmente considerados.

Além do mais, e sobretudo em Municípios de menor porte, a progressividade poderá ser instrumento da discriminação.

Parecer:

A progressividade do imposto de que trata o dispositivo sob exame não é de caráter impositivo. Caberá ao legislador municipal assim defini-lo, condição que, ao nosso ver, afasta qualquer possibilidade de discriminação, tendo em vista sempre o cumprimento da função social da propriedade.

Nosso voto, por isso, é pela rejeição da emenda.

EMENDA:00661 APROVADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSMAR LEITÃO (PFL/RJ)

Texto:

Dispositivo Emendado: inciso I, do caput do art. 162 do Projeto de Constituição B.

Dê-se ao inciso I do caput do art. 162, a

seguinte redação:

"I - propriedade predial e propriedade territorial urbana;"

Justificativa:

A Emenda acrescenta à redação dada ao dispositivo a palavra propriedade sem que com isso fique alterado o seu conteúdo. A finalidade da proposição é a de aprimorar a técnica legislativa utilizada no texto aprovado.

Ocorre que os Tribunais do País têm entendido, às vezes, que o tributo municipal só pode incidir sobre propriedades prediais urbanas e não quaisquer propriedades prediais localizadas no território municipal, que é o objetivo da norma.

Assim, para espantar quaisquer dúvidas a respeito da verdadeira intenção do legislador constitucional, propõe-se a presente redação.

Parecer:

Trata-se de emenda destinada a aperfeiçoar a linguagem do texto do inciso I do art. 162, com a finalidade de clarificar que o imposto nele previsto incide sobre a propriedade predial urbana e rural e, no que tange à propriedade territorial, incide apenas sobre aquela localizada em área urbana.
Pela aprovação da proposição.

EMENDA:00726 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MARCOS LIMA (PMDB/MG)

Texto:

Suprimam-se do artigo 162 o inciso III, o inciso II do § 2o. e o § 3o.

Justificativa:

Estando os combustíveis e lubrificantes sujeitos ao imposto estadual sobre circulação de mercadorias, os dispositivos suprimidos estariam ensejando bi-tributação.

Parecer:

Consideramos inconveniente a medida proposta.
Pela rejeição da emenda.

EMENDA:00808 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUIZ MARQUES (PFL/CE)

Texto:

Dispositivo emendado: Título VI, Capítulo I, Seção V, Art. 162, § 1o.
Suprima-se a redação do § 1o. do Art. 162 do Projeto de Constituição (B), renumerando-se os outros parágrafos.

Justificativa:

O próprio Relator no parágrafo final de sua apresentação do Projeto de Constituição (B) chama atenção sobre o conflito entre as normas estabelecidas no § 1º do Art. 162 e no § 4º do Art. 187, que tratam, ambas, do IPTU progressivo, no primeiro com alcance genérico e no segundo como uma sanção. Sendo o IPTU progressivo um dispositivo criado para promover a utilização social do solo urbano, deve permanecer a redação do § 4º do Art. 187 e ser suprimida a redação do § 1º do Art. 162.

Existindo no Brasil mais de 4.000 municípios, que terão a competência para instituir o IPTU progressivo, a redação do § 1º do Art. 162, ampla e imprecisa, certamente provocará uma multiplicidade de interpretações, podendo dela resultar efeitos outros que não a utilização do imóvel urbano com fins sociais.

Parecer:

A progressividade do imposto de que trata o dispositivo sob exame não é de caráter impositivo. Caberá ao legislador municipal assim defini-lo, condição que, ao nosso ver, afasta qualquer possibilidade de discriminação, tendo em vista sempre o cumprimento da função social da propriedade.
Nosso voto, por isso, é pela rejeição da emenda.

EMENDA:01071 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AIRTON SANDOVAL (PMDB/SP)

Texto:

Artigo 162, no. IV - Suprimir a frase: "não compreendidos no inciso I, b do art. 161, definidos em lei complementar".

Justificativa:

É que, em primeiro lugar, no artigo 162 não há menção a nenhum serviço, e em segundo lugar não há razão para lei complementar nessa matéria, dado que a Constituição de modo amplo, está dando ao Município a tributação desse serviço. Melhor dizendo, o artigo 161 trata somente de serviços transmunicipais, portanto não compreendidos neste artigo,

logo não há nenhuma razão para dizer que o Município tem essa competência com exclusão da outra e isto é obvio e não requer nenhum complemento. A lei complementar nessa matéria, portanto, só viria, como acontece no sistema anterior, para criar restrições indevidas a competência dos Municípios. Uma Constituinte que se afirma municipalista não pode concordar em manter a teoria e a filosofia que inspirou o regime autoritário.

Parecer:

Cumpra assinalar que, contrariamente ao que afirma o autor da emenda, o disposto no art. 161, inciso I, alínea "b", trata da prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, serviços sobre os quais não incidirá o imposto da competência do Município, nos termos do inciso IV do art. 162. Esses serviços, portanto, são definidos como exceção. Ademais, a lei complementar, para definir essa situação, se faz necessária, razão por que votamos pela rejeição da emenda.

EMENDA:01155 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DARCY DEITOS (PMDB/PR)

Texto:

Suprima-se a alínea "e" do inciso XII do § 2o. do artigo 161 e o inciso II do § 4o., do artigo 162.

Justificativa:

A vigente Constituição tem por dispositivo semelhante A União, mediante lei complementar e atendendo relevante interesses social e econômico nacional, poderá conceder isenções de impostos estaduais e municipais (§ 2º do artigo 19). Em qualquer caso, trata-se de injustificada interferência na autonomia legislativa das unidades da Federação. Se o pretendido for que a norma a ser concebida (lei, complementar, no caso) tenha aplicabilidade em todo o território nacional, atente-se para o conteúdo da alínea "g" do inciso XII do § 2º do artigo 161. Esta última regra permite que se produza igual resultado, com a vantagem da participação direta das unidades da Federação, especialmente dos respectivos poderes legislativos.

Haveria quem argumentasse que a lei complementar reguladora da forma como serão concedidos incentivos e benefícios fiscais tenderá a conferir aos poderes executivos estaduais e do Distrito Federal competência para que firmem convênios (ou outra denominação que se venha das ao instituto) saber a matéria. Tal argumento, no entanto, não pode prosperar. O projeto dispõe no artigo 25, "caput" E § 1º. Os Estados organizam-se e regem-se pelas constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição. São reservados aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição – (grifamos) Assim, a lei complementar poderá, tão-só, regular a forma, isto é, o modo pelo qual a unidade da Federação externará a sua vontade (decreto executivo, decreto legislativo, lei). Quem dará conteúdo a esta vontade, qual seja, se os executivos, os legislativos ou a participação de ambos, é questão de exclusiva competência dos Estados. Tal assertiva é reforçada pelo fato da alínea "g" do inciso XII do § 2º artigo 161 referir-se a Estado e a Distrito Federal e não a um dos poderes constituídos destes (executivo, legislativo ou mesmo o judiciário). Portanto, inexistindo expressa vedação constitucional ou infringência a princípio da carta maior, as constituições (ou leis) estaduais deverão dispor sobre como os estados consignarão a sua anuência aos convênios (ou instituto similar) relativos às desonerações tributárias não explicitamente definidas na Constituições Federal.

Derradeira argumentação favorável à permanência do dispositivo vincula-se à pretensa necessidade de manter, a nível de União, flexibilidade para o estabelecimento de uma política de tributação de exportações. Igualmente tal sustentação não deverá encontrar guarida entre nós, pois este objetivo poderá ser alcançado pelo correto emprego da vasta gama de instrumentos de política tributária de que a União terá a disponibilidade, inclusive com maior eficácia. As unidades da Federação poderão até seguir uma mesma orientação, mas deliberando vinculadas apenas à anuência recíproca, na forma de lei complementar.

A mesma justificativa em relação à interferência da União aplica-se aos municípios, pois o Projeto dispõe no artigo 30, "caput". "O município reger-se-á por lei orgânica, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição e na Constituição do respectivo Estado..." O inciso II do § 4º do artigo 162 restringe, desnecessariamente, os princípios de competência tributária instituídos no "caput" deste mesmo artigo.

Parecer:

A política relativa ao comércio exterior precisa ajustar-se à dinâmica da economia interna e internacional, razão por que se torna difícil estabelecer, a nível constitucional, a abrangência da imunidade das exportações.

O incentivo e a promoção das exportações de bens e serviços, no entanto, deve ser uniforme, em todo o País, o que exige o seu estabelecimento a nível central. Para salvaguardar eventuais abusos, em detrimento dos Estados ou dos Municípios, os arts. 161, § 2o., inciso XII, alíneas "e" e "f", e 162, §4o., remetem à lei complementar, sujeita, portanto, a "quórum" qualificado, a fixação dos bens e serviços a serem liberados da tributação, assim como a definição da abrangência do benefício.

A supressão pura e simples dos dispositivos citados poderia, portanto, comprometer toda a política de comércio exterior e o desenvolvimento da economia como um todo.

Pela rejeição.

FASE W

EMENDA:00416 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALUÍZIO CAMPOS (PMDB/PB)

Texto:

Art. 156 -

II - Diga-se

"transmissão onerosa "inter-vivos", a qualquer título, de bens imóveis, de cessão de direitos à sua aquisição e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia".

Justificativa:

O imóvel se caracteriza pela própria natureza ou pela acessão de benfeitorias, ressalvado o direito de sucessão " causa mortis" também considerado imóvel, cujo imposto pertence aos Estados e Distrito Federal (art. 155).

EMENDA:00448 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL/PE)

Texto:

Incluir, na parte final, do inciso III, do art.

156, a seguinte expressão:

"... sem prejuízo do disposto no caput do art. 34, das Disposições Transitórias."

Justificativa:

Caso não incluída a expressão, poderá haver dúvida na aplicação do princípio: nem o Município, por falta de estrutura, nem a União poderia arrecadar o imposto sobre os produtos dispostos no inciso.

EMENDA:00653 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ARNALDO MARTINS (PMDB/RO)

Texto:

Transformar os incisos I e II, dos parágrafos 2o. e 4o. do artigo 156, em alienas a e b. O correto é:

Art. 156 -

.....

I -

.....

II -

.....

III -

.....

§ 1o. -

.....

§ 2o. -

.....

a)

.....

b)

.....

§ 3o. -

.....

a)

.....

b)

.....
Justificativa:

É incorreto após um parágrafo colocar-se inciso.

Nota: Como citar no formato Documento Eletrônico (ABNT): BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 156 da Constituição Federal de 1988. [Mensagem institucional]. Disponível em: <colocar link da BD aqui>. Acesso em: colocar a data da consulta, por exemplo, 10 nov. 2014.